Governo do Estado do Tocantins

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCESSO Nº

2020/24830/002005

UNIDADE GESTORA:	**DATA DE AUTUAÇÃO:**
PROTOCOLO IGEPREV	04/06/2020

INTERESSADOS:
BANCO ITAÚ S/A

ASSUNTO:

NÃO IDENTIFICADO

DESCRIÇÃO DO ASSUNTO:

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DO BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

MEMORANDO/Nº 28/2020/DINVEST SGD: 2020/24839/013853

Em 02 de junho de 2020.

De: Diretoria de Investimentos
Para: Protocolo

Assunto: **Autuar Processo de Credenciamento do BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Senhor Responsável,

Solicitamos autuação de Processo de Credenciamento 2020 do **BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.**, inscrito no **CNPJ nº 60.701.190/0001-04**.

Atenciosamente,

(Documento Assinado Eletronicamente)
Victor Barros Prehl
Gerente de Gestão de Carteira e Aplicações Financeiras

Documento foi assinado digitalmente por VICTOR BARROS PREHL em 02/06/2020 12:27:53.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: F1F4F0A5008F2CD7.

Documento 2020/24839/013853
Data 02/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2020/24839/013853

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Enviado por MEIRE GOMES DA LUZ
Data 03/06/2020 09:43

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade PROTOCOLO IGEPREV

Despacho

Motivo AUTUAÇÃO
Despacho AUTUAR PROCESSO

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO
Processo Nº 2020/24830/002005

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade PROTOCOLO IGEPREV
Enviado por ERANDIR DOS SANTOS SILVA
Data 04/06/2020 09:14

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST

Despacho

Motivo ENCAMINHAMENTO
Despacho SEGUE PARA PROVIDÊNCIAS

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/014126

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **5 a 28**, conforme justificativa: **PARA RETIRAR A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E O EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE 2019 A PEDIDO DO COMITÊ.**

Em, **06/10/2020 13:46:53.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/014127

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **29 a 38**, conforme justificativa: **PARA RETIRAR A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E O EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE 2019 A PEDIDO DO COMITÊ.**

Em, **06/10/2020 13:46:53.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (01/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:03
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem apresentação institucional, grade de fundos e apresentação de alguns fundos.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e

proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

8 anexos

- **Grade Fundos RPPS.pdf**
  461K
- **Apresentação do Alocação Dinamica.pdf**
  541K
- **Apresentação do Dunamis.pdf**
  231K
- **Apresentação Institucional Itaú.pdf**
  1653K
- **Apresentação Legend.pdf**
  514K
- **Apresentação Olimpo.pdf**
  340K
- **Apresentação Phoenix.pdf**
  346K
- **Apresentação Vision.pdf**
  307K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (02/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:03
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem DDQ seção I, II referente aos fundos: alocação dinâmica, BDR Nível I, Dividendos e Dunamis.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e

proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

5 anexos

- **DDQ Seção I - Itaú Unibanco S.A..pdf**
  1642K
- **DDQ Seção II - Alocação Dinâmica.pdf**
  614K
- **DDQ Seção II - BDR NIVEL I.pdf**
  1941K
- **DDQ Seção II - Dividendos.pdf**
  668K
- **DDQ Seção II - Dunamis.pdf**
  689K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (03/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:03
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem DDQ seção II referente aos fundos: global dinâmico, IDKA-2 IPCA, IMA-B Ativo, IMA-B5+, Inflação 5 e Inflação.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e

proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

6 anexos

- **DDQ Seção II - Global Dinâmico.pdf**
  819K
- **DDQ Seção II - IDKA-2 IPCA.pdf**
  625K
- **DDQ Seção II - IMA-B Ativo.pdf**
  655K
- **DDQ Seção II - IMA-B5+.pdf**
  744K
- **DDQ Seção II - Inflação 5.pdf**
  711K
- **DDQ Seção II - Inflação.pdf**
  696K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (04/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:03
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem DDQ seção II referente aos fundos: Index Ibovespa, Legend, Momento 30, Olimpo e Phoenix.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

5 anexos

DDQ Seção II - Itaú Index Ibovespa Fundo de Investimento.pdf
3331K

DDQ Seção II - Legend.pdf
661K

DDQ Seção II - Momento 30.pdf
743K

DDQ Seção II - Olimpo.pdf
575K

DDQ Seção II - Phoenix.pdf
760K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (06/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:04
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem todas as lâminas dos fundos os e-mail anteriores.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico

no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

18 anexos

40679 - ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI.PDF
168K

50527 - ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA PRE LP FICFI.PDF
152K

50574 - ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FIC.PDF
154K

50634 - ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI.PDF
153K

51178 - ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FI.PDF
158K

51529 - ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO.PDF
137K

51981 - ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI.PDF
147K

52697 - ITAÚ PRIVATE AÇÕES INDEX IBOVESPA FIC.PDF
140K

52883 - ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI.PDF
147K

53040 - ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO SP500 BRL FICFI.PDF
143K

53815 - ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FIC FI.PDF
139K

54156 - IDKA 2.PDF
136K

FICFI51614_Itau_Acoes_Dunamis.PDF
227K

FICFI52201_Itau_Acoes_Momento_30.PDF
235K

FICFI52627_Itau_Acoes_BDR_Nivel_I.PDF
201K

FICFI54107_Itau_Olimpo.PDF
195K

FICFI54110_Itau_Vision_Institucional.PDF
189K

FICFI54196_Global_Dinamico_RF.PDF
182K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (05/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:03
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem DDQ seção II referente aos fundos: Private SP500, Longo Prazo, Títulos Públicos, Vision e o DDQ seção III.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e

proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

5 anexos

DDQ Seção II - Private Multimercado SP500.pdf
705K

DDQ Seção II - RF Pré Fixado Longo Prazo.pdf
730K

DDQ Seção II - Titulos Públicos RF.pdf
771K

DDQ Seção II - Vision.pdf
575K

Seção III - Biografias Itau Asset Management_CEO.PDF
314K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (08/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:04
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail documentos Itaú (parte 1).

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico

no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

2 anexos

Carta Bacen emitida em 30.04.2020.pdf
130K

Estatuto - parte 1.pdf
3992K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (09/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:04
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem os documentos Itaú (parte 2).

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico

no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

11 anexos

- **Estatuto - parte 2.pdf**
  3665K
- **Itaú - CND Estadual válida até - 27.10.2020.pdf**
  564K
- **Itaú - CND Federal válida até 16.09.2020.pdf**
  89K
- **Itaú - CND Municipal válida até 24.08.2020.pdf**
  85K
- **Itaú - CNDT válida até 23.10.2020.pdf**
  579K
- **Itaú - CNPJ emitido em 19.05.2020.pdf**
  80K
- **Itaú - Falência emitida em 02.06.20.pdf**
  42K
- **Itaú - FGTS válido até 24.06.2020.pdf**
  112K
- **Registro de Autorização CVM - 1989.pdf**
  236K
- **Relatório Fitch Ratings Itaú Asset Management 2019.pdf**
  132K
- **Relatório S P Itaú Asset Management 2019.pdf**
  132K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (10/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:04
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail contem documentos DTVM.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

Corporativo | Interno

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico

no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

12 anexos

- **0239 - Itaú Distribuidora de Títulos - O Estado de S. Paulo.pdf**
  355K
- **Balanço Itaú DTVM_OESP_2017-2018.pdf**
  992K
- **DTVM - AUTORIZAÇÃO CVM.pdf**
  358K
- **DTVM - Balanço 2018.pdf**
  103K
- **DTVM - CND Estadual válida até 30.06.2020.pdf**
  254K
- **DTVM - CND Federal válida até 01.07.20.pdf**
  109K
- **DTVM - CND Municipal válido até 12.08.2020.pdf**
  83K
- **DTVM - CNDT válida até 27.09.2020.pdf**
  85K
- **DTVM - CNPJ emitido em 04.03.2020.pdf**
  80K
- **DTVM - ESTATUTO.pdf**
  3192K
- **DTVM - Falência emitida em 02.03.20.pdf**
  265K
- **DTVM - FGTS - 10.07.2020.pdf**
  80K

Gmail **Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>**

ETO RPS TOCANTINS - Credenciamento Itaú Unibanco S.A. - Envio de documentos (11/11)

1 mensagem

Marina Gayet Bortoli <marina.bortoli@itau-unibanco.com.br> 17 de junho de 2020 13:04
Para: "investimentos.igeprev.to@gmail.com" <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Prezado Sr. Representante do Instituto em referência,

Tem o presente o objetivo de encaminhar os documentos necessários ao credenciamento deste Itaú Unibanco S/A junto a essa respeitável entidade.

Neste e-mail possui documento complementares e documentos de quem assinou os DDQs.

Obs.: em breve receberá declarações assinadas.

Por oportuno, lembramos que o gerente de relacionamento responsável por bem atendê-los é:

Nome: José Geraldo Martins

Telefone: (61) 3878-4916/4915 (61) 99952 4537

E-mail: jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Agradecendo desde já a atenção a nós dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Itaú Unibanco

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC - Torre Olavo Setubal, 1º andar
04344 902 São Paulo SP

“Esta mensagem é automática, em caso de dúvidas procurar o gerente de relacionamento informado no corpo deste e-mail”.

"Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

12 anexos

Doc. elaine murcia.jpg
144K

documento mara (p.1).jpg
1186K

documento mara (p.2).jpg
1073K

Balanço 2017-2016.pdf
429K

Balanço anual 2018_Diário Oficial Empresarial_Sem JUCESP.pdf
357K

Balanço anual 2019_Diário Oficial.pdf
272K

Código de Ética.pdf
724K

Cópia CNH Jorge Giordano.pdf
626K

documento cleber.pdf
47K

documento cleber.word.docx
163K

Participantes _ Código de Fundos de Investimento _ Anbima.pdf
152K

Procuração Geral 2020_digital.pdf
380K

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017140

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **60**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017144

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **61**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017145

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **62 a 73**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017146

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **74**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017148

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **75**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017150

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **76**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017151

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **77**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017152

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **78**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017153

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **79**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017155

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **80**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017156

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **81**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017157

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **82 a 83**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017158

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **84**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017162

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **85**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:20:55.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017163

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **86 a 92**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017165

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **93 a 96**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017166

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **97 a 132**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017167

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **133**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017169

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **134**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017170

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **135 a 150**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017171

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **151 a 165**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:18.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017172

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **166 a 183**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017173

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **184 a 199**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017174

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **200 a 214**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017175

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **215 a 230**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017176

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **231 a 232**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017178

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **233 a 234**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017179

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **235 a 236**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:21:44.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017180

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **237 a 238**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:22:00.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017181

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **239 a 240**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:22:00.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017182

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **241 a 242**, conforme justificativa: **DOCUMENTO DE OUTRA INSTITUIÇÃO. CORRIGIR.**

Em, **07/07/2020 14:22:00.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Itaú Unibanco S/A, inscrito no CNPJ sob o n° 60.701.190/0001-04, sediada à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04344-902, se dispõe a ser credenciado para exercício profissional de administrador, gestor e custodiante de fundos de investimentos prevista a Resolução CMN 3922/2010 e suas alterações.

São Paulo, Junho/2020

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO/CVM/SIN/Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989.

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

Anderson da Costa Santos
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

preferenciais será sempre limitado ao máximo legal permitido.- **§ 3º** - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas gozarão de vantagem de prioridade no reembolso do capital por seu valor, na hipótese de liquidação da Companhia e participarão dos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias.- **CAPÍTULO III - Assembléia Geral - Artigo 6º** - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses seguintes ao término do exercício financeiro para os fins previstos em lei e no presente Estatuto e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exijam.- **§ Único** - A Assembléia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.- **Artigo 7º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.- **§ Único** - Os acionistas poderão ser representados na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja administrador da Companhia ou advogado, ou ainda acionista da Sociedade, mediante mandato com poderes específicos, cujo instrumento será depositado na sede da Sociedade até a véspera da data marcada para a Assembléia Geral.- **CAPÍTULO IV - Da administração da Sociedade - Seção I - Conselho de Administração - Artigo 8º** - A Sociedade terá um Conselho de Administração composto de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros, acionistas, eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, todos com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.- **Artigo 9º** - O Presidente, eleito na forma estabelecida no artigo 8º, indicará, na primeira reunião anual do Conselho, o seu substituto, sendo que os demais Conselheiros serão substituídos por acionistas indicados pelo Conselho.- **§ Único** - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes na Sociedade, até a primeira assembléia geral, sendo que se a vacância for da maioria dos cargos, a assembléia geral será convocada para proceder à eleição de novo Conselho.- **Artigo 10** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente.- **Artigo 11** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as respectivas atas lavradas em livro próprio.- **Artigo 12** - Os membros do Conselho de Administração receberão, mensalmente, a remuneração que lhes for atribuída pela Assembléia Geral de Acionistas. **Artigo 13** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei: a) eleger a Diretoria e destituir Diretores; b) decidir sobre os planos operacionais da Sociedade; c) decidir sobre as questões que lhe sejam submetidas pela Diretoria; d) escolher os auditores independentes; e) decidir sobre a criação ou extinção de sucursais e filiais da Sociedade, cujos atos serão praticados pela Diretoria; f) observar e fazer observar os "Acordos de Acionistas", estabelecidos na forma da lei e arquivados na sede social; g) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, o Estatuto Social e deliberar nos casos omissos; h) autorizar a alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais; i) autorizar, previamente, a Diretoria a praticar quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão; j) decidir sobre participações relevantes em outras sociedades; l) elaborar o Relatório da Administração referentemente a cada exercício financeiro da Sociedade; m) convocar as assembléia gerais.- **§ Único** - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter geral ou especial a qualquer dos membros da Diretoria, poderes não conflitantes com as atribuições e competências privativas estabelecidas neste Estatuto.- **Seção II - Diretoria - Artigo 14** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo, três (3), e, no máximo, cinco (5) membros, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, acionista ou não, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações, estes obrigatoriamente, e Diretores sem designação especial.- **Artigo 15** - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição e terminará com a eleição e posse de seus substitutos.- **§ 1º** - Além dos poderes e atribuições previstos em lei e ressalvados os poderes específicos do Diretor Superintendente, do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, adiante previstos, compete à Diretoria: a) praticar e executar todos os atos de administração da Sociedade; b) executar as determinações do Conselho de Administração; c) nomear procuradores com específicos poderes, observados os preceitos legais; d) aplicar os fundos sociais; e) alienar bens móveis da Sociedade; f) exercer as demais atribuições definidas na estrutura administrativa da Sociedade; **§ 2º** - Os membros da Diretoria terão representação ativa e passiva da Sociedade, cabendo-lhes executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, e as decisões tomadas em reunião da Diretoria.- **Artigo 16** - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos seus membros e os seus atos praticados por 2 (dois) Diretores, ressalvado o disposto nos seguintes artigos.- **Artigo 17** - A representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, inclusive perante a repartição fiscalizadora de suas operações e outras quaisquer repartições públicas, caberá ao Diretor que para tal fim for designado pelo Conselho de Administração.- **Artigo 18** - No caso de vacância de cargo da Diretoria o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo prazo remanescente do mandato do substituído.- **Artigo 19** - No caso de impedimento ou faltas ocasionais de qualquer membro da Diretoria por mais de 90 (noventa) dias, será designado pelo Conselho de Administração um substituto, dentre acionistas ou não, que exercerá o cargo, como substituto temporário, durante todo o tempo da falta ou do impedimento.- **Artigo 20** - A Diretoria receberá a remuneração que for fixada pela Assembléia Geral e distribuída pelo Conselho de Administração.- **Artigo 21** - Ao Diretor Superintendente compete, especificamente: I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II - dirigir os negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos da Diretoria; III - tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria, ad-referendum desta; IV - as gestões econômicas e financeiras; V - designar os substitutos eventuais dos demais Diretores nas suas faltas e impedimentos ocasionais, respeitado o disposto nos artigos 22,23 e 24.- **Artigo 22** - Ao Diretor Comercial compete, especificamente: I - As gestões comerciais; II - a substituição do Diretor Superintendente, nas suas faltas e impedimentos ocasionais.- **Artigo 23** - Ao Diretor de Operações compete, especificamente: I - as gestões técnicas e mercadológicas; II - a previsão e o planejamento das operações sociais; III - a substituição do Diretor Comercial, nas suas faltas e impedimentos ocasionais.- **Artigo 24** - Aos demais Diretores caberão as atribuições que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração.- **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal - Artigo 25** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes e somente será instalado por deliberação da Assembléia Geral nos casos previstos na legislação em vigor.- **§ Único** - O funcionamento do Conselho Fiscal, quando instalado, irá até a primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação.- **CAPÍTULO VI - Exercício Financeiro - Artigo 26** - Do resultado do exercício, verificado anualmente, retirar-se-á o necessário para: 1 - absorção de eventuais prejuízos acumulados; 2 - provisão para pagamento do Imposto de Renda.- **Artigo 27** - Do lucro líquido resultante, serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, e, do saldo verificado, depois dos reajustes determinados pela legislação vigente, serão tirados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição de dividendos aos acionistas.- **Artigo 28** - O saldo final terá destinação que a Assembléia Geral determinar, observadas as prescrições legais.- **Artigo 29** - A Sociedade poderá distribuir a seus acionistas dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, distribuição essa que deverá ser por deliberação do Conselho de Administração.- **CAPÍTULO VII - Disposições Gerais - Artigo 30** - O exercício financeiro terá a duração de um ano e se encerrará em 31 de dezembro.- **Artigo 31** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei.- **Artigo 32** - A Sociedade poderá estipular seguros de vida e/ou de acidentes pessoais.-

(Guia nº 403 - 12/07/89 - NCz$ 1.016,40)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Superintendência de Relações com Investidores

ATO DECLARATÓRIO Nº 989, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar GABRIEL ABEL LENGER, CPF nº 018387847-72, sob o nº ADM-PF-093, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 772 - 04-07-89 - NCz$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM Nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 770 - 27-06-89 - NCz$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 991, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ALFREDO EGYDIO SETUBAL, CPF nº 014414218-07, sob o nº ADM-PF-094, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 771 - 27-06-89 - NCz$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 992, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar SERGIO BURROWES RAPOSO, CPF nº 022675787-00, sob o nº ADM-PF-095, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 750 - 15-06-89 - NCz$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 993, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ANGELO FRANCHINI NETO, CPF nº 493451928-91, sob o nº ADM-PF-096, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 746 - 14-06-89 - NCz$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 994, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar MERIDIONAL -BANCO DE INVESTIMENTO S/A, CGC nº 43144112/0001-29, sob o nº ADM-FIN-039, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 580 - 08-06-89 - NCz$ 38,17)

ATO DECLARATÓRIO Nº 995, DE 06 DE JULHO DE 1989

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar LORI FERRAZZO , CPF nº 070588020-68, sob o nº ADM-PF-097, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 700 - 08-06-89 - NCz$ 38,17)

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: Em 28.6.2018, às 10h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Caio Ibrahim David - Presidente; e Rodrigo Luís Rosa Couto - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 4.500.000.154,40 (quatro bilhões, quinhentos milhões, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), passando este de R$ 57.425.425.588,60 (cinquenta e sete bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos) para R$ 61.925.425.743,00 (sessenta e um bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais), mediante a emissão de 320.609.273 (trezentos e vinte milhões, seiscentas e nove mil, duzentas e setenta e três) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 162.869.848 (cento e sessenta e dois milhões, oitocentas e sessenta e nove mil, oitocentas e quarenta e oito) ordinárias e 157.739.425 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentas e trinta e nove mil, quatrocentas e vinte e cinco) preferenciais, totalmente subscritas pelo acionista Itaú Unibanco Holding S.A., ao preço de emissão de R$ 14,03577667074 por ação, preço este fixado com base no critério previsto no Artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei 6.404. 2. Aprovada a integralização, neste ato, de 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações subscritas, em dinheiro, isto é, R$ 4.500.000.154,40 (quatro bilhões, quinhentos milhões, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), nos termos do Boletim de Subscrição assinado pela Companhia e pelo seu acionista. Este montante será recolhido ao Banco Central do Brasil ("BACEN") e permanecerá indisponível até a homologação deste aumento de capital pelo BACEN, nos termos do Artigo 27, §1º, da Lei 4.595/64. 3. Em virtude das deliberações anteriores, alterada a redação do "caput" do Artigo 3º do Estatuto Social, conforme segue: "Artigo 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 61.925.425.743,00 (sessenta e um bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais), representado por 5.773.486.066 (cinco bilhões, setecentos e setenta e três milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil e sessenta e seis) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.932.936.995 (dois bilhões, novecentos e trinta e seis milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e noventa e cinco) ordinárias e 2.840.549.071 (dois bilhões, oitocentos e quarenta milhões, quinhentas e quarenta e nove mil e setenta e uma) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, até o valor do patrimônio líquido por ação apurado com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral ordinária; II - direito a dividendo mínimo anual de R$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e III - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo mínimo igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias." 4. Consolidado o Estatuto Social, que, considerando a alteração anteriormente deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 28 de junho de 2018. (aa) Caio Ibrahim David - Presidente; Rodrigo Luís Rosa Couto - Secretário. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 361.520/18-3, em 10.08.2018 (a) Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral. **ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO:** Artigo 1º - A companhia fechada regida por este estatuto social é denominada **ITAÚ UNIBANCO S.A.** ("Companhia"), tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior (artigo 10, "caput"). **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL:** Artigo 2º - A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 3º - artigo 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 61.925.425.743,00 (sessenta e um bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais), representado por 5.773.486.066 (cinco bilhões, setecentos e setenta e três milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil e sessenta e seis) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.932.936.995 (dois bilhões, novecentos e trinta e seis milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e noventa e cinco) ordinárias e 2.840.549.071 (dois bilhões, oitocentos e quarenta milhões, quinhentas e quarenta e nove mil e setenta e uma) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias. Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL:** Artigo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas por um diretor da Companhia e secretariadas por qualquer pessoa escolhida dentre os presentes. Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia. **CAPÍTULO V - DIRETORIA:** Artigo 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria. Artigo 6º - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco Holding"), regulamentar a utilização dessa verba e da participação nos lucros devida aos administradores. Artigo 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente, Diretor Executivo e Diretor, na conformidade do que for estabelecido pela Assembleia Geral ao prover esses cargos, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 1º Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 2º Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato será desinvestido na data da Assembleia Geral Ordinária subsequente. § 3º Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição pelas autoridades competentes. Artigo 8º - No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o seu provimento. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros. Artigo 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º Aos Diretores Gerais, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pela Assembleia Geral. Artigo 10 - Dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para (i) representar a Companhia, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que lhe acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas ou coligadas; (iii) deliberar sobre os estabelecimentos da Companhia no País e no exterior; e (iv) constituir procuradores. § 1º Nas hipóteses previstas no "caput", à exceção do disposto no item (iv), a representação da Companhia também poderá ser feita por (i) um diretor e um procurador; ou (ii) dois procuradores. § 2º Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um diretor ou um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicia"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em licitações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminados no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. Nas hipóteses dos itens (i), (iii) e (iv), a Companhia também poderá ser representada por apenas um diretor. § 3º Dois diretores, sendo obrigatoriamente Diretor Geral ou Diretor Vice-Presidente, em conjunto, poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou a débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior. § 4º Os instrumentos de mandato terão prazo de validade de até 1 (um) ano, salvo para fins judiciais. **CAPÍTULO VI - OUVIDORIA:** Artigo 11 - A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários, excetuadas as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria. § 1º O Ouvidor será designado e destituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo, e terá mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado. § 2º São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvidor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparência, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades. § 3º Caso, no exercício da função do Ouvidor, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à sociedade ou prejuízo aos clientes e usuários ou à sociedade, o Ouvidor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral. § 4º O Ouvidor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia. § 5º Compete à Ouvidoria: (a) prestar atendimento de última instância, atender, receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições, agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento; (b) atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; (c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período; (e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea "d"; (f) informar ao Conselho de Administração ou, na sua ausência, à Diretoria da instituição, a respeito das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria; (g) manter o Conselho de Administração ou, na sua ausência, à Diretoria das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e (h) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, à Diretoria), ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as eventuais proposições de que trata a alínea "g". § 6º A Companhia: (a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; (b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições. § 7º O Diretor designado responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil elaborará relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, e deverá encaminhá-lo à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL:** Artigo 12 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/76. **CAPÍTULO VIII - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:** Artigo 13 - Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 196 e 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes: a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 14; e c) o saldo terá o destino que for proposto pela Diretoria, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 15, "ad referendum" da Assembleia Geral. **CAPÍTULO IX - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO:** Artigo 14 - Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas alíneas "a" e "b", inciso I, do artigo 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no inciso II do mesmo artigo. Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei 9.249/95. **CAPÍTULO X - RESERVA ESTATUTÁRIA:** Artigo 15 - Será constituída reserva com a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes: (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários de que trata o § 2º do artigo 204 da Lei 6.404/76. § 1º Esta reserva será formada por valores provenientes do saldo do lucro líquido. § 2º O saldo da reserva estatutária, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social. § 3º A reserva estatutária discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição. **CAPÍTULO XI - EXERCÍCIO SOCIAL:** Artigo 16 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e intermediários em qualquer data.

---

renováveis

Elebrás Projetos S.A.

CNPJ/MF nº 04.623.041/0001-39
NIRE 35.300.487.532

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 10 de Agosto de 2017

1. Data, Hora e Local. Realizada aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2017, às 10h00min, na sede social da Elebrás Projetos S.A. ("Companhia"), na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, sala 02, CEP 04547-006, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença.** Presentes as Acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa.** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Renato Volponi Lício, que nomeou o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia.** O Sr. Presidente informou que a presente Assembleia Extraordinária tinha por finalidade deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, as Acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar, conforme o parágrafo 2º do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e autorização concedida pelo BNDES na presente data, a distribuição de dividendos no valor total de R$ 11.092.136,60 (Onze milhões, noventa e dois mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos), apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e destinado à Reserva de Retenção de Lucros na Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2017, registrada e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 15 de maio de 2017, sob o nº 220.835/17-2. Fazem jus aos referidos dividendos os acionistas registrados no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia nesta data. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Renato Volponi Lício - Presidente, Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário, Acionistas: **EDP Renováveis Brasil S.A.**, representada por seus diretores Srs. Renato Volponi Lício - Diretor Presidente e Filipe Alves Domingues - Diretor; e **China Three Gorges Brasil Energia Ltda.**, representada por seus diretores Srs. Evandro Leite Vasconcelos - Diretor e Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho - Diretor. Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original. Renato Volponi Lício - Presidente; Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. **JUCESP** nº 83.964/18-6 em 19/02/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Ewing Participações do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 25.067.931/0001-38 - NIRE 35.229.974.430

Ata de Reunião de Quotistas para Transformação da Ewing Participações do Brasil Ltda. em Ewing Participações do Brasil S.A.

I) Helio Ribeiro Filho, RG nº 7.274.452-2 SSP/SP e CPF/MF nº 838.198.358-49; e **II) Ewing Steel Partnership,** sociedade devidamente constituída e validamente existente segundo as leis da Escócia, Reino Unido, com sede em Nicanor de Obario Avenue, 50th Street, Edimburgo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.422.006/0001-27, neste ato representado por seu procurador, Sr. **Hélio Ribeiro Filho.** Sócios representantes da totalidade do capital social da sociedade denominada **Ewing Participações do Brasil Ltda.,** Avenida Paulista, nº 726, 13º andar, Conjunto 1.303, Bela Vista, SP/SP, CNPJ/MF nº 25.067.931/0001-38. Têm entre si, justo e acordado o quanto segue, a saber: **1)** Os sócios aprovam, neste ato, por unanimidade, a transformação do tipo societário desta sociedade, de sociedade limitada para sociedade por ações, por ser referida medida conveniente aos interesses sociais. **2)** Em face da deliberação supra aprovada, a sociedade passa a denominar-se **"Ewing Participações do Brasil S.A."** e será regida pelo Estatuto Social que encontra-se em sua íntegra na sede da empresa. **3)** Deliberam e aprovam por unanimidade, que todos os sócios supra qualificados serão detentores de ações e não mais de quotas, as quais serão divididas em ações ordinárias, sem valor nominal e com valor de emissão de R$ 1,00 cada, que ficarão inicialmente divididas entre os sócios, agora acionistas, da seguinte forma: **Sócios - Ações ON - Valor (R$); Helio Ribeiro Filho** - 1 - 1; **Ewing Steel Partnership** - 175.000 - 175.000,00; **Total - 175.001 - 175.001,00. 4)** Em decorrência das deliberações acima, está transformada **Ewing Participações do Brasil Ltda.** na sociedade por ações **Ewing Participações do Brasil S.A.** para a qual passam automaticamente os direitos e obrigações da sociedade ora transformada. **5)** As partes deliberam ainda que, por se encontrar o capital social totalmente realizado, a sociedade fica dispensada de efetuar o depósito previsto no inciso III do artigo 80 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.). **Mesa: Helio Ribeiro Filho** - Presidente; **Wilson Peric** - Secretário. **Deliberações por unanimidade: (a)** deliberou-se pela eleição do Sr. **Helio Ribeiro Filho,** RG nº 7.274.452-2 SSP/SP e CPF/MF nº 838.198.358-49; para o cargo de Diretor Presidente; e **Wilson Peric,** RG nº 3.727.030-8 - SSP-SP e CPF/MF nº 073.889.858-91, para o cargo de Diretor Vice-Presidente; **(b)** a Diretoria da Companhia receberá remuneração conforme Assembleia Geral a ser realizada oportunamente; e **(c)** tendo em vista o deliberado e aprovado na Ata de Reunião de Quotistas, datada de 18/04/2018, os sócios aprovam o Estatuto Social da Companhia. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada - Em 18/04/2018, da "Ewing Participações do Brasil S.A." por Transformação da "Ewing Participações do Brasil Ltda.". Data e hora:** 18/04/2018, às 11:30h. **Local:** Sede social da companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada. São Paulo/SP, 18 de Abril de 2018. **Presidente:** Hélio Ribeiro Filho; **Secretário:** Wilson Peric. **JUCESP** nº 245.870/18-0 em 23/05/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

---

renováveis

Central Eólica Aventura V S.A.

CNPJ/MF nº 28.946.365/0001-22 - NIRE 35.300.510.046

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2018

1. Data, Hora e Local. Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2018, às 12h15min na sede social da Central Eólica Aventura V S.A. ("Companhia"), na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, sala 15, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-006. **2. Presença.** Presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa.** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Renato Volponi Lício que nomeou o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia.** O Sr. Presidente informou que a presente Assembleia tinha por finalidade deliberar sobre: **(i)** a tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; **(ii)** a destinação do resultado do exercício; e **(iii)** a aprovação da fixação da remuneração global dos administradores. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a única acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os quais não foram publicados tendo em vista que a Companhia fica dispensada de assim proceder, nos termos do artigo 294, II, da Lei das Sociedades por Ações. Referidos documentos foram rubricadas pelo Secretário da Mesa e ficaram arquivados para consulta na sede social da Companhia. **5.2.** Tendo em vista que a Companhia não aferiu lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não há que se deliberar sobre sua destinação e distribuição de dividendos. **5.3.** Aprovar a verba anual de até R$ 37.206,00 (trinta e sete mil, duzentos e seis reais) como sendo a remuneração global dos membros da Diretoria, para o exercício de 2018. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Renato Volponi Lício - Presidente e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: **EDP Renováveis Brasil S.A.,** representada por seus diretores Renato Volponi Lício e Filipe Alves Domingues. São Paulo, 30 de abril de 2018. *A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.* Mesa: Renato Volponi - Presidente; Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. **JUCESP** nº 379.495/18-1 em 08/08/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: Em 30.4.2019, às 15h30, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Márcio de Andrade Schettini - Presidente; e Rodrigo Luís Rosa Couto - Secretário. **PRESENÇA LEGAL:** Administradores da Companhia e representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **AVISO AOS ACIONISTAS:** Dispensada a publicação conforme o artigo 133, § 5º, da LSA. **DELIBERAÇÕES TOMADAS: I. Em pauta ordinária:** 1. Aprovados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018, publicados em 26.3.2019 no "O Estado de S. Paulo" (páginas B11 a B16) e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial" (páginas 42 a 53). Documentos análogos, relativos ao semestre encerrado em 30.6.2018, foram publicados no "O Estado de S. Paulo" em 29.8.2018 (páginas B15 a B20). 2. Aprovado dar nova destinação ao lucro líquido do exercício de 2018, no valor total de R$ 15.891.900.165,16, da seguinte forma: a) R$ 794.595.008,26 para a conta de Reserva Legal: b) R$ 9.537.504.319,77 para a conta de Reserva Estatutária; b.1) consignada a destinação do valor de R$ 199.162,87, referente à realização da Reserva de Reavaliação, para a conta de Reserva Estatutaria; c) R$ 5.560.000.000,00 para pagamento de proventos aos acionistas, já incluindo o valor do dividendo mínimo obrigatório, sendo (i) R$ 3.180.000.000,00 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento já foi integralmente realizado, ratificadas as resoluções tomadas pela Diretoria em 31.10.2018; e (ii) R$ 2.380.000.000,00 a título de juros sobre o capital próprio, a serem pagos aos acionistas em data oportuna, proporcionalmente às suas participações no capital social da Companhia, ratificadas as deliberações tomadas pela Assembleia Geral Extraordinária em 27.12.2018 e 8.3.2019. 2.1. Adicionalmente, ratificada a declaração de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 769.700.000,00, a débito da Reserva Estatutária, cujo pagamento já foi integralmente realizado, ratificadas as deliberações tomadas pela Diretoria em 30.8.2018. 3. **Reeleitos** os membros da Diretoria, todos adiante qualificados, para o próximo mandato trienal, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022: i) ADRIANA MARIA DOS SANTOS, ADRIANO CABRAL VOLPINI, ADRIANO MACIEL PEDROTI, ALESSANDRO ANASTASI, ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES, ALEXSANDRO BROEDEL LOPES, ANA LÚCIA GOMES DE SÁ DRUMOND, ANDRE BALESTRIN CESTARE, ANDRÉ CARVALHO WHYTE GAILEY, ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ, ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES, ANDRÉ SAPOZNIK, ANDREA CARPES BLANCO, ANDRÉA MATTEUCCI PINOTTI, ATILIO LUIZ MAGILA ALBIERO JUNIOR, BADI MAANI SHAIKHZADEH, BRUNO MACHADO FERREIRA, CAIO IBRAHIM DAVID, CARLOS AUGUSTO SALAMONDE, CARLOS EDUARDO MONICO, CARLOS EDUARDO MORI PEYSER, CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI, CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR, CARLOS ORESTES VANZO, CARLOS RODRIGO FORMIGAHI, CESAR MING PEREIRA DA SILVA, CESAR PADOVAN, CHRISTIAN GEORGE EGAN, CINTIA CARBONIERI FLEURY DE CAMARGO, CLAUDIA POLITANSKI, CLAUDIO CÉSAR SANCHES, CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE, CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA, CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE, EDUARDO CARDOSO ARMONIA, EDUARDO CORSETTI, EDUARDO ESTEBAN MATO AMORIN, EDUARDO ESTEFAN VENTURA, EDUARDO HIROYUKI MIYAKI, EDUARDO QUEIROZ TRACANELLA, EMERSON SAVI JUNQUEIRA, EMÍLIO PEDRO BORSARI FILHO, ERIC ANDRÉ ALTAFIM, ESTEVÃO CARCIOFFI LAZANHA, FABIANA PASCON BASTOS, FÁBIO NAPOLI, FELIPE DE SOUZA WEY, FELIPE WEIL WILBERG, FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA, FERNANDO DELLA TORRE CHAGAS, FERNANDO JULIÃO DE SOUZA AMARAL, FERNANDO KONTOPP DE OLIVEIRA, FLÁVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA, FLÁVIO DELFINO JÚNIOR, FLAVIO RIBEIRO IGLESIAS, FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO NETO, GABRIEL GUEDES PINTO TEIXEIRA, GABRIELA RODRIGUES FERREIRA, GILBERTO FRUSSA, GUSTAVO TROVISCO LOPES, JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE, JOSÉ DE CASTRO ARAÚJO RUDGE FILHO, JOSÉ VIRGILIO VITA NETO, LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO, LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO, LEON GOTTLIEB, LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRADE, LIVIA MARTINES CHANES, LUÍS EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA, LUÍS FERNANDO STAUB, LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO, LUIZ FELIPE MONTEIRO ARCURI TREVISAN, LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS, LUIZ SEVERIANO RIBEIRO, MANOELA VARANDA, MARCELO KOPEL, MARCELLO SINISCALCHI, MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI, MÁRCIO LUIS DOMINGUES DA SILVA, MARCO ANTONIO SUDANO, MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES, MÁRIO LÚCIO GURGEL PIRES, MARIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA, MATIAS GRANATA, MILENA DE CASTILHO LEFON MARTINS, MILTON MALUHY FILHO, MOISÉS JOÃO DO NASCIMENTO, PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES, RENATO CESAR MANSUR, RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES, RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA, RICARDO URQUIJO LAZCANO, RODNEI BERNARDINO DE SOUZA, RODRIGO JORGE DANTAS DE OLIVEIRA, RODRIGO LUÍS ROSA COUTO, RODRIGO RODRIGUES BAIA, ROGERIO NARLE ELMAIS, ROGERIO VAGCONCELOS COSTA, RUBENS LUIZ DOS SANTOS HENRIQUES, SERGIO GUILLINET FAJERMAN, SERGIO MYCHKIS GOLDSTEIN, TATIANA GRECCO, THALES FERREIRA DA SILVA, THIAGO LUIZ CHARNET ELLERO, VALÉRIA APARECIDA MARRETTO, VANESSA LOPES REISNER e WAGNER BETTINI SANCHES. ii) em consequência, a Diretoria passará a ser composta pelas pessoas a seguir qualificadas: **DIRETORIA: Diretores Gerais: CAIO IBRAHIM DAVID**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 12.470.390-2, CPF 101.398.578-85, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/RJ 05.492.490-7, CPF 662.031.207-15, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. **Diretores Vice-Presidentes**: **ANDRÉ SAPOZNIK**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 21.615.978-7, CPF 165.085.128-62, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CLAUDIA POLITANSKI**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 16.633.770-5, CPF 132.874.158-32, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **MILTON MALUHY FILHO**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 27.462.284-1, CPF 252.026.488-80, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. **Diretores Executivos**: **ALEXSANDRO BROEDEL LOPES**, brasileiro, casado, contador, RG-SSP/ES 1.215.567, CPF 031.212.717-09, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 35.318.961-3, CPF 799.914.406-15, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS EDUARDO MONICO**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 10.576.329, CPF 004.041.978-92, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 23.943.904-1, CPF 166.945.868-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS ORESTES VANZO**, brasileiro, casado, bacharel em direito, RG-SSP/SP 19.972.959-1, CPF 122.230.988-27, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CHRISTIAN GEORGE EGAN**, brasileiro, casado, bancário, RG SSP/SP 24.949.501-6, CPF 151.686.338-03, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, RG-IFP/RJ 07.292.860-9, CPF 992.648.037-34, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FLÁVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 56.891.471-5, CPF 747.438.136-20, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 36.598.009-2, CPF 908.677.697-34, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 20.187.093-9, CPF 153.451.838-05, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LUÍS EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 15.167.350-0, CPF 132.780.368-24, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Sales, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO**, brasileiro, casado, administrador, RG-DETRAN/RJ 05.288.308-9, CPF 000.919.997-74, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **MARCELO KOPEL**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 8.686.694-1, CPF 059.369.658-13, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/PE 3.128.815, CPF 501.222.404-30, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 7.982.129, CPF 176.040.328-85, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **SERGIO GUILLINET FAJERMAN**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/RJ 04.137.542-9, CPF 018.518.957-10, domiciliado em São Paulo (SP), Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. **Diretores: ADRIANA MARIA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, bacharel em ciências contábeis, RG-SSP/SP 19.805.173-6, CPF 103.265.018-43, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ADRIANO CABRAL VOLPINI**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 22.346.052-7, CPF 162.572.558-21, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ADRIANO MACIEL PEDROTI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 22.608.459-0, CPF 213.507.618-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ALESSANDRO ANASTASI**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 26.281.782-2, CPF 156.921.268-69, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, 1º andar, Pinheiros, CEP 05425-905; **ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES**, brasileiro, divorciado, advogado, RG-SSP/MG M-6.087.593, CPF 166.644.028-07, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANA LÚCIA GOMES DE SÁ DRUMOND PARDO**, brasileira, casada, administradora, RG-SSP/SP 19.338.848-0, CPF 129.258.588-99, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRE BALESTRIN CESTARE**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG-SSP/SP 28.909.394-6, CPF 213.634.648-25, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRÉ CARVALHO WHYTE GAILEY**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP 27.411.111-1, CPF 270.578.388-16, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, 3º andar, Pinheiros, CEP 05425-905; **ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 23.619.748-4, CPF 252.256.058-18, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDREA CARPES BLANCO**, brasileira, divorciada, economista, RG- SSP/SP 08.383.869-8, CPF 016.661.217-03, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRÉA MATTEUCCI PINOTTI**, brasileira, divorciada, administradora, RG-SSP/SP 18.599.700-4, CPF 165.780.678-25, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ATILIO LUIZ MAGILA ALBIERO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 23.078.482-3, CPF 213.021.358-80, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **BADI MAANI SHAIKHZADEH,** brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/PR 6.620.260-7, CPF 029.765.269-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **BRUNO MACHADO FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 22.251.413-9, CPF 292.291.338-41, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**, brasileiro, casado, economista, RG-IFP/RJ 063.603.64-1, CPF 011.393.467-09, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS EDUARDO MORI PEYSER**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG-SSP/SP 24.610.021-7, CPF 173.707.468-01, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR,** brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 14.047.712-3, CPF 076.630.558-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS RODRIGO FORMIGARI**, brasileiro, casado, estatístico, RG-SSP/SP 21.345.528-6, CPF 115.534.128-77, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CESAR MING PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG-SSP/SP 23.914.852-6, CPF 156.747.148-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CESAR PADOVAN**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 9.100.787-2, CPF 007.987.778-85, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CINTIA CARBONIERI FLEURY DE CAMARGO**, brasileira, casada, administradora, RG-DETRAN/SP 22.491.502-2, CPF 192.272.578-10, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CLAUDIO CÉSAR SANCHES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 13.109.863-9, CPF 044.295.098-59, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 15º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-IFP/RJ 05.720.178-2, CPF 991.173.127-87, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA**, brasileira, casada, economista, RG-SSP/SP 52.885.189-5, CPF 498.689.266-53, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG SSP/SP 52.635.293-0, CPF 024.311.796-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **EDUARDO CARDOSO ARMONIA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 18.157.602-8 CPF 112.008.838-02, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **EDUARDO CORSETTI**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 9.948.937-5, CPF 118.455.578-83, domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), na Praia de Botafogo, 300, 12º andar, sala 1201, Botafogo, CEP 22250-040; **EDUARDO ESTEBAN MATO AMORIN**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 36.110.400-5, CPF 128.677.348-27, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EDUARDO ESTEFAN VENTURA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 36.906.714-9, CPF 218.271.498-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 50.018.159-7, CPF 159.822.728-92, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EDUARDO QUEIROZ TRACANELLA**, brasileiro, divorciado, publicitário, RG-SSP/SP 14.009.158-0, CPF 272.985.178-05, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EMERSON SAVI JUNQUEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG-SSP/SP 20.961.240-X, CPF 143.797.388-41, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **EMILIO PEDRO BORSARI FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 29.102.279-0, CPF 199.626.928-30, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ERIC ANDRÉ ALTAFIM**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 26.721.318-9, CPF 273.383.788-51, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **ESTEVÃO CARCIOFFI LAZANHA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 27.586.971-4, CPF 252.113.998-03, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FABIANA PASCON BASTOS**, brasileira, casada, economista, RG-SSP/SP 13.674.884-3, CPF 135.532.398-32, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 6º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FÁBIO NAPOLI**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, RG-SSP/SP 28.258.947-8, CPF 308.813.028-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida do Estado, 5533, 8º andar, Mooca, CEP 03105-000; **FELIPE DE SOUZA WEY**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 25.307.689-4, CPF 177.418.768-05, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FELIPE WEIL WILBERG**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 33.054.994-7, CPF 004.668.927-30, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **FERNANDO DELLA TORRE CHAGAS**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 19.355.069-6, CPF 162.259.716-40, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FERNANDO JULIÃO DE SOUZA AMARAL**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 25.025.288-0, CPF 151.751.958-67, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 6º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FERNANDO KONTOPP DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 30.439.298-4, CPF 221.937.258-88, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida do Estado, 5533, 8º andar, Mooca, CEP 03105-000; **FLÁVIO DELFINO JÚNIOR**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 11.784.500-0, CPF 064.462.788-37, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **FLAVIO RIBEIRO IGLESIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 27.560.603-X, CPF 260.111.178-05, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 19.177.608-7, CPF 156.630.988-36, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **GABRIEL GUEDES PINTO TEIXEIRA,** brasileiro, casado, bancário, RG-SSP/SP 32.805.221-8, CPF 225.981.838-27, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **GABRIELA RODRIGUES FERREIRA,** brasileira, solteira, estatística, RG-IFP/RJ 10047291-9, CPF 051.445.467-90, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **GILBERTO FRUSSA**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP 16.121.865-9, CPF 127.235.568-32, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **GUSTAVO TROVISCO LOPES**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 23.910.599-0, CPF 129.345.808-22, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **JOSÉ DE CASTRO ARAÚJO RUDGE FILHO**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 35.117.946-X, CPF 308.642.538-50, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **JOSÉ VIRGILIO VITA NETO**, brasileiro, divorciado, advogado, RG-SSP/SP 28.102.942-8, CPF 223.403.628-30, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO,** brasileira, casada, bancária. RG-SSP/SP 20544074-5, CPF 164.741.698-18, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LEON GOTTLIEB**, brasileiro, casado, economista, RG-IFP/RJ 10.598.572-5, CPF 070.626.537-80, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRADE**, brasileiro, casado, administrador, RG-DETRAN/SP 02.112.992-2, CPF 105.260.778-08, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida do Estado 5533, 8º andar, Mooca, CEP 03105-000; **LIVIA MARTINES CHANES**, brasileira, casada, engenheira, RG-SSP/SP 30.403.545-2 CPF 310.439.358-35, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LUÍS FERNANDO STAUB**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/RS 1005031461, CPF 365.565.050-72, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LUIZ FELIPE MONTEIRO ARCURI TREVISAN**, brasileiro, solteiro, administrador, RG-SSP/SP 27.022.482-8, CPF 263.569.978-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS**, brasileiro, divorciado, administrador, RG-SSP/SP 17.862.183, CPF 260.250.568-46, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LUIZ SEVERIANO RIBEIRO**, brasileiro, casado, administrador, RG-IFP/RJ 1063340-1, CPF 079.057.647-37, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **MANOELA VARANDA**, brasileira, casada, engenheira, RG-IFP/RJ 07.044.359-3, CPF 025.917.937-00, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **MARCELLO SINISCALCHI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 24.355.383-3, CPF 257.997.488-16, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **MARCIO LUIS DOMINGUES DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 19.954.087, CPF 260.273.158-73, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, WTorre, 3º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **MARCO ANTONIO SUDANO**, brasileiro, divorciado, administrador, RG-SSP/SP 11.757.496-X, CPF 077.938.298-67, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **MÁRIO LÚCIO GURGEL PIRES**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/MG M-2.550.239, CPF 486.885.176-49, domiciliado em Porto Alegre (RS), na Avenida Soledade, 550, conjunto 1201, Petrópolis, CEP 90470-340; **MARIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/RJ 05.725.817-0, CPF 752.129.357-68, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, CEP 04538-132; **MATIAS GRANATA**, argentino, casado, economista, RNE-CGPI/DIREX/DPF/V343726-G, CPF 228.724.568-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **MILENA DE CASTILHO LEFON MARTINS**, brasileira, casada, administradora de empresas, RG-IFP-RJ 10.085.637-6, CPF 298.646.548-02, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **MOISÉS JOÃO DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, administrador, RG-SSP/SP 65.698.908-7, CPF 000.186.456-40, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-S

Itaú Unibanco S.A.

(continuação) CEP 04344-902; **RODNEI BERNARDINO DE SOUZA**, brasileiro, casado, estatístico, RG-SSP/SP 19.495.737-8, CPF 108.114.418-14, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RODRIGO JORGE DANTAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, RG-IFP/RJ 11.865.283-3, CPF 021.332.997-26, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RODRIGO LUÍS ROSA COUTO**, brasileiro, divorciado, administrador, RG-SSP/RS 5060112165, CPF 882.947.650-15, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **RODRIGO RODRIGUES BAIA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 65.735.369-3, CPF 836.341.696-72, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ROGERIO NARLE ELMAIS,** brasileiro, casado, economista, RG-PCMG/MG 1.611.451, CPF 329.024.506-30, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ROGERIO VASCONCELOS COSTA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 19.294.696-1, CPF 111.766.598-47, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RUBENS LUIZ DOS SANTOS HENRIQUES,** brasileiro, casado, engenheiro, RG 03317/SP 27.053.609-7, CPF 311.722.268-57, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **SERGIO MYCHKIS GOLDSTEIN**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP 21.311.913-4, CPF 282.310.718-57, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **TATIANA GRECCO**, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, RG-SSP/SP 22.539.046-2, CPF 167.629.258-63, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **THALES FERREIRA SILVA**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 37.075.036-6, CPF 831.623.301-06, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **THIAGO LUIZ CHARNET ELLERO**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências da Computação, RG-SSP/SP 30.327.311-2; CPF 279.978.618-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **VALÉRIA APARECIDA MARRETTO**, brasileira, casada, psicóloga, RG-SSP/SP-19.662.198-7, CPF 108.213.188-10, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Eudoro Villela, 4º Andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **VANESSA LOPES REISNER**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 11.566.368-X, CPF 146.940.908-95, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, 8º andar, Torre 2, Pinheiros, CEP 05425-905; e **WAGNER BETTINI SANCHES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 18.840.246-9, CPF 114.032.758-58, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. 4. Registrado que Fernando Marsella Chacon Ruiz, Cícero Marcus de Araújo, João Antonio Dantas Bezerra Leite e Jorge Luiz Viegas Ramalho, não reeleitos nesta oportunidade, deixam de exercer seus cargos nesta data. 5. Registrado que os diretores eleitos (i) apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") incluindo as declarações de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia; e (ii) serão investidos após homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 6. Observada a nova composição da Diretoria e em atendimento às normas do CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), atribuir responsabilidades aos diretores da Companhia, na forma abaixo: **ADRIANA MARIA DOS SANTOS,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **ADRIANO MACIEL PEDROTI,** Registro de garantias sobre veículos e imóveis - Resolução CMN 4.088/12. **ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ,** Carteira de crédito, financiamento e investimento - Resolução CMN 2.212/95. **BADI MAANI SHAIKHZADEH,** Cadastro de Clientes do SFN - Circular BACEN 3.347/07. **BRUNO MACHADO FERREIRA,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE,** Prestação de Serviços de custódia de valores mobiliários - Instrução CVM 542/13; Prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários - Instrução CVM 543/13; e Representante de investidor não residente - Resolução CMN 4.373/14 e Instrução CVM 560/15. **CARLOS EDUARDO MONICO,** Contratação de correspondentes - Resolução CMN 3.954/11. **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR,** Área Contábil - Resolução CMN 3.198/04; Atualização do Unicad - Circular BACEN 3.165/02; SCR- Circular BACEN 3.870/17; e Registro de operações de cessão de crédito - Resolução CMN 3.998/11. **CARLOS ORESTES VANZO,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **CESAR PADOVAN,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **CLAUDIO CÉSAR SANCHES,** Operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados - Instrução CVM 505/11. **CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA,** Carteira de Crédito Imobiliário - Resolução CMN 2.212/95. **EDUARDO ESTEFAN VENTURA,** Administração da carteira de valores mobiliários (administração fiduciária) - Instrução CVM 558/15. **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI,** Cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Instrução CVM 558/15; Procedimentos e controles internos relativos à negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados - Instrução CVM 505/11; Procedimentos e controles internos relativos à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Instrução CVM 542/13, Supervisão das regras, procedimentos e controles internos relativos à prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários - Instrução CVM 543/13; Gestão de riscos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Instrução CVM 558/15; Implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos relacionados à atividade de consultoria de valores mobiliários - Instrução CVM 592/17; e Implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos relacionados à atividade de analista de valores imobiliários - Instrução CVM 598/18. **EMILIO PEDRO BORSARI FILHO,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **ERIC ANDRÉ ALTAFIM,** Emissão, distribuição ou negociação de Certificados de Operações Estruturadas - Resolução CMN 4.263/13; Operações de swap - Resolução CMN 3.505/07; Operações de derivativos de crédito - Resolução CMN 2.933/02; Operação de emissão de letra imobiliária garantida - Resolução CMN 4.598/17; e Operações relacionadas ao mercado de câmbio - Resolução CMN 3.568/08. **FELIPE DE SOUZA WEY,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **FLÁVIO DELFINO JÚNIOR,** Área de crédito rural - Resolução CMN 3.556/08. **GABRIEL GUEDES PINTO TEIXEIRA,** Processo de consulta a informações relativas às posições ao perfil do cliente - Instrução CVM 539/13; Fornecimento de informações - Circular BACEN 3.504/10; e Relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços financeiros - Resolução CMN 4.539/16. **JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE,** Carteira de Investimento - Resolução CMN 2.212/95. **LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO,** Sistema RDR - Circular BACEN 3.729/14; e Ouvidoria - Resolução CMN 4.433/15. **LEON GOTTLIEB,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **LUIZ SEVERIANO RIBEIRO,** CVM 592/17. **MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI,** Carteira Comercial - Resolução CMN 2.212/95. **MARCO ANTONIO SUDANO,** Administração da carteira de valores mobiliários próprios - Instrução CVM 558/15. **MATIAS GRANATA,** Prevenção e combate à lavagem de dinheiro - Lei 9.613/98 e regulamentação específica. **RENATO CESAR MANSUR,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES,** Operações compromissadas - Resolução CMN 3.339/06; e Operações de empréstimo e troca de títulos - Resolução CMN 3.197/04. **RODNEI BERNARDINO DE SOUZA,** Carteira de arrendamento mercantil - Resolução CMN 2.212/95. **RODRIGO LUÍS ROSA COUTO,** Apuração do montante RWA, PR e capital principal - Resolução CMN 4.193/13. **ROGERIO NARLE ELMAIS,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **ROGERIO VASCONCELOS COSTA,** Contas de depósitos - Resoluções CMN 2.025/93 e 2.078/94. **RUBENS LUIZ DOS SANTOS HENRIQUES,** Administração da carteira de valores mobiliários (Gestão de Recursos) - Instrução CVM 558/15; e Administração de recursos de terceiros - Resolução CMN 2.451/97. **SERGIO MYCHKIS GOLDSTEIN,** Acordos para compensação no SFN - Resolução CMN 3.263/05. **VANESSA LOPES REISNER,** Assuntos do SELIC - Circular BACEN 3.808/16; e Assuntos relativos ao SPB - Circular BACEN 3.281/05. 7. Fixado em até R$ 716.000.000,00 o montante global para a remuneração dos membros da Diretoria, relativa ao exercício social de 2019. Esse valor aprovado para remuneração poderá ser pago em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente. 8. Em observância às disposições do artigo 11 do Estatuto Social, mantida a designação de ROGÉRIO TALTASSORI como Ouvidor da Companhia e da Ouvidoria Única do Conglomerado Itaú Unibanco, instituída nessa Companhia, em observância à Resolução 4.433/15 do CMN, à Instrução Normativa 529/12 da Comissão de Valores Mobiliários e à Resolução 279/13 do Conselho Nacional de Seguros Privados. O mandato do Ouvidor é anual e vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2020. **II. Em pauta extraordinária:** 1. Alterado o parágrafo 2º do artigo 10 do Estatuto Social para aperfeiçoamento redacional da regra de representação da Companhia. Sendo assim, o parágrafo 2º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 10 - Dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para (i) representar a Companhia, assumindo obrigações ou garantias a obrigações de terceiros; (ii) deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas ou coligadas; (iii) deliberar sobre os estabelecimentos da Companhia no País e no exterior; e (iv) constituir procuradores. (...) § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicia"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em licitações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminados no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. Nas hipóteses dos itens (i), (iii) e (iv), consignando a alteração acima mencionada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, Relatórios dos Administradores e dos Auditores Independentes; e declaração de desimpedimento dos administradores eleitos. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de abril de 2019. (aa) Márcio de Andrade Schettini - Presidente; Rodrigo Luís Rosa Couto - Secretário. **Acionista:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Márcio de Andrade Schettini e Rodrigo Luís Rosa Couto - Diretor Geral e Diretor, respectivamente. Homologado pelo BACEN - JUCESP - Registro nº 410.678/19-3, em 29.7.2019 (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S/A

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em em milhares – R$)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
Circulante	**147**	**2.631**	**207.137**	**135.807**
Caixa e Equivalentes de Caixa	84	2.611	66.651	73.062
Aplicações financeiras restritas	–	–	29.954	11.282
Contas a receber	–	–	93.637	46.806
Estoques	–	–	8.054	583
Impostos a recuperar	22	14	4.727	2.986
Outros Ativos	41	6	4.114	1.088
Não circulante	**121.156**	**118.999**	**387.860**	**219.610**
Aplicações financeiras restritas	–	–	24.126	–
Garantia de reembolso de contingência	–	–	16.108	4.088
Partes relacionadas	459	2.126	–	–
Impostos diferidos	–	116.873	2.938	366
Depósitos Judiciais	–	–	25.630	3.143
Investimentos	120.681	–	–	–
Propriedade para investimento	–	–	1.165	–
Imobilizado	16	–	147.362	56.265
Intangível	–	–	170.531	155.748
Total do ativo não circulante				
Total do ativo	**121.303**	**121.630**	**594.997**	**355.417**
Passivo/Circulante	**689**	**450**	**193.537**	**107.754**
Fornecedores	73	215	37.347	26.743
Provisões técnicas de seguros	–	–	37.092	31.664
Empréstimos e financiamentos	–	–	21.150	3.599
Adiantamentos de clientes	–	–	3.339	477
Dividendos a pagar	–	–	–	10.962
Obrigações sociais e trabalhistas	616	–	39.631	20.691
Obrigações tributárias	–	235	27.140	10.136
Outros débitos a pagar	–	–	2.752	1.470
Contas a pagar- aquisição de empresas	–	–	16.068	–
Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	–	–	2.853	–
Parcelamentos de impostos	–	–	6.165	2.012
Não circulante	–	–	**182.820**	**48.568**
Empréstimos e financiamentos	–	–	65.806	2.221
Parcelamento de impostos	–	–	47.647	6.810
Contas a pagar – aquisição de empresas	–	–	16.067	30.588
Partes relacionadas	–	–	256	3.845
Provisão para riscos legais	–	–	34.189	5.104
Impostos diferidos	–	–	16.707	–
Outros passivos	–	–	2.148	–
Patrimônio líquido	**120.614**	**121.180**	**218.640**	**199.095**
Capital Social	183.151	183.151	183.151	183.151
Prejuízos Acumulados	(1.578)	(7.315)	(1.578)	(7.315)
Transação de Capital	(60.959)	(54.656)	(60.959)	(54.656)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora	**120.614**	**121.180**	**120.614**	**121.180**
Participações não controladoras	–	–	98.026	77.915
Total do passivo e patrimonio líquido	**121.303**	**121.630**	**594.997**	**355.417**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/Prejuízo) do exercício	5.737	(7.315)	12.014	(8.386)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(10.111)	2.033	934	–
Juros e variações monetárias líquidas	–	–	6.742	1.086

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Capital a integralizar	Capital social integralizado	Transação de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível à controladora	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2016	1	(1)	–	–	–	–	–	–
Integralização de Capital Social	185.271	(2.120)	183.151	–	–	183.151	–	183.151
Perda por diluição de participação e outros efeitos de transações entre sócios	–	–	–	(54.656)	–	(54.656)	–	(54.656)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(7.315)	(7.315)	(1.071)	(8.386)
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	78.986	78.986
Saldos em 31/12/2017 (Reapresentados)	**185.272**	**(2.121)**	**183.151**	**(54.656)**	**(7.315)**	**121.180**	**77.915**	**199.095**
Perda por diluição de participação e outros efeitos de transações entre sócios	–	–	–	(6.303)	–	(6.303)	–	(6.303)
Lucro líquidp do exercício	–	–	–	–	5.737	5.737	6.277	12.014
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	13.834	13.834
Saldos em 31/12/2018	**185.272**	**(2.121)**	**183.151**	**(60.959)**	**(1.578)**	**120.614**	**98.026**	**218.640**

Demonstração do Resultado

	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
Receita líquida	–	–	565.903	81806
Custos das mercadorias vendidas	–	–	(381.796)	(54.441)
Lucro bruto	–	–	**184.107**	**27.365**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	–	–	(10.866)	(1.814)
Despesas gerais e administrativas	(4.384)	(5.363)	(130.399)	(28.443)
Resultado de equivalencia patrimonial	10.111	(2.033)	(934)	–
Outras receitas e despesas operacionais, líquido	4	–	(3.847)	(1.450)
Total	**5.731**	**(7.396)**	**(146.046)**	**(31.707)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**5.731**	**(7.396)**	**38.061**	**(4.342)**
Resultado financeiro				

	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
Receitas financeiras	15	87	11.003	1.306
Despesas financeiras	(9)	(6)	(16.704)	(999)
Total	**6**	**81**	**(5.701)**	**307**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**5.737**	**(7.315)**	**32.360**	**(4.035)**
IRPJ e contribuição social			(22.996)	(4.717)
Correntes	–	366	2.650	366
Diferido	–	–		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**5.737**	**(6.949)**	**12.014**	**(8.386)**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	–	–	5.737	(7.315)
Acionistas não controladores	–	–	6.277	(1.071)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R$			**0,0313**	**(0,06990)**

	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
Constituição (reversão) de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	7.930	(448)
Provisão para riscos legais	–	–	330	–
Baixas de imobilizado	–	–	487	–
Depreciação de impostos diferidos	–	–	17.225	2.022
Constituição de impostos diferidos	–	–	(2.494)	(366)
Aumento (diminuição) nos ativos:				
Contas a receber	–	–	(22.991)	2.752
Estoques	–	–	(4.881)	–
Impostos a recuperar	(8)	(14)	(1.203)	1.592
Outros ativos	(36)	(5)	(1.637)	6.873
Depósitos judiciais	–	–	(4.786)	150
Aumento (diminuição) nos passivos:				
Fornecedores	(142)	215	(2.909)	1.547
Provisões técnicas de seguros	–	–	5.428	(8.760)
Adiantamentos de clientes	–	–	2.862	37
Obrigações sociais e trabalhistas	616	–	5.317	2.160
Ohrigações Tributárias	(234)	234	26.194	11.156
Outros débitos a pagar	–	–	(4.186)	(3.833)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e parcelamentos de impostos	–	–	(5.897)	(782)
IRPJ e contribuição social pagos	–	–	(28.025)	(11.692)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.178)**	**(4.852)**	**6.374**	**(4.092)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital em controlada	–	(173.291)	–	–

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
Aquisição de controlada, líquido de caixa recebido	–	–	(22.446)	(101.350)
Aplicações financeiras restritas	–	–	(39.590)	(49)
Aquisição deimobilizado e intangível	(16)	–	(7.108)	(887)
Empréstimos a partes relacionadas	1.667	(2.126)	–	–
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**1.651**	**(175.417)**	**(69.144)**	**(102.286)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	–	182.880	–	182.880
Captação de empréstimo e financiamentos	–		146.779	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–		(65.189)	(1.130)
Partes relacionadas	–		(3.845)	–
parcelamento de impostos parcelados	–		(10.424)	–
Dividendos pagos	–		(10.962)	(2.046)
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	–	**182.880**		
Efeito da consolidação de caixa e equivalentes na restruturação societária	–	–	–	536
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.527)**	**(180.269)**	**(62.770)**	**(107.178)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.611	–	73.062	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	84	2.611	66.651	73062
Aumento (redução) nas disponibilidades	**(2.527)**	**2.611**	**(6.411)**	**73.062**

A Diretoria

Melina Correa da Silva – Contadora CRC 1SP 251.344/O-3

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 06/08/2019 11:42:03.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 31854222] - www.imprensaoficial.com.br

Usina Santa Adélia S/A

CNPJ: 50.376.938/0001-89 - NIRE 35.300.024.508

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 20 de Abril de 2018

1 - Data, Hora e Local: 20 de abril de 2018, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Fazenda Santa Adélia, Rodovia SP 326, km 332, no município de Jaboticabal/SP. **2 - Convocação:** Convocação publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal O Diário de Ribeirão Preto, iniciada em 30/03/2018. **3 - Presença:** 72,80% do capital social votante, conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas da Companhia: **4 - Mesa: Presidente:** José Pascoal Rossetti. **Secretário:** Norberto Bellodi. **5 - Ordem do Dia:** I) Eleição do Conselho de Administração. **6 - Deliberações:** O Presidente esclareceu que a Ata de Assembleia Geral Extraordinária será lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei 6.404/1976. Após a leitura, análise e discussão, os acionistas presentes decidiram por unanimidade aprovar: I) Os acionistas aprovam a eleição do Conselho de Administração da Usina Santa Adélia S/A, para um mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data, todos com mandato unificado, devendo permanecer no cargo até a posse de seu substituto, passando o conselho a figurar com a seguinte composição: (1) **Arnaldo Shigueyuki Enomoto,** brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Cédula de Identidade RG: 8.422.486 SSP/SP e inscrito no CPF: 706.396.398-87, residente e domiciliado na Rua Vicente Lombardi, nº 1.427, Centro, no município de Pereira Barreto/SP; (2) **Celso Torquato Junqueira Franco,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG: 7.637.360-5 SSP/SP e inscrito no CPF: 073.910.258-36, residente e domiciliado na Rodovia SP 322, Km 312, Residencial Buritis, casa nº 901, no município de Ribeirão Preto/SP; (3) **Marcelo Bellodi,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG: 4.140.221, inscrito no CPF: 074.544.638-86, residente e domiciliado na Avenida Pavão nº 211, Apartamento 161, no município de São Paulo/SP; (4) **Norberto Bellodi,** brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG: 4.139.942-0 SSP/SP, inscrito no CPF: 862.192.518-49, residente e domiciliado na Rua Doutor Rubem Alves Monteiro Moreira, nº 255, Apartamento 71, Edifício Cidade de Londres, no município de Ribeirão Preto/SP; (5) **Renata Dantas Bellodi,** brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG: 13.978.782-3 SSP/SP, inscrita no CPF: 153.577.158-58, residente e domiciliada na Rua Marrey Júnior, nº 867, Nova Jaboticabal, no município de Jaboticabal/SP; (6) **Aldeir Bellodi Pedro,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG: 32.577.434-1 SSP/SP, inscrito no CPF: 286.920.588-07, residente e domiciliado na Rua Mario de Campos, 1401, casa 89, Condomínio Alto da Boa Vista Villagio, no município de Jaboticabal/SP; (7) **Maria de Fátima Gagliardi Affonso Bellodi,** brasileira, viúva, empresária, Cédula de Identidade RG: 7.604.36, inscrita no CPF: 621.248.208-00, residente e domiciliada na Avenida Clotilde Verri, nº 221, no município de Jaboticabal/SP; (8) **Antonio Sérgio Ferreira,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG: 4.817.232 SSP/SP, inscrito no CPF: 042.593.788-72, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, nº 765, no município de Jaboticabal/SP, e; (9) **José Paschoal Rossetti,** brasileiro, casado, professor, portador da carteira de identidade RG: 2.844.865-0 SSP/SP, inscrito no CPF: 016.391.880-53, residente e domiciliado na Avenida dos Jacarandás, nº 257, Village, no município de Penápolis/SP. **7 - Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Acionistas presentes: Delphino Bellodi, Norberto Bellodi, Marcelo Bellodi, Adele Mara Bellodi Machado, Maria de Fátima G. A. Bellodi, Anselmo Luis Bellodi Filho, Laís Luiza Bellodi, Gabriela Florisa Bellodi, Zélia Aparecida Bellodi, Aldeir Bellodi Pedro, Roberta Bellodi Pedro, Celina Suzana V. D. Bellodi, Renata Dantas Bellodi, Luciano Dantas Bellodi e Celso Torquato Junqueira Franco. confome assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas da Companhia. A presente é cópia da ata original lavrada em livro próprio. Jaboticabal/SP, 20 de abril de 2018. José Pascoal Rossetti - Presidente; Norberto Bellodi - Secretário. **JUCESP** nº 532.508/19-1 em 07/10/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Bepay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 24.313.102/0001-25 - NIRE 35.300.489.420

Assembleias Geral Extraordinária

1. Data, Horário e Local: Em 30.06.2019, às 13 horas, na sede social da Bepay Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), Barueri/SP, na Alameda Rio Negro, 585, 1º andar, conjunto 13, Edifício Jaçari, Bloco A, Alphaville, CEP: 06454-000. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Paulo Renato Della Volpe; Secretário: Eduardo Kisahleitner. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** As matérias da Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram colocadas em votação. Pela **unanimidade** de votos dos acionistas presentes, representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, e sem reservas, foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Registrar que a ata que se refere à presente Assembleia será lavrada na forma de sumário e publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações da AGE:** 4.2. Aprovar a emissão de 2.712.252 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para subscrição privada, pelo preço de emissão total de R$2.712.252,00, preço este fixado em observância ao disposto no §1º do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76, destinados à conta de capital social. As novas ações ora emitidas participarão integralmente do resultado do exercício social em curso. Sendo assim, o capital social da Companhia passará de R$1.000.000,00 para R$3.712.252,00. 4.3. Registrar a subscrição, pelo acionista **Maximizar Empreendimentos e Participações Ltda,** com a aprovação dos outros acionistas, das 813.676 novas ações ordinárias, ora emitidas, bem como a integralização, tudo de acordo com o Boletim de Subscrição, o qual faz parte integrante da ata a que se refere esta Assembleia como Anexo I. 4.4. Registrar a subscrição, pelo acionista **2CA Participações Ltda,** com a aprovação dos outros acionistas, das 813.676 novas ações ordinárias, ora emitidas, bem como a integralização, tudo de acordo com o Boletim de Subscrição, o qual faz parte integrante da ata a que se refere esta Assembleia como Anexo II. 4.5. Aprovar, em consequência da aprovação da matéria constante dos itens 4.2, 4.3 e 4.4 acima, a modificação do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte e nova redação constante da consolidação que constitui o Anexo III à ata a que se refere a esta Assembleia: 4.6. *"Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 3.712.252,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Barueri, 30.06.2019. **5. Assinaturas:** Paulo Renato Della Volpe – Presidente da Assembleia; Eduardo Kisahleitner – Secretário da Assembleia; Acionistas: **Maximizar Empreendimentos e Participações Ltda** (p. Paulo Renato Della Volpe e Eduardo Kisahleitner) e **2CA Participações Ltda** (p. Carlos Augusto Leite Netto e Carlos André Branco Guimarães). Declaro que a presente confere com o original lavrado em livro próprio. Eduardo Kisahleitner - **Secretário.** JUCESP nº 569.054/19-9 em 31.10.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICADO

Processo nº: 001.0708.001.989/2019. **Pregão Eletrônico nº:** 204/2019. **Oferta de Compra:** 895000801002019OC00194. Acha-se aberta na Fundação Butantan, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 204/2019, referente ao processo nº 001.0708.001.989/2019, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS AÇO INOX**. A realização do Pregão será por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja **abertura** está marcada para o dia **25/11/2019 às 10h00min.** Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **08/11/2019**, no site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no site: http://www.fundacaobutantan.org.br/editais/pregao-eletronico.

Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.

CNPJ/MF nº 33.009.945/0001-23 - NIRE 35.300.120.001

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 22 de Outubro de 2019

Aos 22 dias do mês de outubro de 2019, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Billings, nº 1.729, Prédio 35, Jaguaré, CEP 05321-900, reuniram-se acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das S.A."). **1. Mesa:** Sr. Patrick Daniel Eckert, Presidente da Mesa; e Sra. Sarah Chaia, Secretária da Mesa. **2. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) a distribuição de dividendos suplementares da Companhia; **3. Deliberação:** Os acionistas presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, tomaram a seguinte decisão: (i) aprovar a distribuição às acionistas, proporcionalmente à participação de cada uma delas no capital social, de parte dos lucros remanescentes de R$82.260.202,00 (oitenta e dois milhões e duzentos e sessenta mil e duzentos e dois reais) referente ao exercício de 2016, constante do Balanço Patrimonial publicado no DOE (Diário Oficial Empresarial de São Paulo) em 19/04/2017, páginas 26 à 28 e de R$117.739.798,00 (cento e dezessete milhões e setecentos e trinta e nove mil e setecentos e noventa e oito reais) referente ao exercício de 2017 constante no Balanço Patrimonial publicado no DOE (Diário Oficial Empresarial de São Paulo) em 18/04/2018, páginas 41 à 43, como dividendos suplementares no montante total de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos do item "c", do parágrafo §2º, do Artigo 27, do Estatuto vigente. Os acionistas ainda autorizam os Diretores da Companhia a tomar todas as providências necessárias para cumprir e registrar as deliberações objeto da presente Assembleia Geral Extraordinária, inclusive nos órgãos e repartições públicas. Outrossim, reitera que, a Diretoria da Companhia continua a ser composta pelos seguintes membros: (i) **Patrick Daniel Eckert** - Diretor Presidente; (ii) **Ingo Stiller** - Diretor Vice-Presidente; e (iii) **Bruno Werner Fricke** - Diretor, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2020; Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos por tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio nº 6, página 60 e seguintes, das Atas das Assembleias Gerais de Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. e reaberta a sessão, a ata foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 22 de outubro de 2019. **Patrick Daniel Eckert** - Presidente da Mesa, **Sarah Chaia** - Secretária da Mesa, **Sapac Corporation Ltd.** p.p. Patrick Daniel Eckert, **Chemical Manufacturing And Trading Company Limited** p.p. Patrick Daniel Eckert. JUCESP nº 569.502/19-6 em 01.11.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE AGOSTO DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: Em 12.8.2019, às 15h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Márcio de Andrade Schettini - Presidente; e Adriano Cabral Volpini - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação, conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Eleitos Diretores **BRUNO BIANCHI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 60.298.539-15, CPF 899.434.900-63, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, e **LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 25.730.732-1, CPF 294.299.308-18, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 14º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022. 1.1. Registrado que os diretores eleitos: (i) apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional, incluindo a declaração de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Sociedade; e (ii) serão investidos nos cargos após a homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 2. Ratificada a atribuição da responsabilidade pela Remessa de Informações e Processos no Meio Circulante - Circular BACEN 3.940/19 ao Diretor Francisco Vieira Cordeiro Neto, desde 2.7.2019. 3. Registrado que os demais cargos da Diretoria e as atribuições de responsabilidades não sofreram alterações. 4. Alterar a regra sobre a composição da mesa nas Assembleias Gerais da Companhia, para permitir que as Assembleias sejam presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, escolhidos pelos acionistas. 5. Como resultado da deliberação acima, o artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, conforme indicado pelos acionistas. (...)." 6. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração antes deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 12 de agosto de 2019. (aa) Márcio de Andrade Schettini - Presidente; Adriano Cabral Volpini - Secretário. Homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 532.740/19-1, em 8.10.2019 (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Tagis Investimentos Ltda.

CNPJ nº 61.333.241/0001-47 - NIRE 35.210.775.172

Edital de Convocação

Waldinei Dimaura Couto, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade OAB nº 150.878/SP, RG nº 23.225.339-0 SSP/SP e CPF nº178.294.588-12, com endereço na Estrada João Tordin, nº 355, casa 73, Jardim São Pedro, Valinhos, Estado de São Paulo, Administrador da **Tagis Investimentos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.333.241/0001-47, com sede na cidade de São Paulo, Capital do Estado, na Rua Sergipe, nº 475, Conjunto 115 ("Sociedade"), no exercício de suas atribuições, **Convoca** a todos os Sócios detentores de quotas de capital da Sociedade, para Reunião Extraordinária de Sócios, que se realizará na Rua Sergipe, 475, conjunto 115, Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 01243-912, aos **28 de novembro de 2019**, as 11 horas em primeira chamada, ocasião em que a Reunião será instalada com número de Sócios que detenham quotas que representem ao menos três quartos do capital da Sociedade, e as 11 horas e 30 minutos em segunda e última chamada, com a presença de sócios detentores de quotas representativas de qualquer percentual do capital social, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: [1] Prestação de Contas dos Exercícios de 2017 e 2018 pelo Administrador, com a apresentação das demonstrações financeiras para apreciação e deliberação; [2] Proposta da Sócia Tavistock Limited de alteração do contrato social para (i) constar do objeto social a compra e venda de bens móveis e imóveis e (ii) constar a possibilidade do administrador em conjunto com um dos sócios nomear procurador com poderes para a compra e venda de bens imóveis, independentemente da deliberação dos sócios para cada operação; [3] proposta da Sócia Tavistock Limited de realizar operação de mútuo para outra pessoa jurídica (empresa parceira), e; [4] debater e deliberar quanto a possibilidade de distribuição desproporcional de lucros aos Sócios. Da reunião extraordinária de sócios se lavrará a correspondente ata, que conterá as deliberações dos sócios para todos os fins de direito e, assim, ficam convocados todos os Sócios para que compareçam à referida reunião ou se façam representar por meio de procurador munido de instrumento de mandato com poder de voto, na forma da lei, ficando advertido que o não comparecimento importará na aceitação das deliberações tomadas pelos Sócios presentes, na forma da Lei e do Contrato Social. São Paulo/SP, 22 de outubro de 2019. **Tagis Investimentos Ltda.** - Waldinei Dimaura Couto - Administrador.

RB Capital Companhia de Securitização

Companhia Aberta - CNPJ/ME 02.773.542/0001-22 - NIRE 35.300.157.648

Edital de Convocação

RB Capital Companhia de Securitização ("Emissora") e **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Agente Fiduciário"), na qualidade, respectivamente, de Emissora e Agente Fiduciário dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 183ª série da 1ª emissão de CRI da Emissora ("Emissão"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, firmado em 12 de julho de 2018, conforme aditado em 30 de julho de 2018 e em 10 de outubro de 2018 ("Termo de Securitização"), convocam todos os titulares de CRI ("Titulares dos CRI") a se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia 27 de novembro de 2019, às 14 horas** ("Assembleia"), na sede da Emissora, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** autorizar, ou não, a realização de pré-pagamento voluntário pela Shopping Park Sul S.A. ("Devedora") do saldo devedor: **(a)** da 1ª Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Garantia Real, Em Série Única, para Colocação Privada da Devedora ("Emissão de Debêntures da Devedora"); e **(b)** Cédula de Crédito Bancário nº 2018071201, com o consequente resgate antecipado total dos CRI, pela Emissora; **(II)** a autorização, ou não, para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item acima, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Garantia Real, Em Série Única, para Colocação Privada da Devedora ("Escritura de Emissão de Debêntures da Devedora"), à Cédula de Crédito Bancário nº 2018071201 ("CCB") e ao Termo de Securitização. Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à ordem do dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão nesta data disponibilizados aos Titulares dos CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas.Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia, na instalação da Emissora situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da Assembleia e também por meio do endereço eletrônico ao Agente Fiduciário através do contato: assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 05 de novembro de 2019.

RB Capital Companhia de Securitização

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Ecoosasco Ambiental S/A

CNPJ: 09.294.054/0001-81 - NIRE: 35300353323

Ata de Assembléia Geral Extraordinária da "Ecoosasco Ambiental S/A", Lavrada em Forma de Sumário

Data: 01/10/2019. **Local e Hora:** Sede Social, localizada à Rua Manoel Antônio Portela, nº 270, Bairro Presidente Altino, Osasco - SP - CEP: 06210-080, às 16:00 (dezesseis) horas. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social com e sem direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas". **Convocação:** Convocados por carta convite, conforme documento arquivado na Companhia com o "ciente" de todos os acionistas, em conformidade com o Parágrafo 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. **Mesa:** Hugo Nery dos Santos, Presidente e José Erivaldo Arraes, Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Foi aprovada, por unanimidade da totalidade dos acionistas com e sem direito a voto, a seguinte deliberação, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: **I - Reeleição da Diretoria da Companhia, nas pessoas do Sr. Hugo Nery dos Santos,** brasileiro, casado, químico analista industrial, inscrito no CPF/MF sob nº 123.224.745-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.645.939-4 SSP - SP, residente e domiciliado à Avenida Engenheiro Santana Júnior, nº 2.947, Apartamento 1.902 - Bairro Cocó, Fortaleza - CE, CEP 60.192-205, para o cargo de **Diretor Presidente**; e do **Sr. Paulo Studart Neto**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 768.646.423-72, portador da Cédula de Identidade nº 1126565942 ME - CE, residente e domiciliado à Rua Vicente Leite, nº 1.061, apartamento 502, Meireles, Fortaleza - CE, CEP: 60170 150, para o cargo de **Diretor de Operações**, ambos com mandato até 31 de Outubro de 2022. O cargo de Diretor Administrativo Financeiro permanecerá vago até posterior deliberação. **Parecer do Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente nem foi instalado no presente exercício. **Dissidências:** Não houve dissidências, protestos, propostas ou declaração de votos de acionistas. **Assinaturas:** Marquise Serviços Ambientais S/A, representada por Hugo Nery dos Santos e Paulo Studart Neto. **Está Conforme o Original Lavrado em Livro Próprio. José Erivaldo Arraes - Secretário.** Ata registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 29.10.2019, sob o nº 565.831/19-7, pela sua Secretária Geral, Gisela Simiema Ceschin.

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84 - NIRE nº 35.300.173.902

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Lajeado Energia S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 13/11/2019, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, Sala 04, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-006, São Paulo/SP, para deliberarem sobre seguinte ordem do dia: *(i)* a realização, pela Companhia, de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R$100.000.000,00 ("Emissão"), nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476/09, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); *(ii)* a delegação ao conselho de administração da Companhia de competência para deliberar e/ou alterar as matérias de que trata o artigo 59, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada; *(iii)* a autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as medidas para efetivar a Emissão e a Oferta, incluindo (a) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima; (b) contratar instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediar a Oferta e os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta (tais como agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores jurídicos e demais instituições que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão e da Oferta), fixando-lhes os respectivos honorários; e *(iv)* a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data da assembleia geral. As pessoas que comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária deverão provar a sua qualidade de acionista mediante apresentação de documento de identidade e/ou procuração outorgada por acionista da Companhia, na forma e prazo do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. São Paulo, 04/11/2019. **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas** - Presidente do Conselheiro de Administração.

FUNDAÇÃO SANTOS-DUMONT

CNPJ nº 61.800.648/0001-83

CONVOCAÇÃO

Reunião Ordinária. Em atenção às disposições estatutárias, CONVOCO os Srs. Membros do Conselho de Curadores, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e da Diretoria-Executiva da Fundação Santos-Dumont, com sede à Rua Mesopotâmia, s/nº, Cotia - SP, para a Reunião Ordinária a realizar-se no dia 20 de novembro de 2019, no Clube Homs. sito à Av. Paulista, 735, Bela Vista, São Paulo - SP, em primeira convocação às 19:00 hs. e segunda convocação às 19:30 hs., no mesmo local, com a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovação das contas dos exercícios de 2017 e 2018: II. Aprovação dos relatórios da Diretoria-Executiva; III. Aprovação da indicação de suplentes, IV. Definição de local para guarda/exposição do acervo; e V. Assuntos gerais. São Paulo, 7 de novembro de 2019 – João Baptista de Oliveira - Presidente do Conselho de Curadores.

imprensaoficial CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 07/11/2019 09:06:52.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 33202597] - www.imprensaoficial.com.br

13.º Tabelião de Notas da Capital
Comarca da Capital - Estado de São Paulo
Avelino Luís Marques
Tabelião

Bel. Mauro Gasparetti
Substituto do Tabelião

Ana Rodrigues Marques
Substituta do Tabelião

Bel. Gonçalo Rodrigues Marques
Substituto do Tabelião

13º Tabelião de Notas da Capital
São Paulo – SP

C E R T I D Ã O

O Décimo Terceiro Tabelião de Notas desta Capital, CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada, que revendo em o cartório a seu cargo, seus livros, deles no de número **5.211 –** páginas **061/063**, verificou constar um instrumento cujo inteiro teor é o seguinte:

Documento gerado oficialmente pelo SREI
www.registradores.org.br
Central Registradores de Imóveis

Livro:- 5.211 – Páginas 061/063

PROCURAÇÃO bastante que faz:
ITAÚ UNIBANCO S.A.
244035

SAIBAM quantos este público instrumento virem que no ano de dois mil e vinte (2.020) aos vinte e um (21) dias do mês de FEVEREIRO, nesta cidade de São Paulo, na sede do Outorgante, onde eu, escrevente a chamado vim, compareceu como outorgante **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Prq Jabaquara, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12/08/2019, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 532.740/19-1, em 08/10/2019, da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas sob nº 1.292/19; neste ato, nos termos do artigo 10º de seu referido estatuto social consolidado, representado, neste ato representado(a) por seu Diretor Executivo CARLOS ORESTES VANZO, brasileiro, casado, bacharel direito, RG nº 19.972.959-1, CPF nº 122.230.988-27 e por seu Diretor LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI, brasileiro, casado, economista, RG nº 25.730.732-1, CPF nº 294.299.308-18, residentes e domiciliados nesta capital, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 410.678/19-3, em 29/07/2019, da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas sob nº 902/19; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/05/2019, registrada na JUCESP sob nº 461.253/19-7, em 29/08/2019, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 1.092/19 e através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12/08/2019 acima mencionada; reconhecidos pelos próprios por mim de que trato, do que dou fé. Pelo Outorgante, na forma como vem representado, me foi dito que por este instrumento, e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **GRUPO 1: ANDREA HAMU CAMARGO NUCADA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 00003110130, CPF nº 758.553.131-15; **ANTONIO CARLOS GONCALVES**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº M4206635, CPF nº 642.329.646-49; **CLADIR JOSE KUZMA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 38242997, CPF nº 554.232.569-68; **CLEBER GOBBY**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 21.501.752-3 – SSP/SP, CPF nº 112.080.848-01; **CYRO DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4007005, CPF nº 633.163.316-20; **ELAINE MURCIA**

MANETTI, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 26.138.994-4, CPF nº 254.315.078-18; **ELTON GUSTAVO VAZ**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 62399422, CPF nº 020.489.369-03; **FABIO AUGUSTO DE ALMEIDA ALVES**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 6736960, CPF nº 004.455.199-16; **FABIO PEDRO DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16178484, CPF nº 112.174.778-70; **FERNANDO DE SA PINTO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M5099917, CPF nº 954.249.896-91; **HEDERSON MARCIO CANTOS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 203725761, CPF nº 105.220.298-50; **JOAO LIBERIO PORTO**, brasileiro, divorciado, bancário, OAB nº 13997/GO, CPF nº 458.050.321-04; **JORGE CALDERARO GIORDANO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 5897446, CPF nº 956.417.342-68; **JOSE GERALDO MARTINS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 1.896.297, CPF nº 402.480.461-87; **KARLA VANESSA DOS SANTOS RAMALHO DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 09269522-0 SECC, CPF nº 026.524.457-90; **MARA RUBIA DOS SANTOS CEZAR**, brasileira, solteira, bancária, RG nº 273875826, CPF nº 122.005.948-01; **MARCIA BARBOSA MARRA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 000M5854758, CPF nº 807.772.286-53; **MAURO LUCIO ALCANTARA DO CARMO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7731753, CPF nº 001.872.196-64; **RICARDO ANDRE VASTA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M2282345, CPF nº 509.560.786-72; **ROBERTO DE LIMA RODRIGUES**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 042910000, CPF nº 001.383.287-57; **RODRIGO FIGUEIREDO SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 261461047, CPF nº 261.163.968-01; **RODRIGO GARCIA COUTINHO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 42428485, CPF nº 018.976.209-85; **SIMONE DA CRUZ SIMOES**, brasileira, casada, bancária, RG nº 12349914-7, CPF nº 084.385.347-67; **TIAGO BEZERRA PATU**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 6308666, CPF nº 051.259.684-04; **VICTOR BUSTAMANTE**, brasileiro, divorciado, bancário, RG nº 117490011, CPF nº 086.894.257-05; **GRUPO 2:** **ANTONIO CARLOS MUHLERT E SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4231681, CPF nº 019.715.524-37; **ANTONIO MANUEL PALMEIRA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 088557335, CPF nº 016.734.547-80; **JOAO HENRIQUE DA FONSECA**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 375566296, CPF nº 224.754.188-77; **JOEL MELQUIADES DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 00040121137, CPF nº 531.438.929-00; **KESLLEY ROMANELLI CRISPIM**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 217185411, CPF nº 185.332.928-21; **GRUPO 3:** **GILBERTO MIRABELLI JUNIOR**, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 24.413.410-8, CPF nº 179.621.978-97; **VALÉRIA LIMEIRA**, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 21.299.483-9, CPF nº 181.824.118-82; **VANIA CRISTINA LA FALCE**, brasileira, casada, bancária, RG nº 253146811, CPF nº 181.754.158-78; **GRUPO 4:** **CARLOS ORESTES VANZO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 199729591, CPF nº 122.230.988-27; **LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 257307321, CPF nº 294.299.308-18, todos com endereço comercial na Pc Alfredo Egydio S Aranha 100, nº 100, Torre Olavo Setubal, 1º Andar, Prq Jabaquara, São Paulo/SP, aos quais confere poderes para: a) I. Representar o Outorgante, ativa e passivamente, perante terceiros, inclusive pessoa jurídicas de direito público interno ligados às administrações direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podendo receber correspondências, assinar ofícios, intimações ou quaisquer impugnações ou recursos; II. participar de licitação pública e privada, em qualquer localidade do território nacional, em todas as suas modalidades e tipos, certames competitivos, Request for Proposal - RFP, credenciar representantes, comparecer às audiências e sessões de julgamento, anuir nos termos, assinar e apresentar as respectivas propostas, inclusive apresentar lances verbais, documentos, declarações ou quaisquer instrumentos, estipular preços, concordar com cláusulas e condições, aceitar e cumprir exigências, assinar atas e requerimentos, interpor recursos, impugnar, desistir, praticar enfim, todos e quaisquer atos necessários a sua participação até conclusão do respectivo processo; III. requerer certidões, declarações e

Registradores www.registradores.org.br Central Registradores de Imóveis

demais documentos de natureza fiscal, requisitar levantamento de dados, guias e outros documentos para quitação de débitos existentes e regularizações de pendências; b) Assinar contratos, convênios, aditivos e distratos referentes a cobrança de tributos, rendas, interveniência e anuência em operação de vinculação de receitas, cessão e transferências de créditos envolvendo garantias e ou contragarantias prestadas pela União junto a Organismos e/ou Fundos Nacionais e Internacionais e demais serviços bancários; c) Substabelecer com reservas de iguais os poderes descritos nas alíneas 'a' e 'd'; d) I. Representar o(a) Outorgante, ativa e passivamente, perante a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Empresas públicas, Autarquias, Fundações e Sociedades de economia mista, para assinatura de contratos de financiamento, empréstimo, mútuo, garantia, contragarantia, acordo entre credores sindicalizados, propostas, ofícios, intimações, aditivos e documentos em geral, cessão definitiva de direitos creditórios, participações especiais e compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos e minerais, cédula de crédito bancário e demais produtos de crédito, podendo praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato. II. Nomear instituição pública ou privada como líder para representação em sindicatos. Substabelecimento restrito ao Grupo 3. **FORMA DE REPRESENTAÇÃO:** Os poderes da alínea ‘a’ serão exercidos **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, por qualquer integrante do Grupo 1; Os poderes da alínea ‘b’ serão exercidos **em conjunto**, sendo necessariamente um integrante do Grupo 1 e um integrante do Grupo 2; Os poderes da alínea ‘c’ serão exercidos **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, por qualquer integrante do Grupo 3; Os poderes da alínea ‘d’ serão exercidos **em conjunto**, por quaisquer integrantes dos Grupos 2 ou 3 ou 4; **O(s) Outorgado(s) ora constituído(s) fica(m) ciente(s) de que ao se desligar(em) do quadro de administradores/funcionários/prestadores de serviços do Conglomerado Itaú Unibanco, do qual faz(em) parte, não mais poderá(ão) exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsável(is) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. Esta procuração vigorará até o dia 21 de fevereiro de 2021**.- Declaram os Outorgantes que uma cópia da presente está arquivada na Superintendência de Assuntos Corporativos conforme registro sob o nº **ITB-0012/2020-3. ÓRGÃO DE DÉBITO 48856.**- De como assim o disse dou fé pediu e lhe lavrei o presente instrumento, que feito e lhe sendo lido em voz alta, pausada e clara, foi achado conforme, outorga aceita e assina. Ao Tabelião: R$ 280,88, Estado: R$ 79,82, Sec. Faz.: R$ 54,64, ISS: R$ 6,00, M.P: R$ 13,48, R.Civil: R$ 14,78, Tribunal: R$ 19,28, Sta. Casa: R$ 2,80, Total: R$ 471,68 SELO DIGITAL Nº:1112031PR024403521022020C A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: ttps://selodigital.tjsp.jus.br mediante a informação do código QR Code abaixo ou pelo número do selo digital. Eu, JOSÉ ROBERTO PAULO, escrevente, a escrevi. EU, HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES, Substituta a subscrevo. (aa) CARLOS ORESTES VANZO / LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI / HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES (LEGALMENTE SELADA). - Nada mais se continha em dito instrumento, do qual não consta a margem, nenhuma anotação quanto a sua revogação, renuncia ou substabelecimento, então extrai a presente certidão, a qual me reporto e dou fé, nesta cidade de São Paulo-SP, aos **20 (VINTE) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE)**. Eu, ALESSANDRO MARTINS DE SOUZA, a conferi e assino .Ao Tabelião: R$ 38,39, Estado: R$ 10,93, Secretaria da Fazenda: R$ 7,47, Imp.SP R$ 0,82, M.P R$ 1,85, R.Civil: R$ 2,02, Tribunal: R$ 2,64, Santa Casa: R$ 0,38, Total.: R$ 64,50. **SELO DIGITAL Nº:1112031CE024535500000120F**. A certidão foi gerada e assinada digitalmente por **Alessandro Martins de Souza**, substituto do Tabelião, sob a forma de **documento eletrônico**, mediante processo de certificação digital disponibilizada pela ICP-Brasil, nos

www.registradores.org.br Central Registradores de Imóveis

termos da Medida Provisória n. 2200-2, de 24 de agosto de 2001, devendo, para sua validade ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade.

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores
Central Registradores de Imóveis

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

NOME
JORGE CALDERARO GIORDANO JUNIOR

DOC.IDENTIDADE / ORG.EMISSOR UF
5897446 PC PA

CPF
956.417.342-68

DATA NASCIMENTO
13/04/1990

FILIAÇÃO
JORGE CALDERARO GIORDANO
AURISTELA PETRONILIA SOARES GIORDANO

PERMISSÃO

ACC

CAT.HAB.
B

Nº REGISTRO
04797057014

VALIDADE
04/10/2023

1ª HABILITAÇÃO
30/10/2009

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

16626470 77

OBSERVAÇÕES

INTERPRINT LTDA

ASSINATURA DO PORTADOR

PROIBIDO PLASTIFICAR

16626470 77

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
05/10/2018

Alessandro Amaro da Matta
Diretor DETRAN/MG
ASSINATURA DO EMISSOR

66538656510
MG542431858

MINAS GERAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
2076-8
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CARTEIRA DE IDENTIDADE
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
21.501.752-3
2 Via
03/12/2016
CLEBER GOBBY
OSWALDO GOBBY
ENID ELISA MARIA DOMENICI GOBBY
S.PAULO - SP
25/08/1972
SÃO PAULO -SP ACLIMAÇÃO
112080948/01

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
8310-5
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
POLEGAR DIREITO
4A6C5742
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
122005948/01

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 27.387.582-6 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 21/05/2018

NOME
MARA RÚBIA DOS SANTOS CEZAR

FILIAÇÃO
VICENTE SALGADO CEZAR
MARIA APARECIDA DOS SANTOS CEZAR

NATURALIDADE
TAUBATÉ - SP

DATA DE NASCIMENTO
26/03/1973

DOC ORIGEM
TAUBATÉ-SP PRIMEIRO SUBDISTRITO CN:LV.A125/FLS.140 /Nº74628

CPF
122005948/01

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisionário UIRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
SP
NOME
ELAINE MURCIA MANETTI
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
26138994 SSP/SP
CPF
254.315.078-18
DATA NASCIMENTO
10/09/1976
FILIAÇÃO
MARIO MANETTI
ELIZABETH MURCIA MANETTI
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
00802993705
VALIDADE
04/02/2025
1ª HABILITAÇÃO
20/12/1994
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
19590861122
OBSERVAÇÕES
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
SAO PAULO, SP
DATA EMISSÃO
04/02/2020
Paulo Roberto Falcao Ribeiro Diretor Presidente Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR
05722690645
SP001007477
SÃO PAULO
PROIBIDO PLASTIFICAR
19590861122

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.701.190/0001-04 **MATRIZ**		**22/08/1944**

NOME EMPRESARIAL
ITAU UNIBANCO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EST UNIF	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100	**.**	**TORRE OLAVO SETUBAL**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
04.344-902	**PARQUE JABAQUARA**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
UNIDADEDEATENDIMENTOAFISCALIZACAO@CORREIO.ITAU.COM.BR	**(11) 3003-4828**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2020** às **10:38:22** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017411

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **260**, conforme justificativa:
PARA ATUALIZAR A DATA DAS CERTIDÕES.

Em, **06/10/2020 12:45:04.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017412

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **261 a 272**, conforme justificativa: **PARA ATUALIZAR A DATA DAS CERTIDÕES.**

Em, **06/10/2020 12:45:04.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017413

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **273**, conforme justificativa:
PARA ATUALIZAR A DATA DAS CERTIDÕES.

Em, **06/10/2020 12:45:04.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017414

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **274 a 280**, conforme justificativa: **PARA ATUALIZAR A DATA DAS CERTIDÕES.**

Em, **06/10/2020 12:45:04.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO
Documento Nº 2020/24839/017415

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **281**, conforme justificativa:
PARA ATUALIZAR A DATA DAS CERTIDÕES.

Em, **06/10/2020 12:45:04.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ nº 60.701.190/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A., relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no exercício alcançou R$ 15.273 milhões e o Patrimônio Líquido R$ 61.639 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R$ 3,24.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R$ 1.188.959 milhões e estavam substancialmente formados por R$ 636.759 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 295.820 milhões de Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Carteira de Câmbio e R$ 101.735 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R$ 1.055.885 milhões.

CIRCULAR Nº 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R$ 31.089 milhões, representando apenas 10,9% do total de Títulos e Valores Mobiliários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 27 de março de 2018.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		**703.965.196**	**715.631.451**
DISPONIBILIDADES	**3a**	**9.911.205**	**9.514.711**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**3a, 3b, 4**	**285.701.325**	**331.485.449**
Aplicações no Mercado Aberto		234.290.548	268.835.267
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		51.410.777	62.650.182
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3c, 3d e 5**	**141.332.843**	**131.431.658**
Carteira Própria		49.265.513	34.943.162
Vinculados a Compromissos de Recompra		58.310.284	68.309.753
Vinculados a Prestação de Garantias		4.903.023	2.465.708
Vinculados ao Banco Central		3.386.777	–.–
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		2.075.561	7.026.966
Instrumentos Financeiros Derivativos		23.391.685	18.686.069
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		**99.290.588**	**80.124.996**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	1.565
Créditos Vinculados		98.716.317	79.955.717
Depósitos no Banco Central	3b	98.707.826	79.949.305
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	16c	8.491	6.412
Correspondentes		34.532	31.857
Repasses Interfinanceiros		539.738	135.857
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3e, 3g e 6**	**107.419.144**	**108.042.564**
Operações de Crédito		115.097.077	116.505.456
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.677.933)	(8.462.892)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**3f, 3g e 6**	**(83)**	**(640)**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		142.826	149.268
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(141.666)	(147.734)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(1.243)	(2.174)
OUTROS CRÉDITOS		**58.677.985**	**53.620.563**
Carteira de Câmbio	7	29.187.865	26.337.778
Rendas a Receber		2.511.088	1.846.449
Negociação e Intermediação de Valores		4.163.610	5.262.497
Créditos Tributários	11b	17.346.946	14.793.365
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	9b,9c e 9d	1.151.487	1.124.320
Diversos	10a	4.717.610	4.696.864
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	3g e 6e	(400.621)	(440.710)
OUTROS VALORES E BENS	**3h**	**1.632.189**	**1.412.150**
Outros Valores e Bens		866.186	642.780
(Provisões para Desvalorizações)		(360.162)	(107.685)
Despesas Antecipadas	10b	1.126.165	877.055
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**372.196.903**	**419.590.858**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**3b e 4**	**66.610.593**	**43.233.430**
Aplicações no Mercado Aberto		6.286.039	10.649.055
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		60.324.554	32.584.375
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3c, 3d e 5**	**143.114.646**	**198.076.638**
Carteira Própria		41.787.584	35.369.460
Vinculados a Compromissos de Recompra		67.352.151	119.977.928
Vinculados a Prestação de Garantias		4.390.368	4.116.770
Vinculados ao Banco Central		698.010	4.454.448
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		8.364.513	12.863.925
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.522.020	21.294.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS		**104.722**	**280.330**
Depósitos no Banco Central	3b	–.–	46.035
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	16c	104.722	234.295
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3e, 3g e 6**	**116.323.363**	**120.023.179**
Operações de Crédito		131.495.538	135.080.842
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.172.175)	(15.057.663)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**3f, 3g e 6**	**(2)**	**(11)**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		2.036	10.285
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(2.025)	(10.213)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(13)	(83)
OUTROS CRÉDITOS		**45.786.837**	**57.791.337**
Carteira de Câmbio	7	14.199.979	20.817.339
Rendas a Receber		1.135	1.388
Negociação e Intermediação de Valores		–.–	–.–
Créditos Tributários	11b	18.838.055	24.277.933
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	9b,9c e 9d	7.302.971	7.149.665
Diversos	10a	5.481.098	5.584.560
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	3g e 6e	(36.401)	(39.548)
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	**3h e 10b**	**256.744**	**185.955**
PERMANENTE		**112.796.849**	**106.092.386**
INVESTIMENTOS		**103.086.095**	**96.642.176**
Participações em Coligadas e Controladas	3i e 12 I	101.735.498	95.996.314
No País		75.744.773	70.987.144
No Exterior		25.990.725	25.009.170
Outros Investimentos		1.426.078	721.343
(Provisões para Perdas)		(75.481)	(75.481)
IMOBILIZADO DE USO	**3j**	**4.748.353**	**5.149.762**
Imóveis de Uso		3.084.896	2.996.562
Outras Imobilizações de Uso		9.866.644	9.563.200
(Depreciações Acumuladas)		(8.203.187)	(7.410.000)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**3k e 6d**	**12.522**	**42.242**
Bens Arrendados		11.978	40.750
(Depreciações Acumuladas)		544	1.492
INTANGÍVEL	**3m e 12 II**	**4.949.879**	**4.258.206**
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento		1.059.890	1.045.006
Outros Ativos Intangíveis		6.965.714	5.526.722
(Amortização Acumulada)		(3.075.725)	(2.313.522)
TOTAL DO ATIVO		**1.188.958.948**	**1.241.314.695**

PASSIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		**668.992.610**	**704.449.692**
DEPÓSITOS	**3b e 8a**	**219.918.629**	**209.952.190**
Depósitos à Vista		79.675.378	70.988.464
Depósitos de Poupança		108.669.977	98.350.206
Depósitos Interfinanceiros		6.395.096	25.238.928
Depósitos a Prazo		25.178.178	15.374.592
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**3b e 8a**	**293.713.626**	**338.813.753**
Carteira Própria		96.438.029	111.421.359
Carteira de Terceiros		187.239.438	207.969.706
Carteira Livre Movimentação		10.036.159	19.422.688
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**3b, 8a e 8b**	**38.639.816**	**31.138.766**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		34.842.544	27.965.728
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		2.034.355	1.122.737
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		1.762.917	2.050.301
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		**1.428.688**	**1.123.434**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.042.170	912.994
Correspondentes		386.518	210.440
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		**4.946.553**	**5.365.073**
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.925.440	5.315.511
Transferências Internas de Recursos		21.113	49.562
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	**3b e 8a**	**21.624.251**	**28.754.517**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	**3b e 8a**	**7.806.623**	**8.985.800**
BNDES		3.377.093	3.460.930
CEF		1.129	1.654
FINAME		4.314.977	5.440.415
Outras Instituições		113.424	82.801
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3d e 5bl**	**17.468.921**	**18.749.942**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**63.445.503**	**61.566.217**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		276.553	242.084
Carteira de Câmbio	7	25.043.954	21.833.526
Sociais e Estatutárias		4.346.827	5.692.120
Fiscais e Previdenciárias	3o, 3p e 11c	2.577.966	1.174.285
Negociação e Intermediação de Valores		1.687.188	7.257.300
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior		201	1.281
Credores por Antecipação de Valor Residual	3f e 6d	9.244	27.486
Dívidas Subordinadas	3b, 8a e 8c	12.346.230	10.396.348
Provisões para Passivos Contingentes	9b e 9c	4.096.354	3.616.115
Diversas	10c	13.060.986	11.325.672
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**457.834.224**	**467.084.636**
DEPÓSITOS	**3b e 8a**	**273.278.764**	**205.947.772**
Depósitos Interfinanceiros		154.539.680	136.370.836
Depósitos a Prazo		118.739.084	69.576.936
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**3b e 8a**	**74.108.705**	**124.215.822**
Carteira Própria		28.429.627	75.877.009
Carteira Livre Movimentação		45.679.078	48.338.813
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**3b, 8a e 8b**	**32.747.605**	**31.120.714**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		26.474.085	26.221.530
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.649.162	1.712.732
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		2.624.358	3.186.452
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	**3b e 8a**	**4.027.505**	**5.734.562**
Empréstimos no País - Outras Instituições		1.664	1.655
Empréstimos no Exterior		4.025.841	5.732.907
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	**3b e 8a**	**16.064.894**	**20.556.472**
BNDES		7.879.471	9.091.563
CEF		447.144	386.351
FINAME		7.720.488	10.854.969
Outras Instituições		17.791	223.589
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3d e 5bl**	**15.443.887**	**16.768.467**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**42.162.864**	**62.740.827**
Carteira de Câmbio	7	14.168.915	20.856.235
Sociais e Estatutárias		31	196
Fiscais e Previdenciárias	3o, 3p e 11c	13.479.739	12.562.930
Credores por Antecipação de Valor Residual	3f e 6d	1.625	7.383
Dívidas Subordinadas	3b, 8a e 8c	4.482.427	16.018.790
Provisões para Passivos Contingentes	9b e 9c	8.198.925	9.800.551
Diversas	10c	1.831.202	3.494.742
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**3r**	**492.599**	**313.991**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13**	**61.639.515**	**69.466.376**
Capital Social		47.425.426	47.425.426
Reservas de Capital		710.018	709.205
Reservas de Reavaliação		5.949	6.152
Reservas de Lucros		15.539.517	24.298.876
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c, 3q e 13c	(2.041.395)	(2.973.283)
TOTAL DO PASSIVO		**1.188.958.948**	**1.241.314.695**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em Milhares de Reais)*

	NOTAS	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**51.117.449**	**115.979.647**	**150.195.312**
Operações de Crédito	3e	22.685.782	46.823.764	48.546.598
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	206.377	244.148	182.277
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	22.857.167	55.579.967	75.367.865
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	2.055.512	6.186.558	19.629.282
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.312.611	7.145.210	6.469.290
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(35.203.831)**	**(86.231.633)**	**(105.771.076)**
Operações de Captação no Mercado		(31.385.218)	(74.915.487)	(98.107.488)
Operações de Empréstimos e Repasses		(504.741)	(2.376.161)	5.784.710
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	(204.570)	(234.450)	(56.818)
Resultado de Operações de Câmbio		555.502	1.056.739	1.079.336
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3g e 6e	(3.664.804)	(9.762.274)	(14.470.816)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**15.913.618**	**29.748.014**	**44.424.236**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(5.934.820)**	**(10.090.391)**	**(20.746.988)**
Receitas de Prestação de Serviços	10d	5.102.571	9.930.577	9.276.006
Rendas de Tarifas Bancárias	10d	3.710.456	7.286.240	6.707.036
Despesas de Pessoal	10e	(7.438.102)	(14.280.030)	(13.567.586)
Outras Despesas Administrativas	10f	(6.138.673)	(11.956.143)	(12.462.347)
Despesas Tributárias	3p e 11a II	(1.864.449)	(3.639.372)	(4.802.750)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	3i e 12 I	3.811.872	7.606.956	(1.416.805)
Outras Receitas Operacionais	10g	166.784	287.167	376.040
Outras Despesas Operacionais	10h	(3.285.279)	(5.325.786)	(4.856.582)
RESULTADO OPERACIONAL		**9.978.798**	**19.657.623**	**23.677.248**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(93.617)**	**(275.026)**	**(13.846)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**9.885.181**	**19.382.597**	**23.663.402**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**3p e 11a I**	**(1.384.017)**	**(3.949.375)**	**(10.329.414)**
Devidos sobre Operações do Período		299.706	(256.439)	4.770
Referentes a Diferenças Temporárias		(1.683.723)	(3.692.936)	(10.334.184)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	**14b**	**(97.858)**	**(159.962)**	**(157.707)**
LUCRO LÍQUIDO		**8.403.306**	**15.273.260**	**13.176.281**
Nº AÇÕES	**13a**		**4.717.210.452**	**4.717.210.452**
LUCRO POR AÇÃO - R$			**3,24**	**2,79**

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:20:00.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263612] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em Milhares de Reais)*

	2º Semestre 2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**9.556.521**	**16.282.833**	**(299.536)**
Lucro Líquido	8.403.306	15.273.260	13.176.281
Ajustes ao Lucro Líquido:	**1.153.215**	**1.009.573**	**(13.475.817)**
Ajustes ao Valor de Mercado de T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	921.609	1.226.780	(31.947.531)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.664.804	9.762.274	14.470.815
Resultado de Operações com Dívida Subordinada	812.572	2.185.708	4.106.710
Depreciações e Amortizações	1.005.451	1.940.563	2.194.596
Amortização de Ágio	183.570	367.757	(1.071.994)
Tributos Diferidos	1.683.723	3.692.936	10.334.184
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(3.811.872)	(7.606.956)	1.416.805
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(5.111.394)	(11.910.127)	(13.595.908)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	1.266.197	659.991	467.920
Constituição (Reversão) para Perdas e Bens não de Uso Próprio	95.986	252.477	42.253
(Ganho) Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio	127.887	325.431	103.941
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	1.676	4.721	1.437
Ajuste de Baixa de Imobilizado de Arrendamento	(1.213)	(6.658)	(55.626)
Outros	314.219	114.676	56.581
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	**3.552.839**	**(22.904.213)**	**(28.017.099)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30.724.791	36.569.868	(6.234.995)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(12.412.013)	(4.147.095)	33.315.492
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(10.222.589)	(18.712.486)	(23.852.592)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(2.323.415)	(413.024)	(972.633)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(2.718.964)	(3.744.839)	16.385.877
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.240.439	183.135	399.402
(Aumento) Redução em Operações de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	(1.400.939)	(4.180.843)	1.627.274
(Redução) Aumento em Depósitos	42.872.416	72.513.741	10.506.725
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(30.233.707)	(95.207.244)	(19.987.265)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(1.806.056)	8.232.093	(6.031.888)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(8.032.707)	(14.508.078)	(33.359.198)
(Redução) Aumento em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(3.666.385)	34.469	40.821
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	1.399.473	386.751	421.252
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	191.382	178.607	(185.473)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(58.887)	(89.268)	(89.898)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**13.109.360**	**(6.621.380)**	**(28.316.635)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	745.730	1.765.301	5.306.538
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	27.282.040	58.484.067	28.601.750
Recursos de Juros de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	1.291.438	3.227.958	2.833.485
Alienação de Investimentos	30.958	30.958	314.465
Aquisição de Investimentos	(555.227)	(706.429)	(4.555.294)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(4.258.323)	(4.259.280)	(96.090)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(112.016)	(121.315)	(291.869)
Redução de Capital em Coligadas e Controladas	39.686	39.686	21.144.449
Aumento de Capital em Controladas e Coligadas	(72.616)	(74.320)	(25.459.935)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos Recebidos na Reorganização Societária (Nota 13d)	408.267	408.267	17
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	(40.915)	(95.747)	187.504
Aquisição de Imobilizado de Uso	(407.668)	(584.329)	(739.089)
Alienação de Imobilizado de Uso	2.827	6.265	29.945
Aquisição de Intangível	(1.260.847)	(1.650.873)	(909.727)
Alienação de Intangível	2.432	21.035	5.622
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**23.095.766**	**56.491.244**	**26.371.771**
Aumento/Redução de Capital - Líquido	–.–	–.–	7.099.863
Resgate por Dívida Subordinada	(4.563.799)	(11.772.190)	(12.171.502)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(18.230.127)	(25.463.367)	(4.593.579)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(22.793.926)**	**(37.235.557)**	**(9.665.218)**
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 3a)	**13.411.200**	**12.634.307**	**(11.610.082)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	21.053.584	21.830.477	33.440.559
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período/Exercício	34.464.784	34.464.784	21.830.477
Disponibilidades	9.911.205	9.911.205	9.514.711
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	1.226.854	1.226.854	1.226.854
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.326.725	23.326.725	11.088.912

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13) *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01/07/2017	**47.425.426**	**709.671**	**6.050**	**3.275.198**	**23.372.832**	**(2.695.316)**	–.–	**72.093.861**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	34.151	–.–	34.151
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(101)	–.–	–.–	–.–	101	–.–
Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(13.011.920)	–.–	–.–	(13.011.920)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	–.–	347	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	347
Garantias Financeiras Prestadas	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	548.269	–.–	548.269
Operações no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	71.501	–.–	71.501
Dividendos Pagos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	8.403.306	8.403.306
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	420.165	1.483.242	–.–	(1.903.407)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(6.500.000)	(6.500.000)
SALDOS EM 31/12/2017	**47.425.426**	**710.018**	**5.949**	**3.695.363**	**11.844.154**	**(2.041.395)**	–.–	**61.639.515**
MUTAÇÕES NO PERÍODO	–.–	**347**	**(101)**	**420.165**	**(11.528.678)**	**653.921**	–.–	**(10.454.346)**
SALDOS EM 01/01/2016	**40.325.563**	**708.074**	**6.357**	**2.272.886**	**14.239.121**	**(1.353.029)**	–.–	**56.198.972**
Aumento de Capital - AGE de 19/05/2016	12.333.329	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	12.333.329
Redução de Capital - AGE de 17/11/2016	(5.233.466)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(5.233.466)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(576.364)	–.–	(576.364)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(205)	–.–	–.–	–.–	205	–.–
Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.030.000)	–.–	–.–	(2.030.000)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	–.–	1.131	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.131
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.043.890)	–.–	(1.043.890)
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	13.176.281	13.176.281
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	658.814	9.158.055	–.–	(9.816.869)	–.–
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.535.000)	(1.535.000)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.824.617)	(1.824.617)
SALDOS EM 31/12/2016	**47.425.426**	**709.205**	**6.152**	**2.931.700**	**21.367.176**	**(2.973.283)**	–.–	**69.466.376**
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	**7.099.863**	**1.131**	**(205)**	**658.814**	**7.128.055**	**(1.620.254)**	–.–	**13.267.404**
SALDOS EM 01/01/2017	**47.425.426**	**709.205**	**6.152**	**2.931.700**	**21.367.176**	**(2.973.283)**	–.–	**69.466.376**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(29.404)	–.–	(29.404)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(203)	–.–	–.–	–.–	203	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(17.311.920)	–.–	–.–	(17.311.920)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	–.–	813	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	813
Garantias Financeiras Prestadas	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(220.902)	(220.902)
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	672.724	–.–	672.724
Operações no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	288.568	–.–	288.568
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	15.273.260	15.273.260
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	763.663	7.788.898	–.–	(8.552.561)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(6.500.000)	(6.500.000)
SALDOS EM 31/12/2017	**47.425.426**	**710.018**	**5.949**	**3.695.363**	**11.844.154**	**(2.041.395)**	–.–	**61.639.515**
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	–.–	**813**	**(203)**	**763.663**	**(9.523.022)**	**931.888**	–.–	**(7.826.861)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2018.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Conforme determinado no parágrafo 1º, do artigo 2º, da Circular nº 2.804, de 11/02/1998, do BACEN, as Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (Nota 16f).

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Em atendimento à Carta Circular 3.828, de 19/06/2017, do BACEN, o balanço patrimonial de 31/12/2016 foi ajustado nos seguintes itens:

Passivo	Publicado 31/12/2016	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2016
Relações Interfinanceiras	–.–	912.861	912.861
Credores Diversos no País e no Exterior	912.861	(912.861)	–.–

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - O ITAÚ UNIBANCO define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Depósitos no Banco Central, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

• **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

• **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos acima, nas controladas do ITAÚ UNIBANCO, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Equivalência Patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

• ***Hedge* de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado; e

• ***Hedge* de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:19:18.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263606] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

e) Operações de Crédito (Operações com Características de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *accrual* até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As receitas decorrentes da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) estão classificadas na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias.

f) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG) - Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superveniência/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen nº 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. De acordo a Circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência de depreciação no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

As operações de arrendamento mercantil são atualizadas (*accrual*) até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) está classificada na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil, as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias e as apropriações em resultado das operações de arrendamento mercantil operacional ocorrem na data da exigibilidade da contraprestação.

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697, de 24/02/2000 dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência; e
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, os *write-offs* devem ser efetuados após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com o prazo a decorrer superior a 36 meses.

h) Outros Valores e Bens - Compostos basicamente por Bens não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros e comissões pagas aos revendedores na concessão de financiamento ou *leasing* de veículos.

i) Investimentos - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior adaptadas aos critérios contábeis vigentes em nosso país e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura (10 anos) ou por sua realização.

j) Imobilizado de Uso - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido e às seguintes taxas anuais:

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança,Transporte e Comunicação	10% a 20%
Imóveis de Uso	4% a 8%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Até 10%
Sistema de Processamento de Dados	20% a 50%

k) Imobilizado de Arrendamento Mercantil - Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são: edificações 4%, móveis e utensílios e instalações 10%, máquinas e equipamentos de 10% a 50%, veículos e afins de 20% a 25% e outros bens de 10% a 20%.

As contraprestações dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro passaram a ser registradas no resultado de acordo com a Resolução CMN nº 3.617/08, a partir de 30 de Setembro de 2015, conforme determinação do BACEN.

l) Perdas em Arrendamento a Amortizar - A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.

m) Intangível - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por valor do ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da sociedade, conforme determina a Lei nº 9.532/97, amortizável conforme prazo estipulado em laudos de avaliação, direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e *softwares* e carteiras de clientes, amortizados em prazos de cinco a dez anos.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - O ITAÚ UNIBANCO avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados, no mínimo, uma vez por ano.

As perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Reconhecemos na Demonstração do Resultado, na rubrica Outras Despesas Operacionais, perdas por redução ao valor recuperável, referente aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e *Softwares*, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos, no valor de R$ (14.266) (R$ (324.113) de 01/01 a 31/12/2016).

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas pelo CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

I - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; e
- **Passivos Contingentes** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

II - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota contínua 9,00%.

q) Benefícios Pós-emprego

Planos de Pensão - Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido - é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidas integralmente em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO por meio de fundo previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

r) Resultados de Exercícios Futuros - Referem-se basicamente às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas da fluência do prazo.

s) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512, de 28/07/2016, do CMN. Os ajustes decorrentes da aplicação inicial da referida resolução foram registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2017						31/12/2016	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	**33.989.583**	**200.300.965**	–.–	**6.286.039**	**240.576.587**	**68,3**	**279.484.322**	74,5
Posição Bancada (1)	764.720	7.265.779	–.–	3.366.600	11.397.099	3,2	25.201.488	6,7
Posição Financiada	31.007.893	157.468.587	–.–	2.919.439	191.395.919	54,4	209.983.126	56,0
Posição Vendida	2.216.970	35.566.599	–.–	–.–	37.783.569	10,7	44.299.708	11,8
Aplicações em Depósitos Interfinanceiro (2)	**23.368.541**	**13.894.386**	**14.147.850**	**60.324.554**	**111.735.331**	**31,7**	**95.234.557**	**25,5**
Total	**57.358.124**	**214.195.351**	**14.147.850**	**66.610.593**	**352.311.918**	**100,0**	**374.718.879**	**100,0**
% por prazo de vencimento	16,3	60,8	4,0	18,9				
Total - 31/12/2016	**213.322.645**	**78.234.247**	**39.928.557**	**43.233.430**	**374.718.879**			
% por prazo de vencimento	56,9	20,9	10,7	11,5				

(1) Inclui R$ 3.305.176 (R$ 3.289.361 em 31/12/2016) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN.

(2) Inclui R$ 258.024 referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2017											31/12/2016
		Provisão para Ajuste a Valor de Mercado Refletida no:										
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	**91.784.007**	**293.652**	**847.469**	**92.925.128**	**32,7**	**13.567.064**	**1.481.390**	**2.227.103**	**12.946.684**	**11.062.963**	**51.639.924**	**71.843.788**
Letras Financeiras do Tesouro	6.137.910	1.264	(45)	6.139.129	2,2	–.–	1.464.391	–.–	96.130	359.544	4.219.064	4.980.470
Letras do Tesouro Nacional	31.967.073	22.909	265.757	32.255.739	11,3	10.920.710	–.–	2.207.817	6.133.107	7.389.800	5.604.305	17.691.331
Notas do Tesouro Nacional	34.195.731	244.642	384.819	34.825.192	12,2	2.644.870	16.910	19.273	6.717.286	1.934.723	23.492.130	28.557.176
Tesouro Nacional/Securitização	197.416	(220)	22.457	219.653	0,1	–.–	89	13	161	227	219.163	229.284
Títulos da Dívida Externa Brasileira	19.285.877	25.057	174.481	19.485.415	6,9	1.484	–.–	–.–	–.–	1.378.669	18.105.262	20.385.527
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	**5.970.045**	**1.078**	**(15.114)**	**5.956.009**	**2,1**	**1.202.844**	**361.007**	**1.390.996**	**2.583.936**	**322.511**	**94.715**	**1.422.364**
Argentina	212.570	1.119	–.–	213.689	0,1	1.808	35.193	7.522	120.615	4.639	43.912	24.524
Chile	2.186	(7)	–.–	2.179	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.179	795
Colômbia	25.855	(44)	–.–	25.811	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.251	24.560	663
Coreia do Sul	1.437.285	–.–	–.–	1.437.285	0,5	–.–	–.–	500.191	937.094	–.–	–.–	649.069
Dinamarca	1.950.783	–.–	1	1.950.784	0,7	955.547	–.–	502.719	492.518	–.–	–.–	487.231
Espanha	1.758.207	–.–	1	1.758.208	0,6	245.489	162.418	–.–	1.033.709	316.592	–.–	240.535
México	564.375	(31)	(15.108)	549.236	0,2	–.–	163.396	380.564	–.–	–.–	5.276	5.257
Paraguai	2.600	(9)	–.–	2.591	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.591	–.–
Uruguai	14.259	27	–.–	14.286	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14.286	13.258
Outros	1.925	23	(8)	1.940	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	29	1.911	1.032
TÍTULOS DE EMPRESAS	**142.577.937**	**(206.219)**	**(719.071)**	**141.652.647**	**49,8**	**18.209.530**	**2.797.469**	**2.003.153**	**2.630.038**	**6.256.102**	**109.756.355**	**216.261.968**
Eurobonds e Assemelhados	5.245.443	(878)	35.930	5.280.495	1,9	28.454	289.721	857.641	986.160	1.189.239	1.929.280	7.433.551
Ações	2.057.708	(233.568)	218.506	2.042.646	0,7	2.042.646	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.556.909
Debêntures (1)	97.437.476	30.240	(990.626)	96.477.090	33,9	99.986	303.180	474.784	503.895	3.641.214	91.454.031	167.847.368
Nota Promissória	3.246.331	–.–	(2.398)	3.243.933	1,1	–.–	2.088.965	398.601	162.780	549.579	44.008	2.173.593
Cédula do Produtor Rural	2.858.205	–.–	(29.785)	2.828.420	1,0	15.621	47.948	182.130	393.014	216.850	1.972.857	1.424.946
Cotas de Fundos	15.999.506	(713)	24.030	16.022.823	5,6	16.022.823	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	15.845.257
Direito Creditório	1.336.569	–.–	–.–	1.336.569	0,5	1.336.569	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.234.395
Renda Fixa	12.926.700	932	10	12.927.642	4,5	12.927.642	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14.485.105
Renda Variável	1.736.237	(1.645)	24.020	1.758.612	0,6	1.758.612	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	125.757
Certificados de Recebíveis Imobiliários	14.650.806	(1.045)	18.673	14.668.434	5,2	–.–	4.910	50.013	121.009	517.942	13.974.560	16.582.079
Letras Financeiras	648.433	(116)	222	648.539	0,2	–.–	31.818	13.941	463.035	139.745	–.–	2.815.918
Outros	434.029	(139)	6.377	440.267	0,2	–.–	30.927	26.043	145	1.533	381.619	582.347
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**240.331.989**	**88.511**	**113.284**	**240.533.784**	**84,6**	**32.979.438**	**4.639.866**	**5.621.252**	**18.160.658**	**17.641.576**	**161.490.994**	**289.528.120**
Títulos para Negociação	82.544.371	88.511	–.–	82.632.882	29,1	12.946.215	1.195.281	2.360.263	9.591.179	6.771.575	49.768.369	86.251.697
Títulos Disponíveis para Venda	126.699.001	–.–	113.284	126.812.285	44,6	10.876.114	3.439.675	3.210.976	8.448.470	9.390.257	91.446.793	168.421.170
Títulos Mantidos até o Vencimento (2)	31.088.617	–.–	–.–	31.088.617	10,9	9.157.109	4.910	50.013	121.009	1.479.744	20.275.832	34.855.253

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:22:41.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263647] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

a) Resumo por Vencimento *(continuação)*

	31/12/2017											31/12/2016
		Provisão para Ajuste a Valor de Mercado Refletida no:										
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**26.877.324**	**17.036.381**	–.–	**43.913.705**	**15,4**	**8.517.660**	**4.078.858**	**3.500.826**	**7.294.341**	**11.527.317**	**8.994.703**	**39.980.176**
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2017	**267.209.313**	**17.124.892**	**113.284**	**284.447.489**	**100,0**	**41.497.098**	**8.718.724**	**9.122.078**	**25.454.999**	**29.168.893**	**170.485.697**	**329.508.296**
% por prazo de vencimento						**14,6%**	**3,1%**	**3,2%**	**8,9%**	**10,3%**	**59,9%**	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2017	**(36.581.078)**	**3.668.270**	–.–	**(32.912.808)**	**100,0**	**(8.220.007)**	**(1.197.564)**	**(2.206.803)**	**(5.844.547)**	**(6.002.326)**	**(9.441.561)**	
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2016	**316.604.942**	**13.377.154**	**(473.800)**	**329.508.296**	**100,0**	**28.189.876**	**7.184.181**	**9.696.666**	**11.752.202**	**31.850.092**	**240.835.279**	
% por prazo de vencimento						**8,6%**	**2,2%**	**2,9%**	**3,6%**	**9,7%**	**73,1%**	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2016	**(41.707.637)**	**6.189.228**	–.–	**(35.518.409)**	**100,0**	**(6.374.547)**	**(3.578.229)**	**(3.674.858)**	**(5.122.308)**	**(6.487.542)**	**(10.280.925)**	

(1) Inclui basicamente títulos emitidos pela Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil;

(2) Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam um ajuste no valor de R$ 603.981 (R$ (181.075) em 31/12/2016).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um crescente nível de sofisticação dos produtos financeiros utilizados. Como conseqüência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, *commodities* e demais preços de ativos. Desta forma, o ITAÚ UNIBANCO e suas controladas operam nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de *stress*.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades. As operações de derivativos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

Os contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de *swap*, termos, opções e futuros, todas registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, *swaps* com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, New York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição. Ressaltamos, também, que na carteira da instituição não existem operações estruturadas com base em ativos *subprime* e todas estas operações são baseadas em fatores de risco negociados em bolsa.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31/12/2017 eram relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros, *commodities*, cupons de dólar e de TR, LIBOR e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, a instituição tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo derivativos, otimizar a relação risco-retorno mesmo em situações de grande volatilidade.

A maioria dos derivativos da carteira da instituição é negociada em bolsa. Para estes derivativos são utilizados os preços divulgados pelas próprias bolsas, exceto em casos em que se identifique baixa representatividade do preço por liquidez de seu contrato específico. Os derivativos tipicamente apreçados desta forma são os contratos futuros. Da mesma forma, existem outros instrumentos que possuem cotações (preços justos) diretamente divulgadas por instituições independentes e que são apreçados utilizando estas informações diretas. Caem nesta situação grande parte dos títulos públicos brasileiros, títulos (públicos e privados) internacionais de alta liquidez e ações.

Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e os títulos pouco líquidos.

O valor total das margens dadas em garantia era de R$ 3.493.339 (R$ 752.623 em 31/12/2016) e estava composto basicamente por Títulos Públicos.

I - Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) (A Pagar)/Pago	Ajuste a Valor de Mercado (no Resultado)	Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Futuros	**466.117.847**	**580.894.433**	**11.023**	**148.317**	**159.340**	**150.623**
Compromissos de Compra	**263.075.874**	**174.847.010**	**(6.071)**	**137.039**	**130.968**	**(149.310)**
Moeda Estrangeira	21.712.490	27.577.323	246	153.403	153.649	58.932
Mercado Interfinanceiro	166.263.914	109.176.617	27.162	(5)	27.157	968
Índices	56.973.382	25.553.557	(33.553)	(16.359)	(49.912)	(209.116)
Títulos	18.066.967	12.520.337	(6)	–.–	(6)	(18)
Commodities	59.121	19.176	80	–.–	80	(76)
Compromissos de Venda	**203.041.973**	**406.047.423**	**17.094**	**11.278**	**28.372**	**299.933**
Moeda Estrangeira	22.826.479	68.483.602	547	755	1.302	4.096
Mercado Interfinanceiro	95.568.919	194.032.743	(50.465)	(56)	(50.521)	(10.890)
Índices	73.382.066	133.185.712	66.739	10.579	77.318	306.551
Títulos	11.218.348	10.274.881	216	–.–	216	46
Commodities	38.000	56.754	62	–.–	62	116
Outros	8.161	13.731	(5)	–.–	(5)	14
Contratos de *Swaps*	–.–	–.–	**(10.489.939)**	**(1.436.529)**	**(11.926.468)**	**(15.565.679)**
Posição Ativa	**226.597.466**	**236.327.582**	**2.442.529**	**3.362.731**	**5.805.260**	**6.252.340**
Moeda Estrangeira	82.620.495	91.243.618	897.462	123.414	1.020.876	1.134.969
Mercado Interfinanceiro	57.924.501	55.381.483	653.976	(59.544)	594.432	1.902.966
Prefixados	40.103.927	26.976.069	602.455	2.474.931	3.077.386	1.453.941
Pós-Fixados	1.121.397	3.585.205	(1.635)	529.109	527.474	822.801
Índices	44.813.675	59.115.551	290.193	294.794	584.987	937.337
Commodities	–.–	4.876	–.–	–.–	–.–	–.–
Outros	13.471	20.780	78	27	105	326
Posição Passiva	**237.087.405**	**251.298.521**	**(12.932.468)**	**(4.799.260)**	**(17.731.728)**	**(21.818.019)**
Moeda Estrangeira	19.289.089	21.407.153	(596.149)	(11.304)	(607.453)	(920.085)
Mercado Interfinanceiro	43.595.435	57.228.876	(1.604.227)	51.242	(1.552.985)	(4.966.646)
Prefixados	149.370.868	137.759.848	(9.392.174)	(2.541.382)	(11.933.556)	(11.786.971)
Pós-Fixados	2.590.000	3.797.352	(16.477)	(531.442)	(547.919)	(831.272)
Índices	22.204.866	30.811.038	(1.322.958)	(1.766.432)	(3.089.390)	(3.303.433)
Títulos	–.–	20.439	–.–	–.–	–.–	(8.947)
Commodities	–.–	259.985	–.–	–.–	–.–	(665)
Outros	37.147	13.830	(483)	58	(425)	–.–
Contratos de Opções	**2.112.238.495**	**825.752.835**	**269.601**	**21.889.327**	**22.158.928**	**19.417.095**
De Compra - Posição Comprada	**231.133.232**	**138.154.060**	**929.330**	**(228.774)**	**700.556**	**473.598**
Moeda Estrangeira	25.571.928	36.806.888	585.843	(205.468)	380.375	350.265
Mercado Interfinanceiro	26.483.535	1.247.053	37.293	11.403	48.696	21.266
Índices	178.729.184	99.867.639	294.108	(37.665)	256.443	93.846
Títulos	118.542	62.941	3.469	(1.563)	1.906	745
Commodities	230.043	169.539	8.617	4.519	13.136	7.476
De Venda - Posição Comprada	**882.144.987**	**283.496.354**	**14.506.655**	**13.622.699**	**28.129.354**	**26.205.202**
Moeda Estrangeira	175.894.123	182.928.691	13.919.990	13.331.742	27.251.732	26.094.375
Mercado Interfinanceiro	11.622.576	7.357.301	20.543	95.887	116.430	4.347
Índices	691.829.992	91.982.394	492.333	236.492	728.825	94.580
Títulos	2.642.477	1.148.706	70.052	(40.045)	30.007	8.450
Commodities	155.819	79.262	3.737	(1.377)	2.360	3.450
De Compra - Posição Vendida	**230.538.659**	**268.268.526**	**(14.107.130)**	**8.703.493**	**(5.403.637)**	**(5.420.550)**
Moeda Estrangeira	176.106.824	185.037.755	(13.901.016)	8.636.268	(5.264.748)	(5.295.339)
Mercado Interfinanceiro	23.573.956	94.534	(31.351)	31.226	(125)	(84)
Índices	30.477.473	83.084.336	(167.068)	33.349	(133.719)	(123.346)
Títulos	284.148	33.177	(4.593)	2.413	(2.180)	(1.353)
Commodities	96.258	18.724	(3.102)	237	(2.865)	(428)
De Venda - Posição Vendida	**768.421.617**	**135.833.895**	**(1.059.254)**	**(208.091)**	**(1.267.345)**	**(1.841.155)**
Moeda Estrangeira	21.382.521	28.176.656	(524.678)	113.037	(411.641)	(1.737.804)
Mercado Interfinanceiro	8.721.647	3.260.492	(18.397)	(85.672)	(104.069)	(6.537)
Índices	737.843.510	104.173.664	(502.592)	(244.018)	(746.610)	(82.774)
Títulos	328.017	32.366	(5.645)	3.898	(1.747)	(111)
Commodities	145.922	190.717	(7.942)	4.664	(3.278)	(13.929)
Operações a Termo	**9.373.811**	**11.983.429**	**180.279**	**(731)**	**179.548**	**(1.102)**
Compras a Receber	**1.628.929**	**941.448**	**1.644.259**	**49**	**1.644.308**	**947.372**
Prefixados	1.129.691	395.052	1.145.225	(274)	1.144.951	400.863
Pós-Fixados	499.214	546.396	499.010	322	499.332	546.509
Títulos	24	–.–	24	1	25	–.–
Obrigações por Compra a Pagar	–.–	–.–	**(1.644.259)**	–.–	**(1.644.259)**	**(947.048)**
Prefixados	–.–	–.–	(1.145.225)	–.–	(1.145.225)	(401.092)
Pós-Fixados	–.–	–.–	(499.010)	–.–	(499.010)	(545.956)
Títulos	–.–	–.–	(24)	–.–	(24)	–.–
Vendas a Receber	**182.154**	**6.937.560**	**4.500.231**	**115**	**4.500.346**	**2.556.634**
Mercado Interfinanceiro	–.–	4.386.966	–.–	–.–	–.–	6
Prefixados	–.–	2.250.232	2.446.970	–.–	2.446.970	2.256.573
Pós-Fixados	–.–	300.362	1.872.932	–.–	1.872.932	300.055
Títulos	182.154	–.–	180.329	115	180.444	–.–
Obrigações por Venda a Entregar	**7.562.728**	**4.104.421**	**(4.319.952)**	**(895)**	**(4.320.847)**	**(2.558.060)**
Mercado Interfinanceiro	3.260.813	4.104.421	–.–	(259)	(259)	(1.608)
Prefixados	2.428.014	–.–	(2.446.970)	326	(2.446.644)	(2.256.207)
Pós-Fixados	1.873.851	–.–	(1.872.932)	(963)	(1.873.895)	(300.245)
Títulos	50	–.–	(50)	1	(40)	–.–

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:20:11.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27263617] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

I - Derivativos por Indexador *(continuação)*

	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) (A Pagar)/Pago	Ajuste a Valor de Mercado (no Resultado)	Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Derivativos de Crédito - Moeda Estrangeira	**7.831.260**	**9.358.506**	**(31.335)**	**56.498**	**25.163**	**12.206**
Posição Ativa	**4.041.334**	**3.875.070**	**36.494**	**38.674**	**75.168**	**131.538**
Posição Passiva	**3.789.926**	**5.483.436**	**(67.829)**	**17.824**	**(50.005)**	**(119.332)**
Forwards	**139.876.722**	**100.945.895**	**329.652**	**47.311**	**376.963**	**670.370**
Posição Ativa	**77.697.662**	**57.601.481**	**2.707.208**	**42.864**	**2.750.072**	**3.131.763**
Moeda Estrangeira	77.616.706	57.323.069	2.701.545	42.319	2.743.864	3.112.306
Índices	–.–	72.315	–.–	–.–	–.–	894
Commodities	80.956	206.097	5.663	545	6.208	18.563
Posição Passiva	**62.179.060**	**43.344.414**	**(2.377.556)**	**4.447**	**(2.373.109)**	**(2.461.393)**
Moeda Estrangeira	62.004.526	43.073.444	(2.363.922)	4.568	(2.359.354)	(2.436.498)
Índices	–.–	26.594	–.–	–.–	–.–	(195)
Commodities	174.534	244.376	(13.634)	(121)	(13.755)	(24.700)
Verificação de *Swap*	**954.781**	**1.493.459**	**(72.182)**	**18.435**	**(53.747)**	**(264.606)**
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	**513.781**	**923.459**	**448**	**67.683**	**68.131**	**88.246**
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	**441.000**	**570.000**	**(72.630)**	**(49.248)**	**(121.878)**	**(352.852)**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**1.792.066**	**1.174.501**	**99.144**	**(17.974)**	**81.170**	**42.860**
Posição Ativa	**1.792.066**	**1.174.501**	**99.144**	**(17.974)**	**81.170**	**42.860**
Prefixados	1.792.066	1.174.501	99.144	(17.974)	81.170	42.860
			Ativo	**17.036.384**	**43.913.705**	**39.980.176**
			Passivo	**3.668.270**	**(32.912.808)**	**(35.518.409)**
			Total	**20.704.654**	**11.000.897**	**4.461.767**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação/Valor Referencial	**0 - 30**	**31-180**	**181 - 365**	**Acima de 365**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Contratos de Futuros	63.965.062	145.025.265	86.394.609	170.732.911	466.117.847	580.894.433
Contratos de *Swap*s	18.722.505	26.086.514	48.760.871	130.585.047	224.154.937	231.708.678
Contratos de Opções	422.222.570	326.051.190	495.713.958	868.250.777	2.112.238.495	825.752.835
Operações a Termo	6.736.378	1.643.025	994.408	–.–	9.373.811	11.983.429
Derivativos de Crédito	–.–	125.704	754.224	6.951.332	7.831.260	9.358.506
Forwards	23.466.682	91.989.811	15.692.453	8.727.776	139.876.722	100.945.895
Verificação de *Swap*	–.–	292.781	–.–	662.000	954.781	1.493.459
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	–.–	56.484	253.836	1.481.746	1.792.066	1.174.501

II - Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Futuros	***Swaps***	**Opções**	**Termo**	**Derivativos de Crédito**	***Forwards***	**Verificação *Swap***	**Outros**
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	**334.885.030**	**29.006.794**	**1.728.861.632**	**3.442.967**	–.–	–.–	–.–	–.–
Balcão	**131.232.817**	**195.148.143**	**383.376.863**	**5.930.844**	**7.831.260**	**139.876.722**	**954.781**	**1.792.066**
Instituições Financeiras	131.232.817	102.306.223	364.556.150	–.–	7.831.260	119.647.973	–.–	1.792.066
Empresas	–.–	28.608.275	18.520.274	5.930.844	–.–	20.108.303	954.781	–.–
Pessoas Físicas	–.–	64.233.645	300.439	–.–	–.–	120.446	–.–	–.–
Total - 31/12/2017	**466.117.847**	**224.154.937**	**2.112.238.495**	**9.373.811**	**7.831.260**	**139.876.722**	**954.781**	**1.792.066**
Total - 31/12/2016	**580.894.433**	**231.708.678**	**825.752.835**	**11.983.429**	**9.358.506**	**100.945.895**	**1.493.459**	**1.174.501**

III - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito (Ativos e Passivos), demonstrada pelo seu valor referencial.

	Valor Referencial	
	31/12/2017	31/12/2016
Transferidos	**3.580.910**	**3.875.070**
*Swap*s de créditos cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e Valores Mobiliários	3.580.910	3.875.070
Recebidos	**(4.250.350)**	**(5.483.436)**
*Swap*s de créditos cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e Valores Mobiliários	(4.250.350)	(5.483.436)
Total	**(669.440)**	**(1.608.366)**

IV - *Hedge* Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

I - Fluxo de Caixa - o objetivo deste *hedge* do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB, Empréstimos Sindicalizados/Operações Ativas, Captações e Operações Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI/LIBOR/Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, Selic e Taxas de câmbio.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*	Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*
Estratégias	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (*)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (*)	Valor Contábil
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	69.253.139	(3.595.979)	70.663.298	93.804.279	(2.479.977)	95.302.890
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	–.–	–.–	–.–	6.844.110	(45.592)	6.844.110
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável/Compromissos Firmes	232.167	(4.718)	218.879	–.–	–.–	–.–
Hedge de Operações Ativas	23.919.178	429.349	23.489.527	24.167.833	311.932	26.495.381
Hedge de Compromissadas Ativas	31.855.096	672.321	31.099.006	2.546.108	24.062	2.523.771
Total	**125.259.580**	**(2.499.027)**	**125.470.710**	**127.362.330**	**(2.189.575)**	**131.166.152**

(*) Valor líquido dos efeitos tributários registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os ganhos ou perdas relativos ao *Hedge* Contábil de Fluxo de Caixa, que esperamos reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, montam em R$ (1.907.845) (R$ 184.943 em 31/12/2016).

Para proteger os fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI/LIBOR/Selic), o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negociou contratos de Futuro DI na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, *swap* de taxa de juros e Futuro Euro Dólar na Bolsa de Chicago.

II - A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de *Hedge* Fluxo de Caixa.

	31/12/2017						
Estratégias	**0-1 anos**	**1-2 anos**	**2-3 anos**	**3-4 anos**	**4-5 anos**	**5-10 anos**	**Total**
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	35.973.635	12.229.910	6.985.466	12.403.273	–.–	1.660.855	69.253.139
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	162.309	69.858	–.–	–.–	–.–	–.–	232.167
Hedge de Operações Ativas	16.725.587	5.940.862	–.–	1.252.729	–.–	–.–	23.919.178
Hedge de Compromissadas Ativas	250.600	25.208.848	3.956.763	1.349.092	–.–	1.089.793	31.855.096
Total	**53.112.131**	**43.449.478**	**10.942.229**	**15.005.094**	**–.–**	**2.750.648**	**125.259.580**

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

	31/12/2016						
Estratégias	**0-1 anos**	**1-2 anos**	**2-3 anos**	**3-4 anos**	**4-5 anos**	**5-10 anos**	**Total**
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	34.975.681	32.329.613	11.701.155	6.961.916	7.400.399	435.515	93.804.279
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	6.844.110	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	6.844.110
Hedge de Operações Ativas	4.627.346	13.718.433	4.889.852	–.–	932.202	–.–	24.167.833
Hedge de Compromissadas Ativas	–.–	–.–	1.465.380	917.839	162.889	–.–	2.546.108
Total	**46.447.137**	**46.048.046**	**18.056.387**	**7.879.755**	**8.495.490**	**435.515**	**127.362.330**

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

c) Evolução do Ajuste a Valor de Mercado do Período

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	**16.903.007**	**(10.672.021)**
Ajustes com efeitos no:		
Resultado	**1.226.780**	**31.947.531**
Títulos para Negociação	(169.263)	1.044.333
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)	1.396.043	30.903.198
Patrimônio Líquido	**277.632**	**(4.372.503)**
Disponível para Venda	587.084	1.158.743
Hedge Contábil (Futuro)	(309.452)	(5.531.246)
Saldo Final	**18.407.419**	**16.903.007**
Ajuste a Valor de Mercado	**18.407.419**	**16.903.007**
Títulos para Negociação	88.511	257.774
Títulos Disponíveis para Venda	113.284	(473.800)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)	18.205.624	17.119.033
Para Negociação	20.704.651	19.308.608
Hedge Contábil (Futuro)	(2.499.027)	(2.189.575)

d) Resultado Realizado na Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro (Prejuízo) - Títulos para Negociação	1.233.666	950.302
Lucro (Prejuízo) - Títulos Disponíveis para Venda	245.260	(186.695)
Lucro (Prejuízo) - Derivativos	6.019.554	(9.603.267)
Lucro (Prejuízo) - Variação Cambial Investimentos no Exterior	270.435	(3.454.940)
Total	**7.768.915**	**(12.294.600)**

Durante o período findo em 31/12/2017, o ITAÚ UNIBANCO reconheceu R$ 1.060.293 de despesas por redução ao valor recuperável, sendo R$ 784.715 para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R$ 275.578 para Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento. A perda líquida de reversões totalizou R$ 979.169 (R$ 1.522.012 de perdas em 31/12/2016) registrada na demonstração de resultado na linha "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos".

e) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários (artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN)

A Administração determina diretrizes para a classificação de Títulos e Valores Mobiliários. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2008, do BACEN, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "Mantidos até o Vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

No período, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	31/12/2017										31/12/2016
Níveis de Risco	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**Total**
Operações de Crédito	**145.599.882**	**50.069.616**	**13.659.459**	**10.077.963**	**7.109.536**	**4.616.875**	**4.337.337**	**3.863.201**	**7.581.598**	**246.915.467**	**251.932.287**
Empréstimos e Títulos Descontados	49.546.441	44.629.025	10.000.213	8.476.182	5.704.876	3.486.258	3.207.723	2.390.439	6.976.423	134.417.580	128.424.467
Operações Com Cartões de Crédito	–.–	343.404	11.330	9.645	4.653	3.737	3.710	3.209	31.212	410.900	476.485
Financiamentos	44.950.550	3.719.113	2.164.778	844.808	914.941	671.054	545.459	1.198.069	313.121	55.321.893	63.820.241
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.970.690	1.016.584	477.298	53.551	74.587	92.559	204	1.975	22.768	8.710.216	10.642.617
Financiamentos Imobiliários	44.132.201	361.490	1.005.840	693.777	410.479	363.267	580.241	269.509	238.074	48.054.878	48.568.477
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 6d)	**15**	**1.066**	**196**	**271**	**90**	**30**	**14**	**9**	**1.210**	**2.901**	**9.056**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	**2.056.651**	**1.472.854**	**347.126**	**97.081**	**38.486**	**60.010**	**108.967**	**638**	**–.–**	**4.181.813**	**4.929.849**
Outros Créditos - Diversos (Nota 10a) (2)	**15.706**	**586.902**	**–.–**	**24.115**	**620**	**143.007**	**2.176**	**1.965**	**288.689**	**1.063.180**	**1.866.454**
Total Operações com Características de Concessão de Crédito	**147.672.254**	**52.130.438**	**14.006.781**	**10.199.430**	**7.148.732**	**4.819.922**	**4.448.494**	**3.865.813**	**7.871.497**	**252.163.361**	**258.737.646**
Garantias Financeiras Prestadas (3)	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**62.856.521**	**68.185.288**
Total com Garantias Financeiras Prestadas	**147.672.254**	**52.130.438**	**14.006.781**	**10.199.430**	**7.148.732**	**4.819.922**	**4.448.494**	**3.865.813**	**7.871.497**	**315.019.882**	**326.922.934**
TOTAL EM 31/12/2016	**160.263.887**	**43.547.782**	**13.737.331**	**11.455.075**	**8.137.388**	**5.455.619**	**3.871.973**	**3.200.694**	**9.067.897**	**258.737.646**	

(1) Composto por Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Importação Financiamento - Câmbio Contratado, contabilizados em Outros Créditos/Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 7).

(2) Composto por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Avais e Fianças Honrados.

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:22:23.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263643] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
					Operações em Curso Anormal (1)						
Parcelas Vincendas	–.–	–.–	**1.081.184**	**1.022.265**	**806.401**	**911.986**	**762.296**	**773.847**	**2.700.522**	**8.058.501**	**3,2%**
01 a 60	–.–	–.–	65.713	65.274	60.481	50.201	47.723	51.497	204.169	545.058	0,2%
61 a 90	–.–	–.–	27.438	25.613	25.048	25.811	18.889	21.676	112.816	257.291	0,1%
91 a 180	–.–	–.–	79.334	73.536	72.522	85.771	57.084	66.169	246.004	680.420	0,3%
181 a 365	–.–	–.–	87.883	134.508	138.946	274.208	162.371	125.378	451.474	1.374.768	0,5%
Acima de 365	–.–	–.–	820.816	723.334	509.404	475.995	476.229	509.127	1.686.059	5.200.964	2,1%
Parcelas Vencidas	–.–	–.–	**125.934**	**207.189**	**252.012**	**255.446**	**1.473.448**	**583.415**	**2.725.685**	**5.623.129**	**2,2%**
01 a 60	–.–	–.–	125.934	192.699	128.518	126.633	729.638	93.785	283.800	1.681.007	0,7%
61 a 90	–.–	–.–	–.–	10.682	109.279	40.399	595.798	229.095	208.267	1.193.520	0,5%
91 a 180	–.–	–.–	–.–	3.808	14.215	83.755	135.056	243.368	827.529	1.307.731	0,5%
181 a 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	4.659	12.956	17.167	1.345.153	1.379.935	0,5%
Acima de 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	60.936	60.936	0,0%
Subtotal	–.–	–.–	**1.207.118**	**1.229.454**	**1.058.413**	**1.167.432**	**2.235.744**	**1.357.262**	**5.426.207**	**13.681.630**	**5,4%**
					Operações em Curso Normal						
Parcelas Vincendas	**147.192.277**	**51.776.027**	**12.701.123**	**8.857.619**	**6.014.440**	**3.538.500**	**2.190.831**	**2.471.380**	**2.424.815**	**237.167.012**	**94,1%**
01 a 60	20.321.759	10.642.235	2.942.323	2.045.448	980.948	376.074	327.992	165.587	163.094	37.965.460	15,1%
61 a 90	6.157.785	1.731.074	559.608	357.965	105.958	65.139	54.662	41.795	117.623	9.191.609	3,6%
91 a 180	18.417.399	4.696.787	1.451.164	753.993	344.906	237.713	210.453	198.485	255.913	26.566.813	10,5%
181 a 365	24.598.348	6.978.206	2.074.528	1.360.934	724.796	485.488	237.995	230.742	189.174	36.880.211	14,7%
Acima de 365	77.696.986	27.727.725	5.673.500	4.339.279	3.857.832	2.374.086	1.359.729	1.834.771	1.699.011	126.562.919	50,2%
Parcelas Vencidas até 14 dias	**479.978**	**354.411**	**98.540**	**112.356**	**75.878**	**113.990**	**21.920**	**37.171**	**20.475**	**1.314.719**	**0,5%**
Subtotal	**147.672.255**	**52.130.438**	**12.799.663**	**8.969.975**	**6.090.318**	**3.652.490**	**2.212.751**	**2.508.551**	**2.445.290**	**238.481.731**	**94,6%**
Total Geral em 31/12/2017	**147.672.255**	**52.130.438**	**14.006.781**	**10.199.429**	**7.148.731**	**4.819.922**	**4.448.495**	**3.865.813**	**7.871.497**	**252.163.361**	
Provisão Existente	–.–	**(516.091)**	**(418.803)**	**(1.018.923)**	**(2.143.904)**	**(3.005.720)**	**(4.448.022)**	**(3.865.426)**	**(7.871.497)**	**(23.288.386)**	
Provisão Requerida	–.–	(260.652)	(140.068)	(305.983)	(714.873)	(1.445.976)	(2.224.248)	(2.706.069)	(7.871.497)	(15.669.366)	
Provisão Complementar	–.–	(255.439)	(278.735)	(712.940)	(1.429.031)	(1.559.744)	(2.223.774)	(1.159.357)	–.–	(7.619.020)	
Total Geral em 31/12/2016	**160.263.887**	**43.547.782**	**13.737.331**	**11.455.075**	**8.137.388**	**5.455.619**	**3.871.973**	**3.200.694**	**9.067.897**	**258.737.646**	
Provisão Existente	–.–	**(431.123)**	**(410.746)**	**(1.144.362)**	**(2.440.403)**	**(3.436.579)**	**(3.871.586)**	**(3.200.374)**	**(9.067.897)**	**(24.003.070)**	
Provisão Requerida	–.–	(213.605)	(130.198)	(335.361)	(766.351)	(1.618.965)	(1.866.762)	(1.896.795)	(9.067.897)	(15.895.934)	
Provisão Complementar	–.–	(217.518)	(280.548)	(809.001)	(1.674.052)	(1.817.614)	(2.004.824)	(1.303.579)	–.–	(8.107.136)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

c) Composição por Setores de Atividade

	31/12/2017	31/12/2016
Setor Público	**1.393.080**	**2.648.814**
Setor Privado	**250.770.281**	**256.088.832**
Pessoa Jurídica	163.759.450	171.893.875
Pessoa Física	87.010.831	84.194.957
TOTAL	**252.163.361**	**258.737.646**

d) Composição do Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Arrendamento Financeiro	**1.171**	**1.606**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	144.862	159.553
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(143.691)	(157.947)
Outros Valores e Bens - Bens Reintegrados	**77**	**77**
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	**12.522**	**42.242**
Bens Arrendados	11.978	40.750
Veículos	11.978	40.750
Depreciação Acumulada	544	1.492
(Depreciação Acumulada)	(11.978)	(40.716)
Superveniência de Depreciação	12.522	42.208
(Credores por Antecipação do Valor Residual)	**(10.869)**	**(34.869)**
TOTAL	**2.901**	**9.056**

e) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	**(24.003.070)**	**(23.276.147)**
Reclassificação de Saldo de Provisão (1)	(504.659)	–.–
Saldo Oriundo da Aquisição da Carteira Citibank	(225.876)	–.–
Constituição Líquida do Período	**(9.762.274)**	**(14.470.816)**
Requerida pela Resolução nº 2.682/99	(10.250.389)	(15.949.826)
Complementar	488.115	1.479.010
Write-Off	11.207.493	13.743.893
Saldo Final	**(23.288.386)**	**(24.003.070)**
Provisão Requerida pela Resolução 2.682/99 (Nota 3g)	(15.669.366)	(15.895.934)
Provisão Complementar (2)	(7.619.020)	(8.107.136)

(1) Refere-se à reclassificação de saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa que estava registrado no passivo.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN.

Em 31/12/2017, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 9,24% (9,28% em 31/12/2016).

f) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - No período foram recuperados créditos baixados (*write-off*) contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R$ 2.300.388 (R$ 2.001.349 de 01/01 a 31/12/2016), que se encontram registrados em Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

II - Em 31/12/2017 o saldo de créditos renegociados totalizava R$ 14.161.111 (R$ 12.136.062 em 31/12/2016), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R$ 6.625.370 (R$ 5.789.045 em 31/12/2016).

g) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

I. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente à época com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios, o montante em 31/12/2017 das operações cedidas com coobrigação onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios das operações cedidas é de R$ 106.503 (R$ 134.359 em 31/12/2016), composto por operações de Crédito Imobiliário R$ 98.054 (R$ 124.205 em 31/12/2016) e Crédito Rural R$ 8.449 (R$ 10.154 em 31/12/2016).

II. A partir de Janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533/08, de 31/01/2008, do CMN e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Abaixo, composição das Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros com retenção de riscos e benefícios.

Natureza da Operação	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo		Passivo (1)		Ativo		Passivo (1)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil (Nota 10c)	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil (Nota 10c)	Valor Justo
Crédito Imobiliário	2.353.957	2.294.831	2.347.240	2.288.114	2.924.996	2.822.697	2.920.302	2.818.003
Capital de Giro	2.650.606	2.650.606	2.570.017	2.570.017	2.767.733	2.767.733	2.767.520	2.767.520
Veículos (2)	–.–	–.–	1.660	1.660	–.–	–.–	3.155	3.155
Crédito PJ (2)	–.–	–.–	3.084	3.084	–.–	–.–	5.862	5.862
Total	**5.004.563**	**4.945.437**	**4.922.001**	**4.862.875**	**5.692.729**	**5.590.430**	**5.696.839**	**5.594.540**

(1) Rubrica Outras Obrigações Diversas;

(2) Cessão de Operações que já estavam baixadas a prejuízo.

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios totalizam R$ 1.137.324 (R$ 4.287.801 em 31/12/2016) com efeito no resultado de R$ 235.351 (R$ 65.030 em 31/12/2016), líquido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

No período, foi realizada transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios entre empresas ligadas, referente as operações consideradas pela Administração como de expectativa de recuperação remota.

A carteira no montante de R$ 6.652.460, integralmente baixada para prejuízo, foi realizada pelo valor de R$ 69.860 de acordo com laudo de avaliação externo.

As aquisições de carteiras de créditos com retenção de riscos do cedente realizadas durante o ano de 2017 totalizam R$ 165.353 (R$ 435.102 durante o período de 2016).

h - Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	31/12/2017 Carteira	31/12/2017 Provisão	31/12/2016 (*) Carteira	31/12/2016 (*) Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	36.157.228	(901.225)	34.532.756	(310.133)
Fianças Bancárias Diversas	20.561.314	(824.770)	24.128.440	(923.780)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.598.906	(86.701)	7.163.208	(113.851)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública	291.600	(52)	–.–	–.–
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	2.133.560	(53.858)	2.027.155	(68.782)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	–.–	–.–	3.372	(3.291)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	113.913	(446)	330.357	(25.608)
Total	**62.856.521**	**(1.867.052)**	**68.185.288**	**(1.445.445)**

(*) Para a classificação dos saldos de 31/12/2016 foi realizada uma adequação em função da nova abertura exigida pelo Regulador.

NOTA 7 - CARTEIRA DE CÂMBIO

	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO - OUTROS CRÉDITOS	**43.387.844**	**47.155.117**
Câmbio Comprado a Liquidar - ME	21.678.164	25.122.003
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN	21.904.656	22.288.271
(Adiantamentos Recebidos) - MN	(268.851)	(343.251)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	73.875	88.094
PASSIVO - OUTRAS OBRIGAÇÕES	**39.212.869**	**42.689.761**
Câmbio Vendido a Liquidar - ME	22.109.520	21.790.540
Obrigações por Compras de Câmbio - MN	21.204.585	25.734.340
(-) Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Importação Financiamento - Câmbio Contratado	(4.108.010)	(4.841.746)
Outras	6.774	6.627
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**306.205**	**402.358**
Créditos Abertos para Importação - ME	281.414	335.796
Créditos de Exportação Confirmados - ME	24.791	66.562

NOTA 8 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2017 0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2016 Total	%
Depósitos	193.676.872	16.987.881	9.253.876	273.278.764	493.197.393	49,2	415.899.962	40,3
Captações no Mercado Aberto	249.430.518	19.706.149	24.576.959	74.108.705	367.822.331	36,7	463.029.575	44,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.099.936	18.318.512	16.221.368	32.747.604	71.387.420	7,1	57.022.727	5,5
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	1.999.616	14.726.488	12.704.770	20.092.399	49.523.273	4,9	64.031.351	6,2
Dívidas Subordinadas	1.283.273	10.145.385	917.572	4.482.428	16.828.658	1,7	26.415.138	2,6
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	70.981	182.991	1.508.945	2.624.358	4.387.275	0,4	5.236.753	0,6
Total	**450.561.196**	**80.067.406**	**65.183.490**	**407.334.258**	**1.003.146.350**	**100,0**	**1.031.635.506**	**100,0**
% por prazo de vencimento	45,0	8,0	6,5	40,6				
Total - 31/12/2016	**449.895.370**	**75.198.028**	**102.947.976**	**403.594.132**	**1.031.635.506**			
% por prazo de vencimento	43,6	7,3	10,0	39,1				

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2017 0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2016 Total	%
RECURSOS DE LETRAS:	**3.922.774**	**16.903.316**	**14.016.454**	**26.474.085**	**61.316.629**	**85,9**	**54.187.258**	**87,0**
de Crédito Imobiliário	1.822.948	9.469.374	2.754.008	4.478.460	18.524.790	25,9	19.178.742	30,8
de Crédito Agronegócio	1.386.364	3.638.737	2.536.746	7.538.268	15.100.115	21,2	15.442.249	24,8
Financeiras	713.462	3.795.205	8.725.700	14.457.357	27.691.724	38,8	19.566.267	31,4
OBRIGAÇÕES POR TVM NO EXTERIOR - Non-Trade Related	**106.181**	**1.232.205**	**695.969**	**3.649.161**	**5.683.516**	**8,0**	**2.835.469**	**4,6**
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	**70.981**	**182.991**	**1.508.945**	**2.624.358**	**4.387.275**	**6,1**	**5.236.753**	**8,4**
Total	**4.099.936**	**18.318.512**	**16.221.368**	**32.747.604**	**71.387.420**	**100,0**	**62.259.480**	**100,0**
% por prazo de vencimento	5,6	25,7	22,7	46,0				
Total - 31/12/2016	**2.691.756**	**12.921.058**	**13.475.651**	**27.934.262**	**62.259.480**			
% por prazo de vencimento	2,3	30,9	6,2	60,6				

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:20:35.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263621] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

c) Dívidas Subordinadas

	31/12/2017						31/12/2016	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
CDB	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	929.395	3,5
Letras Financeiras	1.283.273	10.145.385	917.572	4.482.428	16.828.658	100,0	25.485.743	96,5
Total	**1.283.273**	**10.145.385**	**917.572**	**4.482.428**	**16.828.658**	**100,0**	**26.415.138**	**100,0**
% por prazo de vencimento	7,6	60,3	5,5	26,6				
Total - 31/12/2016	**68.209**	**9.039.351**	**1.134.039**	**19.433.330**	**29.674.929**			
% por prazo de vencimento	2,3	30,9	6,2	60,6				

Nome do Papel/Moeda	Principal Contratado (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo em 31/12/2017
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	42.000	2011	2018	IGPM + 7%	64.115
	30.000			IPCA + 7,53% a 7,7%	50.499
	6.373.127	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.346.546
	460.645			IPCA + 4,4% a 6,58%	804.432
	3.782.100			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.888.194
	112.000			9,95% a 11,95%	192.443
	2.000	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3.982
	1.000	2012	2019	110% do CDI	1.957
	12.000			11,96%	23.385
	100.500			IPCA + 4,7% a 6,3%	173.364
	1.000	2012	2020	111% do CDI	1.969
	20.000			IPCA + 6% a 6,17%	40.303
	6.000	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	12.283
	2.306.500	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.198.804
	20.000			IGPM + 4,63%	26.382
TOTAL EM 31/12/2017					**16.828.658**

NOTA 9 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos. Os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 2.982.802 (R$ 2.857.154 em 31/12/2016), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Banco Central do Brasil (BCB), poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o Itaú já aderido aos seus termos. Para a validade e os efeitos do acordo, será necessária a homologação do STF, prevendo-se que ocorra no primeiro trimestre de 2018. A partir da homologação, os poupadores terão 24 meses para aderirem aos termos do acordo.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 113.447 (R$ 62.378 em 31/12/2016), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2017				01/01 a
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	31/12/2016
Saldo Inicial	**4.279.777**	**6.260.550**	**114.473**	**10.654.800**	**9.353.424**
Saldo Oriundo das Operações do Citibank	26.162	282.994	–.–	309.156	–.–
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3o I)	(252.870)	(942.177)	–.–	(1.195.047)	(1.162.882)
Subtotal	**4.053.069**	**5.601.367**	**11 4.473**	**9.768.909**	**8.190.542**
Atualização/Encargos	73.805	534.639	–.–	608.444	742.165
Movimentação do Período Refletida no Resultado	819.064	2.224.841	4.067	3.047.972	3.546.047
Constituição (*)	1.214.393	2.399.545	5.817	3.619.755	4.141.780
Reversão	(395.329)	(174.704)	(1.750)	(571.783)	(595.733)
Pagamento	(813.471)	(2.797.274)	–.–	(3.610.745)	(3.019.001)
Subtotal	**4.132.467**	**5.563.573**	**118.540**	**9.814.580**	**9.459.753**
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3o I)	240.216	868.558	–.–	1.108.774	1.195.047
Saldo Final	**4.372.683**	**6.432.131**	**118.540**	**10.923.354**	**10.654.800**
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2017	**1.042.313**	**1.839.058**	–.–	**2.881.371**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2016	**1.084.627**	**1.866.166**	–.–	**2.950.793**	

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R$ 184.448 (R$ 408.129 de 01/01 a 31/12/2016).

- **Contingências classificadas como possíveis**: Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 10.160.527, estão descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R$ 4.008.237: defende-se a não incidência do INSS sobre as verbas não remuneratórias, principalmente no que tange às seguintes verbas: participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;

• IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R$ 1.755.608: discute-se a dedutibilidade do ágio na aquisição carteira de clientes e/ou de investimentos com expectativa de rentabilidade futura;

• ISS - Atividades Bancárias - R$ 1.055.129: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar;

• IRPJ e CSLL - Juros sobre o Capital Próprio - R$ 791.901: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R$ 566.294: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e ou inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2017			31/12/2016
Provisões	Obrigação Legal (Nota 11c)	Passivos Contingentes	Total	Total
Saldo Inicial	**2.333.998**	**2.761.866**	**5.095.864**	**4.620.946**
Atualização/Encargos	130.274	276.958	407.232	517.381
Movimentação do Período Refletida no Resultado	65.824	16.347	82.171	14.674
Constituição	143.876	116.430	260.306	218.100
Reversão	(78.052)	(100.083)	(178.135)	(203.426)
Pagamento	(830)	(1.683.246)	(1.684.076)	(57.137)
Saldo Final	**2.529.266**	**1.371.925**	**3.901.191**	**5.095.864**

	31/12/2017			31/12/2016
Depósitos em Garantia	Obrigação Legal	Passivos Contingentes	Total	Total
Saldo Inicial	**2.179.722**	**476.248**	**2.655.970**	**2.250.659**
Apropriação de Rendas	136.511	40.523	177.034	231.410
Movimentação no Período	(13.716)	20.760	7.044	173.901
Novos Depósitos	79.892	53.619	133.511	201.888
Levantamentos Efetuados	(93.090)	–.–	(93.090)	(27.987)
Conversão em Renda	(518)	(32.859)	(33.377)	–.–
Saldo Final	**2.302.517**	**537.531**	**2.840.048**	**2.655.970**

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

• CSLL - Isonomia - R$ 693.373: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R$ 693.995;

• ISS - Atividades Bancárias - R$ 429.857: discute-se que determinadas receitas não constituem fato gerador do tributo municipal e/ou não se enquadram na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/03 e/ou Decreto-Lei 406/68. O saldo do depósito judicial totaliza R$ 424.913;

• IRPJ - Remuneração Variável dos Sócios x IN 93/97 - R$ 279.181: Discute-se a inaplicabilidade Instrução Normativa SRF 93-97 na parte que veda a dedução dos valores pagos à título de honorários variáveis para os administradores, na base do lucro real. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 313.283;

• PIS e COFINS - Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade - R$ 289.248: Pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia totaliza R$ 56.563;

• INSS - Seguro de Acidente do Trabalhador - R$ 238.242: Adequação do Multiplicador do SAT conforme número de Comunicados de Acidente de Trabalho. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 238.244;

• INSS - INSS x Adicional - R$ 167.328: Afastar o adicional de 2,5% da contribuição previdenciária para as financeiras e equiparadas. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 163.699;

• PIS e COFINS - JCP - Regime não Cumulativo - R$ 148.951: Discute-se a incidência do PIS/COFINS (não cumulativo) sobre as receitas de JCP decorrente de participações registradas no ativo permanente. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 142.429.

d) Ativos dados em garantia de Contingências

Em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados Títulos e Valores Mobiliários no montante de R$ 735.686 (R$ 689.105 em 31/12/2016) e está depositado o montante de R$ 2.733.039 (R$ 2.667.222 em 31/12/2016).

e) Contas a Receber - Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de passivos contingentes totaliza R$ 834.698 (R$ 878.065 em 31/12/2016) (Nota 10a), representado basicamente pela garantia estabelecida em processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

O ITAÚ UNIBANCO, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as determinações estabelecidas pelo CMN e Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN.

f) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO aderiu aos Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI, instituídos por diversas Prefeituras, entre as quais estão São Paulo e Rio de Janeiro (Leis nº 16.680/17 e nº 6.156/17, respectivamente). Os programas permitiram a regularização de débitos tributários ou não tributários, com descontos sobre os valores de multa e juros.

g) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

No âmbito federal, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - Pert, instituído pela Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, em relação a débitos tributários e previdenciários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

NOTA 10 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos - Diversos	31/12/2017	31/12/2016
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 6a)	1.063.180	1.866.454
Ativos de Planos de Aponsentadoria (*)	1.062.750	1.110.427
Benefício Definido (Nota 15c IV)	344.908	317.192
Contribuição Definida (Nota 15d I)	717.842	793.235
Impostos e Contribuições a Compensar	3.228.796	2.649.983
Depósitos em Garantia de Programas de Captação de Recursos Internos	802	384
Valores a Receber de Reembolso de Passivos Contingentes (Nota 9e)	834.699	878.065
Contribuição Social a Compensar (Nota 11b I)	562.143	586.324
Devedores Diversos no País e no Exterior	1.373.156	1.677.077
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.546.862	890.513
Outros	526.320	622.195
Total	**10.198.708**	**10.281.424**

(*) Efeitos decorrentes do compromisso com benefícios a empregados calculados em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009.

b) Despesas Antecipadas	31/12/2017	31/12/2016
Propaganda e Publicidade	625.210	439.296
Comissões Vinculadas a Manutenção de *Softwares*	169.802	174.802
Comissões Vinculadas a Operações de Crédito, Seguros e Previdência	15	998
Outras	587.882	447.914
TOTAL	**1.382.909**	**1.063.010**

c) Outras Obrigações - Diversas	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 6gII)	4.922.001	5.696.839
Credores Diversos no País e no Exterior	2.142.440	1.839.776
Credores por Recursos a Liberar - Crédito Imobiliário	1.089.161	906.590
Provisões para Pagamentos Diversos	717.918	922.049
Provisões de Despesas de Pessoal	1.599.071	1.488.338
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	408.912	443.452
Benefício Definido (Nota 15c IV)	152.189	222.327
Plano de Saúde Pós-emprego (Nota 15e I)	256.723	221.125
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	978.651	859.153
Provisão para Garantias Prestadas (*)	1.980.245	1.950.103
Outras	1.053.789	714.114
	14.892.188	**14.820.414**

(*) Classificadas em Outras Obrigações diversas conforme orientação do BACEN e constituídas sobre operações de avais e fianças registradas em contas de compensação (Nota 6a).

d) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços de Recebimentos	1.717.605	1.697.424
Serviços de Cobrança	1.466.131	1.456.076
Serviços de Arrecadações	241.474	241.348
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	2.527.921	2.420.611
Operações de Crédito	1.017.748	958.359
Garantias Prestadas	1.510.173	1.462.252
Serviços de Conta Corrente	505.131	621.222
Administração de Recursos de Fundos	4.099.139	3.431.894
Outros	1.080.781	1.104.855
Total de Receitas de Prestação de Serviços	**9.930.577**	**9.276.006**
Pacotes de Serviços e Outros	6.145.742	5.639.037
Operações de Crédito/Cadastro	789.478	769.627
Conta de Depósitos	125.256	122.249
Transferência de Recursos	222.789	171.502
Rendas de Corretagem de Títulos	2.975	4.621
Total de Rendas de Tarifas Bancárias	**7.286.240**	**6.707.036**
Total	**17.216.817**	**15.983.042**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:22:08.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27263639] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

e) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	(5.962.154)	(5.790.659)
Benefícios Sociais	(3.023.424)	(2.381.100)
Encargos	(2.292.692)	(2.069.707)
Treinamento	(201.946)	(167.631)
Subtotal	**(11.480.216)**	**(10.409.097)**
Plano de Opções e Ações (1)	(566.938)	(536.759)
Processos Trabalhistas (Nota 9b) (2)	(2.232.876)	(2.621.730)
Total	**(14.280.030)**	**(13.567.586)**

(1) Refere-se a pagamento baseado em ações, a partir de Dezembro de 2014.
(2) Contempla provisão para garantir o pagamento de processos de empresas terceiras (R$ 8.035) de 01/01 a 31/12/2017.

f) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2.589.728)	(2.523.294)
Instalações	(2.719.846)	(3.426.808)
Serviços de Terceiros	(2.089.088)	(1.988.536)
Depreciação e Amortização	(1.668.188)	(1.577.697)
Propaganda, Promoções e Publicações	(770.676)	(736.299)
Segurança	(649.425)	(649.159)
Serviços do Sistema Financeiro	(403.356)	(394.645)
Transportes	(285.260)	(351.180)
Materiais	(164.941)	(155.758)
Viagens	(142.106)	(126.504)
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 14a)	(1.681)	(3.749)
Outras	(471.848)	(528.719)
Total	**(11.956.143)**	**(12.462.347)**

g) Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	57.434	123.486
Comissões	2.003	3.817
Reversão de Provisões Operacionais	1.499	16.193
Profit Sharing (*)	2.085	7.304
Outras	224.146	225.239
Total	**287.167**	**376.040**

(*) Comissão referente a comercialização de seguros ressarcidas pela ISAR.

h) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Provisões para Ações Cíveis e Fiscais e Previdenciárias	(947.003)	(976.835)
Comercialização - Cartões de Crédito	(499.457)	(425.539)
Despesas com Operações de Vendor	(213.439)	(268.068)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(306.679)	(304.931)
Maxiconta - Bônus Celular	(222.605)	(216.671)
Sinistros	(282.466)	(162.127)
Amortização de Ágio de Investimento e de Incorporação	(618.557)	(140.663)
Ressarcimento a Clientes	(183.925)	(153.892)
Outras	(2.051.655)	(1.883.744)
Total	**(5.325.786)**	**(4.856.582)**

NOTA 11 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as Operações do Período e sobre as Diferenças Temporárias decorrentes de adições e exclusões:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**19.382.597**	**23.663.402**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3p)	(8.722.169)	(10.648.531)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a III)	2.424.302	688.207
Variação Cambial de Investimentos no Exterior (Nota 11a III)	121.696	(1.554.723)
Juros sobre o Capital Próprio	1.719.918	1.190.048
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	306.268	280.875
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis (*)	200.610	(285.290)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.949.375)**	**(10.329.414)**

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Composição das Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
PIS e COFINS	(2.699.599)	(3.839.864)
ISS	(748.412)	(702.676)
Outros	(191.361)	(260.210)
Total (Nota 3p)	**(3.639.372)**	**(4.802.750)**

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no Exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (*hedge*).

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior (registrada no resultado de Instrumentos Financeiros e Derivativos (Nota 5c) e resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 12 I)) não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

ATIVO	31/12/2016	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletidos no Resultado	**37.570.111**	**(12.281.985)**	**9.645.951**	**34.934.077**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.914.510	(6.441.829)	2.931.652	19.404.333
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CS	4.795.527	(562.860)	746.787	4.979.454
Provisões	4.145.146	(1.908.812)	1.968.364	4.204.698
Ações Cíveis	1.612.365	(374.253)	400.156	1.638.268
Ações Trabalhistas	1.891.445	(1.173.436)	1.247.230	1.965.239
Fiscais e Previdenciárias	637.803	(360.336)	320.978	598.445
Outros	3.533	(787)	–.–	2.746
Provisão para Participação nos Lucros	1.378.166	(1.378.166)	1.609.412	1.609.412
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	769.042	(536.927)	83.281	315.396
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	51.690	(51.689)	69.587	69.588
Provisão Conta Escrow	30.894	(11.027)	271	20.138
Provisão para FCVS	384.899	(47.708)	126.417	463.608
Ajuste a Mercado de Titulos para Negociação e Instrumentos Financ. Derivativos	81.493	(81.493)	60.314	60.314
Provisão para Imóveis	62.769	(21.234)	124.125	165.660
Ágio na Aquisição de Investimento	21.032	–.–	83.135	104.167
Outras Provisões Indedutíveis	2.934.943	(1.240.240)	1.842.606	3.537.309
Refletida no Patrimônio Líquido	**1.501.187**	**(495.865)**	**245.602**	**1.250.924**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	558.004	(495.865)	89.480	151.619
Hedge de Fluxo de Caixa	943.183	–.–	156.122	1.099.305
Total (Nota 11b III) (2)	**39.071.298**	**(12.777.850)**	**9.891.553**	**36.185.001**
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001(Notas 10a e 11b III)	**586.324**	**(24.181)**	**–.–**	**562.143**

(1) Refletido no Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 695/12.
(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade. O ITAÚ UNIBANCO enviou requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do § 7º do artigo 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

PASSIVO	31/12/2016	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	**10.252.138**	**(62.878)**	**774.435**	**10.963.695**
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	792.693	(20.112)	22.061	794.642
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	20.494	(20.494)	5.091	5.091
Ajustes ao Valor de Mercado de Operações de Câmbio	–.–	–.–	14.381	14.381
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.962.842	–.–	329.243	8.292.085
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.210.342	(45)	365.419	1.575.716
Planos de Pensão	260.774	(22.044)	15.010	253.740
Outros	4.993	(183)	23.230	28.040
Refletida no Patrimônio Líquido	**(43.523)**	–.–	**63.128**	**19.605**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	–.–	–.–	13.059	13.059
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (*)	(43.523)	–.–	50.069	6.546
Total (Nota 11c)	**10.208.615**	**(62.878)**	**837.563**	**10.983.300**
TOTAL LÍQUIDO (Ativo - Passivo)	**28.862.683**	**(12.714.972)**	**9.053.990**	**25.201.701**

(*) Refletido no Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 695/12.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, existentes em 31/12/2017, são:

	Créditos Tributários						Contribuição Social a Compensar	
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%		%
2018	15.573.433	50%	1.773.513	36%	17.346.946	48%	6.404	1%
2019	9.457.994	31%	124.347	2%	9.582.341	27%	10.323	2%
2020	1.906.524	6%	588.142	12%	2.494.666	7%	422.573	75%
2021	638.167	2%	533.352	11%	1.171.519	3%	122.843	22%
2022	427.888	1%	693.184	14%	1.121.072	3%	–.–	0%
acima de 2022	3.201.541	10%	1.266.916	25%	4.468.457	12%	–.–	0%
Total	**31.205.547**	**100%**	**4.979.454**	**100%**	**36.185.001**	**100%**	**562.143**	**100%**
Valor Presente (*)	28.963.865		4.362.274		33.326.139		501.503	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Pagar	570.698	36.344
Impostos e Contribuições a Recolher	1.974.441	1.158.258
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 11b II)	10.983.300	10.208.615
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 9c)	2.529.266	2.333.998
Total	**16.057.705**	**13.737.215**

NOTA 12 - ATIVO PERMANENTE

I - Participações em Coligadas e Controladas

			Saldos em 31/12/2016					Movimentação até 31/12/2017	
Empresas		Moeda Funcional	Valor Patrimonial	Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado não Realizado	Ágio	Total	Amortizações de Ágio	Dividendos Pagos/ Provisionados (2)
No País			**69.570.754**	**(20.344)**	**61.177**	**1.375.557**	**70.987.144**	**(367.757)**	**(1.818.623)**
ITB Holding Brasil Participações Ltda.			23.676.408	–.–	–.–	–.–	23.676.408	–.–	–.–
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros			11.510.672	–.–	–.–	–.–	11.510.672	–.–	(7.896)
Banco Itau*leasing* S.A.			10.862.661	–.–	–.–	–.–	10.862.661	–.–	(222.041)
Itauseg Participações S.A.			4.018.746	–.–	–.–	–.–	4.018.746	–.–	(8.841)
Dibens *Leasing* S.A. - Arrendamento Mercantil			4.204.369	–.–	–.–	–.–	4.204.369	–.–	(177.000)
Hipercard Banco Múltiplo S.A.			4.127.526	–.–	(594)	–.–	4.126.932	–.–	(210.139)
Banco Itaú Consignado S.A.			2.404.985	–.–	(7)	497.095	2.902.073	(205.695)	(171.350)
Provar Negócios de Varejo Ltda.			2.167.436	–.–	–.–	–.–	2.167.436	–.–	–.–
Itaú Vida e Previdência S.A.			1.405.921	–.–	–.–	–.–	1.405.921	–.–	(258.084)
BSF Holding S.A.	(4)		1.104.868	–.–	–.–	219.756	1.324.624	(79.271)	(188.101)
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	(5)		82.614	–.–	–.–	655.651	738.265	(81.308)	–.–
Cia. Itaú de Capitalização			303.319	–.–	–.–	–.–	303.319	–.–	(111.451)
Banco Itaucard S.A.	(3)		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Itaú Corretora de Valores S.A.	(3)		–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outras Participações			3.701.229	(20.344)	61.778	3.055	3.745.718	(1.483)	(463.720)
No Exterior			**25.009.322**	–.–	–.–	**(152)**	**25.009.170**	–.–	**(433.170)**
ITB Holding Ltd		Real	22.714.788	–.–	–.–	–.–	22.714.788	–.–	–.–
Banco Itaú Paraguay S.A.		Guarani	1.225.527	–.–	–.–	–.–	1.225.527	–.–	(433.170)
Banco Itaú Argentina S.A.		Peso Argentino	685.618	–.–	–.–	(152)	685.466	–.–	–.–
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Peso Colombiano	320.482	–.–	–.–	–.–	320.482	–.–	–.–
Itaú Global Asset Management		Dólar	31.135	–.–	–.–	–.–	31.135	–.–	–.–
Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda.	(3)	Euro	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outras Participações			31.772	–.–	–.–	–.–	31.772	–.–	–.–
TOTAL GERAL			**94.580.076**	**(20.344)**	**61.177**	**1.375.405**	**95.996.314**	**(367.757)**	**(2.251.793)**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:19:46.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27263610] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

I - Participações em Coligadas e Controladas *(continuação)*

		Movimentação até 31/12/2017									
		Resultado de Participações em Controladas e Coligadas									
Empresas		**Lucro/ Prejuízo**	**Variação Cambial**	**Ajuste a Critério da Investidora (1)**	**Resultado não Realizado e Outros**	**Total**	**Variação Cambial - Moeda Funcional Diferente do Real**	**Ajuste de TVM de Controladas e Outros**	**Eventos Societários (3)**	**Saldos em 31/12/2017**	**Resultado de Participação em Controladas e Coligadas de 01/01 a 31/12/2016**
No País		**6.404.315**	**–.–**	**188**	**(27.286)**	**6.377.217**	**330.248**	**200.604**	**35.940**	**75.744.773**	**2.502.217**
ITB Holding Brasil Participações Ltda.		915.112	–.–	–.–	(1.386)	913.726	336.492	166.109	79	25.092.814	(3.657.598)
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		831.438	–.–	–.–	–.–	831.438	–.–	–.–	–.–	12.334.214	1.007.880
Banco Itau*leasing* S.A.		677.969	–.–	–.–	–.–	677.969	–.–	33	–.–	11.318.622	1.017.232
Itauseg Participações S.A.		1.002.673	–.–	–.–	–.–	1.002.673	(531)	14.783	–.–	5.026.830	1.000.832
Dibens *Leasing* S.A. - Arrendamento Mercantil		803.452	–.–	–.–	–.–	803.452	–.–	12	–.–	4.830.833	991.931
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		437.261	–.–	–.–	(14.487)	422.774	–.–	–.–	–.–	4.339.567	197.042
Banco Itaú Consignado S.A.		214.108	–.–	–.–	(3)	214.105	–.–	–.–	10	2.739.143	103.633
Provar Negócios de Varejo Ltda.		116.481	–.–	–.–	–.–	116.481	–.–	200	–.–	2.284.117	59.216
Itaú Vida e Previdência S.A.		206.904	–.–	–.–	–.–	206.904	–.–	10.234	–.–	1.364.975	363.738
BSF Holding S.A.	(4)	109.475	–.–	–.–	–.–	109.475	–.–	1.165	–.–	1.167.892	194.209
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	(5)	24.846	–.–	–.–	–.–	24.846	(5.028)	–.–	–.–	676.775	5.203
Cia. Itaú de Capitalização		181.619	–.–	–.–	(52)	181.567	–.–	–.–	–.–	373.435	194.121
Banco Itaucard S.A.	(3)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	74.571
Itaú Corretora de Valores S.A.	(3)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	20.483
Outras Participações		882.977	–.–	188	(11.358)	871.807	(685)	8.068	35.851	4.195.556	929.724
No Exterior		**872.698**	**356.200**	**–.–**	**841**	**1.229.739**	**(41.151)**	**257.095**	**(30.958)**	**25.990.725**	**(3.919.022)**
ITB Holding Ltd		345.205	356.200	–.–	–.–	701.405	1.525	321.252	–.–	23.738.970	(3.678.461)
Banco Itaú Paraguay S.A.		354.479	–.–	–.–	–.–	354.479	65.263	(71.296)	–.–	1.140.803	78.516
Banco Itaú Argentina S.A.		160.373	–.–	–.–	–.–	160.373	(113.810)	6.256	–.–	738.285	(86.814)
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		18.321	–.–	–.–	–.–	18.321	7.154	–.–	–.–	345.957	(49.092)
Itaú Global Asset Management		(231)	–.–	–.–	841	610	(866)	–.–	(30.879)	–.–	(20.103)
Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda.	(3)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(66.390)
Outras Participações		(5.449)	–.–	–.–	–.–	(5.449)	(417)	883	(79)	26.710	(96.678)
TOTAL GERAL		**7.277.013**	**356.200**	**188**	**(26.445)**	**7.606.956**	**289.097**	**457.699**	**4.982**	**101.735.498**	**(1.416.805)**

(1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora;
(2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber;
(3) Eventos Societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital;
(4) Contempla resultado não decorrente de lucro de R$ (4.524);
(5) O investimento inclui dividendos/JCP não deliberados no montante de R$ 7.081 mil.

Empresas	**Capital**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro Líquido (Prejuízo) do Período**	**Nº de Ações/Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO Ordinárias**	**Preferenciais**	**Cotas**	**Participação no Capital Votante (%)**	**Participação no Capital Social (%)**
No País								
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	22.626.128	25.094.202	915.112	–.–	–.–	3.976.472.329	99,99	99,99
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	9.500.844	12.334.213	831.438	7.482.229.717	–.–	–.–	99,99	99,99
Banco Itau*leasing* S.A.	8.415.392	11.520.416	690.056	61.490.010	46.816.349	–.–	98,30	98,25
Itauseg Participações S.A.	4.576.116	8.689.560	1.733.256	2.933.672.311	–.–	–.–	57,85	57,85
Dibens *Leasing* S.A. - Arrendamento Mercantil	2.405.982	4.830.833	803.452	1.504.996.693	–.–	–.–	100,00	100,00
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	2.953.835	4.354.649	437.261	429.911.320.727	143.618.967.706	–.–	99,99	99,99
Banco Itaú Consignado S.A.	1.798.267	2.447.744	214.108	128.153.921.034	–.–	–.–	99,99	99,99
Provar Negócios de Varejo Ltda.	1.803.425	2.284.174	116.484	–.–	–.–	304.624.820	99,99	99,99
Itaú Vida e Previdência S.A.	2.693.817	3.975.668	602.635	304.663.062	–.–	–.–	34,33	34,33
BSF Holding S.A.	1.259.130	2.096.749	232.649	616.973.700	–.–	–.–	49,00	49,00
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	59.600	99.325	25.882	23.394.027	–.–	–.–	96,00	96,00
Cia. Itaú de Capitalização	558.295	786.177	382.357	318.709	–.–	–.–	52,82	47,50
No Exterior								
ITB Holding Ltd.	39.160.273	40.326.504	586.416	6.968.695.740	–.–	–.–	58,87	58,87
Banco Itaú Paraguay S.A.	444.600	1.140.839	354.490	749.976.600	–.–	–.–	99,99	99,99
Banco Itaú Argentina S.A.	130.525	745.928	162.000	721.697.119	14.565.089	–.–	98,98	99,00
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	388.150	368.037	19.489	329.000	–.–	–.–	94,00	94,00

II) Intangível

		Outros Ativos Intangíveis				
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	**Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros**	**Gastos com Aquisição de *Software***	**Gastos com Desenvolvimento de *Software***	**Outros Ativos Intangíveis (*)**	**Total**
Taxas Anuais de Amortização	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2016	**1.045.323**	**514.595**	**1.803.605**	**3.515.538**	**16.182**	**6.895.243**
Aquisições	345.296	–.–	764.110	333.954	277.175	1.720.535
Baixas	(328.582)	(14.499)	–.–	(760)	–.–	(343.841)
Variação Cambial	–.–	–.–	607	–.–	–.–	607
Outros	(2.147)	–.–	(1.428)	84.066	–.–	80.491
Saldo em 31/12/2017	**1.059.890**	**500.096**	**2.566.894**	**3.932.798**	**293.357**	**8.353.035**
Amortização						
Saldo em 31/12/2016	**(554.770)**	**(125.052)**	**(1.071.612)**	**(527.363)**	**(6.985)**	**(2.285.782)**
Despesa de Amortização	(214.778)	(34.524)	(309.505)	(435.261)	(6.189)	(1.000.257)
Baixas	309.682	14.499	–.–	(1.375)	–.–	322.806
Variação Cambial	–.–	–.–	(569)	–.–	–.–	(569)
Outros	(11.506)	444	1.428	(84.066)	–.–	(93.700)
Saldo em 31/12/2017	**(471.372)**	**(144.633)**	**(1.380.258)**	**(1.048.065)**	**(13.174)**	**(3.057.502)**
Redução ao Valor Recuperável						
Saldo em 31/12/2016	**(18.528)**	**–.–**	**(3.132)**	**(329.595)**	**–.–**	**(351.255)**
Constituição (Nota 3n)	–.–	–.–	–.–	(14.266)	–.–	(14.266)
Baixas	18.528	–.–	(47)	1.386	–.–	19.867
Saldo em 31/12/2017	**–.–**	**–.–**	**(3.179)**	**(342.475)**	**–.–**	**(345.654)**
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2017	**588.518**	**355.463**	**1.183.457**	**2.542.258**	**280.183**	**4.949.879**
Saldo em 31/12/2016	**472.025**	**389.543**	**728.861**	**2.658.580**	**9.197**	**4.258.206**

(*) Refere-se basicamente a ágio na aquisição de ações relativo à associação Itaú x Unibanco, que foram incorporadas durante o primeiro semestre de 2009.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O Capital Social está representado por 4.717.210.452 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.396.347.872 ações ordinárias e 2.320.862.580 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80,0% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em AGE de 19/05/2016 foi aprovado o aumento de capital subscrito e integralizado no montante de R$ 12.333.329. O processo foi homologado pelo BACEN em 23/05/2016. Em conseqüência, o capital social foi elevado em 875.204.408 ações.

Em AGE de 17/11/2016 foi aprovada a redução do capital social no montante de R$ 5.233.466. Em decorrência da redução serão restituídas 339.396.184 ações ao acionista Itaú Unibanco Holding, correspondentes às participações societárias no Banco Itaucard S.A. e na Itaú Corretora de Valores S.A. O processo foi homologado pelo BACEN em 22/12/2016.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Durante o período de 2017 foram pagos e provisionados Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio conforme segue:

	Bruto	**IRF**	**Líquido**
Pagos	**22.334.000**	**(500.100)**	**21.833.900**
Dividendos do Exercício	6.500.000	–.–	6.500.000
Dividendos Extraordinários	12.500.000	–.–	12.500.000
Juros Sobre Capital Próprio - Exercícios Anteriores	3.334.000	(500.100)	2.833.900
Juros Sobre Capital Próprio Provisionados - Exercícios Anteriores (*)	**1.477.920**	**(221.688)**	**1.256.232**
Total de 01/01 a 31/12/2017	**23.811.920**	**(721.788)**	**23.090.132**
Total de 01/01 a 31/12/2016	**5.389.617**	**(534.750)**	**4.854.867**

(*) Registrados em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2017	**31/12/2016**
Disponível para Venda	(96.369)	(922.378)
Hedge de Fluxo de Caixa	(1.402.418)	(1.249.133)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	(831.176)	(801.772)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	288.568	–.–
TOTAL	**(2.041.395)**	**(2.973.283)**

d) Reorganização Societária

Em AGE de 31/10/2017, aprovada pelo BACEN em 15/01/2018, com base no Balanço Patrimonial de 31/07/2017, foi deliberada a incorporação, pela Companhia, da parcela cindida do patrimônio do Banco Citibank S.A., conforme abaixo demonstrado:

ATIVO	
Circulante e Realizável a Longo Prazo	5.833.096
Disponibilidades	408.267
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.925.094
Operações de Crédito	2.179.615
Outros Valores e Bens	6.333
Outros Créditos	1.313.787
Permanente	139.460
Investimentos	74
Imobilizado	69.724
Intangível	69.662
Total	**5.972.556**
PASSIVO	
Circulante e Exigível a Longo Prazo	5.972.094
Depósitos Interfinanceiros	4.783.691
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	895.848
Relações Interfinanceiras e Interdependências	22.261
Outras Obrigações	270.294
Total	**5.972.094**
ACERVO LÍQUIDO CINDIDO	**(462)**

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

			Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
		Taxa Anual	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**01/01 a 31/12/2017**	**01/01 a 31/12/2016**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		**De 79,50% a 119,50% do CDI/ Prefixada 1,50% a 17,86%**				
			105.074.662	**107.561.920**	**8.686.553**	**10.239.530**
Banco Itaucard S.A.	Ligada		38.957.832	49.499.175	4.166.994	4.912.501
Banco Itaú Consignado S.A.	Controlada		25.757.486	27.466.509	3.347.636	3.706.237
Itaubank Ltd.	Ligada		5.758.919	10.532.353	96.626	657.242
Banco Itaú Holding Cayman	Ligada		22.917.703	13.110.202	378.507	402.067
Outras			11.682.721	6.953.680	696.790	561.483
Títulos e Valores Mobiliários			**88.671.577**	**162.080.522**	**8.644.946**	**22.555.462**
Dibens *Leasing* S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada		74.897.225	146.425.368	10.915.851	21.375.499
Fundos de Investimentos Exclusivo			12.782.124	15.616.634	(2.292.351)	1.177.857
Outros			992.229	38.520	21.446	2.106
Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa)			**29.864.133**	**24.337.075**	**19.095.350**	**42.980.642**
Banco Itaucard S.A.	Ligada		69.773	60.515	28.483	57.407
Banco Itaú - Corpbanca	Ligada		7.375	31.671	22.199	43.842
Itaú BBA International Plc	Ligada		4.319	22.591	157.095	361.368
Fundos de Investimentos Exclusivo			29.779.526	24.222.181	18.887.364	42.490.830
Itaubank Ltd.	Ligada		–.–	–.–	–.–	1.200
Outras			3.141	117	209	25.994
Operações de Câmbio (Posição Ativa)			**574.305**	**134.938**	**20.175**	**5.617**
Itaú BBA International Plc	Ligada		535.869	102.407	16.253	2.704
Banco Itaú - Corpbanca	Ligada		31.642	30.034	3.759	2.690
Outras			6.794	2.497	163	223
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa/Passivo)			**(10.871)**	**(242.208)**	**–.–**	**–.–**
Itaú BBA International Plc	Ligada		10.586	49.861	–.–	–.–
Fundos de Investimentos Exclusivo			–.–	(281.919)	–.–	–.–
Itaubank Ltd.	Ligada		(22.589)	–.–	–.–	–.–
Itaú Corretora de Valores S.A.	Ligada		1.133	(10.150)	–.–	–.–

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:21:58.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27263635] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	Taxa Anual	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	**1,50% a 16,32% prefixada/ 100% da SELIC**	**(159.592.033)**	**(158.843.081)**	**(14.041.273)**	**(16.400.500)**
Dibens *Leasing* S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada	(69.749.515)	(83.874.478)	(7.944.276)	(7.813.608)
Itaú Unibanco Holding S.A.	Controlador	(48.881.786)	(35.621.480)	(3.869.578)	(5.104.430)
Banco Itaú Holding Cayman	Ligada	(33.681.658)	(29.098.615)	(1.532.872)	(1.656.689)
Banco Itaú Consignado S.A.	Controlada	(1.348.497)	(957.303)	(142.327)	(971.474)
Banco Itaú BBA S.A.	Ligada	(347.895)	(1.256.767)	(61.131)	(228.127)
Itaubank Ltd.	Ligada	–.–	(2.348.354)	(18.497)	(50.468)
Banco Itau*leasing* S.A.	Controlada	(2.894.495)	(2.251.029)	(238.435)	(252.000)
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Ligada	(1.342.149)	(1.263.863)	(103.179)	(131.940)
Outras		(1.346.039)	(2.171.190)	(130.977)	(191.764)
Depósitos a Prazo	**100% do DI**	**(2.173.063)**	**(295.995)**	**(1.087.033)**	**(70.939)**
Marcep Corretagem de Seguros S.A.	Ligada	–.–	(8.777)	(4.891)	(1.411)
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Ligada	(141.451)	–.–	(3.927)	–.–
Redecard S.A.	Ligada	(13.006)	–.–	(766.416)	–.–
Itaú Administradora de Consórcios Ltda	Ligada	(103.634)	–.–	(7.435)	–.–
Itaú BBA International Plc	Ligada	(48.457)	–.–	(31)	–.–
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Ligada	(55.079)	–.–	(1.493)	–.–
Itauseg Participações S.A.	Ligada	(174.479)	–.–	(483)	–.–
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Ligada	(52.889)	(1.365)	(2.857)	(120)
Kinea Investimentos Ltda.	Ligada	(97.022)	–.–	(2.540)	–.–
CIT COR SEGUROS	Ligada	(67.326)	–.–	–.–	–.–
Bicsa Holding Ltd	Ligada	(1.167.062)	–.–	(14.168)	(1.837)
ITB Holding Ltd	Ligada	–.–	–.–	(257.227)	(64.270)
Outras		(252.658)	(285.853)	(25.563)	(3.301)
Captações no Mercado Aberto	**100% da SELIC**	**(46.524.268)**	**(100.016.355)**	**(5.741.391)**	**(14.403.931)**
Dibens *Leasing* S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada	(6.929.777)	(63.031.246)	(3.093.510)	(11.969.361)
Banco Itaucard S.A.	Ligada	(3.921.617)	(6.922.379)	(127.744)	(223.606)
Redecard S.A.	Ligada	(9.365.758)	(4.233.078)	–.–	–.–
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Controlada	(5.004.179)	(2.833.378)	(311.646)	(222.127)
Itaubank Ltd.	Ligada	(784.716)	–.–	(3.063)	(9.900)
Banco Itaú BBA S.A.	Ligada	(336.674)	(2.933.020)	(54.147)	(287.591)
Fundos de Investimentos Exclusivo		(16.639.063)	(11.426.852)	(1.602.868)	(1.140.563)
Outras		(3.542.483)	(8.636.400)	(548.414)	(550.783)
Operações de Câmbio (Posição Passiva)		**(569.244)**	**(143.041)**	**(5.819)**	**(5.326)**
Itaú BBA International Plc	Ligada	(525.476)	(102.699)	(5.676)	(3.617)
Banco Itaú - Corpbanca	Ligada	(37.096)	(37.928)	(6)	(1.585)
Outras		(6.672)	(2.414)	(137)	(123)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Passiva)		**(13.568.285)**	**(17.453.757)**	**(11.554.896)**	**(30.522.322)**
Itaubank Ltd.	Ligada	–.–	–.–	–.–	(1.508)
Fundos de Investimentos Exclusivo		(13.537.007)	(17.380.725)	(11.340.997)	(30.237.827)
Banco Itaucard S.A.	Ligada	–.–	–.–	–.–	(27.363)
Itaú BBA International Plc	Ligada	(23.945)	(66.993)	(151.906)	(129.916)
Outras		(7.333)	(6.038)	(61.994)	(125.709)

		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	Taxa Anual	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Valores a Receber e (Pagar) ligadas		**12.938.357**	**7.253.941**	**(145.209)**	**(144.636)**
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		(106.134)	(127.301)	–.–	–.–
Redecard S.A.	Ligada	12.561.860	7.442.527	(66.557)	–.–
Outras		482.631	(61.285)	(78.652)	(144.636)
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		–.–	–.–	**695.112**	**774.837**
Banco Itaucard S.A.	Ligada	–.–	–.–	288.518	309.851
Itaú Seguros S.A.	Ligada	–.–	–.–	178.639	241.997
Itaú Vida e Previdência S.A.	Ligada	–.–	–.–	47.870	51.316
Marcep Corretagem de Seguros S.A.	Ligada	–.–	–.–	30.307	31.000
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Controlada	–.–	–.–	47.870	42.474
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Ligada	–.–	–.–	36.814	37.142
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito Financiamento Investimento	Ligada	–.–	–.–	18.604	18.984
Outras		–.–	–.–	46.490	42.073
Despesas de Aluguéis		**–.–**	**–.–**	**(268.912)**	**(290.432)**
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Ligada	–.–	–.–	(164.428)	(159.612)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		–.–	–.–	(48.601)	(44.078)
Itaú Seguros S.A.	Ligada	–.–	–.–	(38.760)	(33.410)
Cia. Itaú de Capitalização	Controlada	–.–	–.–	(20.795)	(19.069)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado (1)		–.–	–.–	(11.266)	(12.573)
Outras		–.–	–.–	14.938	(21.689)
Despesas com Doações		–.–	–.–	**(10.477)**	**(6.920)**
Associação Cubo Coworking Itaú (3)		–.–	–.–	(9.500)	(6.000)
Fundação Itaú Viver Mais (2)		–.–	–.–	(920)	(920)
Instituto Itaú Cultural (4)		–.–	–.–	(57)	–.–

(1) A Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar e o FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado são entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou suas controladas;
(2) O ITAÚ UNIBANCO e suas controladas são os mantenedores da Associação Itaú Viver Mais, entidade que tem por objeto prestar serviços assistênciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser.
(3) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING através de suas controladas é o principal mantenedor da Associação Cubo Coworking, entidade que tem por objetivo incentivar e promover a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócios alternativos e inovações; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas como "startups", a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelcimento de ecossistemas de empreendedorismo e "startups".
(4) Instituto Itaú Cultural - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO através de suas controladas é o principal mantenedor do Instituto Itaú Cultural, entidade destinada a promover e divulgar a cultura brasileira no pais e no exterior.

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú, foi ressarcido pelas demais empresas do Conglomerado em R$ 4.404.123 (R$ 4.183.036 de 01/01 a 31/12/2016) e registrou em Outras Despesas Administrativas (R$ 1.681 (R$ (3.749) de 01/01 a 31/12/2016) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	408.594	545.465
Participações no Lucro	159.962	157.707
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	7.358	10.425
TOTAL	**575.914**	**713.597**

NOTA 15 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas quanto aos benefícios Pós-emprego, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Custo Serviço Corrente	(58.522)	(51.395)	–.–	–.–	–.–	–.–	(58.522)	(51.395)
Juros Líquidos	13.528	5.114	75.874	239.137	(21.953)	(19.502)	67.449	224.749
Aportes e Contribuições (*)	–.–	–.–	(91.124)	124.013	–.–	–.–	(91.124)	124.013
Benefícios Pagos	–.–	–.–	–.–	–.–	14.538	13.018	14.538	13.018
Total Valores Reconhecidos	**(44.994)**	**(46.281)**	**(15.250)**	**363.150**	**(7.415)**	**(6.484)**	**(67.659)**	**310.385**

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R$ 324.614 (R$ 336.487 de 01/01 a 31/12/2016), sendo R$ 91.124 (R$ 112.253 de 01/01 a 31/12/2016) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No Início do Período	**(26.589)**	**(36.892)**	**(1.331.011)**	**(322.739)**	**(48.400)**	**(12.570)**	**(1.406.000)**	**(372.201)**
Efeito na Restrição do Ativo	96.097	(631.055)	(370.879)	(1.244.021)	–.–	–.–	(274.782)	(1.875.076)
Remensurações	3.937	641.358	338.542	235.749	(28.183)	(35.830)	314.296	841.277
Total Valores Reconhecidos	**73.445**	**(26.589)**	**(1.363.348)**	**(1.331.011)**	**(76.583)**	**(48.400)**	**(1.366.486)**	**(1.406.000)**

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 15c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2) Plano de Previdência Unibanco (3) Plano de Benefícios Prebeg (1) Plano de Benefícios Definidos UBB PREV (1)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;
(2) Plano de modalidade de contribuição variável;
(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Desconto (1)	9,98% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2017 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data-base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.
(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.
A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.
(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.
(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

As principais diferenças entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) que os administram, são a taxa de desconto e o método atuarial. Em relação a premissa taxa de desconto, as EFPCs adotam taxa aderente ao fluxo de recebimentos/pagamentos dos planos, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial externa e independente. No que se refere ao método atuarial é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II - Exposição a Riscos

Através de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:19:05.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263603] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPCs tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, através da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do Passivo Atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, e a meta de alocação para 2018, por categoria de ativo, são as seguintes:

	Valor Justo		% Alocação		
Categorias	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**Meta 2018**
Títulos de Renda Fixa	16.665.868	14.963.057	95,81%	91,56%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	15.239	681.004	0,08%	4,17%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	23.885	8.407	0,14%	0,05%	0% a 10%
Imóveis	612.274	620.144	3,52%	3,80%	0% a 7%
Empréstimos a Participantes	78.045	68.371	0,45%	0,42%	0% a 5%
Total	**17.395.311**	**16.340.983**	**100,00%**	**100,00%**	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R$ 11.614 (R$ 575.255 em 31/12/2016), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R$ 530.998 (R$ 596.780 em 31/12/2016).

Valor Justo

Os ativos dos planos são atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido com a cotação média da ação do ultimo dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2017, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2017	**31/12/2016**
1 - Ativos líquidos dos planos	17.395.311	16.340.983
2 - Passivos atuariais	(13.993.959)	(13.246.954)
3 - Superveniência (1-2)	**3.401.352**	**3.094.029**
4 - Restrição do Ativo (*)	(3.208.633)	(2.999.164)
5 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	**192.719**	**94.865**
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 10a)	344.908	317.192
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 10c)	(152.189)	(222.327)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do beneficio econômico disponível, em conformidade com a Resolução Bacen nº 4.424/15.

V - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017				
	Ativo Líquido	**Passivos Atuariais**	**Superveniência**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**
Valor Início do Período	**16.340.983**	**(13.246.954)**	**3.094.029**	**(2.999.164)**	**94.865**
Custo Serviço Corrente	–.–	(58.522)	(58.522)	–.–	(58.522)
Juros Líquidos (1)	1.624.662	(1.304.662)	320.000	(306.472)	13.528
Benefícios Pagos	(1.095.066)	1.095.066	–.–	–.–	–.–
Contribuições Patrocinadora	42.814	–.–	42.814	–.–	42.814
Contribuições Participantes	12.277	–.–	12.277	–.–	12.277
Efeito na Restrição do Ativo	–.–	–.–	–.–	96.097	96.097
Remensurações (2) (3)	469.641	(478.887)	(9.246)	906	(8.340)
Valor Final do Período	**17.395.311**	**(13.993.959)**	**3.401.352**	**(3.208.633)**	**192.719**

	31/12/2016				
	Ativo Líquido	**Passivos Atuariais**	**Superveniência**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**
Valor Início do Período	**13.473.860**	**(11.331.599)**	**2.142.261**	**(2.127.143)**	**15.118**
Custo Serviço Corrente	–.–	(51.395)	(51.395)	–.–	(51.395)
Juros Líquidos (1)	1.470.347	(1.224.267)	246.080	(240.966)	5.114
Benefícios Pagos	(1.017.699)	1.017.699	–.–	–.–	–.–
Contribuições Patrocinadora	114.874	–.–	114.874	–.–	114.874
Contribuições Participantes	14.587	–.–	14.587	–.–	14.587
Efeito na Restrição do Ativo	–.–	–.–	–.–	(631.055)	(631.055)
Remensurações (2) (3)	2.285.014	(1.657.392)	627.622	–.–	627.622
Valor Final do Período	**16.340.983**	**(13.246.954)**	**3.094.029**	**(2.999.164)**	**94.865**

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2017 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a.. (em 01/01/2016 utilizou-se a taxa de desconto de 11,28%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Liquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R$ 2.094.303 (R$ 3.755.361 em 31/12/2016).

No período as contribuições efetuadas totalizaram R$ 42.814 (R$ 114.874 de 01/01 a 31/12/2016). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2018, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO é de R$ 42.565

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	**Pagamento Estimado**
2018	1.064.882
2019	1.087.573
2020	1.118.736
2021	1.151.867
2022	1.182.201
2023 a 2027	6.367.431

VI - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		**Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido (*)**
Alteração da Premissa	**Valor**	**Percentual sobre Passivo Atuarial**	**Valor**
- Redução em 0,5%	728.315	5,20%	(268.982)
- Acréscimo em 0,5%	(666.045)	(4,76%)	153.064

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo.

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017			**31/12/2016**		
	Fundo Previdencial	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**	**Fundo Previdencial**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**
Valor Início do Período	**1.284.167**	**(490.932)**	**793.235**	**2.223.048**	**(269.828)**	**1.953.220**
Juros Líquidos	125.992	(50.118)	75.874	269.574	(30.437)	239.137
Aportes e Contribuições	(91.124)	–.–	(91.124)	124.013	–.–	124.013
Recebimento por destinação de recursos (*)	(12.826)	–.–	(12.826)	(514.863)	–.–	(514.863)
Efeito na Restrição do Ativo	(14.980)	(370.879)	(385.859)	(1.053.354)	(190.667)	(1.244.021)
Remensurações	338.542	–.–	338.542	235.749	–.–	235.749
Valor Final do Período (Nota 10a)	**1.629.771**	**(911.929)**	**717.842**	**1.284.167**	**(490.932)**	**793.235**

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaubanco CD.

e) Outros Benefícios Pós-emprego

O ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios Pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO, são os seguintes:

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017	**31/12/2016**
No Início do Período	**(221.125)**	**(178.811)**
Custo de Juros	(21.953)	(19.502)
Benefícios Pagos	14.538	13.018
Remensurações	(28.183)	(35.830)
No Final do Período (Nota 10c)	**(256.723)**	**(221.125)**

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	**Pagamento Estimado**
2018	14.986
2019	16.029
2020	17.060
2021	18.154
2022	19.271
2023 a 2027	114.593

II - Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 15c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	**Aumento de 1%**	**Redução de 1%**
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3.162	(3.000)
Valor Presente da Obrigação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.686	(26.453)

NOTA 16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Fundos de Investimento e Carteiras Administradas - O ITAÚ UNIBANCO administra Fundos de Privatização, de Renda Fixa, de Ações, de Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior no montante de R$ 696.035.067 (R$ 692.214.851 em 31/12/2016), sendo representado por 17.078 (15.486 em 31/12/2016) fundos e carteiras.

b) Política de Seguros - O ITAÚ UNIBANCO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) - Créditos a receber referentes aos contratos habilitados e contratos em ser, registrados em Relações Interfinanceiras - Sistema Financeiro da Habitação, totalizam em R$ 1.345.619 (R$ 1.223.599 em 31/12/2016), sendo a respectiva provisão de R$ (1.240.897) (R$ (989.304) em 31/12/2016).

d) Gerenciamento de Riscos - O ITAÚ UNIBANCO, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de riscos em atendimento às Resoluções do CMN: nº 3.380/06 - Risco Operacional; nº 3.464/07 - Risco de Mercado; nº 3.721/09 - Risco de Crédito e nº 4.090/12 - Risco de Liquidez. As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos, e dos demais riscos inerentes ao negócio, estão disponibilizadas no site de Relacionamento com Investidores da instituições líder (www.itau.com.br/ri) na rota: Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos, que não faz parte das demonstrações contábeis.

e) Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

f) Informações de Dependências no Exterior - O ITAÚ UNIBANCO realiza operações através de suas agências: Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau. Os saldos consolidados das contas patrimoniais e de resultado, após eliminações das transações entre as agências, são os seguintes:

Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante e Realizável a Longo Prazo	**224.303.993**	**233.372.977**
Disponibilidades	2.067.947	2.747.070
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.154.157	30.310.511
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.971.906	60.609.932
Operações de Crédito	68.563.431	81.317.617
Despesas Antecipadas	24.959	50.054
Carteira de Câmbio	46.631.538	51.833.197
Outros Ativos	4.890.055	6.504.596
Permanente	**6.155**	**8.085**
Outros Investimentos	119	100
Imobilizado e Intangível	6.036	7.985
TOTAL	**224.310.148**	**233.381.062**
Passivo		
Circulante e Exigível a Longo Prazo	**204.166.004**	**215.761.389**
Depósitos	106.545.307	96.638.260
Depósitos à Vista	60.723.956	54.807.761
Depósitos Interfinanceiros	34.342.028	34.007.371
Depósitos à Prazo	11.479.323	7.823.128
Captações no Mercado Aberto	15.273.285	19.031.116
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.564.199	2.252.600
Obrigações por Empréstimos	25.245.377	33.217.624
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.356.288	4.649.932
Carteira de Câmbio	46.653.818	51.867.797
Outras Obrigações	2.527.730	8.104.060
Resultado de Exercícios Futuros	**50.440**	**74.650**
Patrimônio Líquido	**20.093.704**	**17.545.023**
Capital Social e Reservas	18.218.254	17.135.310
Resultado do Período	1.875.450	409.713
TOTAL	**224.310.148**	**233.381.062**

Demonstração do Resultado	**01/01 a 31/12/2017**	**01/01 a 31/12/2016**
Receitas da Intermediação Financeira	6.143.800	6.673.253
Despesas da Intermediação Financeira	(3.943.440)	(5.826.842)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**2.200.360**	**846.411**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(332.697)	(461.334)
Resultado Operacional	**1.867.663**	**385.077**
Resultado não Operacional	–.–	**30.618**
Resultado Antes da Tributação sobre Lucros e Participações	**1.867.663**	**415.695**
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social	7.787	(5.982)
Lucro Líquido (Prejuízo)	**1.875.450**	**409.713**

g) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/03/2018 16:22:04.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27263633] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

DIRETORIA

Diretores Gerais
EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON
MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI

Diretores Vice-Presidentes
ALBERTO FERNANDES
ANDRÉ SAPOZNIK
CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
RICARDO VILLELA MARINO

Diretores Executivos
ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
ANDRÉ LUIS TEXEIRA RODRIGUES
CARLOS EDUARDO MONICO
CHRISTIAN GEORGE EGAN
FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA
FERNANDO MARSELLA CHACON RUIZ
FLÁVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA
JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
LUÍS EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA
LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO
MARCELO KOPEL
MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES
RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA
SERGIO GUILLINET FAJERMAN
WAGNER BETTINI SANCHES

Diretores
ADRIANA MARIA DOS SANTOS
ADRIANO CABRAL VOLPINI
ADRIANO MACIEL PEDROTI
ALESSANDRO ANASTASI
ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
ANA LÚCIA GOMES DE SÁ DRUMOND PARDO
ANDRE BALESTRIN CESTARE
ANDRÉ CARVALHO WHYTE GAILEY
ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ
ANDREA CARPES BLANCO
ANDRÉA MATTEUCCI PINOTTI
ATILIO LUIZ MAGILA ALBIERO JUNIOR
BADI MAANI SHAIKHZADEH
CARLOS EDUARDO MORI PEYSER
CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR
CARLOS ORESTES VANZO
CESAR MING PEREIRA DA SILVA
CESAR PADOVAN
CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO
CINTIA CARBONIERI FLEURY DE CAMARGO
CLAUDIO CÉSAR SANCHES
CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA
CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE
CRISTIANO ROGÉRIO CAGNE
EDILSON PEREIRA JARDIM
EDUARDO CARDOSO ARMONIA
EDUARDO CORSETTI
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON SAVI JUNQUEIRA
EMILIO PEDRO BORSARI FILHO
ERIC ANDRÉ ALTAFIM
ESTEVÃO CARCIOFFI LAZANHA
FABIANA PASCON BASTOS
FABIANO MEIRA DOURADO NUNES
FELIPE DE SOUZA WEY
FELIPE WEIL WILBERG
FERNANDO DELLA TORRE CHAGAS
FERNANDO JULIÃO DE SOUZA AMARAL
FERNANDO MATTAR BEYRUTI
FLÁVIO DELFINO JÚNIOR
FLAVIO RIBEIRO IGLESIAS
FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO NETO
GABRIEL GUEDES PINTO TEIXEIRA
GABRIELA RODRIGUES FERREIRA
GILBERTO FRUSSA
GUSTAVO TROVISCO LOPES
JOÃO ANTONIO DANTAS BEZERRA LEITE
JORGE LUIZ VIEGAS RAMALHO
JOSÉ DE CASTRO ARAÚJO RUDGE FILHO
JOSÉ VIRGILIO VITA NETO
LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO
LEON GOTTLIEB
LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRADE
LIVIA MARTINES CHANES
LUÍS FERNANDO STAUB
LUÍS TADEU MANTOVANI SASSI
LUIZ FELIPE MONTEIRO ARCURI TREVISAN
LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS
LUIZ SEVERIANO RIBEIRO
MANOELA VARANDA
MARCELLO SINISCALCHI
MARCIO LUIS DOMINGUES DA SILVA
MARCO ANTONIO SUDANO
MÁRIO LÚCIO GURGEL PIRES
MARIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA
MATIAS GRANATA
MILENA DE CASTILHO LEFON MARTINS (*)
PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES
RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES
RICARDO URQUIJO LAZCANO
ROBERTO FERNANDO VICENTE
ROBERTO TEIXEIRA DE CAMARGO
RODNEI BERNARDINO DE SOUZA
RODRIGO JORGE DANTAS DE OLIVEIRA
RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
RODRIGO RODRIGUES BAIA
ROGERIO VASCONCELOS COSTA (*)
SERGIO MYCHKIS GOLDSTEIN
TATIANA GRECCO
THALES FERREIRA SILVA
THIAGO LUIZ CHARNET ELLERO
VALÉRIA APARECIDA MARRETTO
VANESSA LOPES REISNER

(*) Eleitos em AGE de 07/12/2017, homologado pelo BACEN em 04/01/2018.

Contador
ARNALDO ALVES DOS SANTOS
CRC - 1SP - 210.058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo-SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Itaú Unibanco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ nº 14.777.427/0001-05

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Apresentamos as Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, colocando - se a disposição para quaisquer esclarecimentos. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	**2017**	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa	10.828	15.940
Títulos e valores mobiliários	39.610	130.760
Contas a receber de clientes	3.073	-
Recebíveis de partes relacionadas	471	1.156
Estoques	19.381	32.278
Dividendos a receber	32	32
Outros ativos	1	24
Total do ativo circulante	**73.396**	**180.190**
Recebíveis de partes relacionadas	440.941	340.912
Depósitos Judiciais	18	18
Investimentos	452	447
Propriedades para investimentos	16.293	3.391
Imobilizado	241	241
Total do ativo não circulante	**457.945**	**345.009**
Total do ativo	**531.341**	**525.199**
Passivo	**2017**	**2016**
Fornecedores	-	21
Imposto de renda e contribuição social correntes	794	4.897
Impostos e contribuições a recolher	41	46
Dividendos a pagar	8.468	4.754
Outras contas a pagar	6	5
Total do passivo circulante	**9.309**	**9.723**
Pagáveis a partes relacionadas	16.989	9.306
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126	14.103
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	11.539	11.539
Total do passivo não circulante	**28.654**	**34.948**
Capital social	491.948	478.081
Reservas de lucros	673	135
Dividendos adicionais propostos	757	2.312
Total do patrimônio líquido	**493.378**	**480.528**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**531.341**	**525.199**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais), exceto o resultado por ação

	2017	**2016**
Receita operacional líquida	7.532	1.188
Custo das vendas	(56)	-
Lucro bruto	**7.476**	**1.188**
Gerais e administrativas	(718)	(232)
Outros resultados operacionais, líquidos	(21)	-
Receitas (despesas) operacionais	**(739)**	**(232)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**6.737**	**956**
Despesas financeiras	(1.363)	(5)
Receitas financeiras	9.952	1.895
Resultado financeiro líquido	**8.589**	**1.890**
Resultado equivalência patrimonial	**6**	**-**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro liquído	**15.331**	**2.846**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.745)	(142)
Lucro líquido do exercício	**10.586**	**2.704**
Lucro líquido por ação	**0,02**	**0,01**

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)

	2017	**2016**
Lucro líquido do exercício	**10.586**	**2.704**
Total do resultado abrangente	**10.586**	**2.704**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucros	**Dividendos**		
	Capital social	**Reserva legal**	**adicionais propostos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não revisado)	**1**	**-**	**-**	**-**	**1**
Aumento de capital por incorporação	478.080	-	-	-	478.080
Lucro do exercício	-	-	-	2.704	2.704
Destinação do lucro: - Constituição de reservas	-	135	-	(135)	-
- Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	(257)	(257)
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	2.312	(2.312)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**478.081**	**135**	**2.312**	**-**	**480.528**
Aumento de capital social	13.867	-	-	-	13.867
Reflexo ajustes anos anteriores	-	-	-	170	170
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	(2.312)	-	(2.312)
Lucro do exercício	-	-	-	10.586	10.586
Destinação do lucro: - Constituição de reservas	-	538	-	(538)	-
- Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	(9.377)	(9.377)
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(84)	(84)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	757	(757)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**491.948**	**673**	**757**	**-**	**493.378**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2017**	**2016**
Lucro líquido do exercício	10.586	2.704
Ajustes para:		
Equivalência Patrimonial	(6)	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	81	(1)
	10.661	2.703
Variações em:		
Clientes	(3.073)	76
Estoques	28	(12)
Impostos e contribuições a recuperar	-	(301)
Partes relacionadas, líquidas	9.220	(33)
Fornecedores	(21)	(370)
Impostos e contribuições a recolher	(4.106)	-
Outros Ativos e Passivos, líquidos	64	682
	2.112	42
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**12.773**	**2.745**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	91.150	(1.708)
Adições em investimentos	(32)	(6)
Caixa e equivalente de caixa recebido na incorporação	-	15.970
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**91.118**	**14.256**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Partes relacionadas, líquidas	(102.413)	(868)
Dividendos pagos	(6.590)	(194)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(109.003)**	**(1.062)**
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(5.112)**	**15.939**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.940	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.828	15.940
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(5.112)**	**15.939**

A Diretoria

Contadora

Rita de Cássia do Amaral - CRC 1SP238194/O-9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e encontram-se a disposição na sede da empresa

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 01/01/0001 00:00:00.
Nº de Série do Certificado:
[Ticket: 27263652] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ nº 60.701.190/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO), relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no exercício alcançou R$ 15.887 milhões e o Patrimônio Líquido R$ 87.201 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R$ 2,75.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R$ 1.230.424 milhões e estavam substancialmente formados por R$ 622.754 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 319.343 milhões de Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Carteira de Câmbio e R$ 96.124 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R$ 1.069.806 milhões.

CIRCULAR Nº 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R$ 33.021 milhões, representando apenas 13,8% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 25 de março de 2019.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		**770.295.032**	**703.965.196**
DISPONIBILIDADES	**3a**	**35.512.232**	**9.911.205**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**3a, 3b, 4**	**307.767.589**	**285.701.325**
Aplicações no Mercado Aberto		271.796.967	234.290.548
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		35.970.622	51.410.777
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3c, 3d e 5**	**113.141.781**	**141.332.843**
Carteira Própria		41.334.128	49.265.513
Vinculados a Compromissos de Recompra		47.416.045	58.310.284
Vinculados a Prestação de Garantias		2.433.405	4.903.023
Vinculados ao Banco Central		2.857.484	3.386.777
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		3.082.045	2.075.561
Instrumentos Financeiros Derivativos		16.018.674	23.391.685
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		**108.999.244**	**99.290.588**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		14.604.324	1
Créditos Vinculados		93.997.849	98.716.317
Depósitos no Banco Central	3b	93.986.144	98.707.826
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		11.705	8.491
Correspondentes		45.252	34.532
Repasses Interfinanceiros		351.819	539.738
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		**123.097**	**–.–**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3e, 3g e 6**	**102.652.157**	**107.419.144**
Operações de Crédito		110.931.924	115.097.077
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.279.767)	(7.677.933)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**3f, 3g e 6**	**19**	**(83)**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		6.753	142.826
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(6.664)	(141.666)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(70)	(1.243)
OUTROS CRÉDITOS	**9a**	**100.554.505**	**58.677.985**
OUTROS VALORES E BENS	**3h**	**1.544.408**	**1.632.189**
Outros Valores e Bens		903.543	866.186
(Provisões para Desvalorizações)		(402.269)	(360.162)
Despesas Antecipadas	9c	1.043.134	1.126.165
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**352.923.347**	**372.196.903**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**3b e 4**	**75.446.772**	**66.610.593**
Aplicações no Mercado Aberto		5.218.890	6.286.039
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		70.227.882	60.324.554
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3c, 3d e 5**	**126.397.459**	**143.114.646**
Carteira Própria		33.411.763	41.787.584
Vinculados a Compromissos de Recompra		44.201.115	67.352.151
Vinculados a Prestação de Garantias		4.910.100	4.390.368
Vinculados ao Banco Central		553.557	698.010
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		25.165.340	8.364.513
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.155.584	20.522.020
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS		**4.287**	**104.722**
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		4.287	104.722
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3e, 3g e 6**	**117.448.205**	**116.323.363**
Operações de Crédito		128.836.991	131.495.538
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.388.786)	(15.172.175)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**3f, 3g e 6**	**2**	**(2)**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		255	2.036
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(253)	(2.025)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		–.–	(13)
OUTROS CRÉDITOS	**9a**	**33.291.896**	**45.786.837**
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	**3h e 9c**	**334.726**	**256.744**
PERMANENTE		**107.205.618**	**112.796.849**
INVESTIMENTOS		**98.175.602**	**103.086.095**
Participações em Coligadas e Controladas	3i e 11 I	96.124.162	101.735.498
No País		80.171.490	75.744.773
No Exterior		15.952.672	25.990.725
Outros Investimentos		2.126.921	1.426.078
(Provisões para Perdas)		(75.481)	(75.481)
IMOBILIZADO DE USO	**3j**	**4.629.785**	**4.748.353**
Imóveis de Uso		3.258.456	3.084.896
Outras Imobilizações de Uso		10.421.505	9.866.644
(Depreciações Acumuladas)		(9.050.176)	(8.203.187)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**3k, 3l e 6d**	**3.225**	**12.522**
Bens Arrendados		3.036	11.978
(Depreciações Acumuladas)		189	544
INTANGIVEL	**3m e 11 II**	**4.397.006**	**4.949.879**
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento		1.265.229	1.059.890
Outros Ativos Intangíveis		7.096.626	6.965.714
(Amortização Acumulada)		(3.964.849)	(3.075.725)
TOTAL DO ATIVO		**1.230.423.997**	**1.188.958.948**

PASSIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		**711.430.582**	**668.992.610**
DEPÓSITOS	**3b e 7a**	**224.591.077**	**219.918.629**
Depósitos à Vista		50.988.600	79.675.378
Depósitos de Poupança		124.511.169	108.669.977
Depósitos Interfinanceiros		2.543.148	6.395.096
Depósitos a Prazo		46.548.160	25.178.178
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**3b e 7a**	**312.929.558**	**293.713.626**
Carteira Própria		75.822.839	96.438.029
Carteira de Terceiros		215.139.864	187.239.438
Carteira Livre Movimentação		21.966.855	10.036.159
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**3b, 7a e 7b**	**27.622.161**	**38.639.816**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		25.189.429	34.842.544
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		483.244	2.034.355
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		1.949.488	1.762.917
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		**1.027.451**	**1.428.688**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		566.692	1.042.170
Correspondentes		460.759	386.518
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		**5.401.948**	**4.946.553**
Recursos em Trânsito de Terceiros		5.392.394	4.925.440
Transferências Internas de Recursos		9.554	21.113
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	**3b e 7a**	**30.582.123**	**21.624.251**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	**3b e 7a**	**5.188.185**	**7.806.623**
BNDES		2.046.554	3.377.093
CEF		1.461	1.129
FINAME		2.996.339	4.314.977
Outras Instituições		143.831	113.424
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3d e 5bl**	**9.769.504**	**17.468.921**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**9d**	**94.318.575**	**63.445.503**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**431.317.562**	**457.834.224**
DEPÓSITOS	**3b e 7a**	**254.691.932**	**273.278.764**
Depósitos Interfinanceiros		90.500.280	154.539.680
Depósitos a Prazo		164.191.652	118.739.084
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**3b e 7a**	**68.400.789**	**74.108.705**
Carteira Própria		14.968.821	28.429.627
Carteira Livre Movimentação		53.431.968	45.679.078
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**3b, 7a e 7b**	**50.895.385**	**32.747.605**
Recursos de Letras Imobiliarias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		41.524.348	26.474.085
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		8.522.220	3.649.162
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		848.817	2.624.358
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	**3b e 7a**	**3.451.297**	**4.027.505**
Empréstimos no País - Outras Instituições		1.664	1.664
Empréstimos no Exterior		3.449.633	4.025.841
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	**3b e 7a**	**12.505.404**	**16.064.894**
BNDES		5.927.599	7.879.471
CEF		478.085	447.144
FINAME		6.041.159	7.720.488
Outras Instituições		58.561	17.791
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**3d e 5bl**	**19.770.397**	**15.443.887**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**9d**	**21.602.358**	**42.162.864**
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**3r**	**475.134**	**492.599**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**	**87.200.719**	**61.639.515**
Capital Social		61.925.426	47.425.426
Reservas de Capital		710.381	710.018
Reservas de Reavaliação		5.751	5.949
Reservas de Lucros		26.310.835	15.539.517
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c, 3q e 12c	(1.751.674)	(2.041.395)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.230.423.997**	**1.188.958.948**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em Milhares de Reais)*

	NOTAS	2º Semestre 2018	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**47.767.831**	**87.932.633**	**115.979.647**
Operações de Crédito	3e	22.255.625	45.590.961	46.823.764
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	27.060	39.907	244.148
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	22.772.813	44.805.843	55.579.967
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	346.929	(7.374.818)	6.186.558
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.365.404	4.870.740	7.145.210
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(30.786.218)**	**(68.765.342)**	**(86.231.633)**
Operações de Captação no Mercado		(27.259.879)	(56.524.542)	(74.915.487)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.158.937)	(7.255.760)	(2.376.161)
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	(29.841)	(39.591)	(234.450)
Resultado de Operações de Câmbio		645.124	1.211.851	1.056.739
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3g e 6e	(2.982.685)	(6.157.300)	(9.762.274)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**16.981.613**	**19.167.291**	**29.748.014**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(3.745.190)**	**(1.897.402)**	**(10.090.391)**
Receitas de Prestação de Serviços	9e	5.601.765	10.932.904	9.930.577
Rendas de Tarifas Bancárias	9e	3.783.459	7.584.299	7.286.240
Despesas de Pessoal	9f	(7.611.116)	(14.165.695)	(14.280.030)
Outras Despesas Administrativas	9g	(6.506.979)	(12.564.994)	(11.956.143)
Despesas Tributárias	3p e 10a II	(1.955.086)	(3.068.181)	(3.639.372)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	3i e 11 I	3.598.744	12.215.582	7.606.956
Outras Receitas Operacionais		748.634	923.569	287.167
Outras Despesas Operacionais	9h	(1.404.611)	(3.754.886)	(5.325.786)
RESULTADO OPERACIONAL		**13.236.423**	**17.269.889**	**19.657.623**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(16.856)**	**(70.826)**	**(275.026)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**13.219.567**	**17.199.063**	**19.382.597**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**3p e 10a I**	**(3.261.009)**	**(1.121.818)**	**(3.949.375)**
Devidos sobre Operações do Período		539.843	38.155	(256.439)
Referentes a Diferenças Temporárias		(3.800.852)	(1.159.973)	(3.692.936)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	**13b**	**(106.269)**	**(190.599)**	**(159.962)**
LUCRO LÍQUIDO		**9.852.289**	**15.886.646**	**15.273.260**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:55:12.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30367756] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em Milhares de Reais)*

	2º Semestre 2018	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**12.112.700**	**5.085.254**	**16.282.833**
Lucro Líquido	9.852.289	15.886.646	15.273.260
Ajustes ao Lucro Líquido:	**2.260.411**	**(10.801.392)**	**1.009.573**
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	2.181.052	4.071.908	1.226.780
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.982.685	6.157.300	9.762.274
Resultado de Operações com Dívida Subordinada	313.922	819.566	2.185.708
Depreciações e Amortizações	1.142.068	2.360.158	1.940.563
Amortização de Ágio	184.976	368.546	367.757
Tributos Diferidos	3.800.852	1.159.973	3.692.936
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(3.598.744)	(12.215.582)	(7.606.956)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(4.022.184)	(10.374.651)	(11.910.127)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(768.463)	(3.354.276)	659.991
Constituição (Reversão) para Perdas e Bens não de Uso Próprio	(54.787)	42.107	252.477
(Ganho) Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio	70.305	132.637	325.431
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	(5.787)	9.553	4.721
Ajuste de Baixa de Imobilizado de Arrendamento	(35.313)	(58.486)	(6.658)
Outros	69.829	79.855	114.676
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	**30.979.786**	**(14.585.908)**	**(22.904.213)**
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(5.769.655)	(10.038.085)	36.569.868
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(3.193.032)	7.720.488	(4.147.095)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(9.326.760)	4.721.682	(18.712.486)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(15.495.608)	(14.398.842)	(413.024)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	6.673.569	(2.221.332)	(3.744.839)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(35.839.590)	(39.152.969)	5.049.296
(Redução)/Aumento em Depósitos	44.146.908	(13.914.385)	72.513.741
(Redução)/Aumento em Captações no Mercado Aberto	19.616.002	13.508.016	(95.207.244)
(Redução)/Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(713.964)	7.130.124	8.232.093
(Redução)/Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.394.563	2.203.736	(14.508.078)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	26.509.922	29.924.596	(8.625.784)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	(8.360)	(17.465)	178.607
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.209)	(51.472)	(89.268)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**43.092.486**	**(9.500.654)**	**(6.621.380)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	433.234	1.729.564	1.765.301
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	13.103.236	36.925.642	58.484.067
Recursos de Juros de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	2.684.246	14.020.989	3.227.958
Alienação de Investimentos	–.–	–.–	30.958
Aquisição de Investimentos	(7.350.211)	(7.351.107)	(706.429)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(571.857)	(5.139.432)	(4.259.280)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(1.931.161)	(1.931.161)	(121.315)
Redução de Capital em Coligadas e Controladas	5.750.050	34.149.533	39.686
Aumento de Capital em Controladas e Coligadas	(10.987.440)	(10.987.440)	(74.320)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	(47.396)	(109.728)	(95.747)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(525.326)	(797.237)	(584.329)
Alienação de Imobilizado de Uso	13.351	15.320	6.265
Aquisição de Intangível	(496.527)	(920.449)	(1.650.873)
Alienação de Intangível	32.978	34.917	21.035
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**107.177**	**59.639.411**	**56.491.244**
Aumento de Capital	–.–	14.500.000	–.–
Resgate por Dívida Subordinada	(4.844.752)	(12.745.753)	(11.772.190)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(3.949.700)	(5.427.620)	(25.463.367)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(8.794.452)**	**(3.673.373)**	**(37.235.557)**
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 3a)	**34.405.211**	**46.465.384**	**12.634.307**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	46.524.957	34.464.784	21.830.477
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	80.930.168	80.930.168	34.464.784
Disponibilidades	35.512.232	35.512.232	9.911.205
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	7.232.596	7.232.596	1.226.854
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.185.340	38.185.340	23.326.725

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 12) *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2018	**61.925.426**	**710.264**	**5.850**	**3.997.081**	**17.576.892**	**(2.368.591)**	–.–	**81.846.922**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(170.845)	–.–	(170.845)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(99)	–.–	–.–	–.–	99	–.–
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(769.700)	–.–	–.–	(769.700)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	–.–	117	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	117
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.222.691	–.–	1.222.691
Ajustes de Variação Cambial dos Investimentos no Exterior						(434.929)		(434.929)
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	9.852.289	9.852.289
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	492.614	5.013.948	–.–	(5.506.562)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.345.826)	(4.345.826)
Saldos em 31/12/2018	**61.925.426**	**710.381**	**5.751**	**4.489.695**	**21.821.140**	**(1.751.674)**	–.–	**87.200.719**
Mutações no Período	–.–	**117**	**(99)**	**492.614**	**4.244.248**	**616.917**	–.–	**5.353.797**
Saldos em 01/01/2017	**47.425.426**	**709.205**	**6.152**	**2.931.700**	**21.367.176**	**(2.973.283)**	–.–	**69.466.376**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(29.404)	–.–	(29.404)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(203)	–.–	–.–	–.–	203	–.–
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(17.311.920)	–.–	–.–	(17.311.920)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	–.–	813	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	813
Garantias Financeiras Prestadas	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(220.902)	(220.902)
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	672.724	–.–	672.724
Ajustes de Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	288.568	–.–	288.568
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	15.273.260	15.273.260
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	763.663	7.788.898	–.–	(8.552.561)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(6.500.000)	(6.500.000)
Saldos em 31/12/2017	**47.425.426**	**710.018**	**5.949**	**3.695.363**	**11.844.154**	**(2.041.395)**	–.–	**61.639.515**
Mutações no Período	–.–	**813**	**(203)**	**763.663**	**(9.523.022)**	**931.888**	–.–	**(7.826.861)**
Saldos em 01/01/2018	**47.425.426**	**710.018**	**5.949**	**3.695.363**	**11.844.154**	**(2.041.395)**	–.–	**61.639.515**
Aumento de Capital - AGE de 23/03/2018 e de 28/06/2018	14.500.000	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14.500.000
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(172.671)	–.–	(172.671)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(198)	–.–	–.–	–.–	198	–.–
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(769.700)	–.–	–.–	(769.700)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	–.–	363	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	363
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(64.113)	–.–	(64.113)
Ajustes de Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	526.505	–.–	526.505
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	15.886.646	15.886.646
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	794.332	10.746.686	–.–	(11.541.018)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.345.826)	(4.345.826)
Saldos em 31/12/2018	**61.925.426**	**710.381**	**5.751**	**4.489.695**	**21.821.140**	**(1.751.674)**	–.–	**87.200.719**
Mutações no Período	**14.500.000**	**363**	**(198)**	**794.332**	**9.976.986**	**289.721**	–.–	**25.561.204**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2019.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Conforme determinado no parágrafo 1º, do artigo 2º, da Circular nº 2.804, de 11/02/1998, do BACEN, as Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (Nota 15e).

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - O ITAÚ UNIBANCO define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Depósitos no Banco Central, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

• **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

• **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos acima, nas controladas do ITAÚ UNIBANCO, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Equivalência Patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

• ***Hedge* de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado; e

• ***Hedge* de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

e) Operações de Crédito (Operações com Características de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *accrual* até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As receitas decorrentes da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) estão classificadas na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias.

f) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG) - Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superveniência/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen nº 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. De acordo com a Circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência de depreciação no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:55:24.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30367748] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

As operações de arrendamento mercantil são atualizadas (*accrual*) até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) está classificada na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil, as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias e as apropriações em resultado das operações de arrendamento mercantil operacional ocorrem na data da exigibilidade da contraprestação.

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697, de 24/02/2000 dentre as quais se destacam:

• As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência; e

• Considerando-se exclusivamente a inadimplência, os *write-offs* devem ser efetuados após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com o prazo a decorrer superior a 36 meses.

O critério adotado para constituição da provisão para a carteira de Garantias Financeiras Prestadas, foi baseado no modelo de Perda Esperada.

h) Outros Valores e Bens - Compostos basicamente por Bens não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros e comissões pagas aos revendedores na concessão de financiamento ou *leasing* de veículos.

i) Investimentos - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior adaptadas aos critérios contábeis vigentes em nosso país e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura (10 anos) ou por sua realização.

j) Imobilizado de Uso - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido e às seguintes taxas anuais:

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança,Transporte e Comunicação	10% a 20%
Imóveis de Uso	4% a 8%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Até 10%
Sistema de Processamento de Dados	20% a 50%

k) Imobilizado de Arrendamento Mercantil - Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são: edificações 4%, móveis e utensílios e instalações 10%, máquinas e equipamentos de 10% a 50%, veículos e afins de 20% a 25% e outros bens de 10% a 20%.

As contraprestações dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro passaram a ser registradas no resultado de acordo com a Resolução CMN nº 3.617/08, a partir de 30 de Setembro de 2015, conforme determinação do BACEN.

l) Perdas em Arrendamento a Amortizar - A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.

m) Intangível - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por valor do ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da sociedade, conforme determina a Lei nº 9.532/97, amortizável conforme prazo estipulado em laudos de avaliação, direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e softwares e carteiras de clientes, amortizados em prazos de cinco a dez anos.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - O ITAÚ UNIBANCO avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados, no mínimo, uma vez por ano.

As perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Reconhecemos na Demonstração do Resultado, na rubrica Outras Despesas Operacionais, perdas por redução ao valor recuperável, referente aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Softwares, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos, no valor de R$ (167.363) (R$ (14.266) de 01/01 a 31/12/2017).

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias - são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 8. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

• **Prováveis**: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outras Obrigações;

• **Possíveis**: as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;

• **Remotas**: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

p) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota contínua 9,00%.

q) Benefícios Pós-Emprego

Planos de Pensão - Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração do Resultado:

• Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.

• Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido - é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidas integralmente em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO por meio de fundo previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

r) Resultados de Exercícios Futuros - Referem-se basicamente às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas da fluência do prazo.

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2018						31/12/2017	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	**56.307.168**	**214.908.532**	**581.267**	**5.218.890**	**277.015.857**	**72,3**	**240.576.587**	**68,3**
Posição Bancada (1)	6.028.848	6.822.446	–.–	469.818	13.321.112	3,5	11.397.099	3,2
Posição Financiada	47.920.755	164.305.852	581.267	4.561.974	217.369.848	56,7	191.395.919	54,3
Posição Vendida	2.357.565	43.780.234	–.–	187.098	46.324.897	12,1	37.783.569	10,7
Aplicações em Depósitos Interfinanceiro	**11.621.570**	**11.623.866**	**12.725.186**	**70.227.882**	**106.198.504**	**27,7**	**111.735.331**	**31,7**
Total (2)	**67.928.738**	**226.532.398**	**13.306.453**	**75.446.772**	**383.214.361**	**100,0**	**352.311.918**	**100,0**
% por prazo de vencimento	17,7	59,1	3,5	19,7				
Total - 31/12/2017	**57.358.124**	**214.195.351**	**14.147.850**	**66.610.593**	**352.311.918**			
% por prazo de vencimento	16,3	60,8	4,0	18,9				

(1) Inclui R$ 4.530.548 (R$ 3.305.176 em 31/12/2017) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN.
(2) Inclui provisão para desvalorização de títulos no montante de (R$ 497) (R$ (1.349) em 31/12/2017).

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2018											31/12/2017
		Provisão para Ajuste a Valor de Mercado Refletida no:										
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	**99.420.700**	**887.522**	**725.784**	**101.034.006**	**42,2**	**1.557.576**	**162.155**	**5.472.069**	**2.489.136**	**16.986.023**	**74.367.047**	**92.925.128**
Letras Financeiras do Tesouro	5.064.246	271	4	5.064.521	2,1	–.–	61.555	–.–	–.–	784.031	4.218.935	6.139.129
Letras do Tesouro Nacional	26.082.953	266.879	82.514	26.432.346	11,0	1.013.941	–.–	278.933	991.220	12.112.606	12.035.646	32.255.739
Notas do Tesouro Nacional	40.360.963	606.469	631.884	41.599.316	17,4	543.635	100.523	5.193.136	130.345	4.070.475	31.561.202	34.825.192
Tesouro Nacional/Securitização	175.521	(228)	27.845	203.138	0,1	–.–	77	–.–	160	79	202.822	219.653
Títulos da Dívida Externa Brasileira	27.737.017	14.131	(16.463)	27.734.685	11,6	–.–	–.–	–.–	1.367.411	18.832	26.348.442	19.485.415
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	**5.149.814**	**(2.363)**	**(73.840)**	**5.073.611**	**1,8**	**150.227**	**588.710**	**1.607.738**	**1.477.313**	**1.069.964**	**179.659**	**5.956.009**
Alemanha	22.456	–.–	13	22.469	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	22.469	–.–	–.–
Argentina	57.708	(1.796)	–.–	55.912	–.–	35	19.306	–.–	–.–	32	36.539	213.689
Chile	159	(14)	–.–	145	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	145	2.179
Colômbia	74.384	(68)	–.–	74.316	–.–	–.–	70.117	–.–	–.–	273	3.926	25.811
Coreia	377.407	–.–	–.–	377.407	0,2	–.–	–.–	–.–	–.–	377.407	–.–	1.437.285
Dinamarca	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.950.784
Espanha	1.327.207	–.–	–.–	1.327.207	0,6	–.–	–.–	316.592	340.865	669.750	–.–	1.758.208
França	891.007	–.–	(200)	890.807	–.–	–.–	–.–	556.381	334.426	–.–	–.–	–.–
México	2.377.862	(379)	(73.649)	2.303.834	1,0	150.192	497.456	734.765	802.022	–.–	119.399	549.236
Paraguai	1.267	(57)	–.–	1.210	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.210	2.591
Uruguai	16.606	(64)	–.–	16.542	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	16.542	14.286
Outros	3.751	15	(4)	3.762	–.–	–.–	1.831	–.–	–.–	33	1.898	1.940
TÍTULOS DE EMPRESAS	**99.567.716**	**(230.312)**	**(80.039)**	**99.257.365**	**41,3**	**22.406.945**	**918.985**	**4.940.935**	**2.396.598**	**7.307.401**	**61.286.501**	**141.652.647**
Euro Bonds e Assemelhados	6.283.729	(6.596)	6.173	6.283.306	2,6	342.820	427.511	2.071.278	506.216	1.390.548	1.544.933	5.280.495
Ações	3.967.007	(187.797)	23.112	3.802.322	1,6	3.802.322	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.042.646
Debêntures (1)	54.216.545	9.670	(267.394)	53.958.821	22,5	164.112	178.473	1.981.060	995.380	5.011.484	45.628.312	96.477.090
Nota Promissória	1.066.870	–.–	2.759	1.069.629	0,4	–.–	25.139	94.871	538.748	144.305	266.566	3.243.933
Cédula do Produtor Rural	4.089.009	–.–	105.988	4.194.997	1,8	199.782	198.543	340.164	299.969	429.731	2.726.808	2.828.420
Cotas de Fundos	17.879.986	(45.963)	26.709	17.860.732	7,4	17.860.732	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	16.022.823
Direito Creditório	1.242.734	–.–	–.–	1.242.734	0,5	1.242.734	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.336.569
Renda Fixa	14.589.202	15	–.–	14.589.217	6,1	14.589.217	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	12.927.642
Renda Variável	2.048.050	(45.978)	26.709	2.028.781	0,8	2.028.781	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.758.612
Certificados de Recebíveis Imobiliários	11.065.915	(385)	20.396	11.085.926	4,6	–.–	–.–	444.894	–.–	258.813	10.382.219	14.668.434
Letras Financeiras	248.878	(376)	(78)	248.424	0,1	35.773	84.377	8.330	56.051	63.893	–.–	648.539
Outros	749.777	1.135	2.296	753.208	0,3	1.404	4.942	338	234	8.627	737.663	440.267
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**204.138.230**	**654.847**	**571.905**	**205.364.982**	**85,7**	**24.114.748**	**1.669.850**	**12.020.742**	**6.363.047**	**25.363.388**	**135.833.207**	**240.533.784**
Títulos para Negociação	71.049.060	654.847	–.–	71.703.907	29,9	11.297.556	256.559	6.001.576	1.193.496	10.290.908	42.663.812	82.632.882
Títulos Disponíveis para Venda	100.067.873	–.–	571.905	100.639.778	42,0	12.817.192	1.413.291	5.574.272	4.098.949	10.945.803	65.790.271	126.812.285
Títulos Mantidos até o Vencimento (2)	33.021.297	–.–	–.–	33.021.297	13,8	–.–	–.–	444.894	1.070.602	4.126.677	27.379.124	31.088.617
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**26.623.042**	**7.551.216**	**–.–**	**34.174.258**	**14,3**	**3.185.960**	**4.538.725**	**4.047.825**	**4.246.164**	**8.258.280**	**9.897.304**	**43.913.705**
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2018 (3)	**230.761.272**	**8.206.063**	**571.905**	**239.539.240**	**100,0**	**27.300.708**	**6.208.575**	**16.068.567**	**10.609.211**	**33.621.668**	**145.730.511**	
% por prazo de vencimento						**11,4%**	**2,6%**	**6,7%**	**4,4%**	**14,0%**	**60,7%**	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2018	**(26.562.682)**	**(2.977.219)**	**–.–**	**(29.539.901)**	**100,0**	**(2.068.429)**	**(2.398.318)**	**(1.639.512)**	**(3.663.245)**	**(9.630.299)**	**(10.140.098)**	
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2017	**267.209.313**	**17.124.892**	**113.284**	**284.447.489**	**100,0**	**41.497.098**	**8.718.724**	**9.122.078**	**25.454.999**	**29.168.893**	**170.485.697**	**284.447.489**
% por prazo de vencimento						**14,6%**	**3,1%**	**3,2%**	**8,9%**	**10,3%**	**59,9%**	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2017	**(36.581.078)**	**3.668.270**	**–.–**	**(32.912.808)**	**100,0**	**(8.220.007)**	**(1.197.564)**	**(2.206.803)**	**(5.844.547)**	**(6.002.326)**	**(9.441.561)**	**(32.912.808)**

(1) Inclui basicamente títulos emitidos pela Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; (2) Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam um ajuste no valor de R$ 300.263 (R$ 603.981 em 31/12/2017); (3) De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 30/06/2018, o ITAÚ UNIBANCO alterou a classificação de Títulos Públicos - Brasil, sendo R$ 3.707.489 de Títulos para Negociação e R$ 8.678.270 de Títulos Disponíveis para Venda.

SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:55:37.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30367763] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia era de R$ 9.088.254 (R$ 3.493.339 em 31/12/2017) e estava composto basicamente por Títulos Públicos.

I - Resumo Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2018										31/12/2017
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Ativo											
Contratos de Futuros	–.–	–.–	–.–	0,0	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	159.340
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Receber	9.121.752	6.939.003	16.060.755	47,0	228.321	1.374.225	1.220.421	1.029.385	3.715.385	8.493.018	5.805.260
Contratos de Opções	13.256.390	87.288	13.343.678	39,1	1.556.800	1.980.744	2.062.930	2.654.162	4.422.863	666.179	28.829.910
Operações a Termo	1.639.779	1.956	1.641.735	4,8	798.439	626.280	135.999	81.017	–.–	–.–	6.144.654
Derivativos de Crédito	(87.260)	161.039	73.779	0,2	–.–	335	191	343	1.651	71.259	75.168
NDF - *Non Deliverable Forward*	2.479.903	58.626	2.538.529	7,4	392.554	549.203	620.194	480.034	93.135	403.409	2.750.072
Verificação de *Swap*	6.889	37.081	43.970	0,1	448	266	7.302	–.–	12.300	23.654	68.131
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	205.589	266.223	471.812	1,4	209.398	7.672	788	1.223	12.946	239.785	81.170
Total	**26.623.042**	**7.551.216**	**34.174.258**	**100,0**	**3.185.960**	**4.538.725**	**4.047.825**	**4.246.164**	**8.258.280**	**9.897.304**	**43.913.705**
% por prazo de vencimento					9,3	13,3	11,8	12,4	24,2	29,0	
Total - 31/12/2017	**26.877.324**	**17.036.381**	**43.913.705**	**100,0**	**8.517.660**	**4.078.858**	**3.500.826**	**7.294.341**	**11.527.317**	**8.994.703**	
% por prazo de vencimento					19,4	9,3	8,0	16,6	26,2	20,5	

	31/12/2018										31/12/2017
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Passivo											
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Pagar	(11.086.744)	(7.351.890)	(18.438.634)	62,5	(542.685)	(1.519.966)	(569.302)	(1.703.105)	(5.418.388)	(8.685.188)	(17.731.728)
Contratos de Opções	(12.790.893)	4.389.010	(8.401.883)	28,4	(823.929)	(470.859)	(670.001)	(1.522.062)	(4.144.114)	(770.918)	(6.670.982)
Operações a Termo	(424.620)	246	(424.374)	1,4	(424.374)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(5.965.106)
Derivativos de Crédito	(156.896)	34.123	(122.773)	0,4	–.–	–.–	(96)	(389)	(2.796)	(119.492)	(50.005)
NDF - *Non Deliverable Forward*	(2.025.392)	51.636	(1.973.756)	6,7	(276.557)	(405.482)	(383.479)	(434.228)	(62.764)	(411.246)	(2.373.109)
Verificação de *Swap*	(78.137)	(84.328)	(162.465)	0,5	–.–	–.–	(15.597)	–.–	–.–	(146.868)	(121.878)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos		(16.016)	(16.016)	0,1	(884)	(2.011)	(1.037)	(3.461)	(2.237)	(6.386)	–.–
Total	**(26.562.682)**	**(2.977.219)**	**(29.539.901)**	**100**	**(2.068.429)**	**(2.398.318)**	**(1.639.512)**	**(3.663.245)**	**(9.630.299)**	**(10.140.098)**	**(32.912.808)**
% por prazo de vencimento					7,0	8,1	5,6	12,4	32,6	34,3	
Total - 31/12/2017	**(36.581.078)**	**3.668.270**	**(32.912.808)**	**100,0**	**(8.220.007)**	**(1.197.564)**	**(2.206.803)**	**(5.844.547)**	**(6.002.326)**	**(9.441.561)**	
% por prazo de vencimento					25,0	3,6	6,7	17,8	18,2	28,7	

II - Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) A Pagar/Pago	Ajustes ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Contratos de futuros	**427.900.568**	**466.117.847**	–.–	–.–	–.–	**159.340**
Compromissos de Compra	**171.188.633**	**263.075.874**	–.–	–.–	–.–	**159.340**
Ações	13.472.947	18.149.263	–.–	–.–	–.–	28
Commodities	11.752	59.122	–.–	–.–	–.–	40
Juros	153.027.766	223.154.999	–.–	–.–	–.–	96.244
Moeda Estrangeira	4.676.168	21.712.490	–.–	–.–	–.–	63.028
Compromissos de Venda	**256.711.935**	**203.041.973**	–.–	–.–	–.–	–.–
Ações	13.964.779	11.355.939	–.–	–.–	–.–	–.–
Commodities	48.180	37.999	–.–	–.–	–.–	–.–
Juros	230.549.213	168.821.555	–.–	–.–	–.–	–.–
Moeda Estrangeira	12.149.763	22.826.480	–.–	–.–	–.–	–.–
Contratos de *Swaps*	–.–	–.–	**(1.964.992)**	**(412.887)**	**(2.377.879)**	**(11.926.468)**
Posição Ativa	**777.942.113**	**537.716.568**	**9.121.752**	**6.939.003**	**16.060.755**	**5.805.260**
Ações	–.–	346.506	–.–	–.–	–.–	–.–
Commodities	6.000	–.–	171	188	359	–.–
Juros	719.686.804	455.865.859	5.398.857	6.952.539	12.351.396	4.784.384
Moeda Estrangeira	58.249.309	81.504.203	3.722.724	(13.724)	3.709.000	1.020.876
Posição Passiva	**777.942.113**	**537.716.568**	**(11.086.744)**	**(7.351.890)**	**(18.438.634)**	**(17.731.728)**
Ações	75.605	1.087.689	(4.755)	1.447	(3.308)	(4.449)
Commodities	619.968	–.–	–.–	(597)	(597)	–.–
Juros	752.177.815	514.558.536	(9.046.384)	(7.422.046)	(16.468.430)	(17.119.826)
Moeda Estrangeira	25.068.725	22.070.343	(2.035.605)	69.306	(1.966.299)	(607.453)
Contratos de Opções	**1.497.250.594**	**2.112.238.495**	**465.497**	**4.476.298**	**4.941.795**	**22.158.928**
De Compra - Posição Comprada	**140.274.701**	**231.133.232**	**1.513.742**	**(167.973)**	**1.345.769**	**700.556**
Ações	1.695.565	683.972	51.499	1.949	53.448	151.812
Commodities	311.691	230.044	9.485	(2.736)	6.749	13.136
Juros	100.315.782	204.647.288	169.448	(98.006)	71.442	155.232
Moeda Estrangeira	37.951.663	25.571.928	1.283.310	(69.180)	1.214.130	380.376
De Venda - Posição Comprada	**623.141.247**	**882.144.987**	**11.742.648**	**255.261**	**11.997.909**	**28.129.354**
Ações	5.351.266	5.566.713	216.756	63.307	280.063	111.242
Commodities	278.490	155.819	10.867	1.524	12.391	2.360
Juros	441.555.297	700.528.332	421.567	465.461	887.028	764.020
Moeda Estrangeira	175.956.194	175.894.123	11.093.458	(275.031)	10.818.427	27.251.732
De Compra - Posição Vendida	**240.900.169**	**230.538.659**	**(11.096.460)**	**4.620.367**	**(6.476.093)**	**(5.403.637)**
Ações	3.053.816	2.937.333	(68.431)	1.327	(67.104)	(49.631)
Commodities	200.933	96.258	(7.823)	5.638	(2.185)	(2.865)
Juros	69.857.759	51.398.243	(143.534)	95.270	(48.264)	(86.392)
Moeda Estrangeira	167.787.661	176.106.825	(10.876.672)	4.518.132	(6.358.540)	(5.264.749)
De Venda - Posição Vendida	**492.934.477**	**768.421.617**	**(1.694.433)**	**(231.357)**	**(1.925.790)**	**(1.267.345)**
Ações	3.719.537	4.461.466	(110.436)	(82.877)	(193.313)	(39.751)
Commodities	192.190	145.922	(6.290)	(1.831)	(8.121)	(3.278)
Juros	447.981.917	742.431.708	(526.658)	(498.197)	(1.024.855)	(812.675)
Moeda Estrangeira	41.040.833	21.382.521	(1.051.049)	351.548	(699.501)	(411.641)
Contratos a Termo	**2.228.580**	**9.373.811**	**1.215.159**	**2.202**	**1.217.361**	**179.548**
Compras a Receber	**379.471**	**1.628.929**	**379.323**	**27**	**379.350**	**1.644.308**
Ações	–.–	24	–.–	–.–	–.–	25
Juros	379.471	1.628.905	379.323	27	379.350	1.644.283
Obrigações por Compra a Pagar	–.–	–.–	**(379.323)**	**(1)**	**(379.324)**	**(1.644.259)**
Ações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(24)
Juros	–.–	–.–	(379.323)	(1)	(379.324)	(1.644.235)
Vendas a Receber	**1.231.855**	**182.154**	**1.260.456**	**1.929**	**1.262.385**	**4.500.346**
Ações	1.231.855	182.154	1.215.159	1.929	1.217.088	180.444
Juros	–.–	–.–	45.297	–.–	45.297	4.319.902
Obrigações por Venda a Entregar	**617.254**	**7.562.728**	**(45.297)**	**247**	**(45.050)**	**(4.320.847)**
Ações	–.–	50	–.–	–.–	–.–	(49)
Juros	44.916	4.301.865	(45.297)	247	(45.050)	(4.320.539)
Moeda Estrangeira	572.338	3.260.813	–.–	–.–	–.–	(259)
Derivativos de Crédito	**6.628.582**	**7.831.260**	**(244.156)**	**195.162**	**(48.994)**	**25.163**
Posição Ativa	**2.768.526**	**4.041.334**	**(87.260)**	**161.039**	**73.779**	**75.168**
Ações	644.360	452.154	(44.576)	90.151	45.575	31.121
Juros	2.124.166	3.589.180	(42.684)	70.888	28.204	44.047
Posição Passiva	**3.860.056**	**3.789.926**	**(156.896)**	**34.123**	**(122.773)**	**(50.005)**
Ações	1.018.859	447.192	(55.356)	(4.193)	(59.549)	(10.700)
Juros	2.841.197	3.342.734	(101.540)	38.316	(63.224)	(39.305)
NDF - *Non Deliverable Forward*	**139.681.866**	**139.876.722**	**454.511**	**110.262**	**564.773**	**376.963**
Posição Ativa	**78.454.258**	**77.697.662**	**2.479.903**	**58.626**	**2.538.529**	**2.750.072**
Commodities	167.144	80.956	16.149	1.267	17.416	6.208
Moeda Estrangeira	78.287.114	77.616.706	2.463.754	57.359	2.521.113	2.743.864
Posição Passiva	**61.227.608**	**62.179.060**	**(2.025.392)**	**51.636**	**(1.973.756)**	**(2.373.109)**
Commodities	96.028	174.534	(5.541)	863	(4.678)	(13.755)
Moeda Estrangeira	61.131.580	62.004.526	(2.019.851)	50.773	(1.969.078)	(2.359.354)

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:07:18.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30367429] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

II - Derivativos por Indexador (Continuação)

	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) (A Pagar)/Pago	Ajustes ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Verificação de Swap	**1.333.282**	**954.781**	**(71.248)**	**(47.247)**	**(118.495)**	**(53.747)**
Posição Ativa	**114.532**	**513.781**	**6.889**	**37.081**	**43.970**	**68.131**
Juros	114.532	–.–	1.731	20.855	22.586	–.–
Moeda Estrangeira	–.–	513.781	5.158	16.226	21.384	68.131
Posição Passiva	**1.218.750**	**441.000**	**(78.137)**	**(84.328)**	**(162.465)**	**(121.878)**
Juros	1.218.750	441.000	(16.697)	(6.683)	(23.380)	(121.878)
Moeda Estrangeira	–.–	–.–	(61.440)	(77.645)	(139.085)	–.–
Outros Instrumentos Financeiros	**3.601.359**	**1.792.066**	**205.589**	**250.207**	**455.796**	**81.170**
Posição Ativa	**3.601.359**	**1.792.066**	**205.589**	**266.223**	**471.812**	**81.170**
Juros	3.601.359	1.792.066	205.589	56.299	261.888	81.170
Moeda Estrangeira	–.–	–.–	–.–	209.924	209.924	–.–
Posição Passiva	–.–	–.–	–.–	**(16.016)**	**(16.016)**	–.–
Juros	–.–	–.–	–.–	(14.065)	(14.065)	–.–
Moeda Estrangeira	–.–	–.–	–.–	(1.951)	(1.951)	–.–
		ATIVO	**26.623.042**	**7.551.216**	**34.174.258**	**43.913.705**
		PASSIVO	**(26.562.682)**	**(2.977.219)**	**(29.539.901)**	**(32.912.808)**
		TOTAL	**60.360**	**4.573.997**	**4.634.357**	**11.000.897**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação/Valor Referencial	**0 - 30**	**31-180**	**181 - 365**	**Acima de 365 dias**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Contratos de Futuros	82.697.169	177.629.254	31.408.433	136.165.712	427.900.568	466.117.847
Contratos de *Swaps*	20.928.006	162.611.635	48.472.667	545.929.805	777.942.113	537.716.568
Contratos de Opções	600.623.042	179.199.611	386.539.880	330.888.061	1.497.250.594	2.112.238.495
Operações a Termo	1.371.681	771.984	84.915	–.–	2.228.580	9.373.811
Derivativos de Crédito	–.–	922.202	457.226	5.249.154	6.628.582	7.831.260
NDF - Non Deliverable Forward	39.105.289	79.641.826	13.950.441	6.984.310	139.681.866	139.876.722
Verificação de Swap	–.–	114.532	–.–	1.218.750	1.333.282	954.781
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	–.–	143.561	156.852	3.300.946	3.601.359	1.792.066

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Futuros	***Swaps***	**Opções**	**Termo**	**Derivativos de Crédito**	***Forwards***	**Verificação *Swap***	**Outros**
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	**333.472.447**	**13.977.015**	**1.100.378.334**	**1.804.193**	–.–	–.–	–.–	–.–
Balcão	**94.428.121**	**763.965.098**	**396.872.260**	**424.387**	**6.628.582**	**139.681.866**	**1.333.282**	**3.601.359**
Instituições Financeiras	94.428.121	629.073.483	316.892.333	–.–	6.046.587	102.729.481	–.–	3.601.359
Empresas	–.–	69.194.208	79.528.701	424.387	581.995	36.219.247	1.333.282	–.–
Pessoas Físicas	–.–	65.697.407	451.226	–.–	–.–	733.138	–.–	–.–
Total - 31/12/2018	**427.900.568**	**777.942.113**	**1.497.250.594**	**2.228.580**	**6.628.582**	**139.681.866**	**1.333.282**	**3.601.359**
Total - 31/12/2017	**466.117.847**	**537.716.568**	**2.112.238.495**	**9.373.811**	**7.831.260**	**139.876.722**	**954.781**	**1.792.066**

IV - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito (Ativos e Passivos), demonstrada pelo seu valor referencial.

	Valor Referencial	
	31/12/2018	31/12/2017
Transferidos	**1.435.420**	**3.580.910**
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e Valores Mobiliários	1.435.420	3.580.910
Recebidos	**(5.193.162)**	**(4.250.350)**
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e Valores Mobiliários	(5.193.162)	(4.250.350)
Total	**(3.757.742)**	**(669.440)**

V - *Hedge* Contábil

I) Fluxo de Caixa - O objetivo deste hedge do ITAÚ UNIBANCO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB/Operações Ativas/Captações/Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI/LIBOR/Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, Selic e Taxas de câmbio.

31/12/2018

	Objetos de *Hedge*				**Instrumentos de *Hedge***	
	Valor Contábil		**Variação no Valor Reconhecida no**			**Variação no Valor Utilizada para Calcular a**
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**	**Patrimônio Líquido (*)**	**Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa**	**Valor Nominal**	**Inefetividade do *Hedge***
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	–.–	32.114.131	(1.818.903)	(3.254.137)	33.425.154	(1.833.872)
Hedge de Operações Ativas	7.617.934	–.–	136.939	136.939	7.754.916	136.939
Hedge de Compromissadas Ativas	36.667.834	–.–	353.457	353.457	38.013.034	359.421
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	65.462	–.–	4.751	4.751	65.462	4.751
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	18.792.559	–.–	(113.036)	(113.036)	18.792.558	(113.036)
Total	**63.143.789**	**32.114.131**	**(1.436.792)**	**(2.872.026)**	**98.051.124**	**(1.445.797)**

31/12/2017

	Objetos de *Hedge*				**Instrumentos de *Hedge***	
	Valor Contábil		**Variação no Valor Reconhecida no**			**Variação no Valor Utilizada para Calcular a**
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**	**Patrimônio Líquido (*)**	**Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa**	**Valor Nominal**	**Inefetividade do *Hedge***
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	–.–	70.663.298	(3.595.979)	(3.595.979)	69.253.139	(3.598.114)
Hedge de Operações Ativas	23.489.527	–.–	429.349	429.349	23.919.178	429.355
Hedge de Compromissadas Ativas	31.099.006	–.–	672.321	672.321	31.855.096	674.696
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	218.879	–.–	(4.718)	(4.718)	232.167	(4.718)
Total	**54.807.412**	**70.663.298**	**(2.499.027)**	**(2.499.027)**	**125.259.580**	**(2.498.781)**

(*) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

31/12/2018

		Valor Contábil (1)		**Variação no Valor Utilizada para Calcular a**	**Variação no Valor Reconhecida no**	**Inefetividade do *Hedge* Reconhecida**	**Montante Reclassificado de Reserva de *Hedge* de Fluxo**
Instrumentos de *Hedge*	**Valor Nominal**	**Ativos**	**Passivos**	**Inefetividade do *Hedge***	**Patrimônio Líquido (2)**	**no Resultado**	**de Caixa para o Resultado**
Risco de Taxa de Juros (3)							
Futuros de Taxas de Juros	79.193.104	8.692	20.541	(1.337.512)	(1.328.507)	(9.005)	–.–
Risco Cambial (4)							
Futuros de DDI	18.792.558	48.746	–.–	(113.036)	(113.036)	–.–	–.–
Opções	65.462	9.083	–.–	4.751	4.751	–.–	–.–
Total	**98.051.124**	**66.521**	**20.541**	**(1.445.797)**	**(1.436.792)**	**(9.005)**	

31/12/2017

		Valor Contábil (1)		**Variação no Valor Utilizada para Calcular a**	**Variação no Valor Reconhecida no**	**Inefetividade do *Hedge* Reconhecida**	**Montante Reclassificado de Reserva de *Hedge* de Fluxo**
Instrumentos de *Hedge*	**Valor Nominal**	**Ativos**	**Passivos**	**Inefetividade do *Hedge***	**Patrimônio Líquido (2)**	**no Resultado**	**de Caixa para o Resultado**
Risco de Taxa de Juros (3)							
Futuros de Taxas de Juros	125.027.413	13.151	31.957	(2.494.063)	(2.494.309)	245	–.–
Risco Cambial (4)							
Opções	232.167	4.718	–.–	(4.718)	(4.718)	–.–	–.–
Total	**125.259.580**	**17.869**	**31.957**	**(2.498.781)**	**(2.499.027)**	**245**	–.–

(1) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.
(2) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.
(3) Futuro DI negociado na B3 e Swap de Taxa de Juros negociado na Bolsa de Chicago.
(4) Futuro DDI e Opção de Compra de Dólar negociados na B3.

Os ganhos ou perdas relativos ao *Hedge* Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R$ (1.763.142) (R$ (1.907.845) em 31/12/2017). No período findo em 31/12/2018, foi reconhecido o montante de R$ (570.298) em resultado.

II) Risco de Mercado - As estratégias de hedge de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO consiste em *hedges* de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

31/12/2018

	Objetos de *Hedge*					**Instrumentos de *Hedge***	
	Valor Contábil		**Ajuste ao Valor Justo**		**Variação no Valor Utilizada para Calcular a**		**Variação no Valor Reconhecida no**
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**	**Inefetividade do *Hedge***	**Valor Nominal**	**Resultado (*)**
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	8.629.424	–.–	8.945.414	–.–	315.991	8.699.532	(306.868)
Total	**8.629.424**	–.–	**8.945.414**	–.–	**315.991**	**8.699.532**	**(306.868)**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:55:51.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30367766] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

	31/12/2018				
		Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a	Inefetividade de *Hedge* Reconhecida
Instrumentos de *Hedge*	**Valor Nominal**	**Ativos**	**Passivos**	**Inefetividade do *Hedge***	**no Resultado**
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	3.744.728	–.–	80.426	(80.426)	9.139
Outros Derivativos	4.954.804	–.–	5.181.246	(226.442)	(16)
Total	**8.699.532**	–.–	**5.261.672**	**(306.868)**	**9.123**

(*) Registrado na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será mensal.

III) A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de *Hedge* Fluxo de Caixa, *Hedge* Risco de Mercado e *Hedge* de Investimento de Operações Líquidas no Exterior.

	31/12/2018							
Estratégias	**0-1 anos**	**1-2 anos**	**2-3 anos**	**3-4 anos**	**4-5 anos**	**5-10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	14.366.844	5.401.361	3.894.329	–.–	5.896.661	3.865.959	–.–	**33.425.154**
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	65.462	18.792.558	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**18.858.020**
Hedge de Operações Ativas	6.345.876	–.–	1.409.040	–.–	–.–	–.–	–.–	**7.754.916**
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	3.764.547	172.726	2.481.738	72.171	876.857	927.261	404.232	**8.699.532**
Hedge de Compromissadas Ativas	26.943.094	5.837.628	1.517.428	–.–	3.714.884	–.–	–.–	**38.013.034**
Total	**51.485.823**	**30.204.273**	**9.302.535**	**72.171**	**10.488.402**	**4.793.220**	**404.232**	**106.750.656**

	31/12/2017							
Estratégias	**0-1 anos**	**1-2 anos**	**2-3 anos**	**3-4 anos**	**4-5 anos**	**5-10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	35.973.635	12.229.910	6.985.466	12.403.273	–.–	1.660.855	–.–	**69.253.139**
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	162.309	69.858	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**232.167**
Hedge de Operações Ativas	16.725.587	5.940.862	–.–	1.252.729	–.–	–.–	–.–	**23.919.178**
Hedge de Compromissadas Ativas	250.600	25.208.848	3.956.763	1.349.092	–.–	1.089.793	–.–	**31.855.096**
Total	**53.112.131**	**43.449.478**	**10.942.229**	**15.005.094**	–.–	**2.750.648**	–.–	**125.259.580**

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	31/12/2018										31/12/2017
Níveis de Risco	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**Total**
Operações de Crédito	**136.526.045**	**48.351.093**	**20.004.168**	**10.766.622**	**5.823.333**	**3.690.734**	**2.694.989**	**3.936.604**	**7.975.327**	**239.768.915**	**246.915.467**
Empréstimos e Títulos Descontados	40.570.171	42.985.054	16.033.867	9.403.710	5.049.297	2.717.191	1.806.683	2.427.050	6.626.194	127.619.217	134.417.580
Operações Com Cartões de Crédito	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	410.900
Financiamentos	44.010.518	4.176.219	2.600.886	684.409	281.348	698.420	425.992	1.255.937	706.403	54.840.132	55.321.893
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	7.461.534	862.905	432.869	71.057	79.979	54.080	489	1.163	25.404	8.989.480	8.710.216
Financiamentos Imobiliários	44.483.822	326.915	936.546	607.446	412.709	221.043	461.825	252.454	617.326	48.320.086	48.054.878
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 6d)	–.–	**156**	**45**	**50**	**13**	**15**	**5**	**8**	**54**	**346**	**2.901**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	**2.489.773**	**625.940**	**480.244**	**84.089**	**84.891**	**8.972**	**33.168**	**16.119**	**32.494**	**3.855.690**	**4.181.813**
Outros Créditos (Nota 9a) (2)	**6.089**	**472.129**	**247**	**32.346**	**1.488**	**131**	**990.865**	**5.373**	**253.872**	**1.762.540**	**1.063.180**
Total Operações com Características de Concessão de Crédito	**139.021.907**	**49.449.318**	**20.484.704**	**10.883.107**	**5.909.725**	**3.699.852**	**3.719.027**	**3.958.104**	**8.261.747**	**245.387.491**	**252.163.361**
Garantias Financeiras Prestadas (3)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**56.215.923**	**62.856.521**
Total com Garantias Financeiras Prestadas	**139.021.907**	**49.449.318**	**20.484.704**	**10.883.107**	**5.909.725**	**3.699.852**	**3.719.027**	**3.958.104**	**8.261.747**	**301.603.414**	**315.019.882**
TOTAL EM 31/12/2017	**147.672.254**	**52.130.438**	**14.006.781**	**10.199.430**	**7.148.732**	**4.819.922**	**4.448.494**	**3.865.813**	**7.871.497**	**252.163.361**	

(1) Composto por Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Adiant. sobre Contratos de Câmbio e Imp. Fin. - Câmbio Contratado, contabilizados em Outros Créditos/Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 9b).

(2) Composto por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Garantias Financeiras Prestadas.

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2018										31/12/2017
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**Total**
						Operações em Curso Anormal (1)					
Parcelas Vincendas	–.–	–.–	**995.842**	**885.654**	**775.960**	**641.017**	**1.028.716**	**1.106.741**	**2.443.128**	**7.877.058**	**8.058.501**
01 a 60	–.–	–.–	41.867	65.497	65.033	55.760	54.954	193.457	211.136	687.704	545.058
61 a 90	–.–	–.–	15.780	25.148	25.360	22.137	20.246	20.905	83.804	213.380	257.291
91 a 180	–.–	–.–	45.260	69.602	72.625	60.430	65.772	72.981	260.534	647.204	680.420
181 a 365	–.–	–.–	114.811	119.669	130.257	115.645	126.472	128.852	492.623	1.228.329	1.374.768
Acima de 365	–.–	–.–	778.124	605.738	482.685	387.045	761.272	690.546	1.395.031	5.100.441	5.200.964
Parcelas Vencidas	–.–	–.–	**87.069**	**203.522**	**277.293**	**329.341**	**364.190**	**552.579**	**3.553.606**	**5.367.600**	**5.623.129**
01 a 60	–.–	–.–	87.069	190.022	149.675	147.125	124.269	125.651	621.189	1.445.000	1.681.007
61 a 90	–.–	–.–	–.–	9.869	113.524	69.116	71.200	93.203	748.221	1.105.133	1.193.520
91 a 180	–.–	–.–	–.–	3.631	14.094	108.085	149.566	315.788	725.778	1.316.942	1.307.731
181 a 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	5.015	19.155	17.937	1.388.243	1.430.350	1.379.935
Acima de 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	70.175	70.175	60.936
Subtotal (a)	–.–	–.–	**1.082.911**	**1.089.176**	**1.053.253**	**970.358**	**1.392.906**	**1.659.320**	**5.996.734**	**13.244.658**	**13.681.630**
						Operações em Curso Normal					
Parcelas Vincendas	**138.577.507**	**49.286.178**	**19.350.928**	**9.718.138**	**4.800.133**	**2.700.987**	**2.289.614**	**2.284.773**	**2.183.325**	**231.191.583**	**237.167.012**
01 a 60	18.621.743	10.913.357	4.700.964	2.224.724	953.925	332.911	208.916	208.257	158.915	38.323.712	37.965.460
61 a 90	6.054.131	1.958.965	639.470	318.995	129.947	72.513	67.685	26.551	54.802	9.323.059	9.191.609
91 a 180	16.458.298	5.838.233	1.663.275	880.988	321.786	274.004	103.437	295.342	321.565	26.156.928	26.566.813
181 a 365	18.080.627	8.455.633	2.579.983	1.435.471	686.159	309.947	278.868	235.069	326.697	32.388.454	36.880.211
Acima de 365	79.362.708	22.119.990	9.767.236	4.857.960	2.708.316	1.711.612	1.630.708	1.519.554	1.321.346	124.999.430	126.562.919
Parcelas Vencidas até 14 dias	**444.400**	**163.140**	**50.865**	**75.793**	**56.339**	**28.507**	**36.507**	**14.011**	**81.688**	**951.250**	**1.314.719**
Subtotal (b)	**139.021.907**	**49.449.318**	**19.401.793**	**9.793.931**	**4.856.472**	**2.729.494**	**2.326.121**	**2.298.784**	**2.265.013**	**232.142.833**	**238.481.731**
Total da Carteira (a+b)	**139.021.907**	**49.449.318**	**20.484.704**	**10.883.107**	**5.909.725**	**3.699.852**	**3.719.027**	**3.958.104**	**8.261.747**	**245.387.491**	
Provisão Existente	–.–	**(366.555)**	**(612.494)**	**(1.087.223)**	**(1.772.327)**	**(1.849.556)**	**(2.602.947)**	**(3.957.708)**	**(8.261.747)**	**(20.510.557)**	
Provisão Requerida	–.–	(247.246)	(204.847)	(326.493)	(590.973)	(1.109.956)	(1.859.513)	(2.770.673)	(8.261.747)	(15.371.448)	
Provisão Complementar	–.–	(119.309)	(407.647)	(760.730)	(1.181.354)	(739.600)	(743.434)	(1.187.035)	–.–	(5.139.109)	
Total da Carteira em 31/12/2017	**147.672.255**	**52.130.438**	**14.006.781**	**10.199.429**	**7.148.731**	**4.819.922**	**4.448.495**	**3.865.813**	**7.871.497**	**252.163.361**	
Provisão Existente	–.–	**(516.091)**	**(418.803)**	**(1.018.923)**	**(2.143.904)**	**(3.005.720)**	**(4.448.022)**	**(3.865.426)**	**(7.871.497)**	**(23.288.386)**	
Provisão Requerida	–.–	(260.652)	(140.068)	(305.983)	(714.873)	(1.445.976)	(2.224.248)	(2.706.069)	(7.871.497)	(15.669.366)	
Provisão Complementar	–.–	(255.439)	(278.735)	(712.940)	(1.429.031)	(1.559.744)	(2.223.774)	(1.159.357)	–.–	(7.619.020)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

c) Composição por Setores de Atividade

	31/12/2018	31/12/2017
Setor Público	**1.264.952**	**1.393.080**
Setor Privado	**244.122.539**	**250.770.281**
Pessoa Jurídica	148.938.108	163.759.450
Pessoa Física	95.184.431	87.010.831
TOTAL	**245.387.491**	**252.163.361**

d) Composição do Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Arrendamento Financeiro	**91**	**1.171**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	7.008	144.862
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(6.917)	(143.691)
Outros Valores e Bens - Bens Reintegrados	**77**	**77**
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	**3.225**	**12.522**
Bens Arrendados - Veículos	3.036	11.978
Depreciação Acumulada	189	544
(Depreciação Acumulada)	(3.036)	(11.978)
Superveniência de Depreciação	3.226	12.522
(Credores por Antecipação do Valor Residual)	**(3.047)**	**(10.869)**
TOTAL	**346**	**2.901**

e) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	**(23.288.386)**	**(24.003.070)**
Reclassificação de Saldo de Provisão (1)	–.–	(504.659)
Saldo Oriundo da Aquisição das Operações do Citibank	–.–	(225.876)
Constituição Líquida do Período	**(6.157.300)**	**(9.762.274)**
Requerida pela Resolução nº 2.682/99	(8.637.211)	(10.250.389)
Complementar	2.479.911	488.115
Write-Off	8.935.129	11.207.493
Saldo Final	**(20.510.557)**	**(23.288.386)**
Provisão Requerida pela Resolução 2.682/99 (Nota 3g)	(15.371.448)	(15.669.366)
Provisão Complementar (2)	(5.139.109)	(7.619.020)

(1) Refere-se à reclassificação de saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa que estava registrado no passivo.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN.

Em 31/12/2018, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 8,36% (9,24% em 31/12/2017).

f) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - No período foram recuperados créditos baixados (*write-off*) contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R$ 2.579.067 (R$ 2.300.388 de 01/01 a 31/12/2017), que se encontram registrados em Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

II - Em 31/12/2018 o saldo de créditos renegociados totalizava R$ 13.575.599 (R$ 14.161.111 em 31/12/2017), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R$ (6.825.482) (R$ (6.625.370) em 31/12/2017).

g) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados no Balanço Patrimonial Consolidado e estão representados da seguinte forma:

Natureza da Operação	31/12/2018				31/12/2017			
	Ativo		**Passivo (1)**		**Ativo**		**Passivo (1)**	
	Contábil	**Valor Justo**	**Contábil (Nota 9d)**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil (Nota 9d)**	**Valor Justo**
Crédito Imobiliário	1.856.544	1.835.642	1.855.772	1.834.870	2.353.957	2.294.831	2.347.240	2.288.114
Capital de Giro	2.139.753	2.139.753	2.128.077	2.128.077	2.650.606	2.650.606	2.570.017	2.570.017
Outros (2)	–.–	–.–	2.723	2.723	–.–	–.–	4.744	4.744
Total	**3.996.297**	**3.975.395**	**3.986.572**	**3.965.670**	**5.004.563**	**4.945.437**	**4.922.001**	**4.862.875**

(1) Rubrica Outras Obrigações Diversas.

(2) Cessão de Operações que já estavam baixadas a prejuízo.

As operações de transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios, geraram impacto no resultado de R$ 203.821 no período de 01/01 a 31/12/2018 (R$ 235.351 de 01/01 a 31/12/2017), líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

No período, foi realizada transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios entre empresas ligadas, referente as operações consideradas pela Administração como de expectativa de recuperação remota.

A carteira no montante de R$ 5.659.089, integralmente baixada para prejuízo, foi realizada pelo valor de R$ 36.470 de acordo com laudo de avaliação externo.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:31:34.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30367422] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

h - Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	31/12/2018 Carteira	31/12/2018 Provisão	31/12/2017 Carteira	31/12/2017 Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Adm. de Natureza Fiscal	33.972.524	(453.250)	36.157.228	(901.225)
Fianças Bancárias Diversas	16.068.406	(499.806)	20.561.314	(824.770)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.254.451	(44.039)	3.598.906	(86.701)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública	40.000	(53)	291.600	(52)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prest. Serv. ou Execução de Obras	1.702.869	(8.734)	2.133.560	(53.858)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	697.176	(26.955)	–.–	–.–
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	480.497	(6.111)	113.913	(446)
Total	**56.215.923**	**(1.038.948)**	**62.856.521**	**(1.867.052)**

NOTA 7 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2018 0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2017 Total	%
Depósitos	184.763.221	18.851.347	20.976.509	254.691.932	479.283.009	48,1	493.197.393	49,4
Captações no Mercado Aberto	294.534.522	10.838.018	7.557.017	68.400.789	381.330.346	38,3	367.822.331	36,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.992.389	17.519.729	8.110.043	50.895.385	78.517.546	7,9	71.387.421	7,1
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	2.112.203	13.539.936	20.118.170	15.956.700	51.727.009	5,2	49.523.273	5,0
Dívidas Subordinadas	2.095	193.903	23.205	4.683.267	4.902.470	0,5	16.828.658	1,7
Total	**483.404.430**	**60.942.933**	**56.784.944**	**394.628.073**	**995.760.380**	**100,0**	**998.759.076**	**100,0**
% por prazo de vencimento	48,6	6,1	5,7	39,6				
Total - 31/12/2017	**450.490.215**	**79.884.415**	**63.674.545**	**404.709.901**	**998.759.076**			
% por prazo de vencimento	45,1	8,0	6,4	40,5				

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2018 0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2017 Total	%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**1.966.705**	**15.388.302**	**7.834.422**	**41.524.348**	**66.713.777**	**85,0**	**61.316.629**	**85,9**
Letras de Crédito Imobiliário	538.691	5.761.077	165.480	3.081.241	9.546.489	12,2	18.524.790	25,9
Letras de Crédito Agronegócio	1.186.522	4.574.549	3.824.768	8.427.251	18.013.090	22,9	15.100.115	21,2
Letras Imobiliárias Garantidas	–.–	–.–	–.–	1.226.896	1.226.896	1,6	–.–	–.–
Letras Financeiras	241.492	5.052.676	3.844.174	28.788.960	37.927.302	48,3	27.691.724	38,8
Obrigações por TVM no Exterior	**1.678**	**245.508**	**236.058**	**8.522.220**	**9.005.464**	**11,4**	**5.683.517**	**8,0**
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	**24.006**	**1.885.919**	**39.563**	**848.817**	**2.798.305**	**3,6**	**4.387.275**	**6,1**
Total	**1.992.389**	**17.519.729**	**8.110.043**	**50.895.385**	**78.517.546**	**100,0**	**71.387.421**	**100,0**
% por prazo de vencimento	2,5	22,3	10,3	64,8				
Total - 31/12/2017	**4.099.936**	**18.318.512**	**16.221.368**	**32.747.605**	**71.387.421**			
% por prazo de vencimento	5,7	25,7	22,7	45,9				

Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de Emissão de LIG", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Menu/Relatórios/Letra Imobiliária Garantida (LIG).

I - Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 0,01% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Maiores detalhes estão disponíveis do Demonstrativo da Carteira de Ativos - DCA, na seção Menu/Relatórios/Letra Imobiliária Garantida (LIG).

	31/12/2018
Créditos Imobiliários	1.204.299
Títulos Públicos - Brasil	229.471
Total da Carteira de Ativos	**1.433.770**
Obrigação por Emissão de LIGs	**1.226.896**
Remuneração do Agente Fiduciário	**128**

II - Requisitos da Carteira de Ativos

	31/12/2018
Composição	**84,0%**
Suficiência	
Valor Nominal	116,8%
Valor Presente sob Estresse	114,4%
Prazo Médio Ponderado	
Da Carteira de Ativos	37,4 meses
Das LIGs em Circulação	36 meses
Liquidez	
Ativos Líquidos	229.471

c) Dívidas Subordinadas

	31/12/2018 0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2017 Total	%
Letras Financeiras	2.095	193.903	23.205	4.683.267	4.902.470	100,0	16.828.658	100,0
Total	**2.095**	**193.903**	**23.205**	**4.683.267**	**4.902.470**	**100,0**	**16.828.658**	**100,0**
% por prazo de vencimento	–.–	4,0	0,5	95,5				
Total - 31/12/2017	**1.283.273**	**10.145.385**	**917.572**	**4.482.428**	**16.828.658**			
% por prazo de vencimento	7,6	60,3	5,5	26,6				

Descrição Nome do Papel/Moeda	Principal Contratado (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo em 31/12/2018
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	1.395.100	2012	2018	112% do CDI	–.–
	34.645			IPCA + 4,4% a 6,58%	–.–
	1.184.700			100% do CDI + 1,01% a 1,02%	–.–
	10.000			10,56%	–.–
	2.000	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4.262
	1.000	2012	2019	110% do CDI	2.095
	12.000			11,96%	26.223
	100.500			IPCA + 4,7% a 6,3%	186.623
	1.000	2012	2020	111% do CDI	2.109
	20.000			IPCA + 6% a 6,17%	44.471
	6.000	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	13.154
	2.306.500	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.594.783
	20.000			IGPM + 4,63%	28.750
TOTAL EM 31/12/2018					**4.902.470**

NOTA 8 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, AÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O ITAÚ UNIBANCO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

I - Ações Cíveis

As provisões para contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em Dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO já aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores podem aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses, a contar de 22/05/2018, com o consequente encerramento das ações judiciais.

II - Ações Trabalhistas

As provisões para contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões para contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

III - Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	01/01 a 31/12/2018 Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	01/01 a 31/12/2017 Total
Saldo Inicial	**4.372.683**	**6.432.131**	**118.540**	**10.923.354**	**10.654.800**
Saldo Oriundo das Operações do Citibank	–.–	–.–	–.–	–.–	309.156
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3o)	(240.216)	(868.558)	–.–	(1.108.774)	(1.195.047)
Subtotal	**4.132.467**	**5.563.573**	**118.540**	**9.814.580**	**9.768.909**
Atualização/Encargos	102.052	447.053	–.–	549.105	608.444
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(74.875)	1.875.168	387.340	2.187.633	3.047.972
Constituição (*)	223.619	2.002.013	388.790	2.614.422	3.619.755
Reversão	(298.494)	(126.845)	(1.450)	(426.789)	(571.783)
Pagamento	(838.986)	(2.615.525)	–.–	(3.454.511)	(3.610.745)
Subtotal	**3.320.658**	**5.270.269**	**505.880**	**9.096.807**	**9.814.580**
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3o)	223.591	837.444	–.–	1.061.035	1.108.774
Saldo Final	**3.544.249**	**6.107.713**	**505.880**	**10.157.842**	**10.923.354**
Saldo Final em 31/12/2017	**4.372.683**	**6.432.131**	**118.540**	**10.923.354**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2018	**1.142.021**	**1.959.313**	–.–	**3.101.334**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2017	**1.042.313**	**1.839.058**	–.–	**2.881.371**	

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R$ (184.254) (R$ 184.448 de 01/01 a 31/12/2017).

IV - Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável. Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2018 Obrigação Legal (Nota 10c)	Ações Fiscais	Total	31/12/2017 Total
Saldo Inicial	**2.529.266**	**1.371.925**	**3.901.191**	**5.095.864**
Atualização/Encargos	93.489	144.007	237.496	407.232
Movimentação do Período Refletida no Resultado	144.307	(114.091)	30.216	82.171
Constituição	144.687	125.397	270.084	260.306
Reversão	(380)	(239.488)	(239.868)	(178.135)
Pagamento	(149.094)	(37.967)	(187.061)	(1.684.076)
Saldo Final	**2.617.968**	**1.363.874**	**3.981.842**	**3.901.191**
Saldo Final em 31/12/2017	**2.529.266**	**1.371.925**	**3.901.191**	

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:07:29.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30366844] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

	31/12/2018			31/12/2017
Depósitos em Garantia	**Obrigação Legal**	**Ações Fiscais**	**Total**	**Total**
Saldo Inicial	**2.302.517**	**537.531**	**2.840.048**	**2.655.970**
Apropriação de Rendas	83.926	28.080	112.006	177.034
Movimentação no Período	(42.165)	98.136	55.971	7.044
Novos Depósitos	111.109	125.933	237.042	133.511
Levantamentos Efetuados	(3.751)	(7.786)	(11.537)	(93.090)
Conversão em Renda	(149.523)	(20.011)	(169.534)	(33.377)
Saldo Final	**2.344.278**	**663.747**	**3.008.025**	**2.840.048**
Saldo Final em 31/12/2017	**2.302.517**	**537.531**	**2.840.048**	

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Tributárias e Obrigações Legais são descritas a seguir:

• CSLL - Isonomia - R$ 722.261: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R$ 722.356;

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R$ 634.486: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros;

• ISS - Atividades Bancárias - R$ 402.921: discute-se que determinadas receitas não constituem fato gerador do tributo municipal e/ou não se enquadram na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/03 e/ou Decreto-Lei 406/68. O saldo do depósito judicial totaliza R$ 431.621;

• IRPJ - Remuneração Variável dos Sócios x IN 93/97 - R$ 290.193: Discute-se a inaplicabilidade Instrução Normativa SRF 93-97 na parte que veda a dedução dos valores pagos à título de honorários variáveis para os administradores, na base do lucro real. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 325.858;

• PIS e COFINS - Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade - R$ 293.826: Pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia totaliza R$ 57.399;

• INSS - Seguro de Acidente do Trabalhador - R$ 246.054: Adequação do Multiplicador do SAT conforme número de Comunicados de Acidente de Trabalho. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 246.055;

• INSS - INSS x Adicional - R$ 176.363: Afastar o adicional de 2,5% da contribuição previdenciária para as financeiras e equiparadas. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R$ 172.730.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

I - Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis, cujo risco total estimado é de R$ 3.309.504 (R$ 2.982.802 em 31/12/2017), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Ações Trabalhistas, cujo risco total estimado é de R$ 150.091 (R$ 113.447 em 31/12/2017), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

II - Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R$ 12.595.736, sendo as principais discussões descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R$ 4.241.998: defende-se a não incidência do INSS sobre as verbas não remuneratórias, principalmente no que tange às seguintes verbas: participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;

• IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R$ 1.826.492: discute-se a dedutibilidade do ágio na aquisição carteira de clientes e/ou de investimentos com expectativa de rentabilidade futura;

• ISS - Atividades Bancárias - R$ 1.089.367: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Despesas de Captação - R$ 891.049: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo;

• IRPJ e CSLL - Juros sobre o Capital Próprio - R$ 818.848: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;

• IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R$ 739.987: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R$ 656.799: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

d) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de provisões totaliza R$ 785.224 (R$ 834.699 em 31/12/2017) (Nota 9a), representado basicamente pela garantia estabelecida em processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.

e) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO e são compostas basicamente por Títulos e Valores Mobiliários no montante de R$ 544.810 (R$ 735.686 em 31/12/2017) e está depositado o montante de R$ 2.727.598 (R$ 2.733.039 em 31/12/2017).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

NOTA 9 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Carteira de Câmbio (Nota 9b)	73.679.280	43.387.844
Rendas a Receber	2.474.394	2.512.223
Negociação e Intermediação de Valores	10.653.485	4.163.610
Créditos Tributários (Nota 10b)	27.759.915	36.185.001
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários (Notas 8b,8c e 8d)	8.836.957	8.454.458
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Notas 3g e 6e)	(841.934)	(437.022)
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 6a)	1.762.540	1.063.180
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 14d)	724.620	1.062.750
Impostos e Contribuições a Compensar	3.944.759	3.228.796
Valores a Receber de Reembolso de Provisões (Nota 8d)	785.224	834.699
Contribuição Social a Compensar (Nota 10b I)	557.793	562.143
Devedores Diversos no País e no Exterior	427.162	1.373.156
Operações sem Características de Concessão de Crédito, Líquidas de Provisão	2.003.058	772.600
Outros	1.079.148	1.301.384
Total	**133.846.401**	**104.464.822**

b) Carteira de Câmbio

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO - OUTROS CRÉDITOS	**73.679.280**	**43.387.844**
Câmbio Comprado a Liquidar - ME	33.471.538	21.678.164
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN	40.388.908	21.904.656
(Adiantamentos Recebidos) - MN	(275.806)	(268.851)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	94.640	73.875
PASSIVO - OUTRAS OBRIGAÇÕES	**70.269.113**	**39.212.869**
Câmbio Vendido a Liquidar - ME	40.487.050	22.109.520
Obrigações por Compras de Câmbio - MN	33.552.981	21.204.585
(-) Adiantamento sobre Contratos de Câmbio e Imp. Fin. - Câmbio Contratado	(3.776.497)	(4.108.010)
Outras	5.579	6.774
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**269.397**	**306.205**
Créditos Abertos para Importação - ME	249.237	281.414
Créditos de Exportação Confirmados - ME	20.160	24.791

c) Despesas Antecipadas

	31/12/2018	31/12/2017
Propaganda e Publicidade	581.752	625.210
Comissões Vinculadas a Manutenção de *Softwares*	163.212	169.802
Outras	632.896	587.897
TOTAL	**1.377.860**	**1.382.909**

d) Outras Obrigações

	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	282.778	276.553
Carteira de Câmbio (Nota 9b)	70.269.113	39.212.869
Sociais e Estatutárias	4.625.500	4.346.858
Fiscais e Previdenciárias (Notas 3o, 3p e 10c)	7.994.364	16.057.705
Negociação e Intermediação de Valores	3.917.846	1.687.188
Credores por Antecipação de Valor Residual (Notas 3f e 6d)	3.047	10.869
Dívidas Subordinadas (Notas 3b, 7a e 7c)	4.902.470	16.828.657
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Ações Fiscais (Nota 8b)	11.521.716	12.295.279
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 6g)	3.986.572	4.922.001
Credores Diversos no País e no Exterior	1.669.208	2.142.440
Credores por Recursos a Liberar - Crédito Imobiliário	1.255.251	1.089.161
Provisões para Pagamentos Diversos	613.211	717.918
Provisões de Despesas de Pessoal	1.672.992	1.599.071
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 14d)	381.231	408.912
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.149.291	978.651
Provisão para Garantias Prestadas	1.040.439	1.980.245
Outras	635.904	1.053.990
	115.920.933	**105.608.367**

e) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Serviços de Recebimentos	1.789.709	1.717.605
Serviços de Cobrança	1.523.496	1.466.131
Serviços de Arrecadações	266.213	251.474
Operações de Cartões de Crédito e Débito	1.158.909	795.333
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.696.861	2.527.921
Operações de Crédito	269.991	252.165
Garantias Prestadas	1.426.870	1.510.173
Serviços de Conta Corrente	486.595	505.131
Administração de Recursos de Fundos	4.604.632	4.099.139
Outros	1.196.198	1.051.031
Total de Receitas de Prestação de Serviços	**10.932.904**	**9.930.577**
Pacotes de Serviços e Outros	6.438.703	6.145.742
Operações de Crédito/Cadastro	709.866	789.478
Conta de Depósitos	125.073	125.256
Transferência de Recursos	302.831	222.789
Rendas de Corretagem de Títulos	7.826	2.975
Total de Rendas de Tarifas Bancárias	**7.584.299**	**7.286.240**
Total	**18.517.203**	**17.216.817**

f) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	(5.441.161)	(5.962.154)
Benefícios Sociais	(3.302.143)	(3.023.424)
Encargos	(2.449.515)	(2.292.692)
Treinamento	(219.638)	(201.946)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(874.785)	(566.938)
Processos Trabalhistas (Nota 8b) (*)	(1.878.453)	(2.232.876)
Total	**(14.165.695)**	**(14.280.030)**

(*) Contempla provisão para garantir o pagamento de processos de empresas terceiras (R$ 3.285) de 01/01 a 31/12/2018.

g) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2.563.163)	(2.589.728)
Instalações	(2.769.519)	(2.719.846)
Serviços de Terceiros	(2.311.843)	(2.089.088)
Depreciação e Amortização	(1.928.732)	(1.668.188)
Propaganda, Promoções e Publicações	(782.527)	(770.676)
Segurança	(671.562)	(649.425)
Serviços do Sistema Financeiro	(468.830)	(403.356)
Transportes	(275.740)	(285.260)
Outras	(793.078)	(780.576)
Total	**(12.564.994)**	**(11.956.143)**

h) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Provisões para Ações Cíveis e Fiscais e Previdenciárias	(211.528)	(947.003)
Comercialização - Cartões de Crédito	(548.474)	(499.457)
Despesas com Operações de Vendor	(188.565)	(213.439)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(296.058)	(306.679)
Maxiconta - Bônus Celular	(201.425)	(222.605)
Sinistros	(159.007)	(282.466)
Tarifas a Pagar ao INSS	(282.749)	(226.328)
Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Nota 3n)	(167.363)	(14.266)
Amortização de Ágio de Investimento e de Incorporação	(370.063)	(618.557)
Ressarcimento a Clientes	(193.506)	(183.925)
Outras	(1.136.148)	(1.811.061)
Total	**(3.754.886)**	**(5.325.786)**

NOTA 10 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as Operações do Período e sobre as Diferenças Temporárias decorrentes de adições e exclusões:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**17.199.063**	**19.382.597**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3p)	(7.739.578)	(8.722.169)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11l)	3.115.663	2.424.302
Variação Cambial de Investimentos no Exterior (Nota 11l)	1.546.677	121.696
Juros sobre o Capital Próprio	1.682.473	1.719.918
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	407.837	306.268
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis (*)	(134.890)	200.610
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.121.818)**	**(3.949.375)**

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Composição das Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
PIS e COFINS	(1.969.987)	(2.699.599)
ISS	(806.427)	(748.412)
Outros	(291.767)	(191.361)
Total (Nota 3p)	**(3.068.181)**	**(3.639.372)**

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no Exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (*hedge*).

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior (registrada no resultado de Instrumentos Financeiros e Derivativos (Nota 5b) e resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11 l)) não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

ATIVO	31/12/2017	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado	**34.934.077**	**(15.088.658)**	**6.358.196**	**26.203.615**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.404.333	(6.091.201)	–.–	13.313.132
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CS	4.979.454	(1.584.725)	–.–	3.394.729
Provisões	4.204.698	(2.454.022)	2.057.215	3.807.891
Ações Cíveis	1.638.268	(379.029)	23.707	1.282.946
Ações Trabalhistas	1.965.239	(1.965.239)	1.849.029	1.849.029
Fiscais e Previdenciárias	598.445	(109.012)	184.479	673.912
Outros	2.746	(742)	–.–	2.004
Provisão para Participação nos Lucros	1.609.412	(1.609.412)	1.623.039	1.623.039
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	315.396	(35.485)	55.605	335.516
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	69.588	(69.588)	38.973	38.973
Provisão Conta Escrow	20.138	(4.480)	9.439	25.097
Provisão para FCVS	463.608	(62.034)	157.727	559.301
Ajuste a Mercado de Titulos para Negociação e Instrumentos Financ. Derivativos	60.314	(60.314)	2.638	2.638
Provisão para Imóveis	165.660	(127.664)	132.299	170.295
Ágio na Aquisição de Investimento	104.167	–.–	81.421	185.588
Outras Provisões Indedutíveis	3.537.309	(2.989.733)	2.199.840	2.747.416
Refletido no Patrimônio Líquido	**1.250.924**	**(16.519)**	**321.895**	**1.556.300**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	151.619	(16.519)	29.052	164.152
Hedge de Fluxo de Caixa	1.099.305	–.–	189.647	1.288.952
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	–.–	–.–	103.196	103.196
Total (Nota 10bIII) (*)	**36.185.001**	**(15.105.177)**	**6.680.091**	**27.759.915**
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001.	**562.143**	**(4.350)**	**–.–**	**557.793**

(*) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade.

O ITAÚ UNIBANCO enviou requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do § 7º do artigo 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:56:04.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30367751] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

PASSIVO	31/12/2017	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado	**10.963.695**	**(9.907.204)**	**3.097.389**	**4.153.880**
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	794.642	(6.002)	65.760	854.400
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	5.091	(5.091)	3.790	3.790
Ajustes ao Valor de Mercado de Operações de Câmbio	14.381	(14.381)	–.–	–.–
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	8.292.085	(8.292.085)	2.007.274	2.007.274
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.575.716	(1.575.716)	1.020.024	1.020.024
Planos de Pensão	253.740	(13.188)	–.–	240.552
Outros	28.040	(741)	541	27.840
Refletida no Patrimônio Líquido	**19.605**	**(6.546)**	**85.735**	**98.794**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	13.059	–.–	85.735	98.794
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	6.546	(6.546)	–.–	–.–
Total (Nota 10c)	**10.983.300**	**(9.913.750)**	**3.183.124**	**4.252.674**
TOTAL LÍQUIDO (Ativo - Passivo)	**25.201.701**	**(5.191.427)**	**3.496.967**	**23.507.241**

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, existentes em 31/12/2018,são:

	Créditos Tributários							
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	Contribuição Social a Compensar	%
2019	7.288.811	30%	1.306.428	38%	8.595.239	31%	5.634	1%
2020	10.689.592	44%	666.356	20%	11.355.948	41%	64.202	12%
2021	1.622.167	6%	504.864	15%	2.127.031	7%	487.957	87%
2022	468.251	2%	306.630	9%	774.881	3%	–.–	0%
2023	476.112	2%	36.342	1%	512.454	2%	–.–	0%
acima de 2023	3.820.253	16%	574.109	17%	4.394.362	16%	–.–	0%
Total	**24.365.186**	**100%**	**3.394.729**	**100%**	**27.759.915**	**100%**	**557.793**	**100%**
Valor Presente (*)	22.087.411		3.048.757		25.136.168		501.915	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Pagar	36.439	570.698
Impostos e Contribuições a Recolher	1.087.283	1.974.441
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 10b II)	4.252.674	10.983.300
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 8b IV)	2.617.968	2.529.266
Total	**7.994.364**	**16.057.705**

NOTA 11 - ATIVO PERMANENTE

I - Participações em Controladas e Coligadas

		Saldos em 31/12/2017						
Empresas	Moeda Funcional	Valor Patrimonial	Variação Cambial - Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado não Realizado	Ágio/ (Deságio)	Total
No País		**74.392.926**	**330.248**	**(20.156)**	**33.954**	**1.007.801**	**75.744.773**
ITB Holding Brasil Participações Ltda.		24.757.708	336.492	–.–	(1.386)	–.–	25.092.814
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros		12.334.214	–.–	–.–	–.–	–.–	12.334.214
Banco Itauleasing S.A.		11.318.622	–.–	–.–	–.–	–.–	11.318.622
Itauseg Participações S.A.		5.027.361	(531)	–.–	–.–	–.–	5.026.830
Outras Participações		20.955.021	(5.713)	(20.156)	35.340	1.007.801	21.972.293
No Exterior		**26.032.028**	**(41.151)**	–.–	–.–	**(152)**	**25.990.725**
ITB Holding Ltd.	Real (R$)	23.738.312	658	–.–	–.–	–.–	23.738.970
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani (PYG$)	1.075.540	65.263	–.–	–.–	–.–	1.140.803
Banco Itaú Argentina S.A.	Peso Argentino (ARS$)	852.247	(113.810)	–.–	–.–	(152)	738.285
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera	Peso Colombiano (COP$)	338.803	7.154	–.–	–.–	–.–	345.957
Itaú Global Asset Management	Dólar (US$)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outras Participações		27.126	(416)	–.–	–.–	–.–	26.710
TOTAL GERAL		**100.424.954**	**289.097**	**(20.156)**	**33.954**	**1.007.649**	**101.735.498**

	Movimentação até 31/12/2018											
			Resultado de Participação em Controladas e Coligadas									
Empresas	Amortizações de Ágio/ (Deságio)	Dividendos Pagos/ Provisionados (2)	Lucro	Variação Cambial	Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado não Realizado e Outros	Total	Variação Cambial-Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste de TVM de Controladas, Coligadas e Outros	Eventos Societários (3)	Saldos em 31/12/2018	Resultado de Participação em Controladas e Coligadas de 01/01 a 31/12/2018
No País	**(368.698)**	**(1.231.665)**	**7.921.875**	–.–	**(3.232)**	**(42.340)**	**7.876.303**	**718.387**	**73.502**	**(2.641.112)**	**80.171.490**	**6.377.217**
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	–.–	–.–	3.675.313	–.–	–.–	(756)	3.674.557	730.725	(44.292)	(8.947.063)	20.506.741	913.726
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	–.–	(5.255)	563.931	–.–	–.–	–.–	563.931	–.–	–.–	–.–	12.892.890	831.438
Banco Itauleasing S.A.	–.–	(147.372)	213.995	–.–	–.–	–.–	213.995	–.–	858	–.–	11.386.103	677.969
Itauseg Participações S.A.	–.–	(8.529)	785.651	–.–	–.–	(3.238)	782.413	571	152.762	1.272.915	7.226.962	1.002.673
Outras Participações	(368.698)	(1.070.509)	2.682.985	–.–	(3.232)	(38.346)	2.641.407	(12.909)	(35.826)	5.033.036	28.158.794	2.951.411
No Exterior	**152**	**(268.326)**	**811.922**	**3.503.100**	–.–	**24.257**	**4.339.279**	**(174.189)**	**(64.252)**	**(13.870.717)**	**15.952.672**	**1.229.739**
ITB Holding Ltd.	–.–	–.–	167.072	3.503.100	–.–	(1)	3.670.171	16.529	(82.770)	(13.499.126)	13.843.774	701.405
Banco Itaú Paraguay S.A.	–.–	(263.337)	437.657	–.–	–.–	–.–	437.657	121.705	26.199	–.–	1.463.027	354.479
Banco Itaú Argentina S.A.	152	–.–	198.582	–.–	–.–	24.258	222.840	(339.615)	(6.041)	–.–	615.621	160.373
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera	–.–	–.–	2.298	–.–	–.–	–.–	2.298	26.037	–.–	(371.591)	2.701	18.321
Itaú Global Asset Management	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	610
Outras Participações	–.–	(4.989)	6.313	–.–	–.–	–.–	6.313	1.155	(1.640)	–.–	27.549	(5.449)
TOTAL GERAL	**(368.546)**	**(1.499.991)**	**8.733.797**	**3.503.100**	**(3.232)**	**(18.083)**	**12.215.582**	**544.198**	**9.250**	**(16.511.829)**	**96.124.162**	**7.606.956**

(1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora;

(2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber;

(3) Eventos Societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.

				Nº de Ações/Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO				
Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
No País								
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	13.679.065	20.508.886	3.675.313	–.–	–.–	3.976.472.329	99,99	99,99
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	9.500.844	12.892.889	563.931	7.482.229.717	–.–	–.–	99,99	99,99
Banco Itauleasing S.A.	8.415.392	11.589.100	217.811	61.490.010	46.816.349	–.–	98,30	98,25
Itauseg Participações S.A.	6.073.391	11.752.593	1.334.929	3.601.447.112	–.–	–.–	61,49	61,49
No Exterior								
ITB Holding Ltd.	21.976.680	23.517.068	283.814	2.914.412.867	–.–	–.–	58,87	58,87
Banco Itaú Paraguay S.A.	487.950	1.463.072	437.670	749.976.600	–.–	–.–	99,99	99,99
Banco Itaú Argentina S.A.	91.393	597.362	200.597	721.697.119	14.565.089	–.–	98,98	99,00
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera	22.242	2.872	2.445	329.000	–.–	–.–	94,00	94,00

II) Intangível

	Outros Ativos Intangíveis (1)					
	Ágio	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	*Softwares* Adquiridos	*Softwares* Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis (2)	Total
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2017	**292.342**	**500.096**	**2.566.894**	**3.932.798**	**1.060.905**	**8.353.035**
Aquisições	–.–	–.–	239.841	272.163	408.445	920.449
Baixas	–.–	(14.500)	(312.444)	(188.789)	(210.236)	(725.969)
Variação Cambial	–.–	–.–	6.959	–.–	–.–	6.959
Outros	–.–	–.–	13.438	46.897	7.131	67.466
Saldo em 31/12/2018	**292.342**	**485.596**	**2.514.688**	**4.063.069**	**1.266.245**	**8.621.940**
Amortização						
Saldo em 31/12/2017	**(12.203)**	**(144.633)**	**(1.380.258)**	**(1.048.065)**	**(472.343)**	**(3.057.502)**
Despesa de Amortização (3)	(77.740)	(35.713)	(339.638)	(647.350)	(229.117)	(1.329.558)
Baixas	–.–	14.500	311.891	154.425	210.236	691.052
Variação Cambial	–.–	–.–	(6.383)	–.–	–.–	(6.383)
Outros	–.–	1.634	(593)	(13.847)	3.826	(8.980)
Saldo em 31/12/2018	**(89.943)**	**(164.212)**	**(1.414.981)**	**(1.554.837)**	**(487.398)**	**(3.711.371)**
Redução ao Valor Recuperável						
Saldo em 31/12/2017	–.–	–.–	**(3.179)**	**(342.475)**	–.–	**(345.654)**
Constituição (Nota 3n)	–.–	–.–	(167.003)	(360)	–.–	(167.363)
Variação Cambial	–.–	–.–	(545)	–.–	–.–	(545)
Saldo em 31/12/2018	–.–	–.–	**(170.727)**	**(342.835)**	–.–	**(513.562)**
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2018	**202.399**	**321.384**	**928.980**	**2.165.397**	**778.847**	**4.397.007**
Saldo em 31/12/2017	**280.139**	**355.463**	**1.183.457**	**2.542.258**	**588.562**	**4.949.879**

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R$ 636.661 realizáveis até 2020;

(2) Inclui dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(3) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações no montante de R$ (264.802) (R$ (249.301) no período de 01/01 a 31/12/21017), são divulgadas na rubrica Despesa de Intermediação Financeira.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:07:45.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30366852] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O Capital Social está representado por 5.773.486.066 ações nominativas sem valor nominal, sendo 2.932.936.995 ações ordinárias e 2.840.549.071 ações preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e

II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Em AGE de 23/03/2018 foi aprovado o aumento de capital subscrito e integralizado no montante de R$ 10.000.000, homologada pelo BACEN em 05/04/2018. Em consequência, o capital social foi elevado em 735.666.341 ações.

Em AGE de 28/06/2018 foi aprovado o aumento de capital subscrito e integralizado no montante de R$ 4.500.000. Homologada pelo BACEN em 05/07/2018. Em consequência, o capital social foi elevado em 320.609.273 ações.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos - Juros Sobre o Capital Próprio	**3.949.700**	**(592.455)**	**3.357.245**
Provisionados*	**1.165.826**	**(94.500)**	**1.071.326**
Dividendos do Exercício	535.826	–.–	535.826
Juros Sobre o Capital Próprio	630.000	(94.500)	535.500
Total de 01/01 a 31/12/2018	**5.115.526**	**(686.955)**	**4.428.571**
Total de 01/01 a 31/12/2017	**23.811.920**	**(721.788)**	**23.090.132**

(*) Registrados em Outras Obrigações.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2018	31/12/2017
Disponível para Venda	16.603	(96.369)
Hedge de Fluxo de Caixa	(1.579.503)	(1.402.418)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(1.003.847)	(831.176)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	815.073	288.568
Total	**(1.751.674)**	**(2.041.395)**

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ITAÚ UNIBANCO (INDIVIDUAL)	**15.891.900**	**15.269.825**	**87.199.925**	**61.639.515**
Amortização de Ágios	(388)	–.–	794	–.–
Efeito líquido do *Hedge* de Fluxo de Caixa	(4.866)	3.435	–.–	–.–
ITAÚ UNIBANCO	**15.886.646**	**15.273.260**	**87.200.719**	**61.639.515**

NOTA 13 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	Taxa Anual	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		**98.758.070**	**105.074.661**	**6.483.578**	**8.686.553**
Banco Itaucard S.A.	100% SELIC	37.619.327	38.957.832	2.408.377	4.166.994
Banco Itaú Consignado S.A.	100% SELIC/ 6,36% a 17,83%	26.268.416	25.757.486	2.950.407	3.347.636
Banco Itaú Holding Cayman	2,89% a 4,16%	13.366.777	22.917.703	404.612	378.507
Outras		21.503.550	17.441.640	720.182	793.416
Títulos e Valores Mobiliários		**42.120.189**	**88.671.578**	**5.626.137**	**8.644.946**
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		26.829.727	74.897.225	3.127.787	10.915.851
Fundos de Investimentos		15.239.827	12.782.124	2.492.133	(2.292.351)
Outros		50.635	992.229	6.217	21.446
Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		**10.346.782**	**16.295.848**	**(1.226.543)**	**7.540.453**
Fundos de Investimentos		10.275.371	16.242.519	(1.282.257)	7.546.367
Outras		71.411	53.329	55.714	(5.914)
Operações de Câmbio (Posição Ativa e Passiva)		**(12.254)**	**5.061**	**(9.698)**	**14.357**
Itaú BBA International Plc		(12.309)	10.393	(23.364)	10.578
Bie International		55	–.–	(4.377)	–.–
Banco Itaú - Corpbanca		–.–	(5.454)	(2.420)	3.753
Outras		–.–	122	20.463	26
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa e Passiva)		**13.666.262**	**(10.871)**	–.–	–.–
Holding Cayman		13.629.097	–.–	–.–	–.–
Outras		37.165	(10.871)	–.–	–.–
Depósitos		**(127.649.586)**	**(161.765.097)**	**(8.078.329)**	**(15.128.305)**
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	100% SELIC	(20.407.648)	(69.749.515)	(2.400.873)	(7.944.276)
Itaú Unibanco Holding S.A.	100% SELIC/ 8,92% a 8,97%	(26.633.316)	(48.881.786)	(2.486.183)	(3.869.578)
Redecard S.A.	100% a 100,15% CDI	(10.959.106)	(13.006)	(159.961)	(766.416)
ITB Holding Ltd.	1,09% a 2,55%	(16.657.446)	–.–	(173.590)	(257.227)
Banco Itaú Holding Cayman	5,125% a 6,50%	(38.346.261)	(33.681.658)	(2.087.333)	(1.532.872)
Outras		(14.645.809)	(9.439.132)	(770.389)	(757.936)
Captações no Mercado Aberto		**(43.971.716)**	**(46.524.268)**	**(3.104.489)**	**(5.741.391)**
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	6,40%	(8.129.244)	(6.929.777)	(833.834)	(3.093.510)
Banco Itaucard S.A.	6,40% e 6% IPC	(3.876.656)	(3.921.617)	(274.440)	(127.744)
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	6,40%	(4.824.761)	(5.004.179)	(294.865)	(311.646)
Fundos de Investimentos	6,38% a 6,40%	(23.671.966)	(16.639.063)	(951.617)	(1.602.868)
Outras		(3.469.090)	(14.029.632)	(749.732)	(605.623)
Valores a Receber/(Pagar)		**14.686.133**	**12.938.357**	**(70.264)**	**(108.479)**
Redecard S.A.		14.848.641	12.561.860	(66.469)	(66.557)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		(98.204)	(106.134)	39.551	36.730
Outras		(64.304)	482.631	(3.795)	(78.652)
Receitas/(Despesas) de Prestação de Serviços		–.–	–.–	**653.780**	**686.225**
Banco Itaucard S.A.		–.–	–.–	256.463	288.518
Itaú Seguros S.A.		–.–	–.–	164.617	178.639
Outras		–.–	–.–	232.700	219.068
Receitas (Despesas) de Aluguéis		–.–	–.–	**(303.019)**	**(268.912)**
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.		–.–	–.–	(166.612)	(164.428)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		–.–	–.–	(36.075)	(48.601)
Itaú Seguros S.A.		–.–	–.–	(38.217)	(38.760)
Outras		–.–	–.–	(62.115)	(17.123)
Despesas com Patrocínio		–.–	–.–	**(31.050)**	**(9.500)**
Associação Cubo Coworking Itaú (3)		–.–	–.–	(31.050)	(9.500)
Despesas com Doações		–.–	–.–	**(920)**	**(977)**
Fundação Itaú Viver Mais (2)		–.–	–.–	(920)	(920)
Outras		–.–	–.–	–.–	(57)

(1) A Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar e o FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado são entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou suas controladas;

(2) O ITAÚ UNIBANCO e suas controladas são os mantenedores da Associação Itaú Viver Mais, entidade que tem por objeto prestar serviços assistênciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser.

(3) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING através de suas controladas é o principal mantenedor da Associação Cubo Coworking, entidade que tem por objetivo incentivar e promover a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócios alternativos e inovações; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas como "startups", a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelcimento de ecossistemas de empreendedorismo e "startups".

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú, foi ressarcido pelas demais empresas do Conglomerado em R$ 5.679.024 (R$ 4.404.123 de 01/01 a 31/12/2017) e registrou em Outras Despesas Administrativas R$ (1.170) (R$ (1.681) de 01/01 a 31/12/2017) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	(511.670)	(408.594)
Participações no Lucro	(190.599)	(159.962)
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	(6.792)	(2.036)
TOTAL	**(709.061)**	**(570.592)**

NOTA 14 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O ITAÚ UNIBANCO e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos de aposentadoria aos seus colaboradores. Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados a novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

• Planos de Benefício Definido (BD): são planos cujos benefícios programados tem seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo seu custeio determinado atuarialmente;

• Planos de Contribuição Definida (CD): são aqueles cujos benefícios programados tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e

• Planos de Contribuição Variável (CV): nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no investimento acumulado pelo participante na data da elegibilidade.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar - FIU	Plano de Aposentadoria Complementar	Benefício Definido
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia	
	Plano de Benefício Franprev	
	Plano de Benefício 002	
	Plano de Benefícios Prebeg	
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV	
	Plano de Benefícios II	
	Plano Básico Itaulam	
	Plano Itaú BD	
	Plano de Aposentadoria REDECARD	
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD	
	Plano Itaubanco CD	Contribuição Definida
	Plano de Aposentadoria Itaubank	
	Plano de Previdência REDECARD	
	Plano de Previdência Unibanco - Futuro Inteligente	Contribuição Variável
	Plano Suplementar Itaulam	
	Plano Itaú CD	
	Plano de Aposentadoria Suplementar REDECARD	
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar	
FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios I	Benefício Definido
	Plano de Benefícios II	Contribuição Variável

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefício pós emprego.

As principais premissas demográficas compreendem: tábua de mortalidade e a rotatividade dos participantes ativos e as principais premissas financeiras compreendem: taxa de desconto, crescimentos salariais futuros, crescimento de benefícios dos planos e inflação.

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Desconto (1)	9,72% a.a	9,98% a.a
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Experiência Itaú 2008/2010 (3)	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	4,00% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos de Benefícios dos Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utillizados.

(2) Correspondem aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(3) Atualizada à nova expectativa de comportamento da massa.

Os planos de aposentadoria patrocinados por subsidiárias no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú CorpBanca Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro; risco de inflação e risco biométrico.

- **Risco Financeiro**: o passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto, que difere das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.
- **Risco de Inflação**: grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.
- **Risco Biométrico**: planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial. Verificando-se déficit no período de concessão, acima dos limites de equacionamento definidos na legislação vigente, é estipulado um contrato de dívida com a patrocinadora com garantias financeiras.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

	Valor Justo		% de Alocação	
Categorias	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de Renda Fixa	**17.848.296**	**16.665.868**	**96,04%**	**95,81%**
Cotado em Mercado Ativo	17.558.172	16.096.456	94,48%	92,53%
Não Cotado em Mercado Ativo	290.124	569.412	1,56%	3,27%
Títulos de Renda Variável	**17.288**	**15.239**	**0,09%**	**0,09%**
Cotado em Mercado Ativo	10.730	15.239	0,06%	0,09%
Não Cotado em Mercado Ativo	6.558	–.–	0,03%	0,00%
Investimentos Estruturados	**59.140**	**23.885**	**0,32%**	**0,13%**
Cotado em Mercado Ativo	615	685	0,01%	0,00%
Não Cotado em Mercado Ativo	58.525	23.200	0,31%	0,13%
Imóveis	**577.908**	**612.274**	**3,11%**	**3,52%**
Empréstimos a Participantes	**82.159**	**78.045**	**0,44%**	**0,45%**
Total	**18.584.791**	**17.395.311**	**100,00%**	**100,00%**

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R$ 10.689 (R$ 11.614 em 31/12/2017), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R$ 486.797 (R$ 530.998 em 31/12/2017).

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:07:58.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30366800] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

d) Outros Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias não possuem obrigações adicionais referentes a benefícios pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial do plano de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. Nos últimos 3 anos, o ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias utilizaram o percentual de 8,16% a.a. para a inflação médica e para o *aging factor* o percentual de 3% a.a..

Particularmente nos outros benefícios pós-emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

e) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2018			
	Planos BD/CV	Planos CD	Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
1- Ativos Líquidos dos Planos	18.584.791	1.597.700	–.–	20.182.491
2- Passivos Atuariais	(14.961.743)	–.–	(281.933)	(15.243.676)
3- Restrição do Ativo (*)	(3.657.136)	(938.290)	–.–	(4.595.426)
4- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	**(34.088)**	**659.410**	**(281.933)**	**343.389**
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 9a)	65.210	659.410	–.–	724.620
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 9d)	(99.298)	–.–	(281.933)	(381.231)

	31/12/2017			
	Planos BD/CV	Planos CD	Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
1- Ativos Líquidos dos Planos	17.395.311	1.629.771	–.–	19.025.082
2- Passivos Atuariais	(13.993.959)	–.–	(256.723)	(14.250.682)
3- Restrição do Ativo (*)	(3.208.633)	(911.929)	–.–	(4.120.562)
4- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	**192.719**	**717.842**	**(256.723)**	**653.838**
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 9a)	344.908	717.842	–.–	1.062.750
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 9d)	(152.189)	–.–	(256.723)	(408.912)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com a Resolução Bacen nº 4.424/15.

f) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2018								
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	**17.395.311**	**(13.993.959)**	**(3.208.633)**	**192.719**	**1.629.771**	**(911.929)**	**717.842**	**(256.723)**	**653.838**
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	**1.685.586**	**(1.402.615)**	**(320.250)**	**(37.279)**	**157.215**	**(89.691)**	**67.524**	**(24.873)**	**5.372**
1 - Custo Serviço Corrente	–.–	(59.768)	–.–	(59.768)	–.–	–.–	–.–	–.–	(59.768)
2 - Custo Serviço Passado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
3 - Juros Líquidos (1)	1.685.586	(1.342.847)	(320.250)	22.489	157.215	(89.691)	67.524	(24.873)	65.140
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (4+5+6)	**550.356**	**(660.411)**	**(128.253)**	**(238.308)**	**(103.752)**	**63.330**	**(40.422)**	**(19.420)**	**(298.150)**
4 - Efeito na Restrição do Ativo	–.–	–.–	(128.253)	(128.253)	–.–	63.330	63.330	–.–	(64.923)
5 - Remensurações (2) (3)	550.356	(660.411)	–.–	(110.055)	(103.752)	–.–	(103.752)	(19.420)	(233.227)
6 - Variação Cambial	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outros (7+8+9+10)	**(1.046.462)**	**1.095.242**	**–.–**	**48.780**	**(85.534)**	**–.–**	**(85.534)**	**19.083**	**(17.671)**
7 - Recebimento por Destinação de Recursos (4)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
8 - Benefícios Pagos	(1.095.242)	1.095.242	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	19.083	19.083
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	37.649	–.–	–.–	37.649	(85.534)	–.–	(85.534)	–.–	(47.885)
10 - Contribuições Participantes	11.131	–.–	–.–	11.131	–.–	–.–	–.–	–.–	11.131
Valor Final do Período	**18.584.791**	**(14.961.743)**	**(3.657.136)**	**(34.088)**	**1.597.700**	**(938.290)**	**659.410**	**(281.933)**	**343.389**

	31/12/2017								
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	**16.340.983**	**(13.246.954)**	**(2.999.164)**	**94.865**	**1.284.167**	**(490.932)**	**793.235**	**(221.125)**	**666.975**
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	**1.624.662**	**(1.363.184)**	**(306.472)**	**(44.994)**	**125.992**	**(50.118)**	**75.874**	**(21.953)**	**8.927**
1 - Custo Serviço Corrente	–.–	(58.522)	–.–	(58.522)	–.–	–.–	–.–	–.–	(58.522)
2 - Custo Serviço Passado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
3 - Juros Líquidos (1)	1.624.662	(1.304.662)	(306.472)	13.528	125.992	(50.118)	75.874	(21.953)	67.449
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (4+5+6)	**469.641**	**(478.887)**	**97.003**	**87.757**	**323.562**	**(370.879)**	**(47.317)**	**(28.183)**	**12.257**
4 - Efeito na Restrição do Ativo	–.–	–.–	96.097	96.097	(14.980)	(370.879)	(385.859)	–.–	(289.762)
5 - Remensurações (2) (3)	469.641	(478.887)	906	(8.340)	338.542	–.–	338.542	(28.183)	302.019
6 - Variação Cambial	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outros (7+8+9+10)	**(1.039.975)**	**1.095.066**	**–.–**	**55.091**	**(103.950)**	**–.–**	**(103.950)**	**14.538**	**(34.321)**
7 - Recebimento por Destinação de Recursos (4)	–.–	–.–	–.–	–.–	(12.826)	–.–	(12.826)	–.–	(12.826)
8 - Benefícios Pagos	(1.095.066)	1.095.066	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14.538	14.538
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	42.814	–.–	–.–	42.814	(91.124)	–.–	(91.124)	–.–	(48.310)
10 - Contribuições Participantes	12.277	–.–	–.–	12.277	–.–	–.–	–.–	–.–	12.277
Valor Final do Período	**17.395.311**	**(13.993.959)**	**(3.208.633)**	**192.719**	**1.629.771**	**(911.929)**	**717.842**	**(256.723)**	**653.838**

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2018 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,98% a.a. (Em 01/01/2017 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24% a.a.).
(2) As remensurações apresentadas no Ativo Liquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.
(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R$ 2.235.942 (R$ 2.094.303 em 31/12/2017).
(4) Refere-se à distribuição do excedente do fundo previdencial do Plano Itaubanco CD.

g) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas	Contribuições Efetuadas	
	2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Planos de Aposentadoria - FIU	43.970	37.649	42.814
Total	**43.970**	**37.649**	**42.814**

h) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	Duration (*)	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2028
Plano de Aposentadoria - FIU	10,92	754.988	779.483	814.220	848.060	883.257	4.957.755
Outros Beneficios Pós-Emprego	12,02	16.981	18.073	19.223	20.388	21.569	127.453
Total		**771.969**	**797.556**	**833.443**	**868.448**	**904.826**	**5.085.208**

(*) Duration média do passivo atuarial dos planos.

i) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, foram realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição ceteris paribus, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

	Planos BD e CV			Outros Benefícios Pós-Emprego		
Principais Premissas	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (*)	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (*)
Taxa de Juros						
Acréscimo de 0,5%	(703.987)	–.–	64.463	(15.202)	–.–	(15.202)
Decréscimo de 0,5%	769.022	–.–	(238.153)	16.720	–.–	16.720
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	(159.674)	–.–	45.132	(6.309)	–.–	(6.309)
Decréscimo de 5%	166.945	–.–	(47.708)	6.752	–.–	6.752
Inflação Médica						
Acréscimo de 1%	–.–	–.–	–.–	32.653	–.–	32.653
Decréscimo de 1%	–.–	–.–	–.–	(27.667)	–.–	(27.667)

(*) Efeito líquido da restrição do ativo.

NOTA 15 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Política de Seguros - O ITAÚ UNIBANCO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Gerenciamento de Riscos e Capital - A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado/Risco de Crédito/Risco de Liquidez e Risco Operacional" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itauri.com.br, na seção Relatórios - Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.

c) Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

d) Informações de Dependências no Exterior - O ITAÚ UNIBANCO realiza operações através de suas agências: Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau.

Maiores informações de resultado das unidades externas encontram-se no site www.itauri.com.br, na seção Central de Resultados - Análise Gerencial da Operação.

	Lucro (Prejuízo) Líquido	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Agências no Exterior	934.936	1.875.450

DIRETORIA

Diretores Gerais
Eduardo Mazzilli de Vassimon (5)
Márcio de Andrade Schettini

Diretores Vice-Presidentes
André Sapoznik
Caio Ibrahim David (3)
Claudia Politanski
Milton Maluhy Filho (2)

Diretores Executivos
Alexsandro Broedel Lopes
André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Eduardo Monico
Carlos Fernando Rossi Constantini (2)
Carlos Orestes Vanzo (4)
Christian George Egan
Fernando Barçante Tostes Malta
Fernando Marsella Chacon Ruiz
Flávio Augusto Aguiar de Souza
João Marcos Pequeno de Biase
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Luiz Eduardo Loureiro Veloso
Marcelo Kopel
Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman
Wagner Bettini Sanches

Diretores
Adriana Maria dos Santos
Adriano Cabral Volpini
Adriano Maciel Pedroti
Alessandro Anastasi
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Ana Lúcia Gomes De Sá Drumond Pardo
Andre Balestrin Cestare
André Carvalho Whyte Gailey
André Henrique Caldeira Daré
Andrea Carpes Blanco
Andréa Matteucci Pinotti
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Badi Maani Shaikhzadeh
Bruno Machado Ferreira
Carlos Augusto Salamonde (1)
Carlos Eduardo Mori Peyser
Carlos Henrique Donegá Aidar
Carlos Rodrigo Formigari
Cesar Ming Pereira da Silva
Cesar Padovan
Cícero Marcus de Araújo
Cintia Carbonieri Fleury de Camargo
Claudio César Sanches
Cláudio José Coutinho Arromatte
Cristiane Magalhães Teixeira Portella
Cristiano Guimarães Duarte
Eduardo Cardoso Armonia
Eduardo Corsetti
Eduardo Esteban Mato Amorin
Eduardo Estefan Ventura (1)
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Eduardo Queiroz Tracanella
Emerson Savi Junqueira
Emilio Pedro Borsari Filho
Eric André Altafim
Estevão Carcioffi Lazanha
Fabiana Pascon Bastos
Fabiano Meira Dourado Nunes
Felipe de Souza Wey
Felipe Weil Wilberg
Fernando Della Torre Chagas
Fernando Julião de Souza Amaral
Flávio Delfino Júnior
Flavio Ribeiro Iglesias
Francisco Vieira Cordeiro Neto
Gabriel Guedes Pinto Teixeira
Gabriela Rodrigues Ferreira
Gilberto Frussa
Gustavo Trovisco Lopes
João Antonio Dantas Bezerra Leite
Jorge Luiz Viegas Ramalho
José de Castro Araújo Rudge Filho
José Virgilio Vita Neto
Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio
Leon Gottlieb
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Livia Martines Chanes
Luís Fernando Staub
Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan
Luiz Fernando Butori Reis Santos
Luiz Severiano Ribeiro
Manoela Varanda
Marcello Siniscalchi
Marcio Luis Domingues da Silva
Marco Antonio Sudano
Mário Lúcio Gurgel Pires
Mario Magalhães Carvalho Mesquita
Matias Granata
Milena de Castilho Lefon Martins
Pedro Barros Barreto Fernandes
Renato Cesar Mansur
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Ricardo Urquijo Lazcano
Rodnei Bernardino de Souza
Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira
Rodrigo Luís Rosa Couto
Rodrigo Rodrigues Baia
Rogerio Narle Elmais
Rogerio Vasconcelos Costa
Rubens Luiz dos Santos Henriques (2)
Sergio Mychkis Goldstein
Tatiana Grecco
Thales Ferreira Silva
Thiago Luiz Charnet Ellero
Valéria Aparecida Marretto
Vanessa Lopes Reisner

(1) Eleitos em AGE de 01/10/2018, homologada pelo BACEN em 09/11/2018.
(2) Eleitos em AGE de 03/12/2018, homologada pelo BACEN em 31/01/2019.
(3) Remanejamento do atual Diretor Vice-Presidente Caio Ibrahim David para o cargo de Diretor Geral, que será investido no cargo na posse de Milton Maluhy Filho.
(4) Remanejamento em 31.12.2018 do atual Diretor Carlos Orestes Vanzo para o cargo de Diretor Executivo.
(5) Eduardo Mazzilli de Vassimon, deixará de exercer suas funções na posse de Milton Maluhy Filho.

Contador
Arnaldo Alves dos Santos
CRC - 1SP - 210.058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo-SP.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:08:11.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30366839] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Itaú Unibanco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2019.

PricewaterhouseCoopers
pwc
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Café Utam S.A.

CNPJ/MF nº 56.012.420/0001-42 - **Companhia Fechada**

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais submetemos a apreciação de Vossa Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31/12/2017 e de 01 de janeiro a 31/12/2018. Permanece esta Diretoria ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. Ribeirão Preto/SP, 31 de dezembro de 2018.

Balanço Patrimonial Consolidado - R$

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante	**21.104.745,76**	**19.384.844,93**
Caixa e Equivalentes de Caixa	357.535,71	529.996,67
Contas a receber de clientes líquido	8.148.242,48	8.162.094,99
Ativo Fiscal - Tributos a recuperar	3.171.818,18	2.820.623,19
Antecipações a fornecedores/Diversos	1.066.964,13	181.287,99
Estoques	7.966.694,67	7.265.679,71
Outros ativos/créditos	393.490,59	425.162,38
Ativo não Circulante	**7.755.438,96**	**4.876.504,44**
Imobilizado	7.693.195,80	4.802.571,25
Intangível	41.719,07	53.409,10
Investimentos	20.524,09	20.524,09
Total do ativo	**28.860.184,72**	**24.261.349,37**
Passivo Circulante	**4.304.928,56**	**3.294.669,51**
Fornecedores	940.945,52	906.205,32
Impostos, taxas e contribuições	162.580,45	269.966,54
Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.933.751,31	1.812.207,24
Outros passivos	324.409,88	306.290,41
Empréstimo Banco Brasil NPR - Curto Prazo	943.241,40	-
Passivo não Circulante	**1.577.371,12**	**2.262.481,04**
Bens Recebidos em Aluguel/Comodato	560.809,14	519.316,69
Empréstimo FINAME	16.561,98	63.591,96
Empréstimo Banco do Brasil	-	274.572,39
Empréstimo Sócio - Quotista	1.000.000,00	1.405.000,00
Patrimônio Líquido	**22.977.885,04**	**18.704.198,82**
Capital social	16.000.000,00	16.000.000,00
Reserva Legal	349.828,89	256.808,61
Reserva de Lucros	2.354.369,93	586.984,56
Resultado do Período Consolidado	4.273.686,22	1.860.405,65
Total do passivo	**28.860.184,72**	**24.261.349,37**

Demonstração do Valor Adicionado - R$

	31/12/2018	31/12/2017
1. Receita	**83.023.315,29**	**81.769.121,99**
2. (-) Insumos Adquiridos de Terceiros	**(61.005.938,34)**	**(61.570.067,93)**
3. Valor Adicionado Bruto (1 + 2)	**22.017.376,95**	**20.199.054,06**
4. Depreciações e Amortizações	**(527.332,71)**	**(447.176,57)**
5. Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**21.490.044,24**	**19.751.877,49**
6. Valor adicionado recebido transferência	**345.145,61**	**185.583,74**
7. Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	**21.835.189,85**	**19.937.461,23**
8. Distribuição do Valor Adicionado	**21.835.189,85**	**19.937.461,23**
8.1. Pessoal e encargos	**12.313.630,80**	**12.221.562,18**
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	**9.347.803,85**	**7.547.193,83**
8.3. Remuneração de capitais de terceiros	**173.755,20**	**168.705,22**
8.4. Remuneração de Capitais Próprios	**-**	**-**
8.5. Lucros/Prejuízo do exercício	**4.273.686,22**	**1.860.405,65**

Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido - R$

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 1/1/2017	**16.000.000,00**	**256.808,61**	**1.452.763,59**		**(865.779,03)**	**16.843.793,17**
Lucro liquido do exercício	-	-	-	1.860.405,65	-	1.860.405,65
Transferência para retenções de lucros	-	-	(865.779,03)	-	-	-
Saldo Final em 31/12/2017 (Ajustado)	16.000.000,00	256.808,61	586.984,56	1.860.405,65	-	18.704.198,82
Saldo Inicial do Exercício 1/1/2018	**16.000.000,00**	**256.808,61**	**586.984,56**	**1.860.405,65**	**-**	**18.704.198,82**
Lucro liquido do exercício	-	-	-	4.273.686,22	-	4.273.686,22
Retenções de Lucros	-	93.020,28	1.767.385,37	(1.860.405,65)	-	-
Saldo Final em 31/12/2018 (Ajustado)	**16.000.000,00**	**349.828,89**	**2.354.369,93**	**4.273.686,22**	**-**	**22.977.885,04**

Demonstração de Resultados - Consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Operacional Bruta	**81.833.150,69**	**81.303.861,26**
Venda Produtos/receita comercialização	81.833.150,69	81.303.861,26
Deduções	**(7.753.273,04)**	**(7.676.812,36)**
Receita Operacional Líquida	**74.079.877,65**	**73.627.048,90**
Custos produtos vendidos/comercialização	(47.618.360,30)	(51.367.342,57)
Lucro Bruto	**26.461.517,35**	**22.259.706,33**
Receitas (Despesas) Operacionais e Não Operacionais	**(20.279.286,84)**	**(19.709.425,30)**
Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	(21.899.928,33)	(20.865.326,13)
Receitas(despesas) não operacional líquida	1.620.641,49	1.155.900,83
Lucro/Prejuízo Operacional antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	**6.182.230,51**	**2.550.281,03**
Receitas financeiras	345.145,61	185.583,74
Despesas Financeiras	(228.517,49)	(314.437,55)
Lucro/Prejuízo Operacional	**6.298.858,63**	**2.421.427,22**
Lucro/Prejuízo antes dos Impostos	**6.298.858,63**	**2.421.427,22**
I.R. e contribuição social sobre o lucro	(2.025.172,41)	(561.021,57)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**4.273.686,22**	**1.860.405,65**

Demonstração do Fluxo de Caixa - R$

	31/12/2018	31/12/2017
Das atividades operacionais	**4.273.686,22**	**1.860.405,65**
Resultado Líquido do Exercício	4.273.686,22	1.860.405,65
Ajustes: (+/-) Depreciação	567.020,76	655.379,77
Lucro Ajustado	**4.840.706,98**	**2.515.785,42**
(+/-) Variação de Cientes a Receber	13.852,51	(1.393.393,95)
(+/-) Variação de Estoques	(701.014,96)	(1.616.619,20)
(+/-) Variação de Tributos a Recuperar	(351.194,99)	(695.471,08)
(+/-) Variação outros ativos	(854.004,35)	(30.548,08)
(+/-) Variação de Fornecedores a Pagar	34.740,20	165.299,87
(+/-) Outras Contas a Pagar	961.360,87	(1.784,02)
(+/-) Variação de Salários a Pagar	121.544,07	140.247,20
(+/-) Variação de Impostos a Recolher	(108.388,44)	(436.273,88)
(+/-) Variação de IRPJ/CSLL a Recolher	1.002,35	561.021,57
Caixa Líquido Atividades Operacionais	**3.958.604,24**	**(791.736,15)**
Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
(+/-) Variação Passivo Longo Prazo	(685.109,92)	(169.628,93)
(+/-) Variação de Ativo Não Circulante	(3.445.955,28)	(1.370.455,03)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	**(4.131.065,20)**	**(1.540.083,96)**
Aumento/Redução líquido de Caixa e equivalentes de caixa	**(172.460,96)**	**(2.331.820,11)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do Exercício	529.996,67	2.861.816,78
No final do Exercício	357.535,71	529.996,67
Aumento/Redução líquido de Caixa e equivalentes de caixa	**(172.460,96)**	**(2.331.820,11)**

Notas Explicativas

1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na lei 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **2.** As Despesas e receitas foram registradas segundo o regime de competência de exercício. **3.** As Depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear. **4.** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção inferiores ao valor de mercado. **5.** A empresa conta com um passivo, relacionado a empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 1.959.803,38 (Finame - Nota Promissória Rural - Sócio Quotista). **6.** O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 16.000.000,00 divididos em ações ordinárias e nominativas. **7.** Lucro do exercício é de R$ 4.273.686,22.

Ana Carolina Soares de Carvalho - Diretor Presidente • **Juliano Julio, Angélica Costa, Júlio Felício e Ana Cristina Soares Foresti** - Diretores
Contador: Wildemar Hemerson Paulista- CRC 1SP267866/O-9

BONDYBACH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ n.º 08.109.927/0001-76

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Senhores Acionistas: Vimos submeter à apreciação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2018, acompanhadas das Notas Explicativas, conforme Estatuto Social e a legislação em vigor. São Paulo, 25/03/2019.

Balanços Patrimoniais Encerrados em 31 Dezembro de 2018 e 2017 - (Expresso em Reais)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	**1.790,49**	**6.492,00**
Saldo de Caixa/Banco	1.790,49	6.492,00
Não Circulante	**5.818.711,60**	**4.640.964,84**
Investimentos	5.818.711,60	4.640.964,84
Total do Ativo	**5.820.502,09**	**4.647.456,84**

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	**9.500,00**	**9.500,00**
Dividendos a Pagar	9.500,00	9.500,00
Patrimonio Líquido	**5.811.002,09**	**4.637.956,84**
Capital Social	660.000,00	660.000,00
Capital Social a Integralizar	0,00	0,00
Lucros / Prejuízos Acumulados	5.151.002,09	3.977.956,84
Total Do Passivo	**5.820.502,09**	**4.647.456,84**

Demonstração das Mutações

	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	**330.000,00**	**2.384.336,99**	**2.714.336,99**
Aumento de Capital	330.000,00	-	330.000,00
Lucro do Exercício	-	1.939.244,85	1.939.244,85
Distribuição de Dividendos	0,00	-345.625,00	-345.625,00
Saldos em 31/12/2017	**660.000,00**	**3.977.956,84**	**4.637.956,84**
Aumento de Capital	-	-	-
Lucro do Exercício	-	1.611.719,61	1.611.719,61
Distribuição Dividendos	0,00	-438.674,36	-438.674,36
Saldos em 31/12/2018	**660.000,00**	**5.151.002,09**	**5.811.002,09**

Demonstração do Resultado	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos (Perdas) Equivalência Patrimonial	1.645.578,39	1.979.462,20
Despesas Bancárias	-2.873,76	-2.549,20
Honorarios Contabéis	-10.678,00	-14.602,00
Outras Despesas Administrativas	11.045,46	13.866,67
Despesas com Água e Luz	-1.393,20	-2.075,73
Despesas com Aluguel e IPTU	-7.885,00	-7.152,20
Outras Receitas	16,64	28,45
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**1.611.719,61**	**1.939.244,85**

a - Participação Societária:	Capital Social	% Participação
ALKA3 Indústria de Autopeças Ltda	660.000,00	92,25
Shifter Brasil Indústria Metalúrgica Ltda	50.000,00	98

b - A equivalência ALKA3, foi calculada com base no Patrimônio Líquido da investida (ALKA3 Indústria de Autopeças Ltda.) sobre o percentual de participação da investidora (Bondybach Administração e Participações S/A.) de 92,25%. Patrimônio Líquido da ALKA3 R$ 5.709.332,88 X 92,25% = 5.266.859,58 Subtrai o valor de R$3.318.430,32 referente o investimento em 31/12/2018 apurado assim o valor de R$ 1.948.429,26. **c - A Equivalência SHIFTER,** foi calculado com base no Patrimônio Líquido da investida (Shifter Brasil Indústria Metalúrgica Ltda.) sobre o percentual de participação da investidora (Bondybach Administração e Participações S/A.) de 98%. Patrimônio Líquido da SHIFTER R$ 563.114,31 X 98% = 551.852,02 Subtrai o valor de R$ 854.702,89 referente ao investimento em 31/12/2018 chegando ao valor negativo de (R$ 302.850,87), apurando assim uma perda no investimento. Total de equivalência patrimonial no período R$ 1.645.578,39.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Fluxo de Caixa Das Atividades Operacionais	31/12/2018
Lucro do Exercício	1.611.719,61
Ajuste Por Equivalência Patrimonial	-1.645.578,39
Lucro Ajustado	**-33.858,78**
Variação nos Ativos e Passivos	
Créditos Pessoas Ligadas	0,00
Disponibilidades Líquidas geradas pelas Atividades Operacionais	**-33.858,78**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
Recebimento de Dividendos	467.831,63
Disponibilidades Líquidas geradas pelas Atividades de Investimentos	**467.831,63**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	**0,00**
Pagamento De Dividendos	438.674,36
Disponibilidades Líquidas geradas pelas Atividades de Financiamentos	**438.674,36**
Aumento (redução) nas Disponibilidades	**-4.701,51**
Variação das Disponibilidades	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**6.492,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**1.790,49**
Aumento (redução) nas Disponibilidades	**-4.701,51**

Notas Explicativas: 1. Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emendas da legislação societária (Lei 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos. Contábeis - CPC. **2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas:** a) O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício com a tributação do Lucro Presumido. **3. Investimentos:** As participações societárias são ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. **4. O Capital Social:** É de R$ 660.000,00 totalmente integralizado, e representado por 660.000 Ações Ordinárias.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço encerrado em 31/12/2018, conforme documentação apresentada. **Bondybach Administração e Participações S/A.**

Diretoria

Ricardo Valtner - Presidente - CPF: 115.830.038-78
Paulo Jilvane da Silva - CRC: SP313762/O-0

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/03/2019 07:08:23.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30367666] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ nº 60.701.190/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO), relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2019 e de 2018, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no período alcançou R$ 20.426 milhões e o Patrimônio Líquido R$ 87.494 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R$ 3,54.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R$ 1.227.382 milhões e estavam substancialmente formados por R$ 585.773 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 271.380 milhões de Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil e R$ 104.059 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R$ 1.045.092 milhões.

CIRCULAR Nº 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R$ 28.756 milhões, representando apenas 10,4% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 05 de março de 2020.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		**736.817.225**	**770.295.032**
Disponibilidades	**3a**	**17.017.198**	**35.512.232**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**3a, 3b, 4**	**236.073.849**	**307.767.589**
Aplicações no Mercado Aberto		201.271.779	271.796.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		34.802.070	35.970.622
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**3c, 3d e 5**	**122.896.325**	**113.141.781**
Carteira Própria		47.604.306	41.334.128
Vinculados a Compromissos de Recompra		37.181.569	47.416.045
Vinculados a Prestação de Garantias		7.191.142	2.433.405
Vinculados ao Banco Central do Brasil		3.509.367	2.857.484
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		6.983.296	3.082.045
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.426.645	16.018.674
Relações Interfinanceiras		**109.005.119**	**108.999.244**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		17.355.679	14.604.324
Depósitos no Banco Central	3b	91.247.744	93.986.144
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		4.636	11.705
Correspondentes		40.186	45.252
Repasses Interfinanceiros		356.874	351.819
Relações Interdependências		–.–	**123.097**
Operações de Crédito	**3e, 3f e 6**	**126.762.312**	**102.652.157**
Operações de Crédito		135.081.442	110.931.924
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.319.130)	(8.279.767)
Operações de Arrendamento Mercantil	**3e, 3f e 6**	**39**	**19**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		20.210	6.753
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(20.138)	(6.664)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(33)	(70)
Outros Créditos	**9a**	**123.297.175**	**100.554.505**
Outros Valores e Bens	**3g**	**1.765.208**	**1.544.408**
Outros Valores e Bens		718.593	903.543
(Provisões para Desvalorizações)		(392.366)	(402.269)
Despesas Antecipadas	9c	1.438.981	1.043.134
Realizável a Longo Prazo		**374.671.497**	**352.923.347**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**3b e 4**	**72.080.131**	**75.446.772**
Aplicações no Mercado Aberto		4.964.531	5.218.890
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		67.115.600	70.227.882
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**3c, 3d e 5**	**154.722.242**	**126.397.459**
Carteira Própria		57.739.449	33.411.763
Vinculados a Compromissos de Recompra		39.274.048	44.201.115
Vinculados a Prestação de Garantias		2.722.814	4.910.100
Vinculados ao Banco Central do Brasil		589.608	553.557
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		27.122.956	25.165.340
Instrumentos Financeiros Derivativos		27.273.367	18.155.584
Relações Interfinanceiras - SFH - Sistema Financeiro da Habitação		–.–	**4.287**
Operações de Crédito	**3e, 3f e 6**	**116.345.745**	**117.448.205**
Operações de Crédito		129.698.308	128.836.991
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(13.352.563)	(11.388.786)
Operações de Arrendamento Mercantil	**3e, 3f e 6**	–.–	**2**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		–.–	255
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		–.–	(253)
Outros Créditos	**9a**	**31.522.085**	**33.291.896**
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	**3g e 9c**	**1.294**	**334.726**
Permanente		**115.893.021**	**107.205.618**
Investimentos		**106.063.811**	**98.175.602**
Participações em Coligadas e Controladas	3h e 11	104.059.027	96.124.162
No País		87.392.215	80.171.490
No Exterior		16.666.812	15.952.672
Outros Investimentos		2.080.230	2.126.921
(Provisões para Perdas)		(75.446)	(75.481)
Imobilizado de Uso	**3i**	**4.592.609**	**4.629.785**
Imóveis de Uso		3.355.163	3.258.456
Outras Imobilizações de Uso		10.522.281	10.421.505
(Depreciações Acumuladas)		(9.284.835)	(9.050.176)
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	**3j, 3k e 6d**	**517**	**3.225**
Bens Arrendados		470	3.036
(Depreciações Acumuladas)		47	189
Intangível	**3l**	**5.236.084**	**4.397.006**
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento		1.849.952	1.265.229
Outros Ativos Intangíveis		8.667.970	7.096.626
(Amortização Acumulada)		(5.281.838)	(3.964.849)
Total do Ativo		**1.227.381.743**	**1.230.423.997**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		**740.780.504**	**711.430.582**
Depósitos	**3b e 7a**	**248.364.784**	**224.591.077**
Depósitos à Vista		60.767.180	50.988.600
Depósitos de Poupança		132.261.958	124.511.169
Depósitos Interfinanceiros		9.299.669	2.543.148
Depósitos a Prazo		46.035.977	46.548.160
Captações no Mercado Aberto	**3b e 7a**	**258.689.788**	**312.929.558**
Carteira Própria		72.693.582	75.822.839
Carteira de Terceiros		166.859.019	215.139.864
Carteira Livre Movimentação		19.137.187	21.966.855
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**3b e 7a**	**46.365.034**	**27.622.161**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		41.566.538	25.189.429
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		4.223.244	483.244
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		575.252	1.949.488
Relações Interfinanceiras		**1.201.441**	**1.027.451**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		425.192	566.692
Correspondentes		776.249	460.759
Relações Interdependências		**5.394.849**	**5.401.948**
Recursos em Trânsito de Terceiros		5.279.694	5.392.394
Transferências Internas de Recursos		115.155	9.554
Obrigações por Empréstimos - Empréstimos no Exterior	**3b e 7a**	**46.043.725**	**30.582.123**
Obrigações por Repasses do País	**3b e 7a**	**3.773.177**	**5.188.185**
BNDES		1.299.653	2.046.554
CEF		1.324	1.461
FINAME		2.123.469	2.996.339
Outras Instituições		348.731	143.831
Instrumentos Financeiros Derivativos	**3d e 5bl**	**18.274.278**	**9.769.504**
Outras Obrigações	**9d**	**112.673.428**	**94.318.575**
Exigível a Longo Prazo		**398.676.686**	**431.317.562**
Depósitos	**3b e 7a**	**235.733.689**	**254.691.932**
Depósitos Interfinanceiros		51.926.819	90.500.280
Depósitos a Prazo		183.806.870	164.191.652
Captações no Mercado Aberto	**3b e 7a**	**41.092.844**	**68.400.789**
Carteira Própria		3.568.427	14.968.821
Carteira Livre Movimentação		37.524.417	53.431.968
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**3b e 7a**	**64.191.808**	**50.895.385**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		57.026.119	41.524.348
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		6.630.912	8.522.220
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		534.777	848.817
Obrigações por Empréstimos	**3b e 7a**	**2.230.197**	**3.451.297**
Empréstimos no País - Outras Instituições		–.–	1.664
Empréstimos no Exterior		2.230.197	3.449.633
Obrigações por Repasses no País	**3b e 7a**	**7.729.150**	**12.505.404**
BNDES		3.687.395	5.927.599
CEF		465.960	478.085
FINAME		3.562.118	6.041.159
Outras Instituições		13.677	58.561
Instrumentos Financeiros Derivativos	**3d e 5bl**	**26.854.933**	**19.770.397**
Outras Obrigações	**9d**	**20.844.065**	**21.602.358**
Resultados de Exercícios Futuros		**430.621**	**475.134**
Patrimônio Líquido	**12**	**87.493.932**	**87.200.719**
Capital Social		61.925.426	61.925.426
Reservas de Capital		710.560	710.381
Reservas de Reavaliação		5.549	5.751
Reservas de Lucros		26.233.067	26.310.835
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c, 3o e 12c	(1.380.670)	(1.751.674)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**1.227.381.743**	**1.230.423.997**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira		**45.878.911**	**92.997.745**	**89.144.484**
Operações de Crédito	3e	24.868.945	47.073.748	45.590.961
Operações de Arrendamento Mercantil	3e	14.688	17.400	39.907
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	20.170.802	41.368.757	44.805.843
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	(1.489.625)	(803.712)	(7.374.818)
Resultado de Operações de Câmbio		192.670	795.401	1.211.851
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.121.431	4.546.151	4.870.740
Despesas da Intermediação Financeira		**(35.991.805)**	**(65.382.249)**	**(69.977.193)**
Operações de Captação no Mercado		(23.531.569)	(48.616.628)	(56.524.542)
Operações de Empréstimos e Repasses		(4.183.275)	(5.218.231)	(7.255.760)
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	(14.408)	(17.620)	(39.591)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3g e 6e	(8.262.553)	(11.529.770)	(6.157.300)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**9.887.106**	**27.615.496**	**19.167.291**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(3.444.466)**	**(7.073.596)**	**(1.897.402)**
Receitas de Prestação de Serviços	9e	6.534.715	12.356.221	10.932.904
Rendas de Tarifas Bancárias	9f	3.977.747	7.790.374	7.584.299
Despesas de Pessoal	9g	(9.763.433)	(16.756.908)	(14.165.695)
Outras Despesas Administrativas	9h	(6.204.591)	(12.383.255)	(12.564.994)
Despesas Tributárias	10a II	(1.827.382)	(3.822.478)	(3.068.181)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	3h e 11 I	6.249.081	9.174.600	12.215.582
Outras Receitas Operacionais		393.254	823.176	923.569
Outras Despesas Operacionais	9i	(2.803.857)	(4.255.326)	(3.754.886)
Resultado Operacional		**6.442.640**	**20.541.900**	**17.269.889**
Resultado não Operacional		**50.967**	**(41.957)**	**(70.826)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**6.493.607**	**20.499.943**	**17.199.063**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**3n e 10a I**	**3.968.923**	**193.737**	**(1.121.818)**
Devidos sobre Operações do Período		(2.487.789)	(4.146.642)	38.155
Referentes a Diferenças Temporárias		6.456.712	4.340.379	(1.159.973)
Participações no Lucro	**13b**	**(130.224)**	**(267.478)**	**(190.599)**
Lucro Líquido		**10.332.306**	**20.426.202**	**15.886.646**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 09:01:24.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34665377] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em Milhares de Reais)*

	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido Ajustado	**4.903.476**	**11.837.716**	**5.085.254**
Lucro Líquido	10.332.306	20.426.202	15.886.646
Ajustes ao Lucro Líquido:	**(5.428.830)**	**(8.588.486)**	**(10.801.392)**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	3.993.462	865.703	4.071.908
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.262.553	11.529.770	6.157.300
Resultado de Juros e Variação Cambial com Dívida Subordinada	181.497	422.500	819.566
Depreciações e Amortizações	1.145.090	2.250.434	2.360.158
Amortização de Ágio	60.478	226.697	368.546
Tributos Diferidos	(6.456.712)	(4.340.379)	1.159.973
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(6.249.081)	(9.174.600)	(12.215.582)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(4.534.166)	(7.973.316)	(10.374.651)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários até o Vencimento	(1.769.739)	(2.491.184)	(3.354.276)
Constituição (Reversão) para Perdas e Bens não de Uso Próprio	(72.384)	(9.903)	42.107
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	(14.153)	(14.153)	–.–
(Ganho)/Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio	79.469	117.923	132.637
(Ganho)/Perda na Alienação do Imobilizado	(35.383)	(30.091)	9.553
Outros	(19.761)	32.113	21.369
Variação de Ativos e Passivos	**(2.971.410)**	**(5.557.272)**	**(14.585.908)**
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.324.702	54.833.356	(10.038.085)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(8.865.071)	13.193.480	7.720.488
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(4.624.002)	288.400	(9.677.160)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(17.547.539)	(34.280.505)	(2.221.332)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(5.119.340)	(17.929.302)	(39.152.969)
(Redução)/Aumento em Depósitos	45.012.787	4.815.464	(13.914.385)
(Redução)/Aumento em Captações no Mercado Aberto	(44.382.425)	(81.547.715)	13.508.016
(Redução)/Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	21.452.805	32.039.296	7.130.124
(Redução)/Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.105.828	8.049.240	2.203.736
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	3.632.114	17.236.326	29.924.596
(Redução)/Aumento em Resultados de Exercícios Futuros	(45.031)	(44.513)	(17.465)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.916.238)	(2.210.799)	(51.472)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	**1.932.066**	**6.280.444**	**(9.500.654)**
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Controladas	1.891.895	2.352.796	1.729.564
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(1.180.179)	5.433.809	36.925.642
Recursos de Juros de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	3.966.232	6.913.187	14.020.989
Alienação de Investimentos	94.986	97.526	34.149.533
(Aquisição) de Investimentos	(386.097)	(405.504)	(18.338.547)
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(33.366.486)	(37.457.511)	(5.139.432)
(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(47.813)	(47.813)	(1.931.161)
(Aquisição)/Alienação de Bens não Destinados a Uso	46.900	101.615	(109.728)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(453.049)	(892.421)	(797.237)
Alienação de Imobilizado de Uso	36.410	37.625	15.320
(Aquisição) de Intangível	(1.198.740)	(2.220.281)	(920.449)
Alienação de Intangível	–.–	–.–	34.917
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(30.595.941)**	**(26.086.972)**	**59.639.411**
Aumento de Capital	–.–	–.–	14.500.000
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada	(29.700)	(235.533)	(12.745.753)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(16.299.998)	(18.679.998)	(5.427.620)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(16.329.698)**	**(18.915.531)**	**(3.673.373)**
Aumento/(Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3a)	**(44.993.573)**	**(38.722.059)**	**46.465.384**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	87.201.682	80.930.168	34.464.784
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	42.208.109	42.208.109	80.930.168
Disponibilidades	17.017.198	17.017.198	35.512.232
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.682.209	22.682.209	7.232.596
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	2.508.702	2.508.702	38.185.340

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 12) *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2019	**61.925.426**	**710.445**	**5.652**	**4.994.390**	**29.360.440**	**(1.046.158)**	–.–	**95.950.195**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(275.861)	–.–	(275.861)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(103)	–.–	–.–	–.–	103	–.–
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(8.866.410)	–.–	–.–	(8.866.410)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	115	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	115
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(38.163)	–.–	(38.163)
Ajustes de Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(20.488)	–.–	(20.488)
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	10.332.306	10.332.306
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	516.615	228.032	–.–	(744.647)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(9.587.762)	(9.587.762)
Saldos em 31/12/2019	**61.925.426**	**710.560**	**5.549**	**5.511.005**	**20.722.062**	**(1.380.670)**	–.–	**87.493.932**
Mutações no Período	–.–	**115**	**(103)**	**516.615**	**(8.638.378)**	**(334.512)**	–.–	**(8.456.263)**
Saldos em 01/01/2018	**47.425.426**	**710.018**	**5.949**	**3.695.363**	**11.844.154**	**(2.041.395)**	–.–	**61.639.515**
Aumento de Capital - AGE de 23/03/2018 e de 28/06/2018	14.500.000	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14.500.000
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(172.671)	–.–	(172.671)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(198)	–.–	–.–	–.–	198	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(769.700)	–.–	–.–	(769.700)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	363	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	363
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(64.113)	–.–	(64.113)
Ajustes de Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	526.505	–.–	526.505
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	15.886.646	15.886.646
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	794.332	10.746.686	–.–	(11.541.018)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.345.826)	(4.345.826)
Saldos em 31/12/2018	**61.925.426**	**710.381**	**5.751**	**4.489.695**	**21.821.140**	**(1.751.674)**	–.–	**87.200.719**
Mutações no Período	**14.500.000**	**363**	**(198)**	**794.332**	**9.976.986**	**289.721**	–.–	**25.561.204**
Saldos em 01/01/2019	**61.925.426**	**710.381**	**5.751**	**4.489.695**	**21.821.140**	**(1.751.674)**	–.–	**87.200.719**
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(338.623)	–.–	(338.623)
Realização da Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	(202)	–.–	–.–	–.–	202	–.–
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	–.–	–.–	–.–	–.–	(10.916.410)	–.–	–.–	(10.916.410)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	179	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	179
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	903.753	–.–	903.753
Ajustes de Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(194.126)	–.–	(194.126)
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	20.426.202	20.426.202
Destinações:								
Reservas	–.–	–.–	–.–	1.021.310	9.817.332	–.–	(10.838.642)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(9.587.762)	(9.587.762)
Saldos em 31/12/2019	**61.925.426**	**710.560**	**5.549**	**5.511.005**	**20.722.062**	**(1.380.670)**	–.–	**87.493.932**
Mutações no Período	–.–	**179**	**(202)**	**1.021.310**	**(1.099.078)**	**371.004**	–.–	**293.213**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 05 de março de 2020.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Conforme determinado pelo BACEN, as Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (Nota 15d).

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

NOTA 3 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Créditos Vinculados no BACEN Remunerados, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

• **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

• **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos acima, nas controladas do ITAÚ UNIBANCO, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Equivalência Patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

• ***Hedge* de Risco de Mercado -** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;

• ***Hedge* de Fluxo de Caixa -** A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

e) Operações de Crédito e de Arrendamento Financeiro (Operações com Características de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas, às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

• As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;

• Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

O critério adotado para constituição da provisão para a carteira de Garantias Financeiras Prestadas, foi baseado no modelo de perda esperada.

g) Outros Valores e Bens - Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Estes bens são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Além disso, são registradas as Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

h) Investimentos - Em controladas e coligadas está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização.

i) Imobilizado de Uso - É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas, baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As taxas anuais de depreciação são: Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistema de Segurança, Transporte e Comunicação 10% a 20%, Imóveis de Uso 4% a 8%, Benfeitorias em Imóveis de Terceiros até 10% e Sistema de Processamento de Dados 20% a 50%.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 09:02:18.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34665367] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.
Os ativos são avaliados a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis.
j) Imobilizado de Arrendamento Mercantil - Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, previstas na legislação vigente.
As taxas anuais de depreciação, são: edificações 4%, móveis e utensílios e instalações 10%, máquinas e equipamentos de 10% a 50%, veículos e afins de 20% a 25% e outros bens de 10% a 20%.
k) Perdas em Arrendamento a Amortizar - A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.
l) Intangível - É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos de uso, bem como direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares*, amortizados em cinco anos e carteiras de clientes amortizados em até dez anos.
Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.
m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias - são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 8.
Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:
• **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outras Obrigações;
• **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
• **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.
O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.
Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.
Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias
Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.
n) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.
O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.
O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.
Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.
A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.
o) Benefícios Pós-emprego
Planos de Pensão - Planos de Benefício Definido
O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.
Planos de Pensão - Contribuição Definida
Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO por meio de fundo previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.
Outras Obrigações Pós-emprego
Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido no período em que ocorrem.

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2019						31/12/2018	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	**22.542.375**	**178.729.404**	–.–	**4.964.531**	**206.236.310**	**66,9**	**277.015.857**	**72,3**
Posição Bancada (1)	1.476.044	8.845.016	–.–	1.799.903	12.120.963	3,9	13.321.112	3,5
Posição Financiada	15.051.148	152.505.821	–.–	3.164.628	170.721.597	55,4	217.369.848	56,7
Posição Vendida	6.015.183	17.378.567	–.–	–.–	23.393.750	7,6	46.324.897	12,1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**18.682.621**	**9.248.876**	**6.870.573**	**67.115.600**	**101.917.670**	**33,1**	**106.198.504**	**27,7**
Total (2)	**41.224.996**	**187.978.280**	**6.870.573**	**72.080.131**	**308.153.980**	**100,0**	**383.214.361**	**100,0**
% por prazo de vencimento	13,4	61,0	2,2	23,4				
Total - 31/12/2018	**67.928.738**	**226.532.398**	**13.306.453**	**75.446.772**	**383.214.361**			
% por prazo de vencimento	17,7	59,1	3,5	19,7				

(1) Inclui R$ 7.838.275 (R$ 4.530.548 em 31/12/2018) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN.
(2) Inclui provisão para desvalorização de títulos no montante de R$ (225) (R$ (497) em 31/12/2018).

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2019												31/12/2018
		Ajuste a Valor de Mercado Refletida no:											
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	**112.837.079**	**773.400**	**1.745.550**	**115.356.029**	**41,6**	**7.885.643**	**707.636**	**1.471.197**	**9.763.076**	**20.404.475**	**75.124.002**	**101.034.006**
Letras Financeiras do Tesouro	10.172.645	1.435	–.–	10.174.080	3,7	–.–	556.253	–.–	27.798	3.672.511	5.917.518	5.064.521
Letras do Tesouro Nacional	40.174.278	32.091	(1.614)	40.204.755	14,5	7.856.373	–.–	1.426.682	8.168.879	9.334.286	13.418.535	26.432.346
Notas do Tesouro Nacional	34.788.940	712.734	1.212.235	36.713.909	13,2	9.620	151.368	44.515	1.566.330	3.035.302	31.906.774	41.599.316
Tesouro Nacional/Securitização	153.639	(229)	38.418	191.828	0,1	–.–	15	–.–	69	63	191.681	203.138
Títulos da Dívida Externa Brasileira	27.547.577	27.369	496.511	28.071.457	10,1	19.650	–.–	–.–	–.–	4.362.313	23.689.494	27.734.685
Títulos Públicos - Outros Países	**13.634.379**	**(32.305)**	**(211.634)**	**13.390.440**	**4,7**	**994.943**	**1.920.577**	**2.729.164**	**3.415.083**	**4.194.432**	**136.241**	**5.073.611**
Alemanha	22.782	–.–	15	22.797	–.–	–.–	–.–	–.–	22.797	–.–	–.–	22.469
Argentina	79.816	(32.780)	–.–	47.036	–.–	–.–	–.–	28.496	17.976	13	551	55.912
Chile	1.051	1	–.–	1.052	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	567	485	145
Colômbia	46.467	(163)	–.–	46.304	–.–	–.–	2.833	–.–	–.–	2.630	40.841	74.316
Coreia	1.705.977	–.–	1	1.705.978	0,6	–.–	–.–	388.571	377.693	939.714	–.–	377.407
Espanha	3.921.258	–.–	–.–	3.921.258	1,4	–.–	212.280	–.–	457.470	3.251.508	–.–	1.327.207
França	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	890.807
México	7.820.745	11	(211.642)	7.609.114	2,7	994.943	1.705.464	2.312.060	2.539.147	–.–	57.500	2.303.834
Paraguai	2.169	111	–.–	2.280	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.280	1.210
Peru	8.203	486	–.–	8.689	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	8.689	-
Uruguai	25.618	29	–.–	25.647	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	25.647	16.542
Outros	293	–.–	(8)	285	–.–	–.–	–.–	–.–	37	–.–	248	3.762
Títulos de Empresas	**101.812.257**	**(604.207)**	**(35.964)**	**101.172.086**	**36,5**	**24.301.324**	**610.768**	**7.045.169**	**4.863.839**	**5.854.295**	**58.496.691**	**99.257.365**
EuroBonds e Assemelhados	4.466.412	(5.696)	42.199	4.502.915	1,6	394.707	178.599	333.680	461.466	467.644	2.666.819	6.283.306
Ações	5.413.754	(600.556)	8.969	4.822.167	1,7	4.822.167	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	3.802.322
Debêntures	53.783.067	7.697	(177.232)	53.613.532	19,4	3.692	52.029	5.606.717	996.631	3.590.499	43.363.964	53.958.821
Nota Promissória	5.001.020	–.–	(7.248)	4.993.772	1,8	30.978	19.799	578.759	2.515.418	743.685	1.105.133	1.069.629
Cédula do Produtor Rural	5.378.485	–.–	41.663	5.420.148	2,0	93.904	278.983	467.362	776.836	361.464	3.441.599	4.194.997
Cotas de Fundos	18.940.554	7.830	–.–	18.948.384	6,8	18.948.384	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	17.860.732
Direito Creditório	4.217.671	–.–	–.–	4.217.671	1,5	4.217.671	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.242.734
Renda Fixa	14.416.842	(23)	–.–	14.416.819	5,2	14.416.819	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	14.589.217
Renda Variável	306.041	7.853	–.–	313.894	0,1	313.894	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.028.781
Certificados de Recebíveis Imobiliários	7.259.824	(14.654)	46.321	7.291.491	2,6	–.–	–.–	5.328	28.375	379.101	6.878.687	11.085.926
Letras Financeiras	529.165	(604)	(2.545)	526.016	0,2	7.492	81.358	50.767	80.869	305.530	–.–	248.424
Outros	1.039.976	1.776	11.909	1.053.661	0,4	–.–	–.–	2.556	4.244	6.372	1.040.489	753.208
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	**228.283.715**	**136.888**	**1.497.952**	**229.918.555**	**82,8**	**33.181.910**	**3.238.981**	**11.245.530**	**18.041.998**	**30.453.202**	**133.756.934**	**205.364.982**
Títulos para Negociação	59.462.695	136.888	–.–	59.599.583	21,5	15.906.510	560.809	1.605.588	4.765.415	8.386.193	28.375.068	71.703.907
Títulos Disponíveis para Venda	140.065.216	–.–	1.497.952	141.563.168	50,9	17.275.400	2.678.172	9.634.577	9.042.701	17.434.901	85.497.417	100.639.778
Títulos Mantidos até o Vencimento (*)	28.755.804	–.–	–.–	28.755.804	10,4	–.–	–.–	5.365	4.233.882	4.632.108	19.884.449	33.021.297
Instrumentos Financeiros Derivativos	**37.998.821**	**9.701.191**	–.–	**47.700.012**	**17,2**	**6.295.125**	**7.816.646**	**2.780.057**	**3.534.817**	**13.222.520**	**14.050.847**	**34.174.258**
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	**266.282.536**	**9.838.079**	**1.497.952**	**277.618.567**	**100,0**	**39.477.035**	**11.055.627**	**14.025.587**	**21.576.815**	**43.675.722**	**147.807.781**	**239.539.240**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	**(37.473.221)**	**(7.655.990)**	–.–	**(45.129.211)**	**100,0**	**(5.269.802)**	**(8.592.824)**	**(1.762.401)**	**(2.649.251)**	**(13.528.264)**	**(13.326.669)**	**(29.539.901)**
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo) em 31/12/2018	**230.761.272**	**8.206.063**	**571.905**	**239.539.240**	**100,0**	**27.300.708**	**6.208.575**	**16.068.567**	**10.609.211**	**33.621.668**	**145.730.511**	
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo) em 31/12/2018	**(26.562.682)**	**(2.977.219)**	–.–	**(29.539.901)**	**100,0**	**(2.068.429)**	**(2.398.318)**	**(1.639.512)**	**(3.663.245)**	**(9.630.299)**	**(10.140.098)**	

(*) Ajustes ao mercado não contabilizados de R$ 1.686.957 (R$ 300.263 em 31/12/2018).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos
A ITAÚ UNIBANCO negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.
Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.
Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.
Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.
Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.
Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.
O valor total das margens dadas em garantia era de R$ 10.983.744 (R$ 9.088.254 em 31/12/2018) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 09:00:47.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34665389] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

I - Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) (A Pagar)/Pago	Ajustes ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Contratos de futuros	**406.296.680**	**427.900.568**	–.–	–.–	–.–	–.–
Compromissos de Compra	**230.295.312**	**171.188.633**	–.–	–.–	–.–	–.–
Ações	768.275	13.472.947	–.–	–.–	–.–	–.–
Commodities	–.–	11.752	–.–	–.–	–.–	–.–
Juros	215.504.612	153.027.766	–.–	–.–	–.–	–.–
Moeda Estrangeira	14.022.425	4.676.168	–.–	–.–	–.–	–.–
Compromissos de Venda	**176.001.368**	**256.711.935**	–.–	–.–	–.–	–.–
Ações	906.468	13.964.779	–.–	–.–	–.–	–.–
Commodities	187.381	48.180	–.–	–.–	–.–	–.–
Juros	164.499.231	230.549.213	–.–	–.–	–.–	–.–
Moeda Estrangeira	10.408.288	12.149.763	–.–	–.–	–.–	–.–
Contratos de *Swaps*	–.–	–.–	**(598.996)**	**(691.896)**	**(1.290.892)**	**(2.496.374)**
Posição Ativa	**1.029.576.323**	**779.275.395**	**14.421.849**	**11.627.981**	**26.049.830**	**16.104.725**
Ações	1.334	–.–	117	(8)	109	–.–
Commodities	574.232	6.000	404	9.048	9.452	359
Juros	900.414.606	719.686.804	10.956.367	11.322.033	22.278.400	12.373.982
Moeda Estrangeira	128.586.151	59.582.591	3.464.961	296.908	3.761.869	3.730.384
Posição Passiva	**1.029.576.323**	**779.275.395**	**(15.020.845)**	**(12.319.877)**	**(27.340.722)**	**(18.601.099)**
Ações	49.401	75.605	(9.343)	771	(8.572)	(3.308)
Commodities	854.508	619.968	359	(12.647)	(12.288)	(597)
Juros	1.003.858.131	753.511.097	(13.571.205)	(12.080.981)	(25.652.186)	(16.491.810)
Moeda Estrangeira	24.814.283	25.068.725	(1.440.656)	(227.020)	(1.667.676)	(2.105.384)
Contratos de Opções	**1.978.249.117**	**1.497.250.594**	**(648.070)**	**2.456.813**	**1.808.743**	**4.941.795**
De Compra - Posição Comprada	**236.583.048**	**140.274.701**	**5.915.483**	**(465.773)**	**5.449.710**	**1.345.769**
Ações	2.812.695	1.695.565	42.368	74.001	116.369	53.448
Commodities	267.627	311.691	6.634	10.364	16.998	6.749
Juros	187.994.653	100.315.782	410.873	(336.979)	73.894	71.442
Moeda Estrangeira	45.508.073	37.951.663	5.455.608	(213.159)	5.242.449	1.214.130
De Venda - Posição Comprada	**762.024.314**	**623.141.247**	**12.515.729**	**(1.767.205)**	**10.748.524**	**11.997.909**
Ações	6.087.286	5.351.266	246.110	(138.221)	107.889	280.063
Commodities	111.659	278.490	2.320	(1.586)	734	12.391
Juros	554.390.700	441.555.297	510.775	848.954	1.359.729	887.028
Moeda Estrangeira	201.434.669	175.956.194	11.756.524	(2.476.352)	9.280.172	10.818.427
De Compra - Posição Vendida	**325.859.973**	**240.900.169**	**(17.479.483)**	**5.197.134**	**(12.282.349)**	**(6.476.093)**
Ações	3.320.257	3.053.816	(61.145)	(58.816)	(119.961)	(67.104)
Commodities	109.338	200.933	(5.498)	(2.279)	(7.777)	(2.185)
Juros	129.530.812	69.857.759	(376.123)	333.694	(42.429)	(48.264)
Moeda Estrangeira	192.899.566	167.787.661	(17.036.717)	4.924.535	(12.112.182)	(6.358.540)
De Venda - Posição Vendida	**653.781.782**	**492.934.477**	**(1.599.799)**	**(507.343)**	**(2.107.142)**	**(1.925.790)**
Ações	4.211.442	3.719.537	(153.232)	74.285	(78.947)	(193.313)
Commodities	446.972	192.190	(10.006)	(663)	(10.669)	(8.121)
Juros	607.364.405	447.981.917	(426.436)	(855.488)	(1.281.924)	(1.024.855)
Moeda Estrangeira	41.758.963	41.040.833	(1.010.125)	274.523	(735.602)	(699.501)
Contratos a Termo	**4.621.595**	**2.228.580**	**750.641**	**389**	**751.030**	**1.217.361**
Compras a Receber	**180.388**	**379.471**	**160.359**	**105**	**160.464**	**379.350**
Juros	160.360	379.471	160.359	105	160.464	379.350
Moeda Estrangeira	20.028	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Obrigações por Compra a Pagar	**659.848**	–.–	**(160.359)**	**(5)**	**(160.364)**	**(379.324)**
Juros	–.–	–.–	(160.359)	–.–	(160.359)	(379.324)
Moeda Estrangeira	659.848	–.–	–.–	(5)	(5)	–.–
Vendas a Receber	**1.628.256**	**1.231.855**	**1.342.992**	**2.405**	**1.345.397**	**1.262.385**
Ações	760.832	1.231.855	750.641	2.398	753.039	1.217.088
Juros	–.–	–.–	592.351	–.–	592.351	45.297
Moeda Estrangeira	867.424	–.–	–.–	7	7	–.–
Obrigações por Venda a Entregar	**2.153.103**	**617.254**	**(592.351)**	**(2.116)**	**(594.467)**	**(45.050)**
Juros	592.351	44.916	(592.351)	(744)	(593.095)	(45.050)
Moeda Estrangeira	1.560.752	572.338	–.–	(1.372)	(1.372)	–.–
Derivativos de Crédito	**11.523.921**	**6.628.582**	**(236.637)**	**324.247**	**87.610**	**(48.994)**
Posição Ativa	**8.746.023**	**2.768.526**	**(165.218)**	**287.876**	**122.658**	**73.779**
Ações	1.534.741	644.360	(81.608)	174.589	92.981	45.575
Commodities	27.167	–.–	(575)	2.169	1.594	–.–
Juros	7.063.194	2.124.166	(87.501)	111.249	23.748	28.204
Moeda Estrangeira	120.921	–.–	4.466	(131)	4.335	–.–
Posição Passiva	**2.777.898**	**3.860.056**	**(71.419)**	**36.371**	**(35.048)**	**(122.773)**
Ações	641.829	1.018.859	(28.285)	9.185	(19.100)	(59.549)
Commodities	2.015	–.–	(86)	(24)	(110)	–.–
Juros	2.134.054	2.841.197	(43.048)	27.210	(15.838)	(63.224)
NDF - *Non Deliverable Forward*	**206.982.099**	**139.681.866**	**1.032.784**	**38.938**	**1.071.722**	**564.773**
Posição Ativa	**118.872.563**	**78.454.258**	**3.581.749**	**79.321**	**3.661.070**	**2.538.529**
Commodities	570.008	167.144	33.981	(1.067)	32.914	17.416
Moeda Estrangeira	118.302.555	78.287.114	3.547.768	80.388	3.628.156	2.521.113
Posição Passiva	**88.109.536**	**61.227.608**	**(2.548.965)**	**(40.383)**	**(2.589.348)**	**(1.973.756)**
Commodities	316.328	96.028	(9.944)	(1.063)	(11.007)	(4.678)
Moeda Estrangeira	87.793.208	61.131.580	(2.539.021)	(39.320)	(2.578.341)	(1.969.078)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**5.340.311**	**3.601.359**	**225.878**	**(83.290)**	**142.588**	**455.796**
Posição Ativa	**5.340.311**	**3.601.359**	**225.878**	**(63.519)**	**162.359**	**471.812**
Juros	5.340.311	3.601.359	225.878	(67.679)	158.199	261.888
Moeda Estrangeira	–.–	–.–	–.–	4.160	4.160	209.924
Posição Passiva	–.–	–.–	–.–	**(19.771)**	**(19.771)**	**(16.016)**
Juros	–.–	–.–	–.–	(3.208)	(3.208)	(14.065)
Moeda Estrangeira	–.–	–.–	–.–	(16.563)	(16.563)	(1.951)
		ATIVO	**37.998.821**	**9.701.191**	**47.700.012**	**34.174.258**
		PASSIVO	**(37.473.221)**	**(7.655.990)**	**(45.129.211)**	**(29.539.901)**
		TOTAL	**525.600**	**2.045.201**	**2.570.801**	**4.634.357**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação/Valor Referencial	**0 - 30**	**31-180**	**181 - 365**	**Acima de 365 dias**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Contratos de Futuros	91.910.254	105.332.676	69.287.233	139.766.517	406.296.680	427.900.568
Contratos de *Swaps*	15.085.881	278.488.790	73.966.686	662.034.966	1.029.576.323	779.275.395
Contratos de Opções	975.622.629	360.788.746	308.590.038	333.247.704	1.978.249.117	1.497.250.594
Operações a Termo	892.651	2.150.363	1.563.946	14.635	4.621.595	2.228.580
Derivativos de Crédito	–.–	4.610.916	657.004	6.256.001	11.523.921	6.628.582
NDF - Non Deliverable Forward	46.150.630	129.815.238	18.814.600	12.201.631	206.982.099	139.681.866
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.837	703.015	205.759	4.426.700	5.340.311	3.601.359

Valor de Mercado	**0 - 30**	**31-180**	**181 - 365**	**Acima de 365 dias**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo	6.295.125	10.596.703	3.534.817	27.273.367	47.700.012	34.174.258
Passivo	(5.269.802)	(10.355.225)	(2.649.251)	(26.854.933)	(45.129.211)	(29.539.901)

II - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Contratos de Futuros	Contratos de *Swaps*	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non *Deliverable Forward*	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	**348.793.992**	**13.990.647**	**1.527.225.860**	**3.868.885**	**806**	–.–	–.–
Balcão	**57.502.688**	**1.015.585.676**	**451.023.257**	**752.710**	**11.523.115**	**206.982.099**	**5.340.311**
Instituições Financeiras	57.502.688	939.329.678	400.860.134	292.151	11.523.115	151.628.183	5.340.311
Empresas	–.–	44.906.055	49.748.155	460.559	–.–	54.022.022	–.–
Pessoas Físicas	–.–	31.349.943	414.968	–.–	–.–	1.331.894	–.–
Total	**406.296.680**	**1.029.576.323**	**1.978.249.117**	**4.621.595**	**11.523.921**	**206.982.099**	**5.340.311**
Total - 31/12/2018	**427.900.568**	**779.275.395**	**1.497.250.594**	**2.228.580**	**6.628.582**	**139.681.866**	**3.601.359**

III - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida
CDS (Credit Default Swap)	(5.070.177)	2.292.654	(2.777.523)	(5.193.162)	1.435.420	(3.757.742)
Swap de taxa de retorno total	(4.161.090)	–.–	(4.161.090)	–.–	–.–	–.–
Total	**(9.231.267)**	**2.292.654**	**(6.938.613)**	**(5.193.162)**	**1.435.420**	**(3.757.742)**

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 09:04:32.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34665413] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

IV - *Hedge* Contábil

I) Fluxo de Caixa - O objetivo deste *Hedge* do ITAÚ UNIBANCO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB/Operações Ativas/Captações/Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI/LIBOR/Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, Selic e Taxas de câmbio.

	31/12/2019							
	Objetos de *Hedge*				Instrumentos de *Hedge*			
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge*	Inefetividade do *Hedge* Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa para o Resultado
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**						
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	–.–	24.067.799	(2.829.193)	(3.394.578)	25.025.868	(2.835.561)	(6.368)	–.–
Hedge de Operações Ativas	5.307.610	–.–	89.916	89.916	5.400.680	89.959	43	–.–
Hedge de Compromissadas Ativas	30.895.576	–.–	519.792	519.792	32.129.909	523.364	3.572	–.–
Risco Custos Variáveis								
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	32.200.194	–.–	15.738	15.738	32.009.432	15.738	–.–	–.–
Total	**68.403.380**	**24.067.799**	**(2.203.747)**	**(2.769.132)**	**94.565.889**	**(2.206.500)**	**(2.753)**	–.–

	31/12/2018							
	Objetos de *Hedge*				Instrumentos de *Hedge*			
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge*	Inefetividade do *Hedge* Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado de Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa para o Resultado
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**						
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	–.–	32.114.131	(1.818.903)	(3.254.137)	33.425.154	(1.833.872)	(14.969)	–.–
Hedge de Operações Ativas	7.617.934	–.–	136.939	136.939	7.754.916	136.939	–.–	–.–
Hedge de Compromissadas Ativas	36.667.834	–.–	353.457	353.457	38.013.034	359.421	5.964	–.–
Risco Cambial								
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	65.462	–.–	4.751	4.751	65.462	4.751	–.–	–.–
Risco Custos Variáveis								
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	18.792.559	–.–	(113.036)	(113.036)	18.792.558	(113.036)	–.–	
Total	**63.143.789**	**32.114.131**	**(1.436.792)**	**(2.872.026)**	**98.051.124**	**(1.445.797)**	**(9.005)**	–.–

(*) Registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os ganhos ou perdas relativos ao *Hedge* Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R$ (1.286.496) (R$ (1.763.142) em 31/12/2018). No período findo em 31/12/2019, foi reconhecido o montante de R$ (869.848) em resultado.

II) Risco de Mercado - As estratégias de *Hedge* de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO consiste em *Hedge*s de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

	31/12/2019							
	Objetos de *Hedge*				Instrumentos de *Hedge*			
	Valor Contábil		Ajuste ao Valor Justo		Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do *Hedge*	Valor Nominal	Variação no Valor Reconhecida no Resultado (*)	Inefetividade de *Hedge* Reconhecida no Resultado
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**				
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	17.397.127	–.–	18.217.995	–.–	820.868	18.265.832	(814.279)	6.589
Total	**17.397.127**	–.–	**18.217.995**	–.–	**820.868**	**18.265.832**	**(814.279)**	**6.589**

	31/12/2018							
	Objetos de *Hedge*				Instrumentos de *Hedge*			
	Valor Contábil		Ajuste ao Valor Justo		Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do *Hedge*	Valor Nominal	Variação no Valor Reconhecida no Resultado (*)	Inefetividade de *Hedge* Reconhecida no Resultado
Estratégias	**Ativos**	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**				
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	8.629.424	–.–	8.945.414	–.–	315.991	8.699.532	(306.868)	9.123
Total	**8.629.424**	–.–	**8.945.414**	–.–	**315.991**	**8.699.532**	**(306.868)**	**9.123**

(*) Registrado na rubrica Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período, o montante de R$ 514.295 deixou de ser qualificado como *Hedge*, com efeito no resultado de R$ (24.811).

III) A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de *Hedge* Fluxo de Caixa e *Hedge* Risco de Mercado

	31/12/2019							
Estratégias	**0-1 ano**	**1-2 anos**	**2-3 anos**	**3-4 anos**	**4-5 anos**	**5-10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	6.005.237	4.412.273	1.627.263	8.463.382	–.–	4.517.713	–.–	**25.025.868**
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	32.009.432	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**32.009.432**
Hedge de Operações Ativas	–.–	3.415.815	1.984.865	–.–	–.–	–.–	–.–	**5.400.680**
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	4.723.138	2.361.395	904.817	1.097.268	2.399.482	3.453.709	3.326.023	**18.265.832**
Hedge de Compromissadas Ativas	6.224.800	18.739.054	811.990	5.621.419	–.–	732.646	–.–	**32.129.909**
Total	**48.962.607**	**28.928.537**	**5.328.935**	**15.182.069**	**2.399.482**	**8.704.068**	**3.326.023**	**112.831.721**

	31/12/2018							
Estratégias	**0-1 ano**	**1-2 anos**	**2-3 anos**	**3-4 anos**	**4-5 anos**	**5-10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	14.366.844	5.401.361	3.894.329	–.–	5.896.661	3.865.959	–.–	**33.425.154**
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	65.462	18.792.558	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**18.858.020**
Hedge de Operações Ativas	6.345.876	–.–	1.409.040	–.–	–.–	–.–	–.–	**7.754.916**
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	3.764.547	172.726	2.481.738	72.171	876.857	927.261	404.232	**8.699.532**
Hedge de Compromissadas Ativas	26.943.094	5.837.628	1.517.428	–.–	3.714.884	–.–	–.–	**38.013.034**
Total	**51.485.823**	**30.204.273**	**9.302.535**	**72.171**	**10.488.402**	**4.793.220**	**404.232**	**106.750.656**

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	31/12/2019										31/12/2018
Níveis de Risco	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**Total**
Operações de Crédito	**152.532.254**	**45.136.795**	**18.457.282**	**21.576.305**	**9.473.921**	**3.670.245**	**2.456.210**	**4.881.135**	**6.595.604**	**264.779.751**	**239.768.915**
Empréstimos e Títulos Descontados	49.025.705	39.407.930	13.445.192	20.239.522	8.769.108	2.785.649	2.051.741	2.883.799	6.231.103	**144.839.749**	127.619.217
Financiamentos	48.627.126	4.313.690	3.583.033	786.737	491.230	463.095	157.358	1.405.275	236.696	**60.064.240**	54.840.132
Financiamentos Rurais	8.037.585	766.034	702.636	35.335	18.853	7.545	20.147	1.335	22.677	**9.612.147**	8.989.480
Financiamentos Imobiliários	46.841.838	649.141	726.421	514.711	194.730	413.956	226.964	590.726	105.128	**50.263.615**	48.320.086
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 6d)	–.–	**10**	**8**	**2**	**4**	–.–	–.–	**1**	**32**	**57**	**346**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	**3.106.840**	**565.683**	**649.139**	**117.339**	**41.372**	**18.525**	**20.407**	–.–	**11.656**	**4.530.961**	**3.855.690**
Outros Créditos (Nota 9a) (2)	**10.988**	**520.466**	**33.142**	**39.724**	**50.752**	**1.427**	**126.828**	**1.121.355**	**164.234**	**2.068.916**	**1.762.540**
Total Operações com Características de Concessão de Crédito	**155.650.082**	**46.222.954**	**19.139.571**	**21.733.370**	**9.566.049**	**3.690.197**	**2.603.445**	**6.002.491**	**6.771.526**	**271.379.685**	**245.387.491**
Garantias Financeiras Prestadas (3)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**58.986.091**	**56.215.923**
Total com Garantias Financeiras Prestadas	**155.650.082**	**46.222.954**	**19.139.571**	**21.733.370**	**9.566.049**	**3.690.197**	**2.603.445**	**6.002.491**	**6.771.526**	**330.365.776**	**301.603.414**
Total Operações com Características de Concessão de Crédito em 31/12/2018	**139.021.907**	**49.449.318**	**20.484.704**	**10.883.107**	**5.909.725**	**3.699.852**	**3.719.027**	**3.958.104**	**8.261.747**	**245.387.491**	

(1) Composto por Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Adiantamento sobre Contratos de Câmbio, contabilizados em Outros Créditos/Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 9b); (2) Composto por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Garantias Financeiras Prestadas; (3) Contabilizados em Contas de Compensação.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2019										31/12/2018
	AA	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**Total**
	Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vincendas	–.–	–.–	**1.017.997**	**940.288**	**738.331**	**767.265**	**919.189**	**739.820**	**2.206.088**	**7.328.978**	**7.877.058**
01 a 60	–.–	–.–	70.990	89.839	84.896	88.669	109.444	84.321	243.751	771.910	687.704
61 a 90	–.–	–.–	33.863	41.105	41.013	50.684	49.855	42.148	116.364	375.032	213.380
91 a 180	–.–	–.–	82.866	123.383	96.897	103.510	110.005	102.694	280.360	899.715	647.204
181 a 365	–.–	–.–	123.640	167.034	151.893	141.701	240.177	169.129	468.302	1.461.876	1.228.329
Acima de 365	–.–	–.–	706.638	518.927	363.632	382.701	409.708	341.528	1.097.311	3.820.445	5.100.441
Parcelas Vencidas	–.–	–.–	**188.993**	**226.040**	**276.288**	**379.242**	**642.168**	**760.646**	**2.863.127**	**5.336.504**	**5.367.600**
01 a 60	–.–	–.–	188.993	211.674	139.022	193.082	245.954	178.698	454.845	1.612.268	1.445.000
61 a 90	–.–	–.–	–.–	10.354	122.680	44.960	207.047	111.394	180.016	676.451	1.105.133
91 a 180	–.–	–.–	–.–	4.012	14.586	136.760	174.759	450.776	785.539	1.566.432	1.316.942
181 a 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	4.440	14.408	19.778	1.394.864	1.433.490	1.430.350
Acima de 365	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	47.863	47.863	70.175
Subtotal (a)	–.–	–.–	**1.206.990**	**1.166.328**	**1.014.619**	**1.146.507**	**1.561.357**	**1.500.466**	**5.069.215**	**12.665.482**	**13.244.658**
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	**155.394.830**	**46.071.196**	**17.886.792**	**20.517.306**	**8.489.295**	**2.474.716**	**1.006.193**	**4.476.220**	**1.646.628**	**257.963.176**	**231.191.583**
01 a 60	24.959.843	11.076.022	5.657.902	4.827.344	734.741	222.438	160.944	344.739	207.385	48.191.358	38.323.712
61 a 90	8.093.903	2.209.041	981.696	870.891	146.650	95.470	40.640	83.368	43.866	12.565.525	9.323.059
91 a 180	20.537.778	5.997.228	2.113.794	2.075.777	463.174	283.367	95.360	475.857	306.639	32.348.974	26.156.928
181 a 365	20.896.053	8.214.051	3.260.969	3.559.684	654.344	455.490	146.866	1.231.560	226.562	38.645.579	32.388.454
Acima de 365	80.907.253	18.574.854	5.872.431	9.183.610	6.490.386	1.417.951	562.383	2.340.696	862.176	126.211.740	124.999.430
Parcelas Vencidas até 14 dias	**255.252**	**151.758**	**45.789**	**49.736**	**62.135**	**68.974**	**35.895**	**25.805**	**55.683**	**751.027**	**951.250**
Subtotal (b)	**155.650.082**	**46.222.954**	**17.932.581**	**20.567.042**	**8.551.430**	**2.543.690**	**1.042.088**	**4.502.025**	**1.702.311**	**258.714.203**	**232.142.833**
Total da Carteira (a+b)	**155.650.082**	**46.222.954**	**19.139.571**	**21.733.370**	**9.566.049**	**3.690.197**	**2.603.445**	**6.002.491**	**6.771.526**	**271.379.685**	**245.387.491**
Provisão Existente	–.–	**(457.607)**	**(572.274)**	**(2.171.164)**	**(2.868.858)**	**(1.844.729)**	**(2.082.589)**	**(6.001.891)**	**(6.771.526)**	**(22.770.638)**	**(20.510.557)**
Minima	–.–	(231.115)	(191.396)	(652.001)	(956.605)	(1.107.059)	(1.301.722)	(4.201.744)	(6.771.526)	(15.413.168)	(15.371.448)
Complementar (2)	–.–	(226.492)	(380.878)	(1.519.163)	(1.912.253)	(737.670)	(780.867)	(1.800.147)	–.–	(7.357.470)	(5.139.109)
Total da Carteira em 31/12/2018	**139.021.907**	**49.449.318**	**20.484.704**	**10.883.107**	**5.909.725**	**3.699.852**	**3.719.027**	**3.958.104**	**8.261.747**	**245.387.491**	
Provisão Existente	–.–	**(366.555)**	**(612.494)**	**(1.087.223)**	**(1.772.327)**	**(1.849.556)**	**(2.602.947)**	**(3.957.708)**	**(8.261.747)**	**(20.510.557)**	
Minima	–.–	(247.246)	(204.847)	(326.493)	(590.973)	(1.109.956)	(1.859.513)	(2.770.673)	(8.261.747)	(15.371.448)	
Complementar (2)	–.–	(119.309)	(407.647)	(760.730)	(1.181.354)	(739.600)	(743.434)	(1.187.035)	–.–	(5.139.109)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência, (2) Relacionada a perdas esperadas e potenciais.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 12:36:28.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34665453] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

c) Composição por Setores de Atividade

	31/12/2019	31/12/2018
Setor Público	**952.461**	**1.163.978**
Setor Privado	**270.427.224**	**244.223.513**
Pessoa Jurídica	161.611.600	149.039.082
Pessoa Física	108.815.624	95.184.431
Total	**271.379.685**	**245.387.491**

d) Composição do Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Arrendamento Financeiro	**72**	**91**
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	20.210	7.008
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(20.138)	(6.917)
Outros Valores e Bens - Bens Reintegrados	**77**	**77**
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	**517**	**3.225**
Bens Arrendados - Veículos	470	3.036
Depreciação Acumulada	47	189
(Depreciação Acumulada)	(470)	(3.036)
Superveniência de Depreciação	518	3.226
(Credores por Antecipação do Valor Residual)	**(609)**	**(3.047)**
Total	**57**	**346**

e) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	**(20.510.557)**	**(23.288.386)**
Constituição Líquida do Período	**(11.529.770)**	**(6.157.300)**
Minima	(9.070.016)	(8.637.211)
Complementar (1)	(2.459.754)	2.479.911
Write-Off	9.269.689	8.935.129
Saldo Final	**(22.770.638)**	**(20.510.557)**
Minima (2)	(15.413.168)	(15.371.448)
Complementar	(7.357.470)	(5.139.109)

(1) Aprimoramento dos modelos de provisão para perda esperada.
(2) Contempla R$ (241.393) referente a alteração nos modelos, sendo o impacto compensado pela Provisão Complementar.

Em 31/12/2019, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 8,39% (8,36% em 31/12/2018).

f) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - No período foram recuperados créditos baixados (*write-off*) contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R$ 2.536.981 (R$ 2.579.067 de 01/01 a 31/12/2018), que se encontram registrados em Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

II - Em 31/12/2019 o saldo de créditos renegociados totalizava R$ 13.123.680 (R$ 13.575.599 em 31/12/2018), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R$ (6.500.202) (R$ (6.825.482) em 31/12/2018).

g) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados no Balanço Patrimonial e estão representados da seguinte forma:

Natureza da Operação	31/12/2019				31/12/2018			
	Ativo		Passivo (1)		Ativo		Passivo (1)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil (Nota 9d)	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil (Nota 9d)	Valor Justo
Crédito Imobiliário	1.239.196	1.277.132	1.238.968	1.276.904	1.856.544	1.835.642	1.855.772	1.834.870
Capital de Giro	1.211.389	1.212.648	1.206.871	1.208.130	2.139.753	2.139.753	2.128.077	2.128.077
Outros (2)	–.–	–.–	765	765	–.–	–.–	2.723	2.723
Total	**2.450.585**	**2.489.780**	**2.446.604**	**2.485.799**	**3.996.297**	**3.975.395**	**3.986.572**	**3.965.670**

(1) Rubrica Outras Obrigações Diversas.
(2) Cessão de Operações que já estavam baixadas a prejuízo.

As operações de transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios, geraram impacto no resultado de R$ 297.439 no período de 01/01 a 31/12/2019 (R$ 203.821 de 01/01 a 31/12/2018), líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

h) Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	31/12/2019		31/12/2018	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativas de Natureza Fiscal	29.460.148	(236.017)	33.972.524	(453.250)
Fianças Bancárias Diversas	18.600.879	(429.714)	16.068.406	(499.806)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	7.133.482	(8.412)	3.254.451	(44.039)
Vinculadas a Distribuição de TVM por Oferta Pública	–.–	–.–	40.000	(53)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestações de Serviços ou Execução de Obras	2.782.696	(8.258)	1.702.869	(8.734)
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	453.360	(4.647)	697.176	(26.955)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	555.526	(913)	480.497	(6.111)
Total	**58.986.091**	**(687.961)**	**56.215.923**	**(1.038.948)**

NOTA 7 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2019					31/12/2018
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	**199.110.592**	**36.716.675**	**12.537.517**	**235.733.689**	**484.098.473**	**479.283.009**
Captações no Mercado Aberto	**249.916.083**	**7.308.937**	**1.464.768**	**41.092.844**	**299.782.632**	**381.330.347**
Carteira Própria	69.848.008	1.471.416	1.374.158	3.568.427	76.262.009	90.791.660
Carteira de Terceiros	166.855.337	3.682	–.–	–.–	166.859.019	215.139.864
Carteira de Livre Movimentação	13.212.738	5.833.839	90.610	37.524.417	56.661.604	75.398.823
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**3.901.251**	**29.687.643**	**12.776.140**	**64.191.808**	**110.556.842**	**78.517.546**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares (Nota 7b)	3.687.184	27.012.014	10.867.340	57.026.119	98.592.657	66.713.777
Obrigações por TVM no Exterior	198.284	2.512.523	1.512.437	6.630.912	10.854.156	9.005.464
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	15.783	163.106	396.363	534.777	1.110.029	2.798.305
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	**3.265.803**	**22.201.665**	**24.349.434**	**9.959.347**	**59.776.249**	**51.727.009**
Dívidas Subordinadas - Letras Financeiras	**2.250**	**48.715**	–.–	**5.038.472**	**5.089.437**	**4.902.470**
Total	**456.195.979**	**95.963.635**	**51.127.859**	**356.016.160**	**959.303.633**	**995.760.381**
% por prazo de vencimento	47,6	10,0	5,3	37,1	100,0	
Total - 31/12/2018	**483.404.430**	**60.942.933**	**56.784.944**	**394.628.073**	**995.760.380**	
% por prazo de vencimento	48,6	6,1	5,7	39,6	100,0	

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação.

b) Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de Emissão de LIG", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Menu/Relatórios/Letra Imobiliária Garantida (LIG).

I - Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 0,43% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Maiores detalhes estão disponíveis do Demonstrativo da Carteira de Ativos - DCA, na seção Menu/Relatórios/Letra Imobiliária Garantida (LIG).

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Imobiliários	5.001.445	1.204.299
Títulos Públicos - Brasil	287.456	229.471
Total da Carteira de Ativos	**5.288.901**	**1.433.770**
Total da Carteira de Ativos Ajustada	**5.275.198**	**1.433.770**
Obrigação por Emissão de LIGs	**4.320.349**	**1.226.896**
Remuneração do Agente Fiduciário	**387**	**128**

II - Requisitos da Carteira de Ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Composição	**94,8%**	**84,0%**
Suficiência		
Valor Nominal	122,1%	116,8%
Valor Presenta sob Estresse	124,7%	114,4%
Prazo Médio Ponderado		
Da Carteira de Ativos	118,5 meses	37,4 meses
Das LIGs em Circulação	32,4 meses	36 meses
Liquidez		
Ativos Líquidos	287.456	229.471

NOTA 8 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, AÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O ITAÚ UNIBANCO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

I - Ações Cíveis

As provisões para contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em Dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO já aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores podem aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses, a contar de 22/05/2018, com o consequente encerramento das ações judiciais.

II - Ações Trabalhistas

As provisões para contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões para contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

III - Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	01/01 a 31/12/2019				01/01 a 31/12/2018
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total
Saldo Inicial	**3.544.249**	**6.107.713**	**505.880**	**10.157.842**	**10.923.354**
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3m)	(223.591)	(837.444)	–.–	(1.061.035)	(1.108.774)
Subtotal	**3.320.658**	**5.270.269**	**505.880**	**9.096.807**	**9.814.580**
Atualização/Encargos	84.540	931.543	–.–	1.016.083	549.105
Movimentação do Período Refletida no Resultado	225.996	3.081.556	411.810	3.719.362	2.187.633
Constituição	534.037	3.212.534	413.265	4.159.836	2.614.422
Reversão	(308.041)	(130.978)	(1.455)	(440.474)	(426.789)
Pagamento	(1.058.576)	(2.193.615)	–.–	(3.252.191)	(3.454.511)
Subtotal	**2.572.618**	**7.089.753**	**917.690**	**10.580.061**	**9.096.807**
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3m)	214.261	855.893	–.–	1.070.154	1.061.035
Saldo Final	**2.786.879**	**7.945.646**	**917.690**	**11.650.215**	**10.157.842**
Saldo Final em 31/12/2018	**3.544.249**	**6.107.713**	**505.880**	**10.157.842**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2019	**1.120.415**	**2.062.099**	–.–	**3.182.514**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2018	**1.142.021**	**1.959.313**	–.–	**3.101.334**	

IV - Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável. Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2019			31/12/2018
	Obrigação Legal (Nota 10c)	Ações Fiscais	Total	Total
Saldo Inicial	**2.617.968**	**1.363.874**	**3.981.842**	**3.901.191**
Atualização/Encargos	83.511	448.320	531.831	237.496
Movimentação do Período Refletida no Resultado	161.883	624.886	786.769	30.216
Constituição	161.883	710.116	871.999	270.084
Reversão	–.–	(85.230)	(85.230)	(239.868)
Pagamento	(5.913)	(49.219)	(55.132)	(187.061)
Saldo Final	**2.857.449**	**2.387.861**	**5.245.310**	**3.981.842**
Saldo Final em 31/12/2018	**2.617.968**	**1.363.874**	**3.981.842**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2019	**2.764.473**	**342.796**	**3.107.269**	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2018	**2.344.278**	**663.747**	**3.008.025**	

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 12:30:50.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34665364] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Tributárias e Obrigações Legais são descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R$ 1.715.731: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R$ 625.740;

• CSLL - Isonomia - R$ 748.734: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R$ 750.602.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

I - Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis, cujo risco total estimado é de R$ 3.413.782 (R$ 3.309.504 em 31/12/2018), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Ações Trabalhistas, cujo risco total estimado é de R$ 212.744 (R$ 150.091 em 31/12/2018), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

II - Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R$ 12.526.845, sendo as principais discussões descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R$ 4.048.708: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações;

• IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R$ 2.402.578: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos;

• ISS - Atividades Bancárias - R$ 1.153.195: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Despesas de Captação - R$ 933.617: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo;

• IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R$ 774.391: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R$ 722.132: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

d) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de provisões totaliza R$ 783.020 (R$ 785.224 em 31/12/2018) (Nota 9a), e decorre basicamente da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.

e) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO e são compostas basicamente por Títulos e Valores Mobiliários no montante de R$ 246.054 (R$ 544.810 em 31/12/2018) e está depositado o montante de R$ 3.511.345 (R$ 2.727.598 em 31/12/2018).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

NOTA 9 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Carteira de Câmbio (Nota 9b)	84.838.815	73.679.280
Rendas a Receber	2.208.180	2.474.394
Negociação e Intermediação de Valores	14.370.704	10.653.485
Créditos Tributários (Nota 10b)	32.020.703	27.759.915
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais (Notas 8b e 8e)	9.801.128	8.836.957
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Notas 3f e 6e)	(1.098.912)	(841.934)
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 6a)	2.068.916	1.762.540
Ativos de Planos de Benefícios Pós-emprego (Nota 14e)	711.765	724.620
Impostos e Contribuições a Compensar	4.844.933	3.944.759
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões (Nota 8d)	783.020	785.224
Contribuição Social a Compensar (Nota 10b I)	62.431	557.793
Diversos no País e no Exterior	1.286.270	427.162
Operações sem Características de Concessão de Crédito, Líquidas de Provisão	2.069.921	2.003.058
Outros	851.386	1.079.148
Total	**154.819.260**	**133.846.401**

b) Carteira de Câmbio

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - Outros Créditos	**84.838.815**	**73.679.280**
Câmbio Comprado a Liquidar - ME	38.200.503	33.471.538
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN	46.801.324	40.388.908
(Adiantamentos Recebidos) - MN	(256.127)	(275.806)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	93.115	94.640
Passivo - Outras Obrigações	**81.351.558**	**70.269.113**
Câmbio Vendido a Liquidar - ME	47.391.712	40.487.050
Obrigações por Compras de Câmbio - MN	38.391.298	33.552.981
(-) Adiantamento sobre Contratos de Câmbio	(4.436.812)	(3.776.497)
Outras	5.360	5.579
Contas de Compensação	**982.022**	**269.397**
Créditos Abertos para Importação - ME	974.758	249.237
Créditos de Exportação Confirmados - ME	7.264	20.160

c) Despesas Antecipadas

	31/12/2019	31/12/2018
Propaganda e Publicidade	459.711	581.752
Comissões Vinculadas a Manutenção de *Softwares*	492.148	365.739
Comissões de Linha de Crédito	179.048	163.212
Imposto Municipal	10.847	5.350
Seguro Garantia Judicial	56.948	63.024
Outras	241.573	198.783
Total	**1.440.275**	**1.377.860**

d) Outras Obrigações

	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	193.786	282.778
Carteira de Câmbio (Nota 9b)	81.351.558	70.269.113
Sociais e Estatutárias	6.443.496	4.625.500
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10c)	9.562.331	7.994.364
Negociação e Intermediação de Valores	5.670.965	3.917.846
Credores por Antecipação de Valor Residual (Notas 3e e 6d)	609	3.047
Dívidas Subordinadas (Notas 3b e 7a)	5.089.437	4.902.470
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Ações Fiscais (Nota 8b)	14.038.076	11.521.716
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 6g)	2.446.604	3.986.572
Diversos no País e Diversos no Exterior	1.477.144	1.669.208
Recursos a Liberar	1.451.180	1.255.251
Provisões para Pagamentos Diversos	688.039	613.211
Provisão de Pessoal	1.550.837	1.672.992
Passivos de Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 14e)	1.485.706	381.231
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.108.661	1.149.291
Provisão para Garantias Prestadas	688.036	1.040.439
Outras	271.028	635.904
Total	**133.517.493**	**115.920.933**

e) Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Serviços de Recebimentos	1.815.083	1.789.709
Cobrança	1.531.597	1.523.496
Arrecadações	283.486	266.213
Cartões de Crédito e Débito	1.824.851	1.158.909
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	1.613.784	1.696.861
Operações de Crédito	301.030	269.991
Garantias Financeiras Prestadas	1.312.754	1.426.870
Conta Corrente	509.035	486.595
Administração de Recursos - Fundos	5.404.774	4.604.632
Outros	1.188.694	1.196.198
Total	**12.356.221**	**10.932.904**

f) Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Pacotes de Serviços	6.482.902	6.438.703
Operações de Crédito/Cadastro	794.534	709.866
Conta de Depósitos	128.932	125.073
Transferência de Recursos	366.485	302.831
Rendas de Corretagem de Títulos	17.521	7.826
Total	**7.790.374**	**7.584.299**

g) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	(6.102.556)	(5.441.161)
Benefícios Sociais	(4.050.333)	(3.302.143)
Encargos	(2.487.972)	(2.449.515)
Treinamento	(147.923)	(219.638)
Plano de Pagamento Baseado em Ações (Nota 14)	(884.912)	(874.785)
Processos Trabalhistas e Desligamento de Funcionários (Nota 8b) (*)	(3.083.212)	(1.878.453)
Total	**(16.756.908)**	**(14.165.695)**

(*) Contempla provisão para garantir o pagamento de processos de empresas terceiras R$ (1.656) (R$ (3.285) de 01/01 a 31/12/2018).

h) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2.569.257)	(2.563.163)
Instalações	(2.745.081)	(2.769.519)
Serviços de Terceiros	(2.223.514)	(2.311.843)
Depreciação e Amortização	(1.914.750)	(1.928.732)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(692.980)	(782.527)
Segurança	(668.302)	(671.562)
Serviços do Sistema Financeiro	(447.732)	(468.830)
Transportes	(287.865)	(275.740)
Outras	(833.774)	(793.078)
Total	**(12.383.255)**	**(12.564.994)**

i) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões para Ações Cíveis e Fiscais e Previdenciárias	(1.486.230)	(211.528)
Comercialização - Cartões de Crédito	(580.122)	(548.474)
Operações de Vendor	(141.527)	(188.565)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(337.773)	(296.058)
Maxiconta - Bônus Celular	(174.615)	(201.425)
Sinistros	(159.858)	(159.007)
Tarifas a Pagar ao INSS	(331.730)	(282.749)
Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	(17.644)	(167.363)
Amortização de Ágios	(228.218)	(370.063)
Ressarcimento a Clientes	(218.732)	(193.506)
Outras	(578.877)	(1.136.148)
Total	**(4.255.326)**	**(3.754.886)**

NOTA 10 - TRIBUTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social	15,00%	ISS	até 5,00%

Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019: divulgada em 12 de novembro de 2019, dispõe sobre a previdência social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos previstos no inciso I do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que passará a ser de 20%, a partir de 1º de março de 2020.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as Operações do Período e sobre as Diferenças Temporárias decorrentes de adições e exclusões:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**20.499.943**	**17.199.063**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(8.199.977)	(7.739.578)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Controladas	3.081.017	3.115.663
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	485.202	1.546.677
Juros sobre o Capital Próprio	1.992.400	1.682.473
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	463.927	407.837
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis (*)	2.371.168	(134.890)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**193.737**	**(1.121.818)**

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - As Despesas Tributárias estão representadas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no Exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira *(hedge)*.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

Ativo	31/12/2018	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2019
Refletido no Resultado	**26.203.615**	**(8.508.044)**	**12.586.179**	**30.281.750**
Créditos de Liquidação Duvidosa	13.313.132	(2.083.444)	5.534.145	16.763.833
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	3.394.729	(2.194.095)	77.559	1.278.193
Provisões	3.807.891	(1.332.512)	2.884.631	5.360.010
Ações Cíveis	1.282.946	(427.060)	244.637	1.100.523
Ações Trabalhistas	1.849.029	(823.169)	2.024.332	3.050.192
Fiscais e Previdenciárias	673.912	(81.701)	614.609	1.206.820
Outros	2.004	(582)	1.053	2.475
Provisão para Participação nos Lucros	1.623.039	(1.623.039)	1.859.406	1.859.406
Obrigações Legais	335.516	(4.463)	72.132	403.185
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	38.973	(38.973)	57.517	57.517
Provisão Conta Gráfica	25.097	(240)	5.039	29.896
Provisão para Fundos de Compensações de Variações Salariais	559.301	(50.416)	240.334	749.219
Ajuste a Mercado de Titulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.638	(2.638)	65.446	65.446
Provisão para Imóveis	170.295	(142.006)	156.651	184.940
Ágio na Aquisição de Investimento	185.588	(23.028)	59.137	221.697
Outras Provisões Indedutíveis	2.747.416	(1.013.190)	1.574.182	3.308.408
Refletido no Patrimônio Líquido	**1.556.300**	**(247.344)**	**429.997**	**1.738.953**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	164.152	(143.538)	2.565	23.179
Hedge de Fluxo de Caixa	1.288.952	(103.806)	130.120	1.315.266
Benefício Pós-emprego	103.196	–.–	297.312	400.508
Total (Nota 10bIII) (1) (2)	**27.759.915**	**(8.755.388)**	**13.016.176**	**32.020.703**
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001	**557.793**	**(495.362)**	–.–	**62.431**

(1) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade. O ITAÚ UNIBANCO enviou requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do artigo 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

(2) O saldo dos créditos tributários contempla sua reavaliação anual e os efeitos ocasionados pela EC 103/2019 na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foi majorada de 15% para 20%, alcançando as instituições previstas no inciso I do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, totalizando R$ 2.093.955.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

Passivo	31/12/2018	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2019
Refletido no Resultado	**4.153.880**	**(3.079.390)**	**2.730.453**	**3.804.943**
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	854.400	(20.409)	120.097	954.088
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	3.790	(3.674)	–.–	116
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.007.274	(2.007.274)	1.103.159	1.103.159
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.020.024	(1.020.024)	1.460.419	1.460.419
Benefício Pós-emprego	240.552	(27.812)	25.976	238.716
Outros	27.840	(197)	20.802	48.445
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	**98.794**	**(90.023)**	**977**	**9.748**
Total (Nota 10c)	**4.252.674**	**(3.169.413)**	**2.731.430**	**3.814.691**
Total Líquido (Ativo - Passivo)	**23.507.241**	**(5.585.975)**	**10.284.746**	**28.206.012**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 12:31:22.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34665372] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, são:

	Créditos Tributários							
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	Contribuição Social a Compensar	%
2020	8.144.177	26%	852.352	66%	8.996.529	28%	27.945	45%
2021	6.416.570	21%	36.229	3%	6.452.799	20%	29.245	47%
2022	6.095.367	20%	10.245	1%	6.105.612	19%	5.241	8%
2023	4.478.502	14%	9.893	1%	4.488.395	14%	–.–	0%
2024	1.716.675	6%	182.776	14%	1.899.451	6%	–.–	0%
acima de 2024	3.891.219	13%	186.698	15%	4.077.917	13%	–.–	0%
Total	**30.742.510**	**100%**	**1.278.193**	**100%**	**32.020.703**	**100%**	**62.431**	**100%**
Valor Presente (*)	28.763.648		1.203.107		29.966.755		60.382	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social foram registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2019, os créditos tributários não contabilizados correspondem a R$ 605.351 e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo (não existem créditos tributários não contabilizados em 31/12/2018).

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	1.470.867	36.439
Impostos e Contribuições a Recolher	1.419.324	1.087.283
Provisão para Imposto e Contribuições Diferidos (Nota 10b II)	3.814.691	4.252.674
Obrigações Legais (Nota 8b IV)	2.857.449	2.617.968
Total	**9.562.331**	**7.994.364**

NOTA 11 - PERMANENTE

Resultado de Participação em Coligadas e Controladas

								Movimentação de 01/01 a 31/12/2019				
Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	% de Participação Votante	% de Participação Total	Quantidade de Ações Ordinárias/ Cotas	Quantidade de Ações Preferenciais	Investimento em 31/12/2018	Dividendos/ pagos Provisionados (1)	Outros Eventos (2)	Resultado de Participações (3)	Investimento em 31/12/2019	Resultado de Participação de 01/01a 31/12/2018
No País	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**80.171.490**	**(1.406.996)**	**832.581**	**7.795.140**	**87.392.215**	**7.876.303**
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	20.568.426	30.364.833	2.801.841	99,99	99,99	5.233.696.270	–.–	20.506.741	–.–	7.054.108	2.801.080	30.361.929	3.674.557
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	9.500.844	13.435.415	547.651	99,99	99,99	7.482.229.717	–.–	12.892.890	(5.126)	–.–	547.651	13.435.415	563.931
Banco Itauleasing S.A.	8.415.392	12.274.726	692.325	98,30	98,25	61.490.010	46.816.349	11.386.103	(6.462)	(121)	680.198	12.059.718	213.995
Itauseg Participações S.A.	6.358.837	14.506.563	1.694.871	62,38	62,38	3.739.050.940	–.–	7.226.962	(10.478)	781.201	1.050.995	9.048.680	782.413
Outras Participações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–		28.158.794	(1.384.930)	(7.002.607)	2.715.216	22.486.473	2.641.407
No Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	**15.952.672**	**(390.960)**	**(274.360)**	**1.379.460**	**16.666.812**	**4.339.279**
ITB Holding Ltd.	22.429.827	24.552.714	369.973	58,87	58,87	2.914.412.867	–.–	13.843.774	–.–	97.036	512.617	14.453.427	3.670.171
Banco Itaú Paraguay S.A.	469.275	1.476.179	488.400	99,99	99,99	749.976.600	–.–	1.463.027	(337.205)	(138.074)	488.385	1.476.133	437.657
Banco Itaú Argentina S.A.	59.792	700.916	405.167	99,98	99,00	721.697.119	14.565.089	615.621	(53.755)	(244.829)	376.840	693.877	222.840
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	2.701	–.–	(1.556)	(1.145)	–.–	2.298
Outras Participações	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	27.549	–.–	13.063	2.763	43.375	6.313
Total Geral	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**96.124.162**	**(1.797.956)**	**558.221**	**9.174.600**	**104.059.027**	**12.215.582**

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber;
(2) Contempla eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.
(3) Contempla, em Resultado de Participações valores correspondentes à resultados não realizado.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - Está representado por 5.773.486.066 ações nominativas sem valor nominal, sendo 2.932.936.995 ações ordinárias e 2.840.549.071 ações preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: (I) - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e (II) - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	**18.679.998**	**(402.000)**	**18.277.998**	**5.427.620**	**(814.143)**	**4.613.477**
Juros Sobre o Capital Próprio	2.050.000	(307.500)	1.742.500	3.949.700	(592.455)	3.357.245
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior)	630.000	(94.500)	535.500	1.477.920	(221.688)	1.256.232
Dividendos Extraordinários	6.412.236	–.–	6.412.236	–.–	–.–	–.–
Dividendos	9.587.762	–.–	9.587.762	–.–	–.–	–.–
Provisionados (*)	**2.454.174**	**(448.500)**	**2.005.674**	**1.165.826**	**(94.500)**	**1.071.326**
Juros Sobre o Capital Próprio	2.990.000	(448.500)	2.541.500	630.000	(94.500)	535.500
Reversão de Dividendos	(535.826)	–.–	(535.826)	535.826	–.–	535.826

(*) Registrados em Outras Obrigações.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2019	31/12/2018
Disponível para Venda	776.852	16.603
Hedge de Fluxo de Caixa	(1.435.999)	(1.579.503)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	(1.342.470)	(1.003.847)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	620.947	815.073
Total	**(1.380.670)**	**(1.751.674)**

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ITAÚ UNIBANCO (INDIVIDUAL)	**20.424.670**	**15.891.900**	**87.494.218**	**87.199.925**
Amortização de Ágios	(181)	(388)	(286)	794
Hedge de Fluxo de Caixa - Efeito líquido	1.713	(4.866)	–.–	–.–
ITAÚ UNIBANCO	**20.426.202**	**15.886.646**	**87.493.932**	**87.200.719**

NOTA 13 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa Investimentos Itaú S.A.;
- Controladas - as participações diretas do ITAÚ UNIBANCO, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
- Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.;
- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa Investimentos Itaú S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	Taxa Anual	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		**92.814.199**	**98.758.071**	**5.920.589**	**6.483.579**
Controladoras		–.–	13.366.777	109.519	406.718
Controladas	7,35% a 17,81%/ 100% SELIC	91.814.031	85.379.094	5.752.992	6.076.861
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	4,40%	1.000.168	–.–	58.078	–.–
Fundos de Investimentos		–.–	12.200	–.–	–.–
Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		**10.356.454**	**10.346.783**	**4.268.117**	**(1.364.864)**
Controladas		114.375	71.412	(97.136)	55.714
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		–.–	–.–	–.–	(138.321)
Fundos de Investimentos		10.242.079	10.275.371	4.365.253	(1.282.257)
Títulos e Valores Mobiliários		**22.877.392**	**42.120.189**	**2.213.590**	**5.626.137**
Controladoras	5,5% a 6,2%	34.541	11.825	–.–	-
Controladas	100% DI	7.295.536	26.868.537	836.704	3.134.003
Fundos de Investimentos		15.547.315	15.239.827	1.376.886	2.492.134
Operações de Crédito		**83.111**	**144.116**	**43.387**	**223.499**
Controladas		–.–	–.–	37.715	36.469
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	113% DI	52.668	94.921	4.657	184.257
Outras	2,35% a 6%/2% + DI	30.443	49.195	1.015	2.773
Carteira de Câmbio (Posição Ativa e Passiva)		**(32.125)**	**(12.254)**	**(18.868)**	**(9.697)**
Controladas		(32.125)	(12.254)	(18.868)	(9.697)
Captações no Mercado Aberto		**(33.611.076)**	**(43.991.914)**	**(1.988.172)**	**(3.105.781)**
Controladoras	4,40%	(6.723.949)	(261.322)	(231.186)	(20.037)
Controladas	4,40%/100% SELIC	(11.056.759)	(20.033.583)	(796.865)	(2.132.354)
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	4,40%/100% SELIC/96% DI	(324.953)	(4.844)	(12.003)	(481)
Fundos de Investimentos		(15.457.128)	(23.671.967)	(945.486)	(951.618)
Outras	50,01% a 100% DI	(48.287)	(20.198)	(2.632)	(1.291)
Depósitos		**(95.878.288)**	**(127.719.231)**	**(5.332.420)**	**(8.087.264)**
Controladoras	2,66% a 6,50%	(44.353.655)	(64.979.576)	(2.966.642)	(4.578.341)
Controladas	2,41% a 10%/ 100% SELIC/ 100% DI	(51.524.633)	(62.670.008)	(2.242.638)	(3.470.109)
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		–.–	(69.647)	(1.116)	(9.886)
Fundos de Investimentos		–.–	–.–	(122.024)	(28.928)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)		**17.160.002**	**14.818.388**	–.–	–.–
Controladas		17.160.002	14.818.388	–.–	–.–
Valores a Receber (Pagar)/ Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		**(125.436)**	**(144.213)**	**636.888**	**573.292**
Controladoras		(3)	–.–	14.240	65.014
Controladas		(108.046)	(50.765)	603.154	480.787
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		(7.531)	(3.756)	(31.012)	(24.435)
Outras		(9.856)	(89.692)	50.506	51.926
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa e Passiva)		**(318.436)**	**37.165**	–.–	–.–
Controladas		169.096	45.987	–.–	–.–
Fundos de Investimentos		(487.532)	(8.822)	–.–	–.–
Aluguéis		–.–	–.–	**(282.491)**	**(305.540)**
Controladoras		–.–	–.–	(1.359)	(2.520)
Controladas		–.–	–.–	(243.080)	(259.572)
Outras		–.–	–.–	(38.052)	(43.448)
Patrocínios		**(28.642)**	–.–	**(14.062)**	**(31.050)**
Outras		(28.642)	–.–	(14.062)	(31.050)
Doações		–.–	–.–	–.–	**(920)**
Outras		–.–	–.–	–.–	(920)
CRCC		–.–	–.–	**5.516.745**	**5.649.821**
Controladoras		–.–	–.–	8.136	8.234
Controladas		–.–	–.–	5.495.918	5.641.484
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		–.–	–.–	157	103
Outras		–.–	–.–	12.533	–.–

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores do Itaú Unibanco no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Honorários	(421.842)	(511.670)
Participações no Lucro	(267.478)	(190.599)
Benefício Pós-emprego	(4.157)	(6.792)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(366.333)	(533.128)
TOTAL	**(1.059.810)**	**(1.242.189)**

NOTA 14 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O ITAÚ UNIBANCO, por meio de suas subsidiárias, patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores. Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados a novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- Planos de Benefício Definido (BD): são planos cujos benefícios programados tem seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo seu custeio determinado atuarialmente;
- Planos de Contribuição Definida (CD): são aqueles cujos benefícios programados tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e
- Planos de Contribuição Variável (CV): nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no investimento acumulado pelo participante na data da elegibilidade.

SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 12:29:17.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34665326] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar - FIU	Plano de Aposentadoria Complementar Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia Plano de Benefício Franprev Plano de Benefício 002 Plano de Benefícios Prebeg Plano de Benefícios Definidos UBB PREV Plano de Benefícios II Plano Básico Itaulam Plano de Aposentadoria Principal Itaú Unibanco Plano Itaú BD Plano de Aposentadoria REDECARD Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD	Benefício Definido
	Plano Itaubanco CD Plano de Aposentadoria Itaubank Plano de Previdência REDECARD	Contribuição Definida
	Plano de Previdência Unibanco - Futuro Inteligente Plano Suplementar Itaulam Plano de Aposentadoria Suplementar Itaú Unibanco Plano Itaú CD Plano de Aposentadoria Suplementar REDECARD Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar	Contribuição Variável
FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios I	Benefício Definido
	Plano de Benefícios II	Contribuição Variável

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefício pós-emprego.

As principais premissas demográficas compreendem: tábua de mortalidade e a rotatividade dos participantes ativos e as principais premissas financeiras compreendem: taxa de desconto, crescimentos salariais futuros, crescimento de benefícios dos planos e inflação.

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de Desconto (1)	7,64% a.a	9,72% a.a
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Experiência Itaú 2008/2010 (3)	Experiência Itaú 2008/2010 (3)
Crescimentos Salariais Futuros	4,00% a 7,12% a.a.	4,00% a 7,12% a.a.
Crescimentos de Benefícios dos Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utillizados.

(2) Correspondem aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(3) Atualizada à nova expectativa de comportamento da massa.

Os planos de aposentadoria patrocinados por subsidiárias no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú CorpBanca Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- Risco Financeiro: o passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto, que difere das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- Risco de Inflação: grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- Risco Biométrico: planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial. Verificando-se déficit no período de concessão, acima dos limites de equacionamento definidos na legislação vigente, é estipulado um contrato de dívida com a patrocinadora com garantias financeiras.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

	Valor Justo		% de Alocação	
Categorias	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Títulos de Renda Fixa	**20.419.996**	**17.848.296**	**90,88%**	**96,04%**
Cotado em Mercado Ativo	20.114.394	17.558.172	89,52%	94,48%
Não Cotado em Mercado Ativo	305.602	290.124	1,36%	1,56%
Títulos de Renda Variável	**1.383.972**	**17.288**	**6,16%**	**0,09%**
Cotado em Mercado Ativo	1.383.972	10.730	6,16%	0,06%
Não Cotado em Mercado Ativo	–.–	6.558	0,00%	0,03%
Investimentos Estruturados	**65.247**	**59.140**	**0,29%**	**0,32%**
Cotado em Mercado Ativo	–.–	615	0,00%	0,01%
Não Cotado em Mercado Ativo	65.247	58.525	0,29%	0,31%
Imóveis	**526.803**	**577.908**	**2,34%**	**3,11%**
Empréstimos a Participantes	**73.462**	**82.159**	**0,33%**	**0,44%**
Total	**22.469.480**	**18.584.791**	**100,00%**	**100,00%**

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R$ 10.678 (R$ 10.689 em 31/12/2018), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R$ 445.299 (R$ 486.797 em 31/12/2018).

d) Outros Benefícios Pós-emprego

O ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias não possuem obrigações adicionais referentes a benefícios Pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial do plano de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. Nos últimos 3 anos, o ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias utilizaram o percentual de 8,16% a.a. para a inflação médica e para o aging factor o percentual de 3% a.a..

Particularmente nos outros benefícios Pós-emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

e) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2019			
	Planos BD/CV	**Planos CD**	**Outros Benefícios Pós-emprego**	**Total**
1 - Ativos Líquidos dos Planos	22.469.480	1.470.174	–.–	23.939.654
2 - Passivos Atuariais	(19.144.240)	–.–	(967.555)	(20.111.795)
3 - Restrição do Ativo (*)	(3.752.888)	(848.912)	–.–	(4.601.800)
4 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	**(427.648)**	**621.262**	**(967.555)**	**(773.941)**
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 9a)	90.503	621.262	–.–	711.765
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 9d)	(518.151)	–.–	(967.555)	(1.485.706)

	31/12/2018			
	Planos BD/CV	**Planos CD**	**Outros Benefícios Pós-emprego**	**Total**
1 - Ativos Líquidos dos Planos	18.584.791	1.597.700	–.–	20.182.491
2 - Passivos Atuariais	(14.961.743)	–.–	(281.933)	(15.243.676)
3 - Restrição do Ativo (*)	(3.657.136)	(938.290)	–.–	(4.595.426)
4 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	**(34.088)**	**659.410**	**(281.933)**	**343.389**
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 9a)	65.210	659.410	–.–	724.620
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 9d)	(99.298)	–.–	(281.933)	(381.231)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do beneficio econômico disponível, em conformidade com a Resolução Bacen nº 4.424/15.

f) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2019								
	Planos BD e CV				**Planos CD**			**Outros Benefícios Pós-Emprego**	**Total**
	Ativo Líquido	**Passivos Atuariais**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**	**Fundo Previdencial**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**	**Passivo**	**Montante Reconhecido**
Valor Início do Período	**18.584.791**	**(14.961.743)**	**(3.657.136)**	**(34.088)**	**1.597.700**	**(938.290)**	**659.410**	**(281.933)**	**343.389**
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	**1.754.203**	**(1.459.575)**	**(354.732)**	**(60.104)**	**151.458**	**(91.202)**	**60.256**	**(459.155)**	**(459.003)**
1 - Custo Serviço Corrente	–.–	(60.011)	–.–	(60.011)	–.–	–.–	–.–	–.–	(60.011)
2 - Custo Serviço Passado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(418.495)	(418.495)
3 - Juros Líquidos (1)	1.754.203	(1.399.564)	(354.732)	(93)	151.458	(91.202)	60.256	(40.660)	19.503
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (4+5+6)	**3.212.282**	**(3.854.881)**	**258.980**	**(383.619)**	**(178.346)**	**180.580**	**2.234**	**(261.442)**	**(642.827)**
4 - Efeito na Restrição do Ativo	–.–	–.–	384.687	384.687	–.–	176.047	176.047	–.–	560.734
5 - Remensurações (2) (3)	3.212.282	(3.854.881)	(125.707)	(768.306)	(178.346)	4.533	(173.813)	(261.442)	(1.203.561)
6 - Variação Cambial	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outros (7+8+9+10)	**(1.081.796)**	**1.131.959**	**–.–**	**50.163**	**(100.638)**	**–.–**	**(100.638)**	**34.975**	**(15.500)**
7 - Recebimento por Destinação de Recursos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
8 - Benefícios Pagos	(1.131.959)	1.131.959	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	34.975	34.975
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	40.658	–.–	–.–	40.658	(100.638)	–.–	(100.638)	–.–	(59.980)
10 - Contribuições Participantes	9.505	–.–	–.–	9.505	–.–	–.–	–.–	–.–	9.505
Valor Final do Período	**22.469.480**	**(19.144.240)**	**(3.752.888)**	**(427.648)**	**1.470.174**	**(848.912)**	**621.262**	**(967.555)**	**(773.941)**

	31/12/2018								
	Planos BD e CV				**Planos CD**			**Outros Benefícios Pós-Emprego**	**Total**
	Ativo Líquido	**Passivos Atuariais**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**	**Fundo Previdencial**	**Restrição do Ativo**	**Montante Reconhecido**	**Passivo**	**Montante Reconhecido**
Valor Início do Período	**17.395.311**	**(13.993.959)**	**(3.208.633)**	**192.719**	**1.629.771**	**(911.929)**	**717.842**	**(256.723)**	**653.838**
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	**1.685.586**	**(1.402.615)**	**(320.250)**	**(37.279)**	**157.215**	**(89.691)**	**67.524**	**(24.873)**	**5.372**
1 - Custo Serviço Corrente	–.–	(59.768)	–.–	(59.768)	–.–	–.–	–.–	–.–	(59.768)
2 - Custo Serviço Passado	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
3 - Juros Líquidos (1)	1.685.586	(1.342.847)	(320.250)	22.489	157.215	(89.691)	67.524	(24.873)	65.140
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (4+5+6)	**550.356**	**(660.411)**	**(128.253)**	**(238.308)**	**(103.752)**	**63.330**	**(40.422)**	**(19.420)**	**(298.150)**
4 - Efeito na Restrição do Ativo	–.–	–.–	(128.253)	(128.253)	–.–	63.330	63.330	–.–	(64.923)
5 - Remensurações (2) (3)	550.356	(660.411)	–.–	(110.055)	(103.752)	–.–	(103.752)	(19.420)	(233.227)
6 - Variação Cambial	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Outros (7+8+9+10)	**(1.046.462)**	**1.095.242**	**–.–**	**48.780**	**(85.534)**	**–.–**	**(85.534)**	**19.083**	**(17.671)**
7 - Recebimento por Destinação de Recursos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
8 - Benefícios Pagos	(1.095.242)	1.095.242	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	19.083	19.083
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	37.649	–.–	–.–	37.649	(85.534)	–.–	(85.534)	–.–	(47.885)
10 - Contribuições Participantes	11.131	–.–	–.–	11.131	–.–	–.–	–.–	–.–	11.131
Valor Final do Período	**18.584.791**	**(14.961.743)**	**(3.657.136)**	**(34.088)**	**1.597.700**	**(938.290)**	**659.410**	**(281.933)**	**343.389**

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2019 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,72% a.a. (Em 01/01/2018 utilizou-se a taxa de desconto de 9,98% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Liquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R$ 4.966.485 (R$ 2.235.942 em 31/12/2018).

g) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas	Contribuições Efetuadas	
	2020	**01/01 a 31/12/2019**	**01/01 a 31/12/2018**
Planos de Aposentadoria - FIU	39.350	32.387	37.649
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	4.778	8.271	10.793
Total	**44.128**	**40.658**	**48.442**

h) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	***Duration* (*)**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025 a 2029**
Plano de Aposentadoria - FIU	11,95	815.498	843.581	871.290	898.828	928.926	5.072.782
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	10,69	425.160	439.379	454.471	468.687	483.481	2.582.188
Outros Beneficios Pós-emprego	9,25	25.625	25.762	25.836	25.807	25.793	126.366
Total		**1.266.283**	**1.308.722**	**1.351.597**	**1.393.322**	**1.438.200**	**7.781.336**

(*) Duration média do passivo atuarial dos planos

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 12:30:34.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34665359] - www.imprensaoficial.com.br

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2019 E 2018 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

i) Análise de Sensibilidade
Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, foram realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

	Planos BD e CV			Outros Benefícios Pós-Emprego		
Principais Premissas	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (*)	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (*)
Taxa de Juros						
Acréscimo de 0,5%.....	(965.542)	–.–	309.688	(36.487)	–.–	36.487
Decréscimo de 0,5%....	1.091.574	–.–	(410.253)	41.457	–.–	(41.457)
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%.....	(252.858)	–.–	84.038	(13.489)	–.–	13.489
Decréscimo de 5%.....	352.373	–.–	(89.758)	16.594	–.–	(16.594)
Inflação Médica						
Acréscimo de 1%.....	–.–	–.–	–.–	87.425	–.–	(87.425)
Decréscimo de 1%.....	–.–	–.–	–.–	(69.092)	–.–	69.092

(*) Efeito líquido da restrição do ativo.

NOTA 15 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Política de Seguros - O ITAÚ UNIBANCO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Gerenciamento de Riscos e Capital - A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.
Os documentos "Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado/Risco de Crédito/Risco de Liquidez e Risco Operacional" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

c) Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

d) Informações de Dependências no Exterior - O ITAÚ UNIBANCO realiza operações através de suas agências: Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau.
Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no site www.itauri.com.br, na seção Central de Resultados - Análise Gerencial da Operação.

	Lucro (Prejuízo) Líquido	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Agências no Exterior	1.659.584	934.936

e) Evento Subsequente - Em 03/02/2020 houve transferência dos ativos, passivos e patrimônio, da agência do Itaú Unibanco S.A. em Nova Iorque, para a nova agência do Itaú Unibanco S.A. em Miami.

DIRETORIA

Diretores Gerais
Caio Ibrahim David
Márcio de Andrade Schettini

Diretores Vice-Presidentes
André Sapoznik
Claudia Politanski
Milton Maluhy Filho

Diretores Executivos
Alexandre Grossmann Zancani (*)
Alexsandro Broedel Lopes
André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Eduardo Monico
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Carlos Rodrigo Formigari
Christian George Egan
Fernando Barçante Tostes Malta
Flávio Augusto Aguiar de Souza
João Marcos Pequeno de Biase
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores
Adriana Maria dos Santos
Adriano Cabral Volpini
Adriano Maciel Pedroti
Alessandro Anastasi
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Ana Lúcia Gomes de Sá Drumond Pardo
Andre Balestrin Cestare
André Henrique Caldeira Daré
Andrea Carpes Blanco
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Badi Maani Shaikhzadeh
Bruno Bianchi
Bruno Machado Ferreira
Carlos Augusto Salamonde
Carlos Eduardo Mori Peyser
Carlos Henrique Donegá Aidar
Cesar Ming Pereira da Silva
Cesar Padovan
Cintia Carbonieri Fleury de Camargo
Claudio César Sanches
Cláudio José Coutinho Arromatte
Cristiane Magalhães Teixeira Portella
Cristiano Guimarães Duarte
Eduardo Cardoso Armonia
Eduardo Corsetti
Eduardo Esteban Mato Amorin
Eduardo Estefan Ventura
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Eduardo Queiroz Tracanella
Emerson Savi Junqueira
Emilio Pedro Borsari Filho
Eric André Altafim
Estevão Carcioffi Lazanha
Fabiana Pascon Bastos
Fábio Napoli
Felipe de Souza Wey
Felipe Weil Wilberg
Fernando Della Torre Chagas
Fernando Julião de Souza Amaral
Fernando Kontopp de Oliveira
Flavio Ribeiro Iglesias
Francisco Vieira Cordeiro Neto
Gabriel Guedes Pinto Teixeira
Gabriela Rodrigues Ferreira
Gilberto Frussa
Guilhermo Luiz Bressane Gomes
Gustavo Trovisco Lopes
José de Castro Araújo Rudge Filho
José Virgilio Vita Neto
Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio
Leandro Roberto Dominiquini
Leon Gottlieb
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Livia Martines Chanes
Luís Fernando Staub
Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan
Luiz Fernando Butori Reis Santos
Luiz Severiano Ribeiro
Manoela Varanda
Marcio Luis Domingues da Silva
Marco Antonio Sudano
Mário Lúcio Gurgel Pires
Mario Magalhães Carvalho Mesquita
Matias Granata
Milena de Castilho Lefon Martins
Moisés João do Nascimento
Pedro Barros Barreto Fernandes
Renata Cristina de Oliveira (*)
Renato Cesar Mansur
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Ricardo Urquijo Lazcano
Rodnei Bernardino de Souza
Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira
Rodrigo Luís Rosa Couto
Rodrigo Rodrigues Baia
Rogerio Vasconcelos Costa
Rubens Luiz dos Santos Henriques
Sergio Mychkis Goldstein
Tatiana Grecco
Thales Ferreira Silva
Thiago Luiz Charnet Ellero
Valéria Aparecida Marretto
Vanessa Lopes Reisner
Wagner Bettini Sanches

(*) Eleitos em AGE de 29/11/2019, homologada pelo BACEN em 15/01/2020.

Contador
Arnaldo Alves dos Santos
CRC - 1SP - 210.058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo-SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 05 de março de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Sompo Seguros S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 35.300.051.521

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sompo Seguros S.A. ("Companhia") para a **Assembleia Geral Extraordinária,** a ser realizada no dia **18 de março de 2020,** às **10h00,** na sede social da Companhia, na Rua Cubatão, nº 320, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-001, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Cancelar as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social; (2) Alterar o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o cancelamento de ações mencionado no item (1) acima e o aumento de capital social homologado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de setembro de 2019; (3) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia todos os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital. São Paulo, 06 de março de 2020. **Sompo Seguros S.A.**

Francisco Caiuby Vidigal Filho
Presidente do Conselho de Administração

Companhia Brasileira de Fiação

CNPJ/MF. nº 61.162.467/0001-22 - NIRE 353.0001408-1

Convocação Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 01.04.20

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Fiação a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 01 de abril de 2020, às 10:00hs, na sede social na Rua Cesário Alvim, 498, nesta Capital, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:- 1.- Relatório da administração, balanço e contas do exercício social findo em 31.12.19; 2.- Eleição da Diretoria para o triênio 2020/2023; 3.-Fixação dos honorários da Diretoria; 4.- Outros assuntos de interesse social. Acham-se à disposição dos acionistas na sede social, no endereço supra, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo (SP.), 06 de março de 2020. (a) Guilherme Azevedo Soares Giorgi, Diretor Presidente.

Metalúrgica Mococa S.A.

CNPJ nº 52.502.495/0001-05

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Metalúrgica Mococa S.A. para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** a ser realizada cumulativamente na sede social, na Rodovia SP 340, km 274,74, Pista Sul, com acesso também pela Avenida Geraldo Marra, 345, Distrito Industrial II, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, às 14:00 horas do dia 24 de abril de 2020, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Matéria Ordinária: 1.** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; **2.** Proposta de destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; e **3.** Eleição dos membros do Conselho de Administração e seus suplentes para o mandato estatutário de 01 (um) ano e fixação da remuneração global dos administradores da companhia para o período maio/2020 a abril/2021. **Matéria Extraordinária:** 1. Discussão e votação sobre: Reversão de parte da Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos para Reserva de Lucros Acumulados e sua destinação. Mococa, 10 de março de 2020. **Marcos Ribeiro Barretto Junior -** Presidente do Conselho de Administração.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Realização em 31/03/2020 - Pelo presente Edital, ficam convocados nos termos dos artigos 19 e 21 do Estatuto Social do **SINDIPROM - Sindicato de Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do Estado de São Paulo**, os Senhores Associados, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 31 de março de 2020, às 8 horas em primeira convocação e às 9 horas em segunda convocação, na Rua Frei Caneca, 91 - 12º andar-Auditório, na cidade de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Prestação de contas do ano de 2019; **2.** Proposta orçamentária de receitas e despesas para o exercício de 2020; **3.** Aprovação do relatório de ocorrências administrativas e atos da Diretoria; **4.** Assuntos de interesse geral. São Paulo, 09 de março de 2020.

Carlos Alberto Sauandag - Presidente.

Sompo Seguros S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 35.300.051.521

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sompo Seguros S.A. ("Companhia") para a **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **18 de março de 2020**, às **9h00**, na sede social da Companhia, na Rua Cubatão, nº 320, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-001, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2019; (2) Deliberar sobre a proposta de destinação a ser dada ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (3) Eleger os membros do Conselho de Administração com fixação de mandato; (4) Demonstrar a composição do Conselho de Administração; (5) Fixar a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, referente ao exercício social corrente. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia todos os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital. São Paulo, 06 de março de 2020. **Sompo Seguros S.A.**

Francisco Caiuby Vidigal Filho
Presidente do Conselho de Administração

Yanmar do Brasil S.A.

CNPJ nº 49.444.888/0001-40 - NIRE nº 3530004352-9

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Srs. Acionistas da Yanmar do Brasil S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 16:00 horas do dia 24 de março de 2020, na sede social na cidade de Indaiatuba/São Paulo, na Avenida Presidente Vargas, 1.400, Galpão 01, Bloco A, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Exame, discussão e votação do Relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2019. Destinação do resultado do exercício findo. Eleição da Diretoria para o Biênio 2020/2021. Outros assuntos de interesse social. Indaiatuba, 06 de Março de 2020. (a) Kenji Kitahara - Diretor Presidente. (6/7/10)

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 10/03/2020 08:55:21.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34665404] - www.imprensaoficial.com.br

ÍNDICES CONTÁBEIS

RAZÃO SOCIAL: Itaú Unibanco S/A
CNPJ: 60.701.190/0001-04

31.12.2017 – R$ MILHÕES

Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{\mathbf{703.965.196}}{\mathbf{668.992.610}} = 1,05$$

Índice de Liquidez Geral

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{703.965.196 + \mathbf{372.196.903}}{\mathbf{668.992.610} + \mathbf{457.834.224}} = 0,96$$

Índice de Solvência

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} = \frac{1.188.958.948}{\mathbf{668.992.610} + \mathbf{457.834.224}} = 1,06$$

ÍNDICES CONTÁBEIS

RAZÃO SOCIAL: Itaú Unibanco S/A
CNPJ: 60.701.190/0001-04

31.12.2018 – R$ MILHÕES

Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{\mathbf{770.295.032}}{\mathbf{711.430.582}} = 1{,}08$$

Índice de Liquidez Geral

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{\mathbf{770.295.032} + \mathbf{352.923.347}}{\mathbf{711.430.582} + \mathbf{431.317.562}} = 0{,}98$$

Índice de Solvência

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} = \frac{1.230.423.997}{\mathbf{711.430.582} + \mathbf{431.317.562}} = 1{,}08$$

ÍNDICES CONTÁBEIS

RAZÃO SOCIAL: Itaú Unibanco S/A
CNPJ: 60.701.190/0001-04

31.12.2019 – R$ MILHÕES

Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC} = \frac{\mathbf{736.817.225}}{\mathbf{740.780.504}} = 0{,}99$$

Índice de Liquidez Geral

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{736.\mathbf{817.225} + \mathbf{374.671.}497}{\mathbf{740.780.504} + \mathbf{398.676.686}} = 0{,}98$$

Índice de Solvência

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} = \frac{\mathbf{1.227.381.743}}{\mathbf{740.780.504} + \mathbf{398.676.686}} = 1{,}08$$

Código de Fundos de Investimento

CÓDIGO E DOCUMENTOS RELACIONADOS | PARTICIPANTES | PARTICIPANTES CATEGORIA DISTRIBUIDOR | PERGUNTAS E RESPOSTAS

Comitês de Representação

Autorregulação

- Código de Fundos de Investimento
- Código de FIP e FIEE
- Conselho de Regulação de Fundos de Investimento
- Conselho de Regulação de FIP e FIEE
- Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimento
- Comissão de Acompanhamento de FIP e FIEE
- Código de Processos
- Código de Fundos de Investimento - Como Aderir - Categoria Distribuidor

Classificação ANBIMA de Fundos

Anuário de fundos

TODOS - 0 - 9 - A - B - C - D - E - F - G - H - I - J - K - L - M - N - O - P - Q - R - S - T - U - V - W - X - Y - Z

I

Ibirapuera Performance Investimentos L...
Ibiuna Gestão de Recursos LTDA.
Icatu Dist. de Titulos e Valores Mobiliari...
Icatu Gestão Patrimonial Ltda
Icatu Vanguarda Administracao de Recur...
Icla Trust Distribuidora de Títulos e Valo...
Icone Investimentos Ltda.
Ideal Invest S/A
IFConsultant Asset Management Gestão...
Iguana Investimentos LTDA.
Impacto Investimentos Ltda
Incentivo Investimentos Ltda.
Incentivo S.A. Distribuidora de Tit. e Val....
Indie Capital Investimentos Ltda
Infinity Corretora de Câmbio, Títulos e V...
Infra Asset Management Ltda
Integral Investimentos S/A
Inter-Ação Administração de Recursos e ...
Interativa Investimentos Ltda
Interinvest Gestão de Investimentos LT...
Intermedium Distribuidora de Títulos e ...
INTL FCStone Dist. de Titulos e Valores ...
Intrag Dist. de Títulos e Valores Mobiliár...
Invest Capital Gestão de Investimentos ...
Investfort Gestão de Investimentos Ltda
Investidor Profissional Gestão de Recurs...
Investport Gestão e Consultoria de Inve...
Invext Capital Gestão de Investimentos...
Inx Administração e Gestão de Recursos...
Ipanema Gestora de Recursos Ltda
Ipê Investimentos Asset Management L...
Iporanga Investimentos LTDA.
Iris Investimentos e Gestão de Recurso...
Itaim Asset Gestão de Investimentos LT...
Itajuí Gestão de Investimentos Ltda.
Itaú Distribuidora de Títulos e Val. Mobil...
Itaú Unibanco S.A.
Itaú Vida e Previdência S.A
Itaverá Gestão de Recursos LTDA.

NOTÍCIAS

Novo Código Comercial: posicionamento sobre o projeto é enviado à Câmara

Nosso superintendente-geral participará de discussão sobre fintechs

Instituições aprovam utilização do Sistema de Supervisão de Mercados

RELACIONADOS

Rankings de Fundos de Investimento

Estatísticas da Indústria de Fundos

Dados Diários de Fundos

Compartilhe:

Ao obter informações através deste site você declara conhecer e aceitar os Termos de Uso e a Política de Privacidade.

Fitch Afirma Rating 'Excelente' da Itaú Asset Management; Perspectiva Estável

Fitch Ratings-Sao Paulo-13 September 2019: A Fitch Ratings afirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Excelente' da Itaú Asset Management (IAM). A Perspectiva do rating permanece Estável.

O rating da gestora de recursos considera apenas as atividades no mercado doméstico e não inclui gestão de fundos no exterior, gestão de patrimônio e de private banking. O rating também não considera outras empresas do grupo, como a Intrag DTVM, que oferece serviços de administração fiduciária e de custódia a clientes institucionais, e a Kinea Investimentos Ltda., dedicada à gestão de investimentos alternativos. Todas estas operações têm seus próprios processos e políticas, sendo segregados dos fundos geridos pela IAM.

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO RATING

O rating 'Excelente' da IAM reflete a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade de investimento e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimento oferecidas.

O rating também reflete o processo de investimento bem estabelecido e disciplinado da gestora, a equipe altamente qualificada e experiente, as rígidas políticas de gestão de riscos e de compliance e os fortes investimentos em tecnologia. A IAM possui uma robusta geração de receitas, com amplos canais de distribuição e uma diversificada base de clientes. Além disso, o rating da IAM considera os benefícios obtidos pela gestora por fazer parte do grupo Itaú Unibanco Holding S.A. (IUH, IDR - Issuer Default Rating - Rating de Inadimplência do Emissor 'BB'/Perspectiva Estável), o maior conglomerado financeiro privado do Brasil e da América Latina.

A Fitch acredita que os principais desafios da IAM sejam manter os níveis de rentabilidade acima dos concorrentes locais e internacionais, consolidar seus desenvolvimentos tecnológicos e preservar o bom desempenho de seus fundos, ao mesmo tempo em que atende o apetite de risco de seus clientes.

O rating 'Excelente' se baseia nas seguintes avaliações:
Processo de Investimento: Excelente
Recursos de Investimento: Excelente
Gestão de Riscos: Excelente
Desempenho dos Investimentos: Consistente
Companhia & Atendimento a Clientes: Excelente

Processo de Investimento
A Fitch considera a estrutura de investimento da IAM uma das mais robustas entre as gestoras de recursos do mercado brasileiro. A equipe de investimento é composta por profissionais altamente experientes, segmentados por estratégia e que recebem suporte de uma área de negociação centralizada (exceto para multimercado). Esta estrutura permite que as ordens de compra e venda sejam realizadas de forma eficiente e que a alocação justa seja assegurada. A equipe utiliza sofisticados sistemas, que realizam controles de pré-trading e controles de gerenciamento de ordens. O processo de investimento é bem formalizado e segmentado, contando com fortes recursos de pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa como input para a tomada de decisões e possui uma robusta estrutura de comitês. Não houve

grandes alterações no processo de investimento em 2018.

Recursos de Investimento:
Na opinião da Fitch, a IAM conta com uma boa estrutura de recursos, equipes organizadas e experientes, clara separação entre funções e apoio de sua controladora. Como parte do Grupo Itaú Unibanco, a IAM tem acesso a fortes sistemas de gestão, controles de riscos e de back-office, por meio da sólida plataforma tecnológica e da robusta área de operações do grupo. A gestora utiliza renomados sistemas de provedores externos para as atividades de front-office, middle-office e de gestão de riscos, que, em alguns casos, é verificado por modelos internos. Seus principais sistemas comprovam a alta integração existente, que lhes permite ganhos de eficiência, qualidade e automação de seus processos. Seus sistemas tecnológicos são permanentemente aprimorados, em linha com as expectativas de crescimento dos negócios. Atualmente, a gestora está modernizando os seus sistemas de middle-office e back-office. O processo de investimento também recebe suporte de áreas internas, que recentemente foram fortalecidas e que buscam eficiências, acompanhando o processo como um todo.

As atividades de administração fiduciária e de custódia são desenvolvidas por outra unidade de negócios do grupo, independente da área de gestão de recursos. Os processos são automatizados, com poucas intervenções manuais e oferecem um avançado grau de controle de qualidade. A IAM mantém excelente supervisão dos serviços de terceiros, conduzida pelas estruturas de controle de riscos e de compliance, que participam dos processos de seleção e monitoramento.

Gestão de riscos
A IAM possui uma estrutura de risco e governança altamente estruturada e eficaz. A gestora está sujeita a várias entidades de controle externas e internas (administrador, custódia e auditoria interna do grupo, e a auditoria externa é realizada pela PricewaterhouseCoopers).A gestora e o grupo também estão sujeitos à supervisão dos reguladores brasileiros (CVM, Bacen e Anbima) O gerenciamento de riscos e compliance é apoiado por uma estrutura corporativa robusta e independente, que se beneficia de uma forte governança corporativa. O gerenciamento de riscos de investimentos segue um processo bem estabelecido e documentado, combinado com sistemas eficientes para monitoramento da carteira, orçamento de riscos e testes de estresse, sem violações relevantes Existe um conjunto abrangente de códigos, políticas e controles em vigor, que são revisados constantemente.

Desempenho de investimento
Os indicadores de desempenho e risco da maioria das estratégias da IAM estão em linha com seus objetivos nos últimos 36 meses. A Fitch destaca o fato de que a maioria dos principais fundos da gestora apresentou performance ajustada ao risco no primeiro quintil em relação aos pares.

Companhia & Atendimento a Clientes
Com mais de sessenta anos de experiência, a IAM é a segunda maior gestora de ativos do Brasil, com 14,8% de participação de mercado e ativos sob gestão (AUM) de BRL685 bilhões em março de 2019, segundo a Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima). A IAM é uma unidade de negócios do IUH, o maior conglomerado financeiro privado do Brasil. O AUM está concentrado em fundos de renda fixa (58%), previdência (23%), multimercados (13%) e renda variável (6%). A gestora mantém uma comunicação geral muito boa com seus clientes, demonstrando aderência adequada às obrigações relacionadas à divulgação de fundos e documentos legais.

SENSIBILIDADE DO RATING
O rating da IAM pode ser sensível a mudanças adversas relevantes em quaisquer dos principais fundamentos mencionados acima, principalmente se houver enfraquecimento de seu perfil financeiro, grande rotatividade dos profissionais ou deterioração dos processos e políticas. Um desvio importante das diretrizes da Fitch em relação a qualquer fator-chave pode resultar em rebaixamento do rating.

Contato:

Analista principal

Veronica Vargas
Analista
+57 1 484 6770 ext. 1029

Analista secundário
Pedro Gomes
Diretor
+55-11-4504-2604

Presidente do comitê de rating
Davie Rodríguez, CFA
Diretor sênior
+ 1 212 908 0386

Metodologia Aplicada
-- 'Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos' (6 de março de 2017).

Informações adicionais estão disponíveis em 'www.fitchratings.com' e em 'www.fitchratings.com/brasil'.

A Fitch Ratings foi paga para determinar cada rating de crédito listado neste relatório de classificação de risco de crédito pelo devedor ou emissor classificado, por uma parte relacionada que não seja o devedor ou o emissor classificado, pelo patrocinador ("sponsor"), subscritor ("underwriter"), ou o depositante do instrumento, título ou valor mobiliário que está sendo avaliado.

Relações com a mídia: Jaqueline Carvalho, Rio de Janeiro, Tel: +55 21 4503 2623, O email jaqueline.carvalho@thefitchgroup.com

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS. ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÙBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

Copyright © 2019 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. 33 Whitehall St, NY, NY 10004.Telefone:1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor

esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.
As informações neste relatório são fornecidas "tais como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).

POLÍTICA DE ENDOSSO - A abordagem da Fitch em relação ao endosso de ratings, de forma que os ratings produzidos fora da UE possam ser usados por entidades reguladas dentro da UE para finalidades

regulatórias, de acordo com os termos da Regulamentação da UE com respeito às agências de rating, poderá ser encontrada na página Divulgações da Regulamentação da UE (EU Regulatory Disclosures) no endereço eletrônico www.fitchratings.com/site/regulatory. Ao status de endosso de todos os ratings Internacionais é informada no sumário da entidade de cada instituição classificada e nas páginas de detalhamento da transação de todas as operações de finanças estruturadas, no website da Fitch. Estas publicações são atualizadas diariamente.

Metodologia Aplicada
Investment Management Quality Ratings (Assessing Active, Passive & Alternative Investment Managers, Strategies & Funds) (pub. 06 Mar 2017)

Divulgações adicionais
Solicitation Status
Política de endosso

ALL FITCH CREDIT RATINGS ARE SUBJECT TO CERTAIN LIMITATIONS AND DISCLAIMERS. PLEASE READ THESE LIMITATIONS AND DISCLAIMERS BY FOLLOWING THIS LINK: HTTPS://WWW.FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS. IN ADDITION, RATING DEFINITIONS AND THE TERMS OF USE OF SUCH RATINGS ARE AVAILABLE ON THE AGENCY'S PUBLIC WEB SITE AT WWW.FITCHRATINGS.COM. PUBLISHED RATINGS, CRITERIA, AND METHODOLOGIES ARE AVAILABLE FROM THIS SITE AT ALL TIMES. FITCH'S CODE OF CONDUCT, CONFIDENTIALITY, CONFLICTS OF INTEREST, AFFILIATE FIREWALL, COMPLIANCE, AND OTHER RELEVANT POLICIES AND PROCEDURES ARE ALSO AVAILABLE FROM THE CODE OF CONDUCT SECTION OF THIS SITE. DIRECTORS AND SHAREHOLDERS RELEVANT INTERESTS ARE AVAILABLE AT HTTPS://WWW.FITCHRATINGS.COM/SITE/REGULATORY. FITCH MAY HAVE PROVIDED ANOTHER PERMISSIBLE SERVICE TO THE RATED ENTITY OR ITS RELATED THIRD PARTIES. DETAILS OF THIS SERVICE FOR RATINGS FOR WHICH THE LEAD ANALYST IS BASED IN AN EU-REGISTERED ENTITY CAN BE FOUND ON THE ENTITY SUMMARY PAGE FOR THIS ISSUER ON THE FITCH WEBSITE.

Copyright © 2019 by Fitch Ratings, Inc., Fitch Ratings Ltd. and its subsidiaries. 33 Whitehall Street, NY, NY 10004. Telephone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435. Reproduction or retransmission in whole or in part is prohibited except by permission. All rights reserved. In issuing and maintaining its ratings and in making other reports (including forecast information), Fitch relies on factual information it receives from issuers and underwriters and from other sources Fitch believes to be credible. Fitch conducts a reasonable investigation of the factual information relied upon by it in accordance with its ratings methodology, and obtains reasonable verification of that information from independent sources, to the extent such sources are available for a given security or in a given jurisdiction. The manner of Fitch's factual investigation and the scope of the third-party verification it obtains will vary depending on the nature of the rated security and its issuer, the requirements and practices in the jurisdiction in which the rated security is offered and sold and/or the issuer is located, the availability and nature of relevant public information, access to the management of the issuer and its advisers, the availability of pre-existing third-party verifications such as audit reports, agreed-upon procedures letters, appraisals, actuarial reports, engineering reports, legal opinions and other reports provided by third parties, the availability of independent and competent third- party verification sources with respect to the particular security or in the particular jurisdiction of the issuer, and a variety of other factors. Users of Fitch's ratings and reports should understand that neither an enhanced factual investigation nor any third-party verification can ensure that all of the information Fitch relies on in connection with a rating or a report will be accurate and complete. Ultimately, the issuer and its advisers are responsible for the accuracy of the information they provide to Fitch and to the market in offering documents and other reports. In issuing its ratings and its reports, Fitch must rely on the work of experts, including independent auditors with respect to financial statements and attorneys with respect to legal and tax matters. Further, ratings and forecasts of financial and other information are inherently forward-looking and embody assumptions and predictions about future events that by their nature cannot be verified as facts. As a result, despite any verification of current facts, ratings and forecasts can be affected by future events or conditions that were not anticipated at the time a rating or forecast was issued or affirmed.

The information in this report is provided "as is" without any representation or warranty of any kind, and Fitch does not represent or warrant that the report or any of its contents will meet any of the requirements of a recipient of the report. A Fitch rating is an opinion as to the creditworthiness of a security. This opinion and reports made by Fitch are based on established criteria and methodologies that Fitch is continuously evaluating and updating. Therefore, ratings and reports are the collective work product of Fitch and no individual, or group of individuals, is solely responsible for a rating or a report. The rating does not address the risk of loss due to risks other than credit risk, unless such risk is specifically mentioned. Fitch is not engaged in the offer or sale of any security. All Fitch reports have shared authorship. Individuals identified in a Fitch report were involved in, but are not solely responsible for, the opinions stated therein. The individuals are named for contact purposes only. A report providing a Fitch rating is neither a prospectus nor a substitute for the information assembled, verified and presented to investors by the issuer and its agents in connection with the sale of the securities. Ratings may be changed or withdrawn at any time for any reason in the sole discretion of Fitch. Fitch does not provide investment advice of any sort. Ratings are not a recommendation to buy, sell, or hold any security. Ratings do not comment on the adequacy of market price, the suitability of any security for a particular investor, or the tax-exempt nature or taxability of payments made in respect to any security. Fitch receives fees from issuers, insurers, guarantors, other obligors, and underwriters for rating securities. Such fees generally vary from US$1,000 to US$750,000 (or the applicable currency equivalent) per issue. In certain cases, Fitch will rate all or a number of issues issued by a particular issuer, or insured or guaranteed by a particular insurer or guarantor, for a single annual fee. Such fees are expected to vary from US$10,000 to US$1,500,000 (or the applicable currency equivalent). The assignment, publication, or dissemination of a rating by Fitch shall not constitute a consent by Fitch to use its name as an expert in connection with any registration statement filed under the United States securities laws, the Financial Services and Markets Act of 2000 of the United Kingdom, or the securities laws of any particular jurisdiction. Due to the relative efficiency of electronic publishing and distribution, Fitch research may be available to electronic subscribers up to three days earlier than to print subscribers.
For Australia, New Zealand, Taiwan and South Korea only: Fitch Australia Pty Ltd holds an Australian financial services license (AFS license no. 337123) which authorizes it to provide credit ratings to wholesale clients only. Credit ratings information published by Fitch is not intended to be used by persons who are retail clients within the meaning of the Corporations Act 2001
Fitch Ratings, Inc. is registered with the U.S. Securities and Exchange Commission as a Nationally Recognized Statistical Rating Organization (the "NRSRO"). While certain of the NRSRO's credit rating subsidiaries are listed on Item 3 of Form NRSRO and as such are authorized to issue credit ratings on behalf of the NRSRO (see https://www.fitchratings.com/site/regulatory), other credit rating subsidiaries are not listed on Form NRSRO (the "non-NRSROs") and therefore credit ratings issued by those subsidiaries are not issued on behalf of the NRSRO. However, non-NRSRO personnel may participate in determining credit ratings issued by or on behalf of the NRSRO.

SOLICITATION STATUS

The ratings above were solicited and assigned or maintained at the request of the rated entity/issuer or a related third party. Any exceptions follow below.

Endorsement Policy

Fitch's approach to ratings endorsement so that ratings produced outside the EU may be used by regulated entities within the EU for regulatory purposes, pursuant to the terms of the EU Regulation with respect to credit rating agencies, can be found on the EU Regulatory Disclosures page. The endorsement status of all International ratings is provided within the entity summary page for each rated entity and in the transaction detail pages for all structured finance transactions on the Fitch website. These disclosures are updated on a daily basis.

Fitch Updates Terms of Use & Privacy Policy

We have updated our Terms of Use and Privacy Policies which cover all of Fitch Group's websites. Learn more.

Fitch Afirma Rating 'Excelente' da Itaú Asset Management; Perspectiva Estável

Fitch Ratings-Sao Paulo-13 September 2019: A Fitch Ratings afirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Excelente' da Itaú Asset Management (IAM). A Perspectiva do rating permanece Estável.

O rating da gestora de recursos considera apenas as atividades no mercado doméstico e não inclui gestão de fundos no exterior, gestão de patrimônio e de private banking. O rating também não considera outras empresas do grupo, como a Intrag DTVM, que oferece serviços de administração fiduciária e de custódia a clientes institucionais, e a Kinea Investimentos Ltda., dedicada à gestão de investimentos alternativos. Todas estas operações têm seus próprios processos e políticas, sendo segregados dos fundos geridos pela IAM.

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO RATING

O rating 'Excelente' da IAM reflete a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade de investimento e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimento oferecidas.

O rating também reflete o processo de investimento bem estabelecido e disciplinado da gestora, a equipe altamente qualificada e experiente, as rígidas políticas de gestão de riscos e de compliance e os fortes investimentos em tecnologia. A IAM possui uma robusta geração de receitas, com amplos canais de distribuição e uma diversificada base de clientes. Além disso, o rating da IAM considera os benefícios obtidos pela gestora por fazer parte do grupo Itaú Unibanco Holding S.A. (IUH, IDR - Issuer Default Rating - Rating de Inadimplência do Emissor 'BB'/Perspectiva Estável), o maior conglomerado financeiro privado do Brasil e da América Latina.

A Fitch acredita que os principais desafios da IAM sejam manter os níveis de rentabilidade acima dos concorrentes locais e internacionais, consolidar seus desenvolvimentos tecnológicos e preservar o bom desempenho de seus fundos, ao mesmo tempo em que atende o apetite de risco de seus clientes.

O rating 'Excelente' se baseia nas seguintes avaliações:
Processo de Investimento: Excelente
Recursos de Investimento: Excelente
Gestão de Riscos: Excelente
Desempenho dos Investimentos: Consistente
Companhia & Atendimento a Clientes: Excelente

Processo de Investimento
A Fitch considera a estrutura de investimento da IAM uma das mais robustas entre as gestoras de recursos do mercado brasileiro. A equipe de investimento é composta por profissionais altamente experientes, segmentados por estratégia e que recebem suporte de uma área de negociação centralizada (exceto para multimercado). Esta estrutura permite que as ordens de compra e venda sejam realizadas de forma eficiente e que a alocação justa seja assegurada. A equipe utiliza sofisticados sistemas, que realizam controles de pré-trading e controles de gerenciamento de ordens. O processo de investimento é bem formalizado e segmentado, contando com fortes recursos de pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa como input para a tomada de decisões e possui uma robusta estrutura de comitês. Não houve

grandes alterações no processo de investimento em 2018.

Recursos de Investimento:
Na opinião da Fitch, a IAM conta com uma boa estrutura de recursos, equipes organizadas e experientes, clara separação entre funções e apoio de sua controladora. Como parte do Grupo Itaú Unibanco, a IAM tem acesso a fortes sistemas de gestão, controles de riscos e de back-office, por meio da sólida plataforma tecnológica e da robusta área de operações do grupo. A gestora utiliza renomados sistemas de provedores externos para as atividades de front-office, middle-office e de gestão de riscos, que, em alguns casos, é verificado por modelos internos. Seus principais sistemas comprovam a alta integração existente, que lhes permite ganhos de eficiência, qualidade e automação de seus processos. Seus sistemas tecnológicos são permanentemente aprimorados, em linha com as expectativas de crescimento dos negócios. Atualmente, a gestora está modernizando os seus sistemas de middle-office e back-office. O processo de investimento também recebe suporte de áreas internas, que recentemente foram fortalecidas e que buscam eficiências, acompanhando o processo como um todo.

As atividades de administração fiduciária e de custódia são desenvolvidas por outra unidade de negócios do grupo, independente da área de gestão de recursos. Os processos são automatizados, com poucas intervenções manuais e oferecem um avançado grau de controle de qualidade. A IAM mantém excelente supervisão dos serviços de terceiros, conduzida pelas estruturas de controle de riscos e de compliance, que participam dos processos de seleção e monitoramento.

Gestão de riscos
A IAM possui uma estrutura de risco e governança altamente estruturada e eficaz. A gestora está sujeita a várias entidades de controle externas e internas (administrador, custódia e auditoria interna do grupo, e a auditoria externa é realizada pela PricewaterhouseCoopers).A gestora e o grupo também estão sujeitos à supervisão dos reguladores brasileiros (CVM, Bacen e Anbima) O gerenciamento de riscos e compliance é apoiado por uma estrutura corporativa robusta e independente, que se beneficia de uma forte governança corporativa. O gerenciamento de riscos de investimentos segue um processo bem estabelecido e documentado, combinado com sistemas eficientes para monitoramento da carteira, orçamento de riscos e testes de estresse, sem violações relevantes Existe um conjunto abrangente de códigos, políticas e controles em vigor, que são revisados constantemente.

Desempenho de investimento
Os indicadores de desempenho e risco da maioria das estratégias da IAM estão em linha com seus objetivos nos últimos 36 meses. A Fitch destaca o fato de que a maioria dos principais fundos da gestora apresentou performance ajustada ao risco no primeiro quintil em relação aos pares.

Companhia & Atendimento a Clientes
Com mais de sessenta anos de experiência, a IAM é a segunda maior gestora de ativos do Brasil, com 14,8% de participação de mercado e ativos sob gestão (AUM) de BRL685 bilhões em março de 2019, segundo a Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima). A IAM é uma unidade de negócios do IUH, o maior conglomerado financeiro privado do Brasil. O AUM está concentrado em fundos de renda fixa (58%), previdência (23%), multimercados (13%) e renda variável (6%). A gestora mantém uma comunicação geral muito boa com seus clientes, demonstrando aderência adequada às obrigações relacionadas à divulgação de fundos e documentos legais.

SENSIBILIDADE DO RATING
O rating da IAM pode ser sensível a mudanças adversas relevantes em quaisquer dos principais fundamentos mencionados acima, principalmente se houver enfraquecimento de seu perfil financeiro, grande rotatividade dos profissionais ou deterioração dos processos e políticas. Um desvio importante das diretrizes da Fitch em relação a qualquer fator-chave pode resultar em rebaixamento do rating.

Contato:

Analista principal

Veronica Vargas
Analista
+57 1 484 6770 ext. 1029

Analista secundário
Pedro Gomes
Diretor
+55-11-4504-2604

Presidente do comitê de rating
Davie Rodríguez, CFA
Diretor sênior
+ 1 212 908 0386

Metodologia Aplicada
-- 'Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos' (6 de março de 2017).

Informações adicionais estão disponíveis em 'www.fitchratings.com' e em 'www.fitchratings.com/brasil'.

A Fitch Ratings foi paga para determinar cada rating de crédito listado neste relatório de classificação de risco de crédito pelo devedor ou emissor classificado, por uma parte relacionada que não seja o devedor ou o emissor classificado, pelo patrocinador ("sponsor"), subscritor ("underwriter"), ou o depositante do instrumento, título ou valor mobiliário que está sendo avaliado.

Relações com a mídia: Jaqueline Carvalho, Rio de Janeiro, Tel: +55 21 4503 2623, O email jaqueline.carvalho@thefitchgroup.com

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS. ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÙBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

Copyright © 2019 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. 33 Whitehall St, NY, NY 10004.Telefone:1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor

esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.
As informações neste relatório são fornecidas "tais como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).

POLÍTICA DE ENDOSSO - A abordagem da Fitch em relação ao endosso de ratings, de forma que os ratings produzidos fora da UE possam ser usados por entidades reguladas dentro da UE para finalidades

regulatórias, de acordo com os termos da Regulamentação da UE com respeito às agências de rating, poderá ser encontrada na página Divulgações da Regulamentação da UE (EU Regulatory Disclosures) no endereço eletrônico www.fitchratings.com/site/regulatory. Ao status de endosso de todos os ratings Internacionais é informada no sumário da entidade de cada instituição classificada e nas páginas de detalhamento da transação de todas as operações de finanças estruturadas, no website da Fitch. Estas publicações são atualizadas diariamente.

Metodologia Aplicada
Investment Management Quality Ratings (Assessing Active, Passive & Alternative Investment Managers, Strategies & Funds) (pub. 06 Mar 2017)

Divulgações adicionais
Solicitation Status
Política de endosso

ALL FITCH CREDIT RATINGS ARE SUBJECT TO CERTAIN LIMITATIONS AND DISCLAIMERS. PLEASE READ THESE LIMITATIONS AND DISCLAIMERS BY FOLLOWING THIS LINK: HTTPS://WWW.FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS. IN ADDITION, RATING DEFINITIONS AND THE TERMS OF USE OF SUCH RATINGS ARE AVAILABLE ON THE AGENCY'S PUBLIC WEB SITE AT WWW.FITCHRATINGS.COM. PUBLISHED RATINGS, CRITERIA, AND METHODOLOGIES ARE AVAILABLE FROM THIS SITE AT ALL TIMES. FITCH'S CODE OF CONDUCT, CONFIDENTIALITY, CONFLICTS OF INTEREST, AFFILIATE FIREWALL, COMPLIANCE, AND OTHER RELEVANT POLICIES AND PROCEDURES ARE ALSO AVAILABLE FROM THE CODE OF CONDUCT SECTION OF THIS SITE. DIRECTORS AND SHAREHOLDERS RELEVANT INTERESTS ARE AVAILABLE AT HTTPS://WWW.FITCHRATINGS.COM/SITE/REGULATORY. FITCH MAY HAVE PROVIDED ANOTHER PERMISSIBLE SERVICE TO THE RATED ENTITY OR ITS RELATED THIRD PARTIES. DETAILS OF THIS SERVICE FOR RATINGS FOR WHICH THE LEAD ANALYST IS BASED IN AN EU-REGISTERED ENTITY CAN BE FOUND ON THE ENTITY SUMMARY PAGE FOR THIS ISSUER ON THE FITCH WEBSITE.

Copyright © 2019 by Fitch Ratings, Inc., Fitch Ratings Ltd. and its subsidiaries. 33 Whitehall Street, NY, NY 10004. Telephone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435. Reproduction or retransmission in whole or in part is prohibited except by permission. All rights reserved. In issuing and maintaining its ratings and in making other reports (including forecast information), Fitch relies on factual information it receives from issuers and underwriters and from other sources Fitch believes to be credible. Fitch conducts a reasonable investigation of the factual information relied upon by it in accordance with its ratings methodology, and obtains reasonable verification of that information from independent sources, to the extent such sources are available for a given security or in a given jurisdiction. The manner of Fitch's factual investigation and the scope of the third-party verification it obtains will vary depending on the nature of the rated security and its issuer, the requirements and practices in the jurisdiction in which the rated security is offered and sold and/or the issuer is located, the availability and nature of relevant public information, access to the management of the issuer and its advisers, the availability of pre-existing third-party verifications such as audit reports, agreed-upon procedures letters, appraisals, actuarial reports, engineering reports, legal opinions and other reports provided by third parties, the availability of independent and competent third- party verification sources with respect to the particular security or in the particular jurisdiction of the issuer, and a variety of other factors. Users of Fitch's ratings and reports should understand that neither an enhanced factual investigation nor any third-party verification can ensure that all of the information Fitch relies on in connection with a rating or a report will be accurate and complete. Ultimately, the issuer and its advisers are responsible for the accuracy of the information they provide to Fitch and to the market in offering documents and other reports. In issuing its ratings and its reports, Fitch must rely on the work of experts, including independent auditors with respect to financial statements and attorneys with respect to legal and tax matters. Further, ratings and forecasts of financial and other information are inherently forward-looking and embody assumptions and predictions about future events that by their nature cannot be verified as facts. As a result, despite any verification of current facts, ratings and forecasts can be affected by future events or conditions that were not anticipated at the time a rating or forecast was issued or affirmed.

The information in this report is provided "as is" without any representation or warranty of any kind, and Fitch does not represent or warrant that the report or any of its contents will meet any of the requirements of a recipient of the report. A Fitch rating is an opinion as to the creditworthiness of a security. This opinion and reports made by Fitch are based on established criteria and methodologies that Fitch is continuously evaluating and updating. Therefore, ratings and reports are the collective work product of Fitch and no individual, or group of individuals, is solely responsible for a rating or a report. The rating does not address the risk of loss due to risks other than credit risk, unless such risk is specifically mentioned. Fitch is not engaged in the offer or sale of any security. All Fitch reports have shared authorship. Individuals identified in a Fitch report were involved in, but are not solely responsible for, the opinions stated therein. The individuals are named for contact purposes only. A report providing a Fitch rating is neither a prospectus nor a substitute for the information assembled, verified and presented to investors by the issuer and its agents in connection with the sale of the securities. Ratings may be changed or withdrawn at any time for any reason in the sole discretion of Fitch. Fitch does not provide investment advice of any sort. Ratings are not a recommendation to buy, sell, or hold any security. Ratings do not comment on the adequacy of market price, the suitability of any security for a particular investor, or the tax-exempt nature or taxability of payments made in respect to any security. Fitch receives fees from issuers, insurers, guarantors, other obligors, and underwriters for rating securities. Such fees generally vary from US$1,000 to US$750,000 (or the applicable currency equivalent) per issue. In certain cases, Fitch will rate all or a number of issues issued by a particular issuer, or insured or guaranteed by a particular insurer or guarantor, for a single annual fee. Such fees are expected to vary from US$10,000 to US$1,500,000 (or the applicable currency equivalent). The assignment, publication, or dissemination of a rating by Fitch shall not constitute a consent by Fitch to use its name as an expert in connection with any registration statement filed under the United States securities laws, the Financial Services and Markets Act of 2000 of the United Kingdom, or the securities laws of any particular jurisdiction. Due to the relative efficiency of electronic publishing and distribution, Fitch research may be available to electronic subscribers up to three days earlier than to print subscribers.
For Australia, New Zealand, Taiwan and South Korea only: Fitch Australia Pty Ltd holds an Australian financial services license (AFS license no. 337123) which authorizes it to provide credit ratings to wholesale clients only. Credit ratings information published by Fitch is not intended to be used by persons who are retail clients within the meaning of the Corporations Act 2001
Fitch Ratings, Inc. is registered with the U.S. Securities and Exchange Commission as a Nationally Recognized Statistical Rating Organization (the "NRSRO"). While certain of the NRSRO's credit rating subsidiaries are listed on Item 3 of Form NRSRO and as such are authorized to issue credit ratings on behalf of the NRSRO (see https://www.fitchratings.com/site/regulatory), other credit rating subsidiaries are not listed on Form NRSRO (the "non-NRSROs") and therefore credit ratings issued by those subsidiaries are not issued on behalf of the NRSRO. However, non-NRSRO personnel may participate in determining credit ratings issued by or on behalf of the NRSRO.

SOLICITATION STATUS

The ratings above were solicited and assigned or maintained at the request of the rated entity/issuer or a related third party. Any exceptions follow below.

Endorsement Policy

Fitch's approach to ratings endorsement so that ratings produced outside the EU may be used by regulated entities within the EU for regulatory purposes, pursuant to the terms of the EU Regulation with respect to credit rating agencies, can be found on the EU Regulatory Disclosures page. The endorsement status of all International ratings is provided within the entity summary page for each rated entity and in the transaction detail pages for all structured finance transactions on the Fitch website. These disclosures are updated on a daily basis.

Fitch Updates Terms of Use & Privacy Policy

We have updated our Terms of Use and Privacy Policies which cover all of Fitch Group's websites. Learn more.

Código de

Ética

Itaú Unibanco

"Só se consegue ter paz de espírito quando aquilo que você quer é o que você pode e é o que você deve."

Mário Sérgio Cortella

Índice

Mensagem da liderança 6

Princípio da identidade 9

- Responsabilidade social corporativa 11
- Cumprimento de leis, normas e regulamentos 12
- Relações do trabalho 12

Princípio da interdependência 15

- Clientes e consumidores 17
- Acionistas e investidores 18
- Fornecedores 20
- Concorrentes 22
- Setor público 23
- Terceiro Setor 26
- Mídia 27

Princípio da boa-fé 31

Princípio da excelência 35
• Postura profissional 37
• Conflitos de interesses 41
- Informações e *know-how* 41
- Relações de parentesco e proximidade 43
- Atividades externas e relações pessoais com clientes e fornecedores 45
- Cortesias e contribuições 46

Abrangência e gestão do Código de Ética 50
• Dúvidas e exceções 51

Canais de orientação e notificação 52
• Sanções disciplinares 53

Mensagem da liderança

O mundo muda. Essa verdade inexorável nos faz constantemente repensar como nos relacionamos com a sociedade e o mercado. Por isso, sentimos a necessidade de atualizar nosso Código de Ética. Este documento contribui, junto com nossa Visão e nossa Cultura Corporativa chamada Nosso Jeito de Fazer, para o registro de nossos valores mais essenciais. Acreditamos que seguir os princípios nele contidos contribui para assegurarmos a perenidade e a credibilidade do Itaú Unibanco.

Nosso Código baseia-se em quatro princípios básicos: o da identidade (o que nos distingue das outras empresas), o da interdependência (motor da convivência social), o da boa-fé (confiança gera confiança) e o da excelência (busca contínua da qualidade superior). Tais princípios inspiram nossas normas. As mesmas foram reescritas visando torná-las ainda mais claras e compreensíveis, sem que percam a sua essência.

O Código de Ética é, e deve ser, um documento de consulta constante tanto para administradores quanto para colaboradores da nossa organização. Ele tem, antes de tudo, um caráter educativo, além do disciplinar,

permitindo orientar a postura mais adequada e coerente com nossas diretrizes. Aqui, deixamos muito claro quais são as condutas julgadas certas e, portanto, necessárias, como também aquelas consideradas erradas e, portanto, inaceitáveis.

Orientar-se por este Código é o mesmo que usar uma bússola moral, que nos permite encontrar o melhor comportamento e a melhor decisão a ser tomada, sempre visando o bem comum.

Se todos se empenharem no exercício diário e rotineiro deste Código, não temos dúvidas que construiremos uma organização ainda mais sólida e ética, motivo de orgulho para todos nós.

Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho de Administração

Roberto Setubal
Presidente executivo

Princípio da identidade

Princípio da identidade

Somos uma empresa voltada para o crescimento, a eficiência e a satisfação dos clientes, baseada na conduta empresarial ética e no desenvolvimento sustentável.

A exemplo de qualquer pessoa cujos traços de personalidade a distinguem das demais, toda organização duradoura tem uma identidade corporativa que a torna inconfundível. A identidade responde a uma pergunta-chave: quem somos? Ou seja, quais traços nos descrevem e permitem que nossos públicos de relacionamento e a sociedade nos reconheçam como uma empresa diferenciada das demais?

Somos uma organização que se orgulha em atuar de forma íntegra. Por isso, nos empenhamos em estabelecer vínculos efetivos com nossos públicos de relacionamento, prezamos pela qualidade de nossos produtos e serviços, avaliamos os impactos socioambientais de nossa atividade financeira e adotamos práticas que contribuem para a construção de valor compartilhado.

Esses traços da identidade Itaú Unibanco estão definidos, sobretudo, em nossa cultura organizacional, nas diretrizes e práticas de governança corporativa sintetizadas a seguir.

Responsabilidade social corporativa

Para evitar desvios morais e favorecimentos indevidos para o Itaú Unibanco ou terceiros, incentivamos a tomada de decisão eticamente orientada. A fim de concretizar essa diretriz:

- Alinhamos as atividades, negócios e operações das empresas da organização com a Visão, Cultura, Política de Sustentabilidade, Código de Ética e demais compromissos expressos em nossas políticas de gestão de pessoas, gestão de riscos, controles financeiros, auditoria, compliance, controles internos e segurança corporativa (prevenção a atos ilícitos, segurança da informação, entre outros).

- Fornecemos de forma clara e correta as informações que nossos públicos de relacionamento e a sociedade necessitam para tomar decisões em relação à nossa organização.

- Não usamos qualquer forma de artifício, imposição ou constrangimento em nossas atividades, operações e negócios.

- Protegemos as informações não públicas (restritas, confidenciais e internas) de modo a evitar que seu vazamento prejudique a organização, nossos públicos de relacionamento e a sociedade em geral, assim como as relações de confiança estabelecidas entre nós e esses públicos.

- Consideramos, em nossas operações e negócios, os dilemas e os riscos relacionados a temas sensíveis relativos à preservação do meio ambiente e ao combate à criminalidade, tais como: comércio de armas, geração de energia, mineração, biodiversidade, cassinos, uso do amianto, pesquisas com animais, engenharia genética, entre outros.

Princípio da identidade

Cumprimento de leis, normas e regulamentos

- Cumprimos as leis, normas e regulamentos vigentes nos países em que atuamos.
- Mantemos políticas e práticas institucionais de prevenção e combate a toda forma de corrupção (suborno, tráfico de influência, favorecimentos indevidos, etc.), lavagem de dinheiro, fraudes e demais atos ilícitos ou criminosos.
- Seguimos as diretrizes éticas e de autorregulação das associações empresariais às quais nos vinculamos.
- Promovemos internamente a percepção de que leis, normas e regulamentos não esgotam as implicações éticas de todas as situações. Por isso, incentivamos a reflexão sobre como nossas ações, do ponto de vista ético, influenciam os nossos públicos de relacionamento, a sociedade e o meio ambiente.

Relações do trabalho

Valorizamos nossos colaboradores ao:

- Respeitar os direitos humanos e promover a diversidade social. Por isso, adotamos políticas e práticas de prevenção e combate a todo tipo de discriminação, assédio, preconceito e condições de trabalho indignas (como o trabalho infantil ou forçado).
- Remunerar, promover e reconhecer adequadamente com base em critérios de meritocracia.
- Manter programas de educação, segurança e saúde no trabalho.
- Garantir seus direitos de negociação coletiva e de livre associação partidária, religiosa e sindical.

Princípio da interdependência

Interagimos com os nossos públicos de relacionamento e a sociedade, visando compartilhar com eles valores e ações que favoreçam o bem comum.

A convivência social pressupõe o reconhecimento de que, assim como dependemos dos outros, os outros dependem de nós. A realização dos nossos interesses não pode se dar à custa de interesses dos outros, sob risco de desgaste dos laços estabelecidos com nossos públicos de relacionamento. Por isso, acreditamos que o valor compartilhado é benéfico para todas as partes envolvidas, proporcionando a perenidade das relações.

Em decorrência, estimulamos o diálogo e a cooperação com nossos públicos, buscamos harmonizar seus interesses com os nossos, acolhemos suas sugestões e críticas para alavancar nosso desempenho, respondemos com agilidade e correção às suas dúvidas e aperfeiçoamos sem cessar nossos produtos e serviços. Dessa forma, procuramos converter nosso atendimento em oportunidades para criar valor.

Clientes e consumidores

Os clientes e consumidores são a nossa razão de ser. Identificar suas expectativas e necessidades e, num permanente esforço de sintonia, aprimorar nossas atividades são as formas apropriadas de atuar no mercado bancário. Assim sendo:

É necessário

- Respeitar sua liberdade de escolha, fornecendo-lhes de forma clara, correta e tempestiva as informações necessárias para que tomem decisões fundamentadas.
- Adotar contratos de fácil compreensão, deixando evidentes os direitos e deveres das partes e salientando os riscos existentes, de modo que não pairem dúvidas ou que não haja mal-entendidos.
- Colocar à disposição canais de atendimento preparados para ouvi-los com atenção e aptos a resolver rapidamente solicitações, reclamações e sugestões.
- Valorizar sua privacidade e usar dispositivos de segurança e proteção das informações, a fim de garantir que sejam utilizadas com o seu prévio conhecimento e em seu próprio benefício, de modo a fortalecer o crédito de confiança que depositaram em nós.
- Entender as necessidades dos clientes de modo a poder fornecer informações e soluções financeiras que contribuam para que indivíduos e empresas tenham uma relação saudável com o dinheiro.

É inaceitável

- Usar artifícios como vendas casadas e outras formas de imposição ou constrangimento para efetivar negócios.
- Obter resultados a qualquer custo, provocando expectativas a respeito de produto ou serviço que não condiz com a realidade, ou induzindo clientes e consumidores a erro, colocando assim, suas necessidades e seus interesses em segundo plano.
- Difundir informações, aconselhar ou negociar com base em rumores ou dados não confiáveis, sob pena de gerar prejuízos às partes.

Acionistas e investidores

A fim de preservar os interesses específicos dos acionistas e investidores, o Itaú Unibanco considera que:

É necessário

- Adotar práticas transparentes, objetivas e imparciais de monitoramento dos conflitos de interesses entre acionistas, administradores e o Itaú Unibanco.

- Ater-se às regras preestabelecidas, aprovadas em assembleia e previamente informadas ao mercado, para realizar negócios ou operações com as partes relacionadas (acionistas, controladores, administradores e respectivos familiares e cônjuges; empresas controladas e coligadas da instituição; etc.), para que se mantenham a equidade e o cumprimento das políticas e procedimentos do Itaú Unibanco.

- Fornecer de forma clara, correta e objetiva as informações necessárias para que as partes relacionadas tomem decisões fundamentadas, aumentando assim a transparência.

- Estabelecer mecanismos de prevenção do vazamento de informações privilegiadas, contribuindo de forma eficaz para uma boa governança corporativa.

- Elaborar demonstrações contábeis e financeiras que traduzam com rigor e clareza as transações efetuadas e permitam a mais adequada tomada de decisões por parte dos públicos de relacionamento.

- Realizar análises preventivas dos nossos riscos operacionais, financeiros, sociais, ambientais e de reputação, tendo em vista a perenidade do negócio.

É inaceitável

- Concretizar um negócio ou uma operação com as partes relacionadas, visando atender exclusivamente aos interesses particulares de acionistas, administradores ou terceiros, uma vez que tal procedimento constitui abuso de poder.

Princípio da interdependência

- Deixar de acolher sugestões, críticas e dúvidas de qualquer parte relacionada, ou deixar de responder a elas de modo tempestivo, correto e profissional, dando margem a descontentamentos e eventuais reclamações.

- Beneficiar-se de informações privilegiadas para a venda ou a compra de ativos financeiros (ações, debêntures, etc.) diretamente ou por intermédio de terceiros, por tratar-se de abuso de confiança.

- Valer-se de oportunidade ou prospecção de negócios que tenham sido identificadas pelas empresas do Itaú Unibanco para delas tirar vantagem, prejudicando acionistas e investidores.

- Vazar qualquer informação cuja utilização possa interferir no valor de mercado das ações do Itaú Unibanco, já que tal ato pode acarretar prejuízos aos acionistas e investidores.

Fornecedores

Empresas como o Itaú Unibanco formam cadeia de valor junto com seus fornecedores de bens, prestadores de serviços, parceiros comerciais e de negócios. A nossa responsabilidade toma a dimensão de nossa rede de parcerias. Em vista disso:

É necessário

- Adotar critérios objetivos, transparentes e justos de seleção e contratação para não dar margem a favorecimentos de qualquer espécie e desacreditar as parcerias formadas.

- Apoiar o desenvolvimento sustentável dos fornecedores, a promoção do trabalho digno e o cumprimento das exigências legais, trabalhistas, ambientais, sanitárias e de segurança, com especial ênfase ao combate a atos ilícitos ou criminosos (corrupção, tráfico de influência, fraudes, lavagem de dinheiro, contrabando, entre outros), a fim de manter um alinhamento com os princípios do nosso Código de Ética.

É inaceitável

- Tolerar qualquer forma de trabalho degradante (infantil, forçado, entre outros) ou condições de trabalho perigosas para a saúde, além de abusos físicos e psicológicos, a fim de não contribuir com a economia informal, comprometendo assim nossa imagem.

- Manter com os fornecedores vínculos comerciais e pessoais que possam influenciar a tomada de decisão e comprometer nossa isenção.

Princípio da interdependência

Concorrentes

A competição é essencial para que os clientes e consumidores possam exercer sua liberdade de escolha. No entanto, devemos ficar atentos a dois tipos de práticas: o da concorrência desleal, que lança mão de artimanhas para privilegiar algumas empresas em detrimento de outras e o da formação de trustes ou cartéis que submetem o mercado a um jogo de cartas marcadas que prejudica diretamente os compradores de bens ou serviços. Em razão disso:

É necessário

- Agir em conformidade com os preceitos da livre concorrência e respeitar a reputação e as opiniões dos nossos concorrentes.

- Participar de associações empresariais com espírito de cooperação, visando exclusivamente o aperfeiçoamento dos setores da economia em que atuamos.

- Respeitar a propriedade intelectual e não utilizar informações de concorrentes sem sua expressa autorização.

É inaceitável

- Promover práticas de espionagem econômica ou obter planos e ações dos competidores por métodos escusos.

- Fazer comentários que possam afetar a imagem ou contribuir para a divulgação de boatos sobre os nossos concorrentes.

- Discutir com nossos concorrentes assuntos sensíveis que constituam nossos diferenciais estratégicos, tais como estratégias de negócio, vantagens competitivas, política de preços, termos de contrato, custos, pesquisas de mercado, resultados contábeis e gerenciais, desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias.

Setor público

As relações e os contatos mantidos com as autoridades e funcionários públicos exigem de nossa parte ampla transparência e rigorosa prestação de contas. Sendo assim:

É necessário

- Manter nossas decisões corporativas livres de preferências partidárias ou ideológicas para não comprometer a isenção do Itaú Unibanco.

Princípio da interdependência

- Relacionar-se tendo sempre em mente o conflito aparente de interesses ou a percepção que outros possam ter de nossa conduta, para não colocar em dúvida a própria integridade do Itaú Unibanco.

- Limitar nossas parcerias e contribuições (patrocínios, doações, entre outros) ao benefício da coletividade e com vistas ao aperfeiçoamento do serviço público, como forma ativa de exercer nossa cidadania corporativa.

- Condicionar eventuais contribuições a partidos ou a candidatos políticos, às determinações das legislações locais e à conformidade com nossas diretrizes de aperfeiçoamento da cidadania e da sociedade, devendo os recursos doados ser registrados nos documentos contábeis e ser informados conforme a legislação vigente nos países onde atuamos.

- Respeitar a manifestação de opiniões e a participação política dos administradores e colaboradores em estrito caráter pessoal e desde que tais práticas não representem explicitamente o posicionamento do Itaú Unibanco nem constituam forma velada de apoio institucional.

É inaceitável

• Satisfazer interesses particulares em detrimento do bem comum ou contribuir para a apropriação privada de recursos públicos, uma vez que são práticas que lesam os interesses gerais e colocam em risco a reputação do Itaú Unibanco.

• Aliciar autoridades, funcionários públicos, permissionários de serviço público ou candidatos a cargos eletivos por meio de presentes ou de vantagens pessoais, seja para facilitar negócios, seja para que cumpram as próprias obrigações legais ou apressem rotinas, porque tais expedientes constituem formas de corrupção, além de configurarem infrações penais.

• Demonstrar quaisquer preferências corporativas por atos e declarações de agentes governamentais, bem como fazer comentários de natureza política que comprometam a manutenção de relações que se querem exclusivamente comerciais.

• Condicionar contribuições eventuais (patrocínios, doações, entre outros) à obtenção de benefícios indevidos para o Itaú Unibanco, para si mesmo ou terceiros em função dos efeitos prejudiciais sobre os interesses públicos e a reputação do banco.

Princípio da interdependência

Terceiro Setor

Refere-se ao setor constituído por organizações não governamentais que têm fins não econômicos, como as associações, fundações, Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), cujo objetivo principal é a produção de serviços de caráter público. Nossa relação com esse setor é um dos mais importantes aspectos de nossa cidadania corporativa, à medida que associa a eficácia econômica ao investimento social e visa contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa na oferta de oportunidades. Em razão disso:

É necessário

- Construir parcerias com vistas a promover o desenvolvimento sustentável da sociedade de forma a não comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades, nos estritos limites das legislações locais e em conformidade com nossas diretrizes corporativas.
- Destinar os patrocínios e as doações ao desenvolvimento social, econômico, educacional, cultural e ambiental das comunidades com as quais nos relacionamos.
- Apoiar e incentivar as ações sociais já realizadas pelo Itaú Unibanco por meio de seus Institutos e Fundações.

É inaceitável

- Realizar parcerias e contribuições (patrocínios, doações, entre outros) para organizações do Terceiro Setor em função de relacionamentos pessoais ou que não estejam em conformidade com a legislação e as diretrizes corporativas.
- Realizar ações de investimento social vinculadas a interesses de negócios.
- Condicionar o investimento social à compra de produtos ou serviços do banco pelas organizações beneficiadas.

Mídia

Reconhecemos a importância dos meios de comunicação de massa como linha de frente em defesa da liberdade de expressão, dos interesses públicos e variedade de opiniões, valores essenciais para consolidar a democracia no país. A difusão que esses meios fazem de notícias e análises é essencial para informar a população e dotá-la de instrumentos indispensáveis para que se posicionem diante dos mais variados problemas de modo consciente. Por isso:

Princípio da interdependência

É necessário

- Manter o relacionamento com a mídia pautado pela veracidade e independência, no claro intuito de contribuir para que os veículos de comunicação cumpram sua função de informar criteriosamente a opinião pública.

É inaceitável

- Confundir a obrigação de prestar contas com ações de marketing ou de publicidade para não incorrer em eventuais mal-entendidos que induzam a erro nossos públicos de relacionamento.

Princípio
da boa-fé

Agimos de boa-fé e assumimos a responsabilidade por nossas ações e escolhas.

As evidências demonstram que confiança gera confiança, às vezes redobrada. Aplicamos então a tradicional regra de ouro: fazer aos outros o mesmo que esperamos que façam conosco.

Somos orientados por três razões principais: sabemos que não seremos dignos de crédito se não dispensarmos aos outros o tratamento justo que eles esperam receber; sabemos que ao sermos responsáveis por nossos atos e escolhas, daremos prova da honestidade dos nossos propósitos; sabemos que não há negócio que dure sem que haja firme confiança entre as partes. Assim, para assegurar a credibilidade do Itaú Unibanco e consolidar a confiança depositada em nós:

É necessário

- Praticar o diálogo, o que significa estar aberto a acolher opiniões divergentes de caráter construtivo, pois isso descontrai o ambiente de trabalho, favorece a convivência social, abre horizontes e multiplica as oportunidades de inovação.
- Conferir o devido crédito às ideias e realizações dos colegas no intuito de dignificar seu trabalho e resguardar o que lhes pertence.
- Compartilhar informações não confidenciais cujo desconhecimento possa comprometer atividades ou decisões alheias, fortalecendo o relacionamento com os públicos de relacionamento e a sociedade e aprimorando a qualidade das relações.

É inaceitável

- Induzir os outros a erro e causar-lhes prejuízo, ainda que isso venha a beneficiar o Itaú Unibanco.
- Usar o nome do Itaú Unibanco ou o próprio cargo para obter benefícios pessoais ou vantagens para parentes ou terceiros, assumindo o risco de manchar a própria reputação profissional e a da organização.
- Apresentar ideias, opiniões e preferências pessoais como se fossem do Itaú Unibanco, de seus administradores ou colaboradores, ato que mina a confiança e o clima de colaboração.

Princípio da excelência

Aprimoramos continuamente a qualidade do nosso trabalho e cultivamos ambientes motivadores e que estimulam a cooperação.

Para poder distinguir-se em um mercado altamente competitivo, é preciso alcançar padrões superiores de qualidade nos serviços prestados. Tais padrões, no entanto, dependem: do aprimoramento continuado de nosso trabalho e dos processos que lhe dão suporte e de um ambiente motivador, de respeito mútuo e amplamente cooperativo.

Assim, a excelência de nosso trabalho resulta de uma construção coletiva e depende, sobretudo, da qualidade da postura profissional e do modo como resolvemos conflitos de interesses.

Postura profissional

Nossas escolhas e atitudes tanto influenciam positivamente a confiança que recebemos quanto geram descrédito, dando origem a insatisfações pessoais e profissionais. Daí a importância de qualificar nossa conduta profissional. Em decorrência disso:

É necessário

- Aprender com os erros cometidos, reconhecendo-os e propondo possíveis mecanismos de prevenção, dado o seu potencial de provocar prejuízos aos demais colegas e ao Itaú Unibanco.

- Realizar seu trabalho de maneira consciente, com integridade, diligência e fidelidade aos interesses do Itaú Unibanco.

- Zelar pelas instalações, recursos, equipamentos, máquinas e demais materiais de trabalho postos à disposição e somente utilizá-los para fins particulares em casos de emergência e com extrema moderação.

- Usar de forma responsável os benefícios recebidos, a exemplo dos planos de saúde e odontológico, produtos bancários, vale-alimentação e refeição, transporte, estacionamento, clubes de recreação, entre outros, como sensata demonstração de colaboração.

Princípio da excelência

- Exercitar nossa cidadania corporativa ao respeitar o direito à livre associação partidária, religiosa e sindical, cumprir as convenções e os acordos coletivos e observar os direitos e deveres trabalhistas.

- Seguir as orientações do consumo consciente ao não desperdiçar recursos, tais como água, energia, papel, objetos descartáveis, materiais de escritório, combustível, entre outros, num esforço para preservar o meio ambiente e para reciclar o que for possível.

- Garantir e respeitar a participação facultativa e voluntária em rateios ou coletas para custeio de comemorações internas, presentes para colegas, amigo oculto ou doações, sem permitir que os valores desembolsados sejam divulgados, a fim de manter um clima sadio de cordialidade.

- Evitar: a realização de rifas, sorteios, bolões ou jogos com premiações; solicitar ou conceder empréstimos a colegas de trabalho.

- Moderar o uso de bebidas alcoólicas nas comemorações internas e não abusar do barulho para não prejudicar os relacionamentos e bom andamento dos trabalhos.

- Informar ao gestor direto a intenção de se candidatar a cargo público eletivo com um prazo superior a três meses antes de ingressar com o pedido de homologação de candidatura, com o propósito de manter a boa ordem dos serviços.

• Prevenir-se contra desequilíbrios financeiros, pois eles acarretam prejuízos de ordem moral, psicológica, profissional e social. Gerencie os negócios pessoais e familiares com planejamento, prudência e responsabilidade, usando os recursos financeiros de forma consciente.

• Basear seus investimentos, financiamentos e empréstimos em informações públicas, seguindo as legislações e as restrições das políticas, normas e procedimentos internos que proíbem o uso de informações privilegiadas.

• Comunicar ao gestor ou ao canal competente, de forma fundamentada, qualquer transgressão ao presente Código, dando mostra de vigilante espírito de cooperação com o Itaú Unibanco.

É inaceitável

• Discriminar quem quer que seja por seu gênero, cultura ou etnia, raça ou cor, condição social, religião, idade, estado civil, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, características físicas permanentes ou temporárias, pessoas com deficiência, entre outros, visto que isso configura ato de intolerância e fere a dignidade das pessoas.

Princípio da excelência

- Praticar ou tolerar o assédio moral que provoca danos à integridade pessoal daqueles que se tornam alvos, ou o assédio sexual que busca obter favores sexuais, que traz consequências legais e nocivas sobre o ambiente de trabalho.

- Punir ou retaliar quem reporte em boa-fé aos canais competentes de notificação a ocorrência de assédio, discriminação ou qualquer infração ao presente Código, gerando um clima interno de perseguição, medo e descrédito.

- Realizar negócios de interesse pessoal com base em informações do Itaú Unibanco ou em prejuízo das próprias responsabilidades funcionais.

- Vender ou comprar mercadorias ou serviços nas dependências do Itaú Unibanco para não desperdiçar tempo útil e não embaraçar os colegas.

- Reproduzir boatos e maledicências contra colegas, concorrentes, clientes e parceiros de negócios, gerando desconfortos, embaraços e até retaliações contra si e contra o Itaú Unibanco.

- Falar com a imprensa em nome do Itaú Unibanco ou de suas empresas se não for uma fonte previamente autorizada.

- Praticar ou tolerar negócios ou operações que possam contribuir para a realização de atos ilícitos ou criminosos, tais como corrupção, propina, lavagem de dinheiro ou fraude, infringindo dispositivos legais e expondo o Itaú Unibanco a graves penalidades.

- Disseminar conteúdos contrários aos valores e diretrizes do Itaú Unibanco (pornográficos, preconceituosos, ilegais, entre outros).

- Usar drogas ilícitas, pondo em risco a imagem do Itaú Unibanco e comprometendo o desempenho funcional e o ambiente de trabalho.

Conflitos de interesses

Há conflito de interesses quando interesses particulares, sejam pessoais ou de grupos, chocam-se e se sobrepõem aos interesses do Itaú Unibanco ou aos interesses de seus públicos de relacionamento. Nesse caso, a isenção das nossas ações fica comprometida e põe em risco a reputação do Itaú Unibanco, de seus administradores e colaboradores. Assim, para não abusar das prerrogativas da posição que ocupamos e para evitar práticas que possam gerar benefícios particulares ou vantagens indevidas para terceiros, comunicamos prontamente aos canais competentes toda situação em que se vislumbre conflito de interesses e solicitamos orientação a respeito.

Informações e *know-how*

A maneira como utilizamos as informações e o *know-how* (conhecimentos, técnicas, tecnologias, métodos, sistemas, softwares, entre outros) disponíveis pode gerar resultados positivos ou negativos, já que esse uso impacta tanto os negócios como a reputação das pessoas. Por isso, o sigilo das informações não públicas (restritas, confidenciais e internas) é muito importante tanto no âmbito profissional como no pessoal. Nesse sentido:

É necessário

- Usar nossas informações e conhecimento em prol do Itaú Unibanco e, quando couber, em favor de nossos públicos de relacionamento.

- Respeitar a privacidade dos clientes e fornecedores, mantendo em sigilo seus cadastros, informações, operações e serviços contratados, sob pena de pôr em risco a confiança conquistada.

- Proteger e impedir o vazamento de qualquer documento ou informação que possa causar desconforto ou prejuízo a pessoas ou empresas. Certificar-se de que informações não públicas circulem apenas em áreas autorizadas.

- Solicitar a autorização de um diretor antes de utilizar informações ou conhecimentos não públicos em atividades ou publicações externas, tais como aulas, congressos, palestras, trabalhos acadêmicos, livros, revistas e mídias sociais (redes de relacionamento, compartilhamento de vídeos ou de fotos, blogs e microblogs), uma vez que sua revelação ou adulteração pode eventualmente ocasionar prejuízos financeiros, favorecer a concorrência ou gerar impactos negativos aos negócios ou à imagem do Itaú Unibanco.

É inaceitável

- Valer-se de informações não públicas para fins particulares ou repassá-las a terceiros sem prévia autorização dos donos da informação, uma vez que podem prejudicar o Itaú Unibanco e seus públicos de relacionamento.

- Levar consigo cópia de informações, processos, metodologias, softwares, entre outros do Itaú Unibanco ainda que tenham sido desenvolvidos pelo colaborador em seu ambiente de trabalho, por se tratar de furto de propriedade intelectual.

- Divulgar em redes sociais informações de propriedade do Itaú Unibanco, bem como divulgar boatos ou manchar a imagem de administradores, colaboradores ou da organização.

Relações de parentesco e proximidade

Indicações e contratações de parentes, cônjuges e parceiros de união estável são permitidas, mas podem resultar em conflitos de interesses reais ou presumidos, tal como a prevalência de critérios subjetivos sobre o assunto se não forem administrados adequadamente.

Nesse grupo de relações estão incluídos os cônjuges, os parentes consanguíneos, por afinidade, por adoção em linha reta de ascendência (pais, avós), descendência (filhos, netos) ou por relação colateral (cunhados, primos, sobrinhos, genros, noras, etc.); incluem-se ainda os parceiros de união estável e relacionamentos de caráter afetivo (namoro, etc.). Isso posto:

Princípio da excelência

É necessário

- Informar o gestor direto e o responsável pela contratação, caso queira indicar um cônjuge ou parente para trabalhar no Itaú Unibanco, a fim de que se verifique a existência de algum impedimento.

É inaceitável

- A existência de conflitos de interesses ou prática de favoritismo resultante de parentesco ou relações de proximidade por parte de administradores e colaboradores que trabalhem: na mesma diretoria; em diretorias distintas; ou que estejam alocados num mesmo local físico (ex.: agência).

Atividades externas e relações pessoais com clientes e fornecedores

Eventuais vínculos mantidos pelos administradores e colaboradores com outras empresas podem possibilitar a ocorrência de favorecimento, o que pode manchar imagens ou destruir reputações. Em decorrência disso:

É necessário

- Comunicar o gestor direto sobre a intenção de assumir atividades em outras organizações e aguardar seu parecer com base na Política Corporativa de Ética (HF-5).
- Solicitar autorização expressa ao diretor antes de formar sociedade com profissionais, empresas e administradores de empresas que sejam clientes ou fornecedores do Itaú Unibanco, para que as implicações possam ser devidamente avaliadas.
- Buscar a orientação da assessoria de imprensa antes de participar de entrevistas e programas na mídia ligados às atividades realizadas no Itaú Unibanco, com intuito de evitar quaisquer mal-entendidos.

É inaceitável

- Realizar negócios particulares com profissionais ou empresas que sejam clientes, fornecedores ou que mantenham qualquer tipo de relacionamento com o Itaú Unibanco, sem obter a autorização expressa do Colegiado de Ética da empresa e sem seguir as diretrizes corporativas, uma vez que a relação pode despertar questionamentos.

- Trabalhar em outras organizações como gestor, colaborador, prestador de serviço, consultor ou conselheiro, sócio, sócio-diretor ou sócio-investidor, cujas atividades conflitem de algum modo com as próprias atividades desenvolvidas no Itaú Unibanco, seja pela sua natureza, seja pelo tempo despendido nelas, à medida que tal situação cria dilemas e pode subtrair parte da atenção do colaborador.

Cortesias e contribuições

Relacionamentos externos ou praxes comerciais podem ser rotulados hoje em dia como tentativas de aliciamento ou como formas de influenciar tomadores de decisão, tanto no âmbito comercial como no âmbito político. Como exemplo, podemos citar: convites para refeições, presentes, ofertas de gratificações, prêmios, descontos em transações de caráter pessoal, viagens de negócios ou lazer, eventos esportivos, shows, espetáculos culturais ou favores de qualquer espécie.

Essas vantagens, realizadas com a justificativa de criar afinidades entre as partes ou de estreitar relações funcionais, podem ser facilmente confundidas com expedientes que visam burlar regras ou podem ser interpretadas como meios ilegítimos de facilitar negócios. Diante de tão delicada questão:

É necessário

- Evitar o recebimento e a oferta de tais artifícios que, direta ou indiretamente, possam induzir a vínculos ou compromissos prejudiciais à lisura dos negócios, a não ser que as práticas de mercado exijam a troca de cortesias e que, nos limites indicados pelas normas corporativas em que atuamos referentes ao assunto, tais ações sejam autorizadas.

- Realizar contribuições em nome do Itaú Unibanco (patrocínios ou doações), em conformidade com as normas corporativas que regulam o assunto, principalmente no tocante ao setor público.

- Informar o Oficial de Controles Internos e Riscos de sua área sobre o recebimento de qualquer cortesia ou contribuição.

Princípio da excelência

É inaceitável

• Sugerir, oferecer, conceder, prometer ou receber cortesias, contribuições e favores de qualquer natureza a pessoas e empresas dos setores público e privado, terceiro setor ou a membros de partidos políticos, bem como de órgãos governamentais, em troca ou a título de facilitação de negócios, operações ou atividades do Itaú Unibanco ou visando benefícios indevidos para si mesmo ou para terceiros.

• Oferecer ou receber cortesias e contribuições de qualquer natureza ou valor, ainda que sejam apenas brindes, para não dar margem a suspeitas, sendo administrador ou colaborador da Diretoria de Compras do Itaú Unibanco.

Nota: A Política Corporativa de Ética (HF-5) e a Política Corporativa de Combate à Corrupção e à Propina (HF-22) especificam as regras relativas a cortesias e contribuições a fim de ampliar nossa compreensão a respeito do assunto.

Abrangência e gestão do Código de Ética

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. e se aplica indiscriminadamente a todos os administradores e colaboradores do Conglomerado Itaú Unibanco, no Brasil e no exterior.

Os Colegiados de Ética (Comissão Superior de Ética, Comitês de Ética das empresas do Itaú Unibanco no Brasil e no exterior e os Comitês de Conduta das Áreas Executivas) monitoram o cumprimento do Código de Ética e da Política Corporativa de Ética (HF-5) do Itaú Unibanco e resolvem dúvidas relativas a tais diretrizes.

O Comitê de Auditoria supervisiona o Programa Corporativo de Ética.

Dúvidas e exceções

As dúvidas e avaliações de exceções relativas aos temas do Código de Ética devem ser encaminhadas à chave de e-mail:

- **Empresas no Brasil:** Ombudsman
- **Empresas no exterior:** ombudsman@ombudsman.itau-unibanco.com.br ou ombudsman.itub@terra.com.br

Canais de orientação e notificação

O compromisso de cada um de nós com as diretrizes inscritas no Código é a base efetiva da solidez e perenidade do Itaú Unibanco. Isso significa que, caso nos deparemos com um fato ou suspeita de violação de uma diretriz, lei, regulamento ou norma, cabe-nos comunicar o fato prontamente aos canais conforme as seguintes condições:

- O sigilo da apuração será rigorosamente mantido;
- O anonimato será assegurado a quem assim o desejar;
- A apuração será conduzida com imparcialidade e independência;
- Denúncias ou acusações sem fundamentação consistente serão desconsideradas;
- Denúncias ou acusações de má-fé, visando prejudicar alguém, estarão sujeitas às sanções disciplinares;
- Sanções disciplinares estão previstas contra qualquer tentativa de retaliação.

Canais de orientação e notificação

Superintendência de Ética e Ombudsman

Manifestações, dúvidas, suspeitas, denúncias, reclamações, sugestões, etc. sobre:

- Código de Ética Itaú Unibanco;
- Política Corporativa de Ética (HF-5);
- Conflitos de relacionamento;
- Dilemas éticos;
- Conflitos de interesses.

Contatos:

- **Telefone**: 0800 721 4040
- **E-mails externos:** ombudsman@ombudsman.itau-unibanco.com.br ou ombudsman.itub@terra.com.br
- **E-mail interno:** caixa Ombudsman
- **Portal Itaú Unibanco, na rota:** institucional > visão, cultura e valores > ética e ombudsman > fale conosco
- **Contato pessoal**

Superintendência de Inspetoria

- Fraudes nos canais eletrônicos;
- Fraudes documentais, nas suas diversas modalidades;
- Atos de corrupção e propina;
- Furto e roubo a unidades e extensões, clientes e colaboradores;
- Arrombamentos em geral;
- Extorsão mediante sequestro;
- Incidentes de segurança da informação, física, pessoal e patrimonial;
- Desvio de comportamento de colaboradores.

Contatos:

- **E-mail interno:** caixa Inspetoria
- **Central de Atendimento:** 0800 723 0010

- **Sistema:** registre a ocorrência no Sistema Itaú de Tratamento de Ocorrências (SITO)
- **E-mail externo:** inspetoria@itau-unibanco.com.br
- **Malote:** destinatário: Gerência de Inspetoria/São Paulo
- **Correspondência:** A/C Inspetoria – Av. Dr. Hugo Beolchi, 900 – piso -1 Torre Eudoro Villela – São Paulo-SP – CEP 04310-030

Comitê de Auditoria

Suspeitas e denúncias sobre:

- Descumprimento legal ou regulamentar;
- Fraudes e erros nas atividades de auditoria, contabilidade e controles internos.

Contatos:

- **E-mail externo:** comite.auditoria@itau-unibanco.com.br
- **E-mail interno:** caixa Comitê Auditoria
- **Correspondência:** A/C Comitê de Auditoria Itaú Unibanco Holding S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setubal, piso PM – São Paulo-SP – CEP 04344-902

Nota: Os canais de orientação e notificação das Unidades Internacionais da Instituição estão especificados em suas versões do Código de Ética.

Sanções disciplinares

O descumprimento das diretrizes do Código e da Política Corporativa de Ética (HF-5) é passível de sanções administrativas estabelecidas em normas internas do Itaú Unibanco.

"Difícil não é fazer
o que é certo, é descobrir
o que é certo fazer."

Robert Henry Srour

Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

Banco Itaú Unibanco S.A.

Contratante:

Questionário preenchido por:

Time de Vendas Especializadas

Data:

01 outubro de 2019

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A").

Versão: [-]

ANBIMA

Apresentação

Este questionário é baseado no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros ("Código"). Ele tem o objetivo de auxiliar o administrador fiduciário no processo de contratação de gestores de recursos de terceiros para os fundos de investimento.

O questionário busca abordar, minimamente, a adoção de práticas consistentes, objetivas e passíveis de verificação que sejam suficientes não só para entender e mensurar os riscos associados à prestação de serviço como também para garantir um padrão aceitável da instituição a ser contratada.

O anexo ao questionário trata de informações específicas dos fundos de investimento.

O administrador fiduciário poderá adicionar outras questões julgadas relevantes na forma de anexo a esse questionário.

Este questionário deve ser respondido por profissional com poderes de representação, e qualquer alteração em relação às respostas enviadas e aos documentos encaminhados após o preenchimento deste questionário deve ser enviada à instituição que contratou a prestação de serviço em até cinco dias úteis da referida alteração.

Este questionário entrará em vigor em 11 de janeiro de 2019.

Sumário

Apresentação 1

1. Informações cadastrais 4

2. Informações institucionais 5

3. Receitas e dados financeiros 10

4. Recursos humanos 12

5. Informações gerais 14

6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito 15

7. Gestão de recursos 18

8. Distribuição 22

9. Risco 23

10. Compliance e controles internos 30

11. Jurídico 34

12. Anexos ou endereço eletrônico 35

1. Informações cadastrais

1.1 Razão social

Banco Itaú Unibanco S.A.

1.2 Nome fantasia

Itaú Asset Management ("IAM")

1.3 É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB")?

Sim.

1.4 Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.

As principais autoridades regulatórias em que a empresa possui registro são: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

1.5 Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?

Sim, as principais são ANBIMA e FEBRABAN.

1.6 É instituição nacional ou estrangeira?

Nacional.

1.7 Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?

O Banco Itaú possui filiais responsáveis pela gestão de recursos de terceiras em Nova Iorque, Buenos Aires, Santiago e Bogotá*.

*A atuação do Itaú Unibanco em certas unidades externas pode se dar por meio de sociedades legalmente constituídas nesses países, sendo essas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco

1.8 Endereço

Itaú Asset Management:
Av. Faria Lima 3500 – 4º andar
São Paulo, SP
Brasil CEP:04538-132

1.9 CNPJ

60.701.190/0001-04

1.10 Data de Constituição

Data da Constituição do Itaú: Janeiro de 1945
Data da Constituição do Unibanco: Setembro de 1924
Data da Fusão entre Itaú e Unibanco: Novembro de 2008

1.11 Telefones

(11) 3631-2939

1.12 Website

www.itauassetmanagement.com.br

1.13 Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário

Antonio Carlos Zanchetta.

1.14 Telefone para contato

(11) 3631-2515

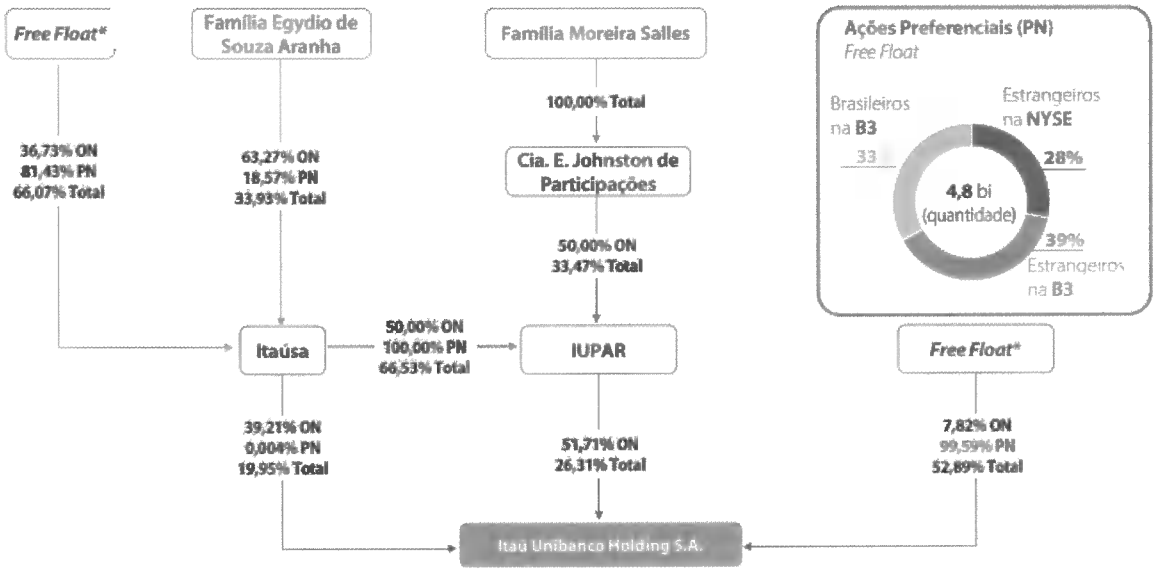
1.15 E-mail para contato

distribuicaoinstitucionais@itau-unibanco.com.br

2. Informações institucionais

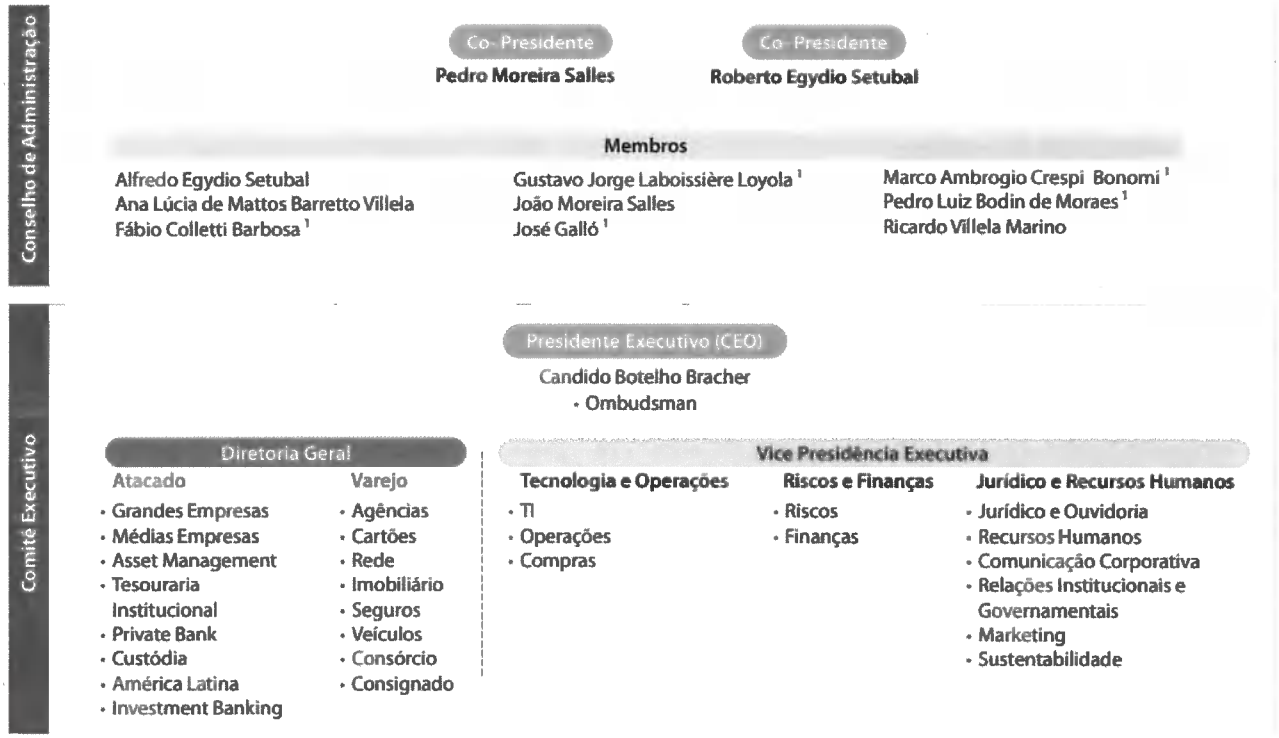
2.1 **Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).**

A Itaú Asset Management é uma das unidades de negócios do Itaú Unibanco Holding S.A (IUH), inserida na Diretoria Geral do Atacado. Desta forma os principais sócios do IUH são representados pelas Holdings das famílias Egydio de Souza Aranha, Moreira Salles e pelos acionistas em geral (free float).



Nota: ON = Ação Ordinária; PN = Ação Preferencial; (*) Excluindo Controladores e Tesouraria.
Fonte: Apresentação Institucional – 3º Trimestre de 2019

2.2 **Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável).**



(1) Conselheiro Independente.

Fonte: Apresentação Institucional – 3º Trimestre de 2019

2.3 **Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).**

* Itaú Unibanco S.A é considerado um "filiado participante" do IUAM e alguns dos seus colaboradores são "pessoas associadas" ao IUAM pela orientação de não-ação do SEC. Colaboradores identificados no quadro da organização como pessoas associadas ao IUAM executam atividades relacionadas direta ou indiretamente ao serviço de aconselhamento de investimentos prestado pela IUAM. Em tais situações, esses indivíduos agem em favor da IUAM como conselheiros de investimento registrados na US SEC. As regulamentações da SEC são aplicáveis exclusivamente aos clientes ITAÚ e aos investidores atuais e em potencial da IUAM.

Itaú Asset Management– 3º Trimestre de 2019

2.4 **A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).**

Sim, o Itaú Unibanco é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA. Além deste código, o Itaú Unibanco também adere aos seguintes códigos da ANBIMA:

- Código para Fundos de Investimento
- Código para o Programa de Certificação Continuada
- Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais
- Código para Private Banking no Mercado Doméstico
- Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE
- Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas
- Código de Distribuição de Produtos no Varejo
- Código de Ética
- Código de Negociação de Instrumentos Financeiros
- Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor

2.5	**A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?**

Sim.

2.6	**A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?**

Sim, desde 2008.

2.7	**A gestora é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.**

Sim, somos signatários do Código de Autorregulação da FEBRABAN e do Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship.

2.8	**Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar:** **I. CNPJ da empresa;** **II. percentual detido pelo executivo na empresa; e** **III. qual a atividade por ele desempenhada.**

Todos os colaboradores estão sujeitos ao Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Segundo o qual, caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar o pedido em questão.

2.9	**Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever:** **I. a estrutura funcional de segregação e** **II. o relacionamento com a gestora.**

O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia). Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente da Itaú Asset Management, tendo um back office próprio para desempenhar estas atividades.

O Itaú Unibanco possui Política de Segregação de atividades (sigla interna PR-71), atualizada anualmente, que define os Princípios, Diretrizes e Gestão de Segregação adotados pela Diretoria Geral de Atacado (DGA) do Itaú Unibanco S.A.

Os princípios são:

•Manter sigilo sobre as operações e estratégias confidenciais da Instituição e de seus clientes,

Usar as informações confidenciais recebidas em sua atividade profissional exclusivamente no exercício de suas funções;

•Não fazer uso de informações confidenciais obtidas no exercício de suas atividades funcionais em benefício próprio ou de terceiros;

•Executar suas funções com base nas informações de sua respectiva área ou equipe, obtidas de forma independente das demais áreas ou equipes das quais sua área ou equipe de atuação estejam segregadas. Não buscar obter, nem fornecer informações confidenciais da Instituição ou de seus clientes violando Barreiras de Informação estabelecidas nos termos desta Política;

•É estritamente vedada a utilização de Informação Privilegiada na negociação de Valores Mobiliários no exercício de suas atividades na Instituição, seja na gestão dos recursos próprios, seja na administração de recursos de terceiros ou na prestação de serviços no mercado de capitais, como os de intermediação ou correlatos. A vedação aqui referida não abrange a negociação com informações resultantes de pesquisa ou avaliação não divulgada, promovida pela própria área ou equipe responsável pela negociação e baseada exclusivamente em dados públicos, sem prejuízo às restrições específicas relacionadas à área de Research. É vedada a transmissão, de modo formal ou informal, de informações confidenciais de propriedade de clientes, salvo na medida em que o fluxo de informações confidenciais seja estritamente necessário à atuação da Instituição no interesse do cliente fornecedor ou proprietário da informação (need to know basis). Nenhum colaborador pode acessar instalações das áreas segregadas fisicamente com acesso restrito, sem autorização. Nenhum colaborador pode acessar sistemas e bases que permitam consulta a informações confidenciais quando não forem necessárias à execução de suas atividades;

•As negociações pessoais do público-alvo estão sujeitas à(s) Política(s) de Investimentos Pessoais do Conglomerado e demais normas internas que sejam aplicáveis ao público-alvo (inclusive as regras relativas às negociações de Valores Mobiliários de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.,

•A participação do público-alvo em Comitês deverá considerar os parâmetros e recomendações contidos nesta Política. Especial atenção deve ser dedicada à avaliação de conveniência e efeitos de eventual transmissão de Informações Privilegiadas a colaboradores que atuem na negociação ou intermediação de Valores Mobiliários;

Os colaboradores do Lado Privado não podem compartilhar, de modo formal ou informal, Informações Privilegiadas com colaboradores do Lado Público;

Poderão ser estabelecidas regras e Políticas adicionais para atendimento de especificidades ou exigências regulatórias aplicáveis a áreas específicas da Diretoria Geral de Atacado, tais como áreas envolvidas com atividades como administração de recursos de terceiros e consultoria, análise e distribuição e intermediação de Valores Mobiliários, e/ou a outras áreas que executem atividades relacionadas à Diretoria Geral de Atacado, inclusive na Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF), tais como as equipes envolvidas com o controle de riscos na gestão de recursos de terceiros. Tais regras e Políticas deverão ser observadas pelos seus destinatários adicionalmente às disposições desta Política. Em caso de divergência entre o teor desta Política e das regras adicionais específicas, as regras específicas prevalecerão;

Todas as alterações significativas de estrutura organizacional na DGA e áreas neutras, que possam ter impacto para os procedimentos de segregação de atividades e/ou possibilidade de alteração de vaso comunicante descritos nesta Política, devem ser comunicadas previamente pelas áreas executoras à Diretoria de Compliance Corporativo (DCC), que as avaliará, com o suporte da Diretoria Jurídica Negócios Atacado, quando cabível, podendo sugerir ajustes ou controles adicionais para assegurar a observância dos princípios e regras desta Política;

Alterações relevantes de produtos e processos que envolvam aspectos de segregação devem seguir a Governança estabelecida na Política Corporativa de Avaliação de Produtos e documentos relacionados referentes a cada área de negócio da DGA

Com relação à "gestão de incidentes, caso o colaborador tenha alguma dúvida ou suspeita sobre quebra acidental de barreira, ou outra situação em que haja indício de violação das regras desta Política ou risco de disseminação de Informação Privilegiada, deve-se enviar e-mail para: "Segregacao DGA"

2.10 Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).

Rubens Luiz dos Santos Henriques - CEO Itaú Asset Management

Rubens iniciou sua trajetória no mercado financeiro no Votorantim Asset Management. Ingressou no Itau Unibanco em 2007, tendo liderado a área de gestão de recursos responsável pela arquitetura aberta no Brasil e no exterior. Desde a fusão do Itaú Unibanco esteve envolvido no desenvolvimento da área de Fund of Funds, que passou a liderar em 2013. Sob sua gestão a equipe de 34 pessoas no Brasil e no exterior levou o business de Fund of Funds de R$40bi em 2013 para R$150bi em 2018. Tornou-se diretor do banco em 2018 e em maio de 2019 foi convidado para assumir a cadeira de CEO da Itaú Asset Management, combinando sua diretoria de Fund of Funds com a Itau Asset.

Rubens é graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é alumni pela Harvard Business School, certificado em Risk Management pela The Wharton School e concluiu o Programa de Educação Executiva da Dom Cabral. Adicionalmente, possui a certificação CAIA (Chartered Alternative Investment Analyst).

3. Receitas e dados financeiros

3.1 Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5(cinco) anos.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
2018	679,5 bilhões	244**	708
2017	601,1 bilhões	262	667
2016	524,0 bilhões	259	640
2015	462,0 bilhões	270**	630
2014	388,3 bilhões	363	625

*Fonte: Ranking de Gestão Anbima, dezembro de 2018.
**Mudança no critério de demonstração da informação, contendo apenas os profissionais alocados na estrutura da Itaú Asset Management.

3.2 Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).

FUNDOS	Nº	% Carteira
Domicílio local	N/D	100% (Dados conforme enviados a ANBIMA).
Domicílio em outro país	N/D	N/D

	Clubes de Investimento	Nº	% CArteira
		N/D	N/D
	Carteiras	Nº	% Carteira
	Domicílio Local	N/D	N/D
	Carteira de Investidor Não Residente	N/D	N/D

3.3 Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:

Tipo	Nº	Exclusivos/Reservados	% Total
Renda Fixa	160	-	22,19%
Multimercado	363	-	50,35%
Cambial	2	-	0,28%
Ações	95	-	13,18%
FIDC	-	-	-
FIP	-	-	-
FIEE	-	-	-
FII	-	-	-
Fundo de Índice (ETF)	9	-	1,25%
Outras categorias	91	-	12,62%

3.4 Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?

Temos uma parcela de ativos referentes às nossas reservas técnicas que compõem o total de ativos sob gestão. Já o percentual relativo a sócios e principais executivos não é significativo frente ao volume total gerido pela Itaú Asset Management.

4. Recursos humanos

4.1 Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?

A Itaú Asset Management possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar os funcionários aos objetivos e prioridades da área. O foco do plano de remuneração é incentivar, de forma concomitante, o desempenho global da Asset, o desempenho de cada unidade de negócio e o desempenho individual.

O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú Asset Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio e o desempenho individual. O bônus, cujo target é alcançado com o atingimento de 100% das metas fixadas, é estabelecido com base em pesquisa salarial e variam conforme nível hierárquico e área de atuação.

A remuneração das áreas de gestão foi idealizada conforme os objetivos de suas estratégias, sendo, portanto diferenciadas entre si. O bônus é calculado de acordo com a performance, como um percentual desse target bônus. No caso dos colaboradores associados ou de alta performance (a depender o nível hierárquico), existe ainda um percentual do bônus que é adicionado ao valor final.

4.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?

Os mecanismos utilizados são: Política de Benefícios, Previdência Privada, Políticas de Méritos e Promoções, Programas de Formação (MBA nacional e internacional, programa de trainees e programa de estágio) e Job Swaps ou expatriação (oportunidade de executar projeto em uma das unidades externas da Itaú Asset Management).

4.3 Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.

A Academia Asset disponibiliza ações de educação corporativa que visam promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das equipes e lideranças, por meio da aquisição de conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos, as quais estão divididas de acordo com o objetivo principal, a saber:

- **Programas de Formação:** são ações que visam a capacitar os colaboradores, recém-promovidos e/ou admitidos, para o eficaz desempenho de um conjunto de atividades próprias de seu cargo.

- **Programas de Aperfeiçoamento:** são ações que visam a oferecer aos colaboradores já formados e com vivência na função condições para um melhor desempenho. São estruturados a partir de necessidades específicas das áreas.

- **Programas de Especialização:** são programas que visam a complementar e a consolidar a formação técnica dos profissionais por meio de cursos de especialização (Programa de Especialização e MBA in-company).

- **Programas de Certificação Profissional:** são programas que permitem ao colaborador obter certificação profissional, em conformidade com regras e normas estabelecidas por entidades reguladoras, nacionais e internacionais (Certificação Nacional e Internacional).

4.4 De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?

Os gestores são avaliados pela performance ou a aderência de seus fundos sob gestão. Mais especificamente, os fundos são avaliados em relação ao atingimento de uma meta de retorno e ao desempenho relativo aos fundos concorrentes semelhantes (*peer group*). No caso dos fundos cujo mandato seja replicar um índice, define-se performance como sendo sua aderência à sua referência.

4.5 A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo ("PLDFT")? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

Sim. O programa de treinamento de PLD/CFT do Itaú Unibanco é contínuo e permanente, de acordo com as diretrizes de nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos. É composto por: a) e-learning; b) treinamento em sala de aula; c) campanhas de conscientização e materiais de apoio. O e-learning de PLD/CFT é aplicável a todos os funcionários e reciclado a cada dois anos.

4.6 Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

As políticas de práticas ilícitas estão incorporadas na Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos e seguem os mesmos programas de treinamentos citado na questão 4.5.

5. Informações gerais

5.1 Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.

Não. A Itaú Asset é a unidade de negócios do Itaú Unibanco responsável pela gestão de recursos de terceiros.

5.2 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).

A organização possui uma estrutura capaz de suportar o crescimento dos ativos, conforme planejamento estratégico de crescimento do negócio.

5.3 A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).

Sim, em setembro de 2019, a Fitch Ratings reafirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimento da Itaú Asset Management em "Excelente" refletindo a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimentos oferecidas.

A Standard & Poor's Global Ratings afirmou, em outubro 2019, o Rating de Práticas de Administração de Recursos de Terceiros da Itaú Asset Management (IAM) em "AMP-1 (Muito Forte)".

5.4 Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?

Revista Exame

• Melhor gestora de fundos pela 10° vez (2018, 2017, 2016, 2015, 2014)

• Melhor gestora de fundos Multimercados, além de melhor gestora de fundos de Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2018

• Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações, Alta Renda e Varejo Seletivo em 2017

• Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações e Multimercado, além de melhor gestora de fundos de Varejo, Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2016

• Melhor gestora em fundos de Renda Fixa e de Varejo Seletivo em 2015

• Melhor gestora de fundos voltado para empresas e investidores institucionais e a melhor gestora de fundos multimercados do ano de 2014

Investidor Institucional

• 2016 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais

• 2015 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais

Valor S&P

• Prêmio Top Gestão em fundos de Renda Variável 2017

• Prêmio Top Gestão 2015: gestor com maior número de fundos 5 estrelas (15)

• Prêmio Top Gestão na Categoria Alocação Mista Flexível 2014

• Prêmio Top Gestão na Categoria Multimercados 2016

6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito

6.1 Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).

A Itaú Asset Management investe significativamente nas áreas de pesquisa fundamentalista, econômica, quantitativa e de crédito cobrindo as principais economias do mundo, como a América Latina, EUA, Europa e Ásia (nesse último, com foco em China e Japão).

A pesquisa quantitativa provê suporte às mesas de gestão e à área econômica, para modelagem de estratégias mais sofisticadas e aprimoramento de modelos econométricos. A área também atua no desenvolvimento de tecnologias de Portfolio Solutions.

Já a área de crédito está inserida na mesa de fundos de crédito e possui parte da equipe focada em análise de crédito no Brasil, Estados Unidos e Latam.

A análise de renda variável está segregada em dois grupos principais: estratégias ativas e estratégias de retorno absoluto.

Atualmente, as equipes de pesquisa de empresas cobrem grande parte das empresas na América Latina, das quais boa parte são companhias brasileiras. Os analistas mantêm contato constante com provedores de relatórios de pesquisa externo (sell side), que os ajudam a complementar o rigoroso monitoramento interno de emissores e títulos de crédito.

6.2 A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.

Integramos questões ASG em nosso processo de investimento por meio de uma metodologia de análise própria, e pela contratação de serviços especializados. A metodologia desenvolvida pela Itaú Asset Management para integrar questões ASG em seu processo de avaliação de empresas listadas tem como objetivo precificar o impacto dessas questões nos modelos tradicionais de valuation. Essa avaliação identifica dimensões multisetoriais e prioriza as dimensões críticas para cada setor no momento de avaliar as empresas. Para avaliação do desempenho de cada empresa são considerados:

• Potencial impacto no fluxo de caixa;

• Gerenciabilidade; e

• Disponibilidade de informações. Como resultado é apresentada uma estimativa de impacto no valor justo da empresa na data da avaliação.

O conhecimento e precificação prévia de temas ASG relevantes auxiliam a identificação de eventos com potencial de geração ou destruição de valor para as empresas. Os fundos de renda variável com gestão ativa consideram as análises realizadas de acordo com essa metodologia em seu processo de decisão de investimento. Não utilizamos filtros negativos que restrinjam o universo de investimento e impactem negativamente o retorno dos investimentos.

6.3 Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.

Não houve mudanças relevantes desde da entrada do economista-chefe no final de junho de 2013.

6.4 Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?

Além da Estrutura apresentada na questão 6.1, utilizamos serviços de consultores políticos e econômicos, especializados nos mercados doméstico e internacional. A importância da utilização destas fontes está em:

• Informações mais detalhadas e globais para fins comparativos;

• Sermos formadores de opinião;

• Monitoramento de consenso de mercado.

6.5 Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (sell side)?

Esta equipe trabalha como suporte para o buy side. A equipe de análise, independente da mesa na qual está inserida, tem como base da sua política de investimento a análise fundamentalista aplicada através de um processo bottom-up (valuation) e integrado com análises top-down (macro) e pesquisas quantitativas.

Os parâmetros da análise top-down são definidos pela área de Pesquisa Econômica da Itaú Asset. A análise da política monetária, bem como as projeções de atividade econômica nacional e internacional, inflação, juros, entre outros indicadores indicam o grau de apostas das carteiras e orienta o approach setorial. Já a pesquisa quantitativa desenvolve os modelos econométricos, além de provê suporte às mesas de gestão para modelagem das estratégias.

Dentro do robusto processo de investimento, a analise bottom-up é utilizada pelas mesas de gestão de forma intensa a partir de projeções de fluxos de caixa (DCF), análise de indicadores (EV/EBITDA, P/E, P/BV, etc), além da comparação com o valuation de empresas e ações semelhantes nos mercados desenvolvidos e concorrentes em relação aos fluxos dos investidores internacionais.

Principais Processos de Investimento:

A área de crédito da Itaú Asset, inserida na mesa de fundos de crédito, tem como foco a análise de crédito no Brasil, Estados Unidos e Latam. Todo o processo decisório é baseado em comitês de investimento com alçadas de crédito bem definidas. Semanalmente, realiza-se o Comitê de Investimentos, no qual o time faz a análise e discussão das ofertas quanto à estrutura, prazo, rating e volume, incorporando nos processos de avaliação de empresas (bottom-up). Nesse comitê é discutido também cenário econômico (top-down), indústria e mercado secundário de crédito. Os cases avaliados nesse comitê são levados ao Comitê de Crédito, no qual participam o CIO da IAM, Jurídico, Risco WMS, Risco da Holding e ESG (Environmental Social and Corporate Governance). A construção dos portfólios por sua vez passa pela análise de fatores de risco macroeconômicos (top-down), gestão de liquidez e diversificação, além de levar em consideração o emissor, rating interno de crédito e tamanho das emissões.

Já a mesa de Renda Fixa, o processo de investimento conta com uma sólida e disciplinada avaliação dos fundamentos e conta com um forte apoio da equipe econômica e quantitativa para desenvolver projeções das principais variáveis macroeconômicas, traçar cenários econômicos (base e alternativos) e identificar oportunidades de investimento. No processo de construção do portfólio, a equipe busca identificar estratégias que apresentam uma relação risco x retorno atraente, e o dimensionamento da posição é ajustado de acordo com o nível de convicção da equipe.

Na mesa de Renda Variável predomina a abordagem fundamentalista na construção do portfólio e inicia-se com a geração de ideias através de uma disciplina de reuniões diárias, semanais e mensais. As reuniões são desenhadas para cobrir diferentes aspectos do processo de investimento como seleção de papéis, posicionamento tático, gestão de risco e cenário macro. Combinamos análise fundamentalista com visão top-down. Deste modo, a análise das empresas tem um foco em bottom-up onde avaliamos as projeções de caixa (DCF), indicadores de mercados, capacidade de gestão, vantagens competitivas, dentre outros fatores, mas consideramos também as perspectivas do cenário para os setores na decisão de investimento.

Independentemente da mesa de gestão, todos os investment cases são classificados e selecionados a partir de um disciplinado e bem definido processo de investimento em um ambiente participativo de interação entre gestores, analistas e economistas. O processo de construção da carteira leva em conta a simulação de cenários base e alternativos - desenvolvidos internamente tomando como parâmetros os upsides calculados a partir das análises bottom-up e top-down, estimativas de correlação dos ativos, análises de posicionamento técnico dos agentes e um rígido controle de risco visando a preservação do capital. O processo recomeça com uma revisão do portfólio e o monitoramento dos riscos de cada estratégia.

6.6 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Os principais são: Bloomberg, Broadcast, Thomson Reuters, Economática, Valor Pro.

7. Gestão de recursos

7.1 Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.

Principais mudanças:

Entradas:

- Eduardo Camara Lopes – Superintendente Portfolio Solutions (2017)*
- Wladyslaw Zwiazek Carneiro Ribeiro – Gestão Renda Variável e Long and Short (2018)
- Ruy Monteiro Ribeiro – Gestão Portfolio Solutions (2018)
- Alexandre Frade Rodrigues – Gestão Indexados (2018)

- Luiz Alberto Thomson de Lacerda – Gestão Portfolio Solutions (2018)
- Rubens Henriques – CEO da Itaú Asset Management (2019)**
- Pedro Guilherme Rupp Quaresma - Gestão de Renda Variável (2019)
- Bernardo Gomes Nogueira - Gestão Retorno Absoluto (2019)
- Márcio Uejima – Gestão Retorno Absoluto (2019)
- Ricardo Marin – Gestão Retorno Absoluto (2019)
- Eduado Mattos e Gomes – Gestão Portfolio Solutions (2019)
- Raul Sergio Cruz Themudo Lessa Junior – Gestão Portfolio Solutions (2019)
- Fabio Zaclis – Gestão Portfolio Solutions (2019)
- Mauricio Delgado Salibian – Gestão Portfolio Solutions (2019)
- Ana Luiza Salles Fortes – Gestão Portfolio Solutions (2019)
- Pedro Henrique Rosado de Castro – Gestão Portfolio Solutions (2019)
- Diego Dominguez Gonzalez Boueres Beleza - Gestão Portfolio Solutions (2019)

*Eduardo ingressou na Itaú BBA em 2002 (quando o Itaú associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt), saiu em 2007 e retornou no ano de 2017.
** Rubens Henriques ingressou no Itaú Unibanco em 2007 e assumiu a diretoria da área de Fund of Funds do banco em 2013.

Saídas:

- Gustavo Murgel – CEO Asset (2015)
- Fabiano Gutierres Custódio – Gestão Renda Variável e Long and Short (2017)
- André Castro – Gestão Long and Short (2017)
- Tatiana Grecco - Superintendente Portfolio Solutions (2017)
- Gilberto Hideo Nagai – Gestão Renda Variável (2018)
- Ricardo Jun Maeji – Gestão de Renda Variável (2018)
- Frederic Campos Brown – Gestão de Indexados (2018)

- Luiz Felix Cavallari Filho – Gestão de Indexados (2018)

- Marcello Siniscalchi – CEO da Itaú Asset Management (2019)

- Igor Hartz Restum – Gestão Retorno Absoluto (2019)

7.2 **Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.**

Seleção de Corretoras

A seleção de fornecedores terceirizados é bastante robusta. Em primeiro momento, para todas as corretoras recomendadas, é verificado se elas possuem a certificação PQO BMF/Bovespa (mandatório no mercado brasileiro) e é feita uma análise de crédito das mesmas. Além disso, é enviado para as corretoras um questionário de Due Diligence que, depois de completado, têm suas sedes visitadas por representantes das áreas de Compliance, Risco e Segurança da Informação, além dos Coordenadores do Comitê de Corretoras (Equipe Asset). Após a Corretora ser aprovada nesses quesitos, é levada para apreciação no Comitê de Corretoras.

No Comitê de Corretoras, é apresentado um ranking resultante da avaliação realizada pelas áreas acima citadas. Finalmente, para a seleção das corretoras, as equipes de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office dão o seu voto. Os votos de cada área têm um peso diferente, de acordo com o mercado em que a corretora opera. Os dados são compilados pelo Coordenador do Comitê e apresentados para revisão, todo semestre.

Caso ocorra algum fato relevante em alguma contraparte selecionada/aprovada entre as reuniões semestrais, o status da corretora é reavaliado imediatamente. Caso alguma corretora seja suspensa por quaisquer motivos (operacional, regulatório, imagem, etc.), outra corretora avaliada, mas não selecionada no último Comitê, pode ser usada como substituta.
A cada período de 6 meses é realizada nova votação para todas as corretoras, ou seja, as atuais selecionadas/aprovadas e eventuais recomendações pelas áreas envolvidas no processo.

7.3 **Descreva o processo de investimento.**

Filosofia e Processo de Investimento

- Acreditamos que o foco total da equipe de gestão no processo de investimento aumenta a geração de valor para o cotista.
- É necessário um processo de investimento robusto para entregar resultados consistentes de médio e longo prazo.
- Estimulamos o ambiente participativo e a interação entre gestores, analistas e economistas.
- A alocação de ativos estratégica é a parte essencial da explicação do retorno de longo prazo.
- O nível de eficiência e estrutura do mercado deve ser levado em consideração no processo de investimento. Essa análise compreende processos quantitativos e qualitativos.

7.4 Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

A área de Controle Fiduciário monitora e reporta diariamente aos gestores a informação de prazo médio de todos os fundos que são tributados como longo prazo. De posse desta informação, os gestores fazem os ajustes necessários nas carteiras e ainda monitoram as operações que serão efetuadas ao longo do dia para que não haja desenquadramentos dos fundos.

7.5 Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

7.6 **Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.**

O investimento em ativos no exterior é feito pela equipe de gestão, através de aderência aos processos de seleção de ativos por meio de avaliações quantitativas e qualitativas de empresas potenciais para investimento. As restrições impostas pelas legislações, inclusive para investimento no exterior, estão parametrizadas em nosso sistema de enquadramento (Charles River). Todas as ordens têm o enquadramento simulado através do módulo de pre-trade, que avalia se os ativos que a gestão deseja comprar estão respeitando todas as restrições impostas pela legislação/regulamento do fundo investidor.

8. Distribuição

A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de:

8.1

I. **verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability);**
II. **conheça seu cliente (KYC);**
III. **PLDFT; e**
IV. **cadastro de cliente.**

Como instituição financeira, os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos diversos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. O processo de identificação de cliente é realizado por meio de proposta de abertura de conta e ficha cadastral, que atendem as legislações específicas do Banco Central, além de um processo mais aprofundado de KYC (*Know Your Customer*), conforme o segmento do cliente.

A movimentação dos cotistas de fundos é monitorada com base em critérios definidos pela equipe de PLD (prevenção à lavagem de dinheiro) do Itaú Unibanco.

8.2 **A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).**

Os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. Contudo, alguns fundos poderão ser distribuídos por terceiros, mediante celebração de um Contrato de Distribuição.

8.3 **Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado?**

A área de Distribuição é responsável pela manutenção e prospecção de clientes Institucionais, Corporate, Distribuidores, e Pessoa Física. O desenvolvimento do negócio engloba a Distribuição de fundos de investimentos da Itaú Asset Management, bem como detalhamento das estratégias de cada produto. Em alguns segmentos, a área de Distribuição funciona como especialista de produtos fornecendo informações para outras áreas que atuam diretamente com clientes, como por exemplo o Varejo, Private, Middle e Institucional.

Os gerentes e assistentes têm disponível na sua estação de trabalho um sistema proprietário onde são cadastradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). O gerente tem à disposição as rotas para verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas (aplicação/ resgate de fundos) além das informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros. Adicionalmente, os colaboradores contam com sistemas de informação que trazem notícias no Brasil e no mundo sobre economia, relatórios, finanças pessoais e cotações.

8.4 **Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.**

O Itaú Unibanco conta com área específica dedicada à distribuição de fundos próprios, voltada à prospecção e captação de clientes institucionais, corporate e relacionamento com distribuidores não vinculados ao Conglomerado Itaú Unibanco, além de contar com a força de venda do Conglomerado Itaú Unibanco.

A área de distribuição conta um sistema proprietário onde são registradas as interações com clientes, além das informações relativas aos fundos de investimento que o cliente possui e o portfólio de investimentos oferecido pela instituição (rentabilidade, comparações com benchmarks, etc.). A ferramenta também permite a verificação da posição, extrato com movimentação dos cotistas, aplicação/resgate de fundos, informações de saldo, quantidade de cotas, certificados, tributos, suitability, perfil de risco, entre outros.

9. Risco

9.1 **Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.**

No final do ano de 2016 a SGRA (Superitendência Geral de Risco Asset) passou a fazer parte da Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), sob-responsabilidade da Sra. Tatiana Grecco que assumiu a diretoria após ter passado por diversas áreas de gestão na Itaú Asset até chegar a posição de Superintendente de Portfolio Solutions Brasil.

Em 2018 houve uma alteração na SGRA com a saída do Superintendente Sr. Edson Kojo e entrada do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos.

9.2 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?

Os relatórios de risco são gerados diariamente, com a última posição disponível do Fundo ou Carteira, e disponibilizados aos gestores. Os relatórios possuem as principais medidas de risco pertinentes à categoria do Fundo ou Carteira: VaR, Stress, B-VaR, Tracking Error, Exposição e Year Equivalent. Diariamente também é elaborado o relatório de controle de limites, que mostra a utilização do limite de riscos de mercado dos Fundos e Carteiras Administradas.

9.3 Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.

As decisões sobre quais ativos serão analisados são realizadas em um Comitê de Investimento, do qual participam analistas e gestores. A decisão é colegiada. Definido que a operação é interessante, o analista responsável fará a análise retrospectiva e prospectiva do crédito.

As decisões sobre o risco de crédito são tomadas em um Comitê de Crédito. Existe uma Política de Alçadas bem definida e ratificada pela área de risco da Itaú Unibanco Holding.

9.4 Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?

As avaliações das garantias seguem vários critérios: Liquidez, Força Jurídica, Cobertura da Dívida, Volatilidade, correlação com a atividade da empresa, etc. As garantias são analisadas pela área de crédito que avalia todos esses critérios, área jurídica que atende a Itaú Asset, escritório jurídico independente e empresas especializadas em avaliação de imóveis.

Conforme o nível de risco da operação, as garantias devem ter laudo de avaliação de valor quando aplicável por empresa especializada, laudo jurídico onde deve constar os riscos de execução da garantia, jurisprudência, etc. Fora isso é obrigatório a existência de um agente de garantia que irá monitorar as garantias quanto a sua existência, disponibilidade e valor de forma a evitar fraudes e erros operacionais (falta de registro, dupla cessão, etc).

Todos as garantias são reavaliadas de acordo com o rating interno da operação. A reavaliação, portanto, será feita numa frequência de 3 meses no mínimo a 12 meses no máximo e/ou sob demanda.

9.5 As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).

Sim. Todas as análises de crédito levadas ao comitê de crédito contemplam a avaliação ASG. O White Paper sobre avaliação ASG em crédito privado demonstra o modelo ASG da IAM e sua aplicação na avaliação de crédito.

9.6 A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.

As revisões periódicas do portfólio ajudam a identificar eventuais deteriorações de crédito, que por sua vez serão refletidas no rating. Em um evento de inadimplência, poderá ser constituída uma provisão (percentual do valor atual do título) estimada de acordo com a perda esperada vinculada aos ativos do emissor e/ou com a taxa de recuperação dado as garantias (se houver).

Os ratings definidos internamente pela área de crédito da Itaú Asset Management são revisados a cada 3, 6 ou 12 meses de acordo com o nível de rating de cada emissor. Eventos extraordinários de deterioração (ou melhora) do crédito resultarão em revisão fora do período estabelecido.

9.7 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, o Itaú possui área de tecnologia da informação própria que engloba as atividades de informática do Itaú Unibanco, sendo André Sapoznick o Diretor responsável pelas áreas de Tecnologia e Operação (ATO). Os principais objetivos da área são: alinhamento ágil e completo aos negócios, processamento com qualidade e alta disponibilidade, busca constante de soluções inovadoras e controle rigoroso de custos. A Diretoria de relacionamento de TI, liderada por Ana Lucia Gomes de Sá Drummond e a Diretoria de Engenharia, liderada por Rodrigo Dantas, fazem parte da estrutura de Tecnologia e atendem aos negócios da WMS e da Itaú Asset Management, dentre outros negócios do Banco de Atacado e Varejo.

9.8 Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida

a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

9.9 Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?

Sim, há um programa dedicado e monitorado, com avaliações aleatórias e periódicas. As gravações são mantidas por até 5 anos, dependendo da criticidade da área. Em relação à escuta de gravações, segue política abaixo:

- O funcionário que tiver necessidade de escutar uma gravação telefônica necessita da autorização do Diretor e ciência do Oficial de Controles Internos e Riscos de sua área de negócio;
- As solicitações de escuta efetuadas por outras Áreas Executivas da Instituição serão atendidas pelo administrador mediante aprovação do Diretor da área de negócios da WMS envolvida e do Superintendente da WMS;
- As solicitações de transcrição ou escuta de gravações telefônicas por órgãos reguladores serão submetidas à avaliação da Diretoria da WMS.

Vale ressaltar que as informações contidas nas gravações somente podem ser usadas para fins profissionais e deve-se manter sigilo e confidencialidade em relação ao seu conteúdo. Além disso, cada funcionário só pode ouvir as conversas (com as devidas autorizações mencionadas acima) dos seus respectivos ramais. A área de SUP PLANEJ PRODUC EM TI é responsável pelo sistema de Gravação Telefônica e as premissas estabelecidas são baseadas no Código de Conduta WMS.

9.10 Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

O backup dos dados, independentemente da plataforma (*mainframe* ou servidores corporativos, excluindo *desktops*, que por política não possuem informações corporativas), é efetuado na infraestrutura corporativa, composta por dispositivos de armazenamento e bibliotecas automatizadas de alta disponibilidade.

O gerenciamento também é centralizado, com papéis e responsabilidades definidos para todas as etapas, desde a solicitação de *backup*, e incluindo implementação e monitoramento da infraestrutura necessária e do próprio processamento do *backup*, entre outras atividades relacionadas ao processo.

Políticas definem atributos relacionados aos backups, como tipo (integral ou incremental), periodicidade/frequência (diário, semanal, mensal, anual), período de retenção (mensal, anual) e local de armazenamento das mídias. Estes atributos variam em função de exigências legais ou regulatórias, requerimentos do negócio/aplicação e requerimentos do fluxo de produção, entre outros fatores. Para propósito de *Disaster Recovery* é efetuada replicação on-line de dados.

9.11 Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

O acesso ao *Data Center* é controlado, permitido apenas a funcionários autorizados e visitantes autorizados acompanhados por funcionário. O controle do acesso físico é feito por portas automáticas do tipo eclusa, com bloqueio controlado por cartão/leitor magnético ou manualmente pelo elemento controlador de acesso de cada área. Adicionalmente, há um segundo nível de acesso para áreas específicas dentro do *Data Center*. Há monitoramento por 24 horas, a partir de imagens geradas por câmeras de vigilância.

9.12 **Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.**

O Centro Tecnológico localizado na cidade de Mogi Mirim que foi inaugurado em 13/03/2015, possui uma área construída de 59.815 m² de 10.600 m² de área de TI, dividido em dois data centers (DC1 e DC2).

O fornecimento de energia elétrica é feito através de uma subestação, capacitada atualmente para 30 MW com duas linhas de transmissão de 138 kV. O empreendimento conta com 12 geradores a diesel de 4MW que em caso de emergência estão capacitados para assumirem a carga de TI em aproximadamente 1 minuto. Em caso de falta de energia cada prédio possui 7 sistemas de No Breaks com autonomia de 15 minutos.

Para controle de temperatura dos ambientes de TI, contamos com 12 Lineups (conjunto de bombas, chiller, filtros e torre de resfriamento) com capacidade de 850TR. Cada prédio possui 1 tanque de água gelada que armazena 462 m³ que permite que o prédio opere por 15 minutos com o sistema de refrigeração em crise.

No empreendimento, contamos com 5 sistemas de automação que monitoram e/ou controlam cerca de 120 mil variáveis. Dentre eles podemos destacar Smart Cooling, que mantém a temperatura nas salas de TI, através de um sistema de monitoração Wireless, onde cada máquina de ar condicionado tem seu mapa de influência permitindo uma operação segura e eficiente.

Adotando as mais novas tecnologias e as melhores práticas com foco em disponibilidade, qualidade e sustentabilidade, o site obteve 4 certificações que comprovam esse compromisso:

- TIER III Gold - Projeto: certificação de um projeto concebido para ser altamente disponível;

- TIER III Gold - Construção: garantia de que a construção seguiu as diretrizes projetadas e certificadas

- LEED Gold para os prédios DC1 e DC2 e LEED Silver para o prédio NOC: certificação TI Verde, o principal selo de construção sustentável usado no Brasil; e

- TIA 942: pela abordagem dupla para acesso e rotas dos links de comunicação/telecomunicação.

Outra certificação firma o compromisso e o trabalho das equipes na busca por excelência operacional. A TIER III Gold – Operação Facilities assegura elevado nível de maturidade, Governança, Procedimento, Processo, Treinamentos e, por consequência, disponibilidade de Facilities.

O Centro Tecnológico localizado em São Paulo possui sistemas de no break (capacidade de 15 minutos) e, adicionalmente aos nobreaks, um conjunto de geradores (com redundância), que assumem o fornecimento de energia em menos de 1 minuto e são capazes de prover energia para todo o CPD, por tempo indeterminado, em caso de falta de energia da concessionária pública.
Processadores:

- Mainframe Banco + Cartões: 16 equipamentos físicos (IBM – zSeries), com capacidade total de 302.830 MIPS (milhões de instruções por segundo), sendo 291.068 MIPS no CTMM e 11.762 MIPS no CTSP (DR) – sem considerar capacidade on-demand disponível;

- Ambiente Distribuído: 3752 servidores que atendem o ambiente Atacado (IBM, SUN, HP, DELL).

Armazenamento:

- DASD: 3.562 Terabytes (CTMM) + 1.748 Terabytes (CTMM), totalizando 5.310 Terabytes em subsistemas high-end IBM.

- SAN: 5.784 portas (CT) + 9.384 portas (CTMM), totalizando 15.168 portas; com 30 switches (CT) + 44 switches (CTMM), totalizando 74 switches SAN Mainframe.

- Tape78 tape drives, 9.144 cartuchos e 29,75 PB de volume armazenado no ambiente de atacado referente ao ambiente distribuída.

- Tape: 64 Virtualizados com total de 12,5 TB cache e 12 Tape Libraries com total de 50,4 PB de dados retidos referente a alta plataforma.

Rede:

- Alta capacidade e redundância, com destaque para Internet (06 Links de 01 Gbps (conexão com operadoras) + 02 Links de 10Gbps (conexão com PTT) e replicação de dados para efeito de Disaster Recovery (com mais de 70 Gbps). Suporte a múltiplos protocolos (Fiber Optics (dark fiber & DWDM), STM-1 Digital Radios, MPLS).

Software Mainframe:

- Software Básico: IBM – z/OS
- Segurança: IBM – Racf,/ Tivoli
- Mensagens: IBM – Mqseries
- Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao atacado);
- Monitores: IBM – IMS/CICS

Software Ambiente Distribuído:

- Software Básico: IBM AIX, Solaris e Red Hat Linux e Windows Server
- Segurança: IBM – Tivoli Identity Manager (TIM)
- Segurança: IBM – Tivoli Access Manager (TAM)
- Mensagens: IBM – Mqseries
- Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao ambiente atacado).

Correio:

- MS Exchange

9.13 A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim, entre os mecanismos utilizados para proteção contra ataques lógicos podem ser destacados: *firewalls* em todos os pontos pertinentes, sistema de detecção de intrusão (*IDS - Intrusion Detection System*), execução periódica de testes de penetração, atualização contínua de servidores (patches), atualização contínua e automática de antivírus, *anti-spyware* e *anti-spam* (filtro de e-mail). São também efetuados testes de segurança visando à proteção dos sistemas contra ameaças internas e externas. O Banco possui um CIRT (*Cyber Incident Response Team*), responsável pela prevenção e contenção de incidentes de segurança.

9.14 São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

Vide questão anterior. Testes são realizados periodicamente. Além disso, a existência de políticas corporativas de Segurança de Informação (SI-39) e de Continuidade de negócios (CN-5), descrevem as diretrizes para tratamento das informações, bem como realização de testes para garantir a integridade das mesmas.

10. Compliance e controles internos

10.1 A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.

Sim. O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de "linhas de defesa", praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

- Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
- Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
- Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

Identificação, captura e registro de eventos de riscos;

- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia;

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

10.2 **Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão.**

As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de "túnel de preço", que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste "túnel", o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.

10.3 **Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.**

A adesão ao Código de Ética do Itaú Unibanco é feita por meio de um processo eletrônico anual a um termo de ciência às políticas de integridade corporativa (do qual o Código de Ética faz parte).

10.4 **Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.**

A política setorial de investimentos pessoais tem por objetivo proteger o Conglomerado Itaú Unibanco de riscos legais e de imagem decorrentes da utilização de informações privilegiadas nos investimentos pessoais de diretores e colaboradores da Wealth Management & Services (WMS).

Tem por finalidade, ainda, disciplinar as operações de investimento pessoal estabelecendo requisitos, determinando restrições e fixando parâmetros para a efetivação dos negócios.

Como diretrizes gerais, a fim de observar as melhores práticas de mercado e atender as normas vigentes, é imprescindível que:

a. Além das definições previstas na política, sejam observadas as diretrizes estabelecidas no Código de Ética Itaú Unibanco e na Política Corporativa de Integridade e Ética.

b. As operações com Valores Mobiliários das Empresas Abertas Relacionadas ao Itaú Unibanco Holding S.A. ou neles referenciados observem as regras previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.

c. Qualquer informação detida pelos Aderentes da política, em decorrência de sua atuação profissional no Conglomerado Itaú Unibanco, seja mantida em sigilo, e não seja usada como base para a tomada de decisão em seus investimentos que podem caracterizar por exemplo Front Running ou Insider Trading.

d. Os investimentos sejam orientados para serem de longo prazo e não para a especulação no curto prazo.

e. Os investimentos não sejam realizados por meio de Veículos de Investimento, com o intuito de burlar regras de investimentos previstas nesta política.

f. Os investimentos não sejam realizados em nome ou por meio de terceiros (interpostos pessoais), bem como para benefício de seus colaboradores ou de seus clientes, ou ainda em conjunto com eles.

g. Os investimentos não representem potencial conflito de interesse entre as operações em nome próprio e o exercício de suas funções.

h. Não se utilize processo ou artifício destinado à criação de Condições Artificiais de Demanda, Oferta ou Preço de Valores Mobiliários, à Manipulação de Preço, à realização de operações fraudulentas ou ao uso de Práticas Não Equitativas.

i. A solvência e a credibilidade dos Aderentes desta Política não sejam colocadas em risco.

Existe monitoramento periódico e o reporte é feito ao Comitê Integridade e Ética.

Para mais informação, acesse nossa política disponível no link:

http://www.itau.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/

10.5	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?

Não. Executivos e sócios possuem acesso aos mesmos instrumentos de investimento que clientes do banco.

10.6	Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

A WMS proíbe a utilização de sistemas de telefonia móvel – transmissão de voz ou dados (ex.: smartphones e tablets) dentro das dependências estabelecidas no Código de Conduta WMS para todos os seus colaboradores; há monitoramento dos e-mails enviados para fora do banco, assim como as mensagens trocadas pelos canais da Bloomberg e Reuters.

10.7	Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.

Os controles e processos estabelecidos pelo Itaú Unibanco para prevenir e combater atos ilícitos atendem as exigências estabelecidas na Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (12.683/12), os normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores e melhores práticas internacionais para controle de operações em bolsa e aquelas cursadas em mercado de balcão organizado.

10.8	Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades.

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

- Segregação comercial por segmento de mercado,

- Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

- Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

- Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradoras de riscos;

- Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

10.9 **Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.**

As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de "túnel de preço", que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste "túnel", o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.

10.10 **Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)**

O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira, com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos books. Os fundos abertos não fazem uso de agente externo.

10.11 **Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.**

O assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

10.12 **A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?**

Não.

11. Jurídico

11.1 **Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).**

As questões jurídicas são tratadas por estrutura interna especializada em questões relativas ao mercado de capitais.

12. Anexos ou endereço eletrônico

		Anexo ou link
12.1	Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão	Sim. Por favor solicitar ao seu gerente de relacionamento.
12.2	Código de ética e conduta	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco (https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores)
12.3	Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	Por favor, referir-se ao site de Relação com Clientes Institucionais (http://www.itauinstitucionais.com.br/)
12.4	Relatório de Rating	Sim. Por favor solicitar ao seu gerente de relacionamento.
12.5	Manual/Política de Liquidez	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.6	Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos)	Política interna.
12.7	Formulário de referência	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.8	Manual/Política de controles internos e compliance	Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.itau.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.9	Manual/Política de gestão de risco	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.10	Manual/Política de investimentos pessoais	Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.itau.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.11	Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários	Por favor, referir-se ao site do Itaú Unibanco em informações aos cotistas (https://www.itau.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/)
12.12	Manual/Política de segurança de informação	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.13	Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.14	Manual/Política de KYC	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima no código de ética.

12.15	Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários	Política interna
12.16	Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
12.17	Manual/Política de seleção e contratação de terceiros	Política interna.
12.18	Lista das corretoras aprovadas (se houver)	Informação confidencial.

[LOCAL, DATA] São Paulo - SP
Fevereiro de 2020

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]	[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO]
[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]	[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA INSTITUIÇÃO]
[CARGO]	[CARGO] gerente Poder Público
[TELEFONE]	[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]	[E-MAIL CORPORATIVO]

Elaine Murcia Marietti
003801339

Biografias Itaú Asset Management

Rubens Luiz dos Santos Henriques
CEO Itaú Asset Management

Rubens iniciou sua trajetória no mercado financeiro no Votorantim Asset Management. Posteriormente ingressou no Itau Unibanco em 2007, tendo liderado a área de gestão de recursos responsável pela arquitetura aberta no Brasil e no exterior. Em maio de 2019, assumiu a posição de CEO do Itaú Asset Management.

Rubens é graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é alumni pela Harvard Business School, certificado em Risk Management pela The Wharton School e concluiu o Programa de Educação Executiva da Dom Cabral. Adicionalmente, possui a certificação CAIA (Chartered Alternative Investment Analyst).

Itaú

DECLARAÇÃO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Itaú Unibanco S/A, inscrito no CNPJ sob o n° 60.701.190/0001-04, sediada à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04344-902, solicita o seu credenciamento nos termos do Edital de Credenciamento 001/2019 e declara que:

1. está ciente de todos os termos do Edital de Credenciamento nº 01/2019 e seus anexos, bem como da legislação em vigor que normatiza a Administração Pública, os RPPS's e os Investimentos;

2. não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração média ou grave por eles consideradas nos últimos 5 (cinco) anos; (informar se houver com trânsito em julgado)

3. os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimento estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 e Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações;

4. até a presente data inexistem fatos impeditivos para administrar, realizar a gestão ou receber aporte de recursos de Regime Próprio de Previdência Social, e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5. não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999;

6. reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do Igeprev-To e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social.

Data: 07/07/20

Assinatura:

Itaú
José Geraldo Martins
Gerente Poder Público
004016416

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
CNPJ: 33.311.713/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:50:06 do dia 20/07/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/01/2021.
Código de controle da certidão: **72CE.473F.5E2F.EEDD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Relação das certidões emitidas por data de validade

CNPJ: 33.311.713/0001-25 - ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Período: 01/04/2020 a 22/07/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Segunda via
72CE.473F.5E2F.EEDD	Positiva com efeitos de negativa	20/07/2020 15:50:06	16/01/2021	Válida	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
F346.54C5.6A49.FC73	Positiva com efeitos de negativa	11/07/2020 22:41:49	07/01/2021	Válida Prorrogada até 06/02/2021	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
42EA.9668.3A2A.D09D	Positiva com efeitos de negativa	07/07/2020 16:09:46	03/01/2021	Válida Prorrogada até 02/02/2021	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
34EB.D864.B5A7.5BB7	Positiva com efeitos de negativa	18/06/2020 15:03:05	15/12/2020	Válida Prorrogada até 14/01/2021	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegund
51E2.8BB6.A5DF.6E3D	Positiva com efeitos de negativa	11/06/2020 00:36:39	08/12/2020	Válida Prorrogada até 07/01/2021	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegu

1 2 3

Válida: O prazo de validade da certidão ainda não vencido. A certidão pode ser utilizada em qualquer ato em que for necessária.
Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/03/2020 | Edição: 57 | Seção: 1 | Página: 33

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

PORTARIA CONJUNTA Nº 555, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no § 5º do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolvem:

Art. 1º Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/07/2020 | Edição: 133 | Seção: 1 | Página: 269

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.178, DE 13 DE JULHO DE 2020

Prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no § 5º do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolvem:

Art. 1º Fica prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) de que tratam os arts. 4º e 5º da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, respectivamente, válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 33.311.713

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	26633724	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	16/09/2020 14:59:18	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0574365 - 2020

CPF/CNPJ Raiz: 33.311.713/
Contribuinte: ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS SA

Liberação: 15/07/2020
Validade: 11/01/2021

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.208.944-3- Inicio atv :04/08/1971 (AV BRIG FARIA LIMA, 03500 - CEP: 04538-132)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. CERTIFICO QUE CONSTA(M) DÉBITO(S) RELATIVO(S) AO(S) AII(S) 006207524-1, INSCRITO(S) EM DÍVIDA ATIVA, PORÉM COM A EXIGIBILIDADE SUSPENSA, CONFORME INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO FISCAL.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 15:25:25 horas do dia 15/07/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A06E8735

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.311.713/0001-25
Razão Social: ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Endereço: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 TORRE CONC 7 AND / PARQUE JABAQUARA / SAO PAULO / SP / 04344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:14/09/2020 a 13/10/2020

Certificação Número: 2020091401042928605457

Informação obtida em 15/09/2020 13:39:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 33.311.713/0001-25
Certidão nº: 24729605/2020
Expedição: 30/09/2020, às 13:29:23
Validade: 28/03/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ITAU DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **33.311.713/0001-25**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

11/09/2020 **2340427**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 3523710 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 10/09/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

ITAÚ DISTRIBUIDORA DE TÍT. E VAL. M. S.A., CNPJ: 33.311.713/0001-25, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de setembro de 2020.

PEDIDO N°: **2340427**

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

SGD nº 2020/24839/025971

PARECER DINVEST Nº 029/2020

NOME:	ITAÚ UNIBANCO S.A.
CNPJ nº	60.701.190/0001-04
OBJETIVO:	Credenciamento de Administrador
PROCESSO Nº	2020/24830/002005

Análise da Documentação

A partir da análise dos documentos apresentados pela Instituição e consulta aos órgãos reguladores à Diretoria de Investimentos do Igeprev-TO (DINVEST), conclui os seguintes pontos quanto à Instituição:

1- Apresentado Questionário Due Diligence – QDD em substituições do Termo de Análise de Credenciado - TAC?

Sim. Anexo ao processo de credenciamento às fls. 380 a 415. Totalmente preenchidos e com informações suficientes.

2- Informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:

Possui registro na CVM conforme Credenciamento para Administradores de Fundo de Investimentos Imobiliários, Corretoras, Custodiantes de Valores Mobiliários, Instituições Financeiras Autorizadas pelo BACEN e Prestador de Serviços de Administração e Gestão de Carteiras, às fls. 244.

É associada à ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Membros Financeiro e de Capitais) às fls. 319.

Em consulta de processos ao *site* da CVM não foram encontrados processos referentes a 2019.

3- Regularidade Fiscal e Previdenciária

Regularidade Fiscal verificada a partir de certidões anexas ao processo de credenciamento, a saber:

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 260;

Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo às fls. 115 e do Estado do Rio de Janeiro às fls. 261;

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 29/09/2020 13:26:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: BC8732F700A1B270.

Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de São Paulo, às fls. 117 e do Município do Rio de Janeiro ás fls. 271;

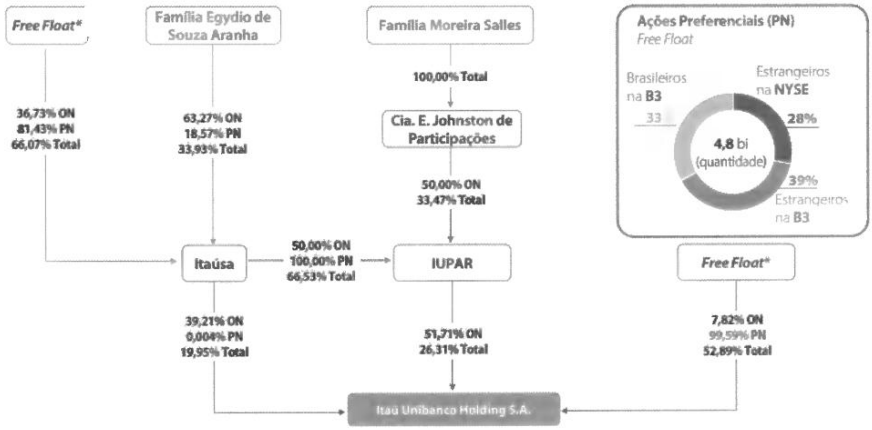
Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal às fls. 273;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho às fls. 274;

Certidão Estadual de Distribuições Cíveis Negativa de Pedido de Recuperação Judicial às fls. 281.

4- Estrutura da Instituição

A Itaú *Asset Management* é uma das unidades de negócios do Itaú Unibanco *Holding* S.A. (IUH), inserida na Diretoria Geral do Atacado. Desta forma os principais sócios do IUH são representados pelas *Holdings* das famílias *Egydio* de Souza Aranha, Moreira Salles e pelos acionistas em geral (*free float*).



Nota: ON = Ação Ordinária; PN = Ação Preferencial; (*) Excluindo Controladores e Tesouraria.
Fonte: Apresentação Institucional – 3º Trimestre de 2019

Todas as informações quanto a Estrutura e demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário Due Diligence – Seção 1, fls. 44 a 100. No geral, é uma empresa muito bem estruturada e com renome nacional no mercado e preenchendo todos os requisitos do questionário.

5- Qualificação do corpo técnico

A Itaú *Asset* Management possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar os funcionários aos objetivos e prioridades da área. O foco do plano de remuneração é incentivar, de forma concomitante, o desempenho global da *Asset*, o desempenho de cada unidade de negócio e o desempenho individual.

O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú *Asset* Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio e o

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 29/09/2020 13:26:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: BC8732F700A1B270.

desempenho individual. O bônus, cujo *target* é alcançado com o atingimento de 100% das metas fixadas, é estabelecido com base em pesquisa salarial e variam conforme nível hierárquico e área de atuação.

A remuneração das áreas de gestão foi idealizada conforme os objetivos de suas estratégias, sendo, portanto diferenciadas entre si. O bônus é calculado de acordo com a *performance*, como um percentual desse *target* bônus. No caso colaboradores associados ou de alta *performance* (a depender o nível hierárquico), existe ainda um percentual do bônus que é adicionado ao valor final.

Mais informações podem ser verificadas diretamente no Questionário Due Diligence, a partir das fls. 391, item 4.

6- Histórico e experiência de atuação

Em novembro de 2008, Itaú e Unibanco assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeira dos dois bancos, formando o maior conglomerado financeira privado do Hemisfério Sul.

Toda esta dedicação à sua vocação original de administração de recursos faz com que atualmente o Itaú Unibanco seja um dos maiores gestores privados de recursos de terceiros do país, com posição destacada no segmento de fundos mútuos, situando-se entre os principais gestores de recursos de fundos de pensão e com absoluta liderança no segmento de pessoas físicas.

Para mais informações a respeito da história do Itaú e Unibanco, favor consultar o site https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores.

O Ceo Itaú Asset Management Rubens Luiz dos Santos Henrique iniciou sua trajetória no mercado financeiro no Votorantim Asset Management. Ingressou no Itaú Unibanco em 2007, tendo liderado a área de gestão de recursos responsável pela arquitetura aberta no Brasil e no exterior. Desde a fusão do Itaú Unibanco esteve envolvido no desenvolvimento da área de Funds of Funds, que passou a liderar em 2013. Sob sua gestão a equipe de 34 pessoas no Brasil e no exterior levou o business de Fundo f Funds de R$ 40 bi em 2013 para para R$ 150 bi em 2018. Tornou-se diretor do banco em 2018 e em maio de 2019 foi convidado para assumir a cadeira de CEO da Itaú Asset Management, combinando sua diretoria de Fund of Funds com Itaú Asset.

Rubens é graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Teológico de Aeronáutica (ITA), é alumni pela Harvard Business Schol, certificado em Risk Management pela The Wharton School e concluiu o Programa de Educação Executiva da Dom Cabral. Adicionalmente, possui a certificação CAIA (Chartered Alternative Investiment Analust).

Fonte: Questionário Due Diligence – QDD.

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 29/09/2020 13:26:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: BC8732F700A1B270.

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

7- Principais categorias de ativos e fundos

Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:			
Tipo	**Nº**	**Exclusivos/Reservados**	**% Total**
Renda Fixa	160	0	22,19%
Multimercado	363	0	50,35%
Cambial	2	0	0,28%
Ações	95	0	13,18%
FIDC	0	0	%
FII	0	0	%
FIP	0	0	%
Fundo de Índice (ETF)	9	0	1,25%
FIEE	0	0	%
Outras categorias	91	0	12,62%

As informações da tabela acima são relacionadas à BB Gestão de Recursos DTVM S.A. item 3.3 do QDD.

8- Volume de recursos sob administração/gestão

Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
2018	R$ 679,5 bilhões	244	708
2017	R$ 601,1 bilhões	262	667
2016	R$ 524,0 bilhões	259	640
2015	R$ 462,0 bilhões	270	630
2014	R$ 388,3 bilhões	363	625

9- Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão:

Os fundos avaliados são os que estão presentes em nossa carteira. Para as comparações dos fundos usamos o *site* Mais Retorno com acesso as informações do dia 18/06/2020, as informações do *site* são atualizadas diariamente. A análise de rentabilidade dos fundos administrados pelo Itaú Unibanco S.A. consta no processo da Itaú DTVM S.A.

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 29/09/2020 13:26:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: BC8732F700A1B270.

10- Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão

A empresa apresentou suas notas de *rating's fornecidas pela Fitch Ratings* com nota "Excelente", às fls. 320-154 do processo. As notas atendem ao estabelecido no Edital de Credenciamento e na Política de Investimentos.

11- Critério de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS

O principal parâmetro definido pelo instituto é a Política Anual de Investimentos, vinculada a Resolução nº 3.922/2010 e suas alterações, e, as demais normas legais que regulam os investimentos.

A Subsecretaria da Previdência divulgou lista de fundos vedados para aplicação pelos RPPS, bem como listou as instituições financeiras elegíveis a receber recursos dos RPPS.

12- Conclusão da análise

Trata-se de Credenciamento de Administrador de Fundos de Investimentos. Após análise da documentação apresentada pela instituição, e tendo como fator relevante a necessidade de credenciamento para fins de Dair e atendimento da a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações. A DINVEST sugere o deferimento do pedido, conforme Edital de Credenciamento nº 01/2019 de 25 de outubro de 2019.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 dias do mês de setembro do ano de 2020.

(Documento Assinado Eletronicamente)
VICTOR BARROS PREHL
Gerente de Gestão de Carteira e Aplicações Financeiras

(Documento Assinado Eletronicamente)
JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA
Gerente de Controle e Análise de Risco

(Documento Assinado Eletronicamente)

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 29/09/2020 13:26:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: BC8732F700A1B270.

REYNALDO FERREIRA DE MELO
Diretor de Investimentos

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 29/09/2020 13:26:39.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: BC8732F700A1B270.

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

SGD nº 2020/24839/025973

PROCESSO Nº: 2020/24830/002005
INTERESSADO: ITAÚ UNIBANCO S.A.
CNPJ nº: 60.701.190/0001-04
ASSUNTO: Credenciamento de Administrador

DESPACHO Nº 032/2020/DINVEST

Conforme as exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que define normas complementares previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações, para credenciamento de administrador, gestor, distribuidor e fundos de investimento, e ainda, conforme o Edital de Credenciamento nº 001/2019 de 25/10/2019, publicado no *site* do Instituto, a documentação analisada da Instituição atende às normas legais vigentes.

Encaminhe-se os autos ao Comitê de Investimentos para análise e deliberação.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, aos 28 dias do mês de setembro de 2020.

(assinado eletronicamente)
REYNALDO FERREIRA DE MELO
Diretor de Investimentos

Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 29/09/2020 09:48:05.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: E2E1B0B900A1B32D.

Processo 2020/24830/002005
Data 04/06/2020

Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO
Processo Nº 2020/24830/002005

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Enviado por MEIRE GOMES DA LUZ
Data 06/10/2020 13:48

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade CI
Aos cuidados de WANDERSON GOMES SOUSA

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
Despacho PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – 2020

I. DATA E HORA: 21 de outubro de 2020, às 10h.

II. LOCAL: Sala de Reuniões do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS.

III. PRESENÇA: Membros do Comitê: Odirce Soares do Nascimento, Assistente Administrativo e Coordenador do Comitê de Investimentos; **Milene Martins Ramos,** Economista; **Elenora Antônia de Carvalho**, Assistente Administrativa; **Dilma Campos de Oliveira,** Assessora Jurídica e **Lusinaldo Silva de Sousa**, Gestor Público. **Convidado**: **Victor Barros Prehl**, Gerente de Carteira e Operações Financeiras.

IV. ORDEM DO DIA: (1) ***Reavaliação do processo de credenciamento da AZ QUEST.*** **(2)** ***Credenciamento de instituições financeiras.*** **(3)** ***Análise do Relatório Mensal de Investimentos de agosto e setembro de 2020.*** **(4)** ***Reavaliação do calendário de reuniões.***

V. PARECER DO COMITÊ: (1) ***Reavaliação do processo de credenciamento da AZ QUEST***: A reunião teve início com a leitura da resposta da Diretoria de Investimentos sobre as diligências do Comitê de Investimentos para o processo nº 2020/24830/002008, que trata do credenciamento da AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA, deliberadas na 8ª reunião ordinária deste Comitê. Com a palavra a membro do Comitê Milene Martins Ramos informou que a Diretoria de Investimentos respondeu a solicitação deste Comitê explanando que a instituição financeira atende ao Artigo 15, 2º, da resolução nº 3.922 do Conselho Monetário Nacional, e que apesar de não possuir um gestor na lista exaustiva, conforme questionado pelo Comitê, o administrador da instituição consta na referida lista, conforme exige a resolução. Em seguida Milene Martins Ramos considerou que dada esta informação não seria possível o Comitê barrar o credenciamento da instituição financeira pelo fato da mesma atender as normas da Secretaria de Previdência e a Política de Investimentos vigente, além de não possuir um histórico negativo. Na sequência Milene Martins Ramos se manifestou favorável ao credenciamento da instituição financeira. Com a palavra a membro do Comitê Elenora Antônia de Carvalho também considerou a instituição respaldada pela legislação pertinente e se manifestou favorável pelo credenciamento. Com a palavra o membro do

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos

Comitê Lusinaldo Silva se manifestou favorável ao credenciamento da instituição financeira. Com a palavra a membro do Comitê Dilma Campos se manifestou favorável ao credenciamento da instituição financeira. Com a palavra o Coordenador do Comitê se manifestou favorável ao credenciamento da instituição financeira. Sendo assim, o processo nº 2020/24830/002008, que trata do credenciamento da AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA foi aprovado por unanimidade. **(2) *Credenciamento de instituições financeiras*:** Na sequência o Comitê de Investimentos realizou a análise e deliberação dos processos de credenciamento das instituições financeiras listas no seguinte quadro:

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DO PROCESSO
ITAÚ DTVM S.A.	2020/24830/002002
BANCO ITAÚ S/A	2020/24830/002005
BANCO SANTANDER BRASIL	2020/24830/002013
BRB DISTRIB. DE TÍTULOS E VALORES MOBIL. S.A.	2020/24830/002014
GRID AGENTE AUT. DE INVEST. LTDA.	2020/24830/003038
INDIGO INVESTIMENTOS DTVM LTDA.	2020/24830/003727
QUELUZ GEST DE REC. FINAN. LTDA	2020/24830/003730
VOTORANTIM ASSET MANAG. DTVM	2020/24830/003732
UNICA ADM E GEST DE REC. LTDA.	2020/24830/003733
AQ3 ASSET MANAGEMENT	2020/24830/003734
INFRA ASSET MANAGEMENT LTDA	2020/24830/003735
GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA	2020/24830/003736
RB CAPITAL ASSET MANAG. LTDA	2020/24830/003738
PLANNER CORRET. DE VALORES S.A	2020/24830/003739
ORLA DTVM	2020/24830/003740
LAD CAPITAL GEST. DE REC. LTDA	2020/24830/003741
GENIAL INVESETIMENTOS CTVM S.A.	2020/24830/003742
BNY MELLON SERV. FINA. DTVM S/A	2020/24830/003743
ELITE CCVM LTDA.	2020/24830/003744
BRPP GEST. DE PROD. ESTRUT. LTDA	2020/24830/003745

Com a palavra o Coordenador do Comitê e os membros Lusinaldo Silva, Milene Martins Ramos e Dilma Campos votaram pela aprovação do credenciamento das instituições RB

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos

CAPITAL ASSET MANAG. LTDA, BANCO SANTANDER BRASIL e VOTORANTIM ASSET MANAG. DTVM sem restrições, em razão de estas instituições atenderem ao Edital de Credenciamento e constarem na carteira do Instituto. Com a palavra a membro do Comitê Elenora Antônia de Carvalho se absteve de votar sobre o credenciamento destas 03 (três) instituições, justificando não ter tido tempo hábil para realizar a análise dos processos correspondentes. Na sequência o Comitê passou para a deliberação do credenciamento das instituições ITAÚ DTVM S.A, BANCO ITAÚ S/A e GRID AGENTE AUT. DE INVEST. LTDA, sendo esta última uma distribuidora dos Fundos que possuem o Banco Bradesco como administrador. Com a palavra o Coordenador do Comitê e os membros Lusinaldo Silva, Milene Martins Ramos, Dilma Campos e Elenora Antônia de Carvalho votaram pela aprovação do credenciamento, em razão de estas instituições atenderem ao Edital de Credenciamento e constarem na carteira do Instituto. Na sequência o Comitê passou para a deliberação das instituições BRB DISTRIB. DE TÍTULOS E VALORES MOBIL. S.A, INDIGO INVESTIMENTOS DTVM LTDA, QUELUZ GEST DE REC. FINAN. LTDA, UNICA ADM E GEST DE REC. LTDA, AQ3 ASSET MANAGEMENT, INFRA ASSET MANAGEMENT LTDA, GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA, PLANNER CORRET. DE VALORES S.A, ORLA DTVM, LAD CAPITAL GEST. DE REC. LTDA, GENIAL INVESETIMENTOS CTVM S.A., BNY MELLON SERV. FINA. DTVM S/A, ELITE CCVM LTDA e BRPP GEST. DE PROD. ESTRUT. LTDA. Com a palavra o Coordenador do Comitê e os membros Lusinaldo Silva, Milene Martins Ramos, Dilma Campos e Elenora Antônia de Carvalho votaram pela aprovação do credenciamento destas 14 (quatorze) instituições exclusivamente para atender as exigências do DAIR. **(3)** ***Análise do Relatório Mensal de Investimentos de agosto e setembro de 2020.*** Na sequência o Comitê realizou a análise do Relatório de Investimentos dos meses de agosto de setembro de 2020, elaborado pela Diretoria de Investimentos. O Comitê observou a inclusão de alguns pontos sugeridos na análise dos relatórios anteriores, como a distribuição da carteira por enquadramento do Fundo, por tipo de investimento, por tipo de seguimento e por tipo de desenquadramento. Na sequência o Comitê aprovou os Relatórios, devendo emitir Parecer sobre os mesmos e encaminha-los ao Conselho Fiscal do Instituto. **(4)** ***Reavaliação do calendário de reuniões.*** Na sequência o Comitê fez uma reavaliação do calendário de reuniões, que atualmente prevê a realização de sessões ordinárias sempre às terceiras quartas-feiras de cada mês, em razão da necessidade de análise dos relatórios de investimentos mensais que sempre são concluídos após a segunda quinzena de cada mês. Com a palavra o Coordenador do Comitê propôs

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do
Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos

instituir a realização das sessões ordinárias do Comitê na ultima quarta-feira de cada mês, os demais membros aprovaram a proposta e o novo cronograma foi aprovado por unanimidade.

VI. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião do Comitê de Investimentos foi encerrada, sendo esta Ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Odirce Soares do Nascimento
Coordenador do Comitê

Milene Martins Ramos
Economista

Elenora Antônia de Carvalho
Assistente Administrativa

Dilma Campos de Oliveira
Assessora Jurídica

Lusinaldo Silva de Sousa
Gestor Público

SGD: 2021/24839/002459

DESPACHO Nº 0001/2021/GABPRES

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2019, de 25 de Outubro de 2019, publicado no *site* do Instituto.

CONSIDERANDO o disposto na **Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos** de 21/10/2020, que aprovou o credenciamento.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o credenciamento das instituições abaixo, com data retroativa à aprovação do Comitê.

TIPO	INSTITUIÇÃO	PROCESSO
GESTOR	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	2020/24830/002008
ADMINISTRADOR	RB CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA.	2020/24830/003738
ADMINISTRADOR	BANCO SANTANDER BRASIL	2020/24830/002013
GESTOR	VOTORAMTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	2020/24830/003732
GESTOR	ITAÚ DTVM S.A.	2020/24830/002002
ADMINISTRADOR	BANCO ITAÚ S.A.	2020/24830/002005
DISTRIBUIDOR	GRID AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS LTDA.	2020/24830/003038

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2021.

(assinado eletronicamente)
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

Documento foi assinado digitalmente por SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA em 19/02/2021 13:05:02.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: A5F1EFF000B88689.